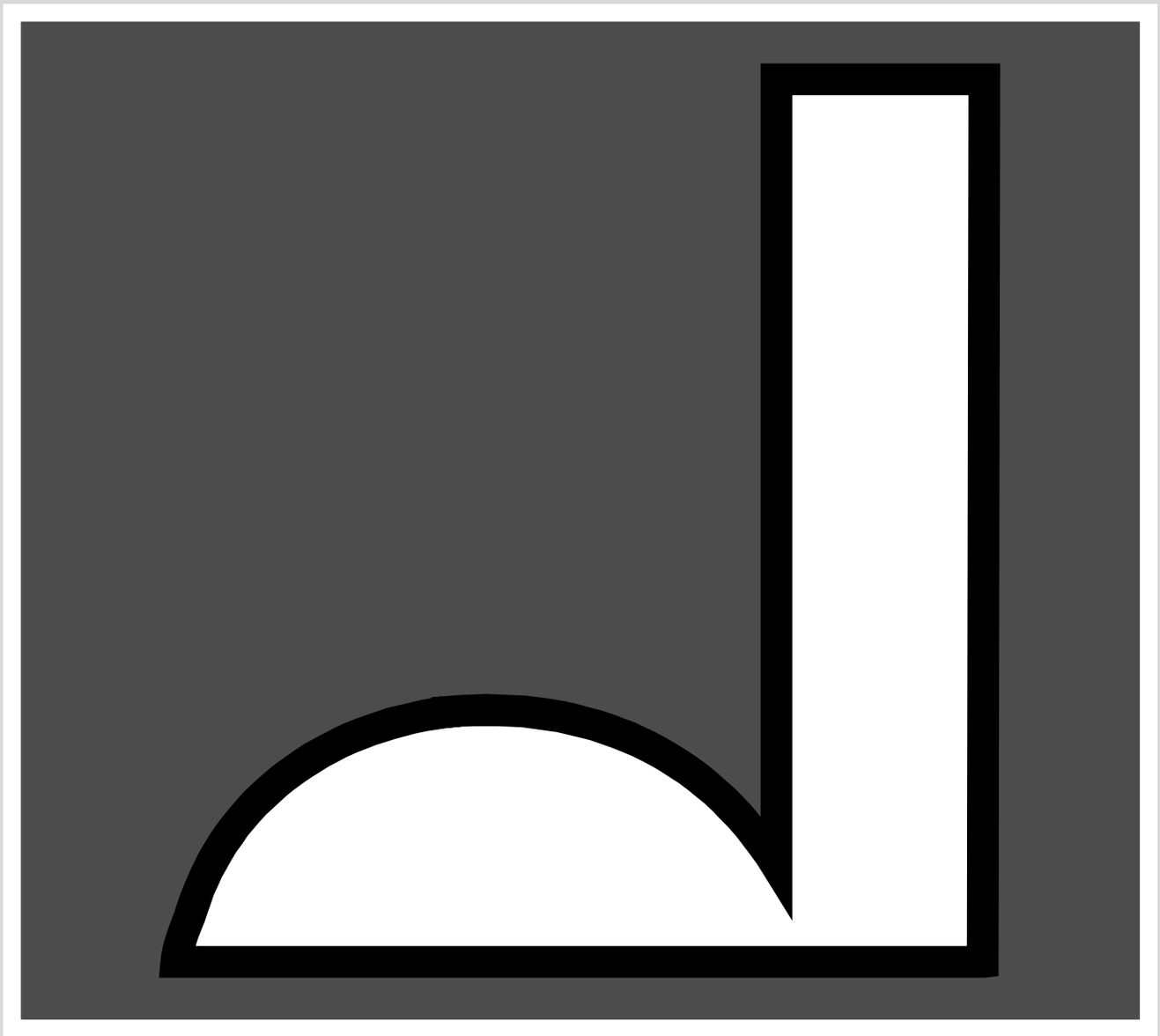
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 060 – QUARTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente José Sarney – PMDB – AP **1º Vice-Presidente** Paulo Paim – BLOCO – PT – RS **2º Vice-Presidente** Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO **1º Secretário** Romeu Tuma – PFL – SP **2º Secretário** Alberto Silva – PMDB – PI	**3º Secretário** Heráclito Fortes – PFL – PI **4º Secretário** Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS **Suplentes de Secretário** 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella - PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3) **LÍDER – PT** Ideli Salvatti - PT **Vice-Líderes** Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT **LÍDER - PSB - 3** João Capiberibe – PSB **Vice-Líder PSB** Geraldo Mesquita Júnior **LÍDER - PTB – 3** Duciomar Costa – PTB **LIDERANÇA DO PMDB - 22** **LÍDER** Renan Calheiros – PMDB **Vice-Líderes** Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	**LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12** **LÍDER** Efraim Morais - PFL **Vice-Líderes** Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL **LÍDER – PFL – 17** José Agripino - PFL **Vice-Líderes** Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro **LíDER - PSDB – 12** Arthur Virgílio – PSDB – AM **Vice-Líderes** Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	**LIDERANÇA DO PDT – 5** **LÍDER** Jefferson Péres – PDT **Vice-Líder** Almeida Lima **LÍDER – PL – 3** Magno Malta – PL **Vice-Líder** Aelton Freitas **LIDERANÇA DO PPS – 2** **LÍDER** Mozarildo Cavalcanti – PPS **LIDERANÇA DO GOVERNO** **LÍDER** Aloizio Mercadante – PT **Vice-Líderes** Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia **Diretor-Geral do Senado Federal** Júlio Werner Pedrosa **Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações** José Farias Maranhão **Diretor da Subsecretaria Industrial**	Raimundo Carreiro Silva **Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal** Ronald Cavalcante Gonçalves **Diretor da Subsecretaria de Ata** Denise Ortega de Baere **Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia**

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) Atualizado em 23.4.2004

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 40ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE ABRIL DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 108/2004, de 15 do corrente, do Ministro da Previdência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 96, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 10570

Nº 108/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 170, de 2004, da Senadora Fátima Cleide..... 10570

Nº 109/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 143, de 2004, do Senador Álvaro Dias..... 10570

Nº 110/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 109, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 10570

Nº 363/2004, de 14 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.173, de 2003, do Senador Pedro Simon..... 10570

Nº 376/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 137, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 10570

Nº 377/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.121, de 2003, do Senador José Agripino..... 10570

Nº 381/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que aquela Pasta não possui os documentos solicitados pelo Requerimento nº 53, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros..... 10570

Nº 382/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 93, de 2004, do Senador Arthur Virgílio... 10570

1.2.2 – Ofícios do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Nº 39/2004, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 87, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 10570

Nº 42/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 80, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 10570

Nº 43/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.702, de 2003, do Senador Arthur Virgílio..... 10570

Nº 44/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.164, de 2003, do Senador José Jorge..... 10570

Nº 45/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 17, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia..... 10570

Nº 48/2004, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 112, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 10570

1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 335/2004, de 13 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 930, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 10571

1.2.4 – Ofício do Ministro de Estado da Integração Nacional

Nº 466/2004, de 16 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 135, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 10571

1.2.5 – Pareceres

Nº 337, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001 – Complementar na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios..... 10571

Nº 338, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Requerimento nº 1.176, de 2003, do Senador Romeu Tuma, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (obrigatoriedade do envio de extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários), até que seja votado, pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 7.370, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria..... 10572

Nº 339, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003 (nº 2.340/2000, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (obrigatoriedade do envio de extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários). 10574

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente. 10575

Inclusão em Ordem do Dia oportunamente do Requerimento nº 1.176, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente. 10575

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação..... 10575

Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 389, 412, e 428, de 2004, dos Senadores João Capiberibe, Tasso Jereissati, da Senadora Fátima Cleide, e outros Senadores, em virtude de haverem perdido a oportunidade, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno. 10575

Designação do Senador Pedro Simon para representar a Presidência do Senado Federal nas solenidades comemorativas dos vinte anos do Movimento "Diretas Já", bem como da entrega da Medalha da Inconfidência, a realizar-se em Belo Horizonte e Ouro Preto, respectivamente, nos dias 20 e 21 do corrente..... 10576

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 10, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 328, de 2004), que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Sobre a matéria há o Requerimento nº 426, de 2004, de urgência, pendente de votação, aguardando desobstrução da pauta..... 10576

Recebimento da Mensagem nº 49, de 2004-CN (nº 178/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, o relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente ao exercício de 2003. ... 10576

Recebimento de parecer da Advocacia do Senado Federal ao Requerimento nº 413, de 2004, da Senadora Heloísa Helena, feito na sessão de 6 do corrente. *Ao Arquivo.* 10576

1.2.7 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 4, de 2004, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. (Mensagem nº 60, de 2004-CN, nº 163/2004, na origem). *À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para sua tramitação.* 10579

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *MÃO SANTA* – Reajuste do salário mínimo. 10583

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Massacre de garimpeiros na reserva dos índios Cinta Larga e a morte de internos no Presídio de Urso Branco, em Rondônia. 10587

SENADOR *ROMEU TUMA*, como Líder – Comentários sobre declarações do Presidente Lula feitas durante comemoração do Dia do Exército. Análise de documento elaborado pela Consultoria Legislativa sobre as atribuições das Forças Armadas. 10589

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Considerações sobre o volume de investimentos em infra-estrutura no país, durante o ano de 2003. 10595

SENADOR *HÉLIO COSTA*, como Líder – Comemoração, amanhã, do Dia da Inconfidência Mineira, da morte do Presidente Tancredo Neves, e do 20º aniversário do Movimento das Diretas Já. . 10599

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Homenagem pelo aniversário de morte do ex-Deputado Luiz Eduardo Magalhães. 10600

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Associa-se às homenagens de pesar ao Deputado Luiz Eduardo Magalhães. 10603

SENADOR *LEONEL PAVAN*, como Líder – Cobranças ao governo federal para liberação de recursos, incluídos no Orçamento da União, para o Estado de Santa Catarina. 10603

SENADOR *EDISON LOBÃO* – A importância da viagem do Presidente Lula à China, para as relações comerciais entre o Brasil e aquele País. Exalta a cooperação econômica com a China para construção do Pólo Siderúrgico de São Luis..... 10604

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Rememora as datas comemorativas de 19, 21 e 22 de abril. Homenagem aos povos indígenas de Alagoas. ... 10610

SENADOR *ALBERTO SILVA* – Proposta de criação de uma câmara de gestão para a recuperação das rodovias brasileiras, alertando para a inviabilidade da operação tapa-buracos em estradas irrecuperáveis, anunciada pelo Ministro dos Transportes. 10611

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR*, como Líder – Visita à Reserva Cazumbá-Iracema, no Estado do Acre. 10616

SENADOR *PAULO PAIM*, como Líder – Anúncio de debate que ocorrerá no próximo dia 27, no Senado Federal, sobre desemprego, renda e política do salário mínimo. Análise da Portaria nº 160, do Ministro do Trabalho. Apresenta estudo sobre as dificuldades pelas quais passam o Estado do Rio Grande do Sul com a seca. Solicita aprovação da "PEC paralela" à reforma da previdência..... 10617

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Críticas ao Governo Lula, com base em matérias publicadas em diversos jornais de circulação nacional. 10620

SENADOR *ALOÍZIO MERCADANTE*, como Líder – Problemas dos sem-teto e da ocupação desordenada do solo urbano. Necessidade de demarcação das terras indígenas. Os problemas prisionais do Brasil. Defesa do Estado de Direito e a necessidade de buscar resposta aos conflitos sociais. 10626

SENADOR *ARTHUR VIRGILIO* – Refutações ao pronunciamento do Senador Aloízio Mercadante. 10627

SENADOR *ALOÍZIO MERCADANTE* – Esclarecimentos sobre o pronunciamento de S. Exª. 10627

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Considerações sobre o conflito entre garimpeiros e índios no Estado de Rondônia. Cobranças de imparcialidade do governo federal no conflito..... 10629

SENADOR *MARCOS GUERRA* – Posicionamento às questões nacionais por ocasião de sua assunção no Senado Federal..... 10629

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Necessidade da participação do Governo Federal para intermediar o conflito entre índios e garimpeiros..... 10633

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Homenagem pelo 44º aniversário de Brasília. 10736

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 461, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando licença para desempenhar missão representando o Senado no PARCUM – Parlamento Cultural do Mercosul, em Assunção, no período de 25 a 27 de abril do corrente ano..... 10739

Nº 462, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que seja encaminhado o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2004, ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.... 10739

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Comentários ao artigo publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 8 de abril do corrente, intitulado "O inferno ofertado ao investidor"..... 10739

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Preocupação com o tratamento que o governo federal tem dado à reforma agrária e com a ocupação de terras pelo MST. Comentários ao editorial de hoje, do jornal **O Estado de S.Paulo**, que questiona a afirmação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, que o governo não cederá à pressão do MST.... 10740

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Transcrição, nos Anais do Senado, da matéria "Se não é barbárie", da jornalista Tereza Cruvinel, publicada hoje no jornal **O Globo**. 10742

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Importância da atuação do Banco Central do Brasil, nesses quase 40 anos de existência..... 10745

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Decisão da Eletronorte de retirar três turbinadas da Usina Termelétrica Rio Madeira, localizada no Estado de Rondônia. 10746

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 181, de 2004. 10747

3 – PARECERES

Nº 7, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Ofício nº 09/2001-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 20, § 4º da Lei nº 7.827, de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30.06.2001, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e sobre o Aviso nº 115/2002-CN que encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis de 30.06.2002, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO..... 10747

Nº 8, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Ofício nº 002/2002-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para efeito de fiscalização e controle, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) alusivo aos exercícios de 2001 e 2002, onde se encontram entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados..... 10750

4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 65 e 66, de 2004. 10752

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 461, de 2004 (Republicação). 10763

Nºs 707 a 714, de 2004. 10764

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 40ª Sessão não Deliberativa, em 20 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mão Santa.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes.

AVISOS
DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 108/2004, de 15 do corrente, do Ministro da Previdência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 96, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 108/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 170, de 2004, da Senadora Fátima Cleide;

– Nº 109/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 143, de 2004, do Senador Álvaro Dias;

– Nº 110/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 109, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 363/2004, de 14 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.173, de 2003, do Senador Pedro Simon;

– Nº 376/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 137, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 377/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.121, de 2003, do Senador José Agripino;

– Nº 381/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da Republica, comunicando que aquela Pasta não possui os documentos solicitados pelo Requerimento nº 53, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros; e

– Nº 382/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe Da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 93, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações e a comunicação foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes.

OFÍCIOS
DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

– Nº 39/2004, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 87, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 42/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 80, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 43/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.702, de 2003, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 44/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.164, de 2003, do Senador José Jorge;

– Nº 45/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 17, de 2004, do Senadora Lúcia Vânia; e

– Nº 48/2004, de 14, do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 112, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Saúde que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte.

AVISO
DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

– Nº 335/2004, de 13 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 930, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Integração Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte.

OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

– Nº 466/2004, de 16 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 135, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes.

PARECER Nº 337, DE 2004

Da Comissão Assuntos Econômicos, sobre o Projeto e Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001 complementar, na casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

O Projeto em epígrafe visa modificar o § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 1997, para incluir, entre os Municípios beneficiários da Reserva do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aqueles integrantes de Região Metropolitana instituída nos termos dos arts. 25, § 3º, e 43 da Constituição Federal.

A Reserva do FPM atribui 4% dos recursos do referido Fundo aos Municípios que se enquadram nos coeficientes de três inteiros e oito décimos e quatro. Ou seja, fazem jus aos recursos da Reserva os municípios com população igual ou superior a 142.663 habitantes.

A modificação que se pretende implantar é a inclusão, dentre os beneficiários da Reserva do FPM, os municípios pertencentes a regiões metropolitanas que estejam classificados no coeficiente 3,6, ou seja, os municípios metropolitanos com população igual ou superior a 129.049 habitantes.

A proposição faz menção ao § 3º do art. 25 e ao art. 43 da Constituição, como sendo os dispositivos da Carta Magna que definem a formação das regiões metropolitanas. O § 3º do art. 25 estipula a possibilidade de instituição, pelos Estados, mediante lei complementar, de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. O art. 43 dispõe sobre a possibilidade de ação articulada da União em um mesmo complexo econômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

O Autor alega que os Municípios vêm absorvendo responsabilidades crescentes e, quando integram região metropolitana, enfrentam problemas comuns sem condições de divisão das atribuições especificas. Trata-se de áreas sob o impacto do crescimento populacional, que precisam de recursos adicionais para enfrentar desafios crescentes.

II – Análise

Não há óbice quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Trata-se de matéria compreendida na competência legislativa da União (art. 24, inciso I, da Constituição) e do Congresso Nacional (art. 48, inciso I, da Constituição). Ademais, o art. 161, inciso II, da Constituição estabelece que cabe à lei complementar estabelecer os critérios de repartição do FPM.

A lei complementar que regula tal matéria é a de nº 91, de 1997, que a proposição em análise pretende alterar. Se aprovada, a proposição apenas afetaria a

distribuição do FPM entre os Municípios, não alterando o total dos recursos tributários a eles destinados. Em outros termos, a mesma parcela de recursos destinada a um subconjunto de Municípios passaria a ser rateada entre um subconjunto maior, reduzindo a quota daqueles que já se beneficiam dessa parcela.

E verdadeira a afirmação do autor do projeto de que são crescentes os encargos transferidos aos Municípios, e que isso pesa significativamente para aqueles de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, onde a população se concentra – inclusive com a tendência atual no sentido centro-periferia – e maior é a demanda de serviços e – quase sempre – mais intensas são as carências sociais.

Muitas das mazelas econômico-sociais do país estão geograficamente concentradas nos grandes centros brasileiros: desemprego, violência, tráfico de drogas, habitações em situação de risco, enchentes, O enfrentamento desses problemas exige ativa participação do governo municipal que, para tanto, necessita de recursos financeiros.

Além disso, a alta densidade populacional e o espraiamento da zona urbana geram a necessidade de investimentos tais como os corredores de transportes, a urbanização de novos bairros, a coleta e processamento de lixo, o controle de emissão de poluentes, o adequado abastecimento de água. Não é trivial viabilizar o deslocamento diário de milhões de pessoas minimizando congestionamentos e emissão de poluentes. Também não é simples tratar adequadamente os resíduos industriais e residenciais produzidos por essa população em um reduzido espaço geográfico. Tudo isso exige planejamento, tecnologia e, sobretudo, dinheiro.

Por fim, deve ser salientado que a Nota Técnica nº 1/2004-SEMAG do Tribunal de Contas da União, versando sobre a hipótese de aprovação do Projeto, esclarece taxativamente que seriam beneficiados apenas 4 (quatro) Municípios, isto é, passariam a receber recursos oriundos do Fundo de Reserva. São eles: Águas Lindas de Goiás/GO, Timon/MA, Itaguarí/RJ e Queimados/RJ.

Porém, para que não haja necessidade de ajustes nos repasses já efetuados aos municípios participantes do Fundo de Reserva, os efeitos financeiros da eventual lei que vier a ser aprovada não deverão retroagir a 2002.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto, com a supressão da expressão final do art. 2º, que trata da retroatividade dos efeitos da legislação.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 1-CAE

Suprima-se do art.2º do PLC nº 108, de 2003 a seguinte expressão: "produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002".

Sala da Reunião, 13 de abril de 2004. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Aloízio Mercadante** – **Ana Julia Carepa** – **Delcídio Amaral** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Jonas Pinheiro** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Luiz Otávio** – **Ney Suassuna** – **Lúcia Vânia.**

LEGISLAÇÃO ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

.....

Art. 161. Cabe à lei complementar:

.....

II – estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados *e* entre Municípios;

.....

PARECER Nº 338, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Requerimento nº 1.176, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000 (nº 4.132/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica.

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Requerimento nº 1.176, de 2003 – PLEN, mediante o qual solicita-se, com base no art. 335, III do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000, que tem por objetivo estabelecer a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica.

Alega o autor do requerimento, Senador Romeu Tuma, que na Câmara dos Deputados está tramitando o Projeto de Lei nº 7.370, de 2002, que versa sobre a mesma matéria. O eminente Senador entende que se deva aguardar sua votação naquela Casa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000, prevê que:

> **a**) a licença para instalação e funcionamento de academias de artes marciais, ginástica e natação e de estabelecimentos similares ou clubes que se dediquem ao aprendizado de práticas esportivas, mediante remuneração, ficará sujeita à garantia de assistência e responsabilidade técnicas a cargo de profissional habilitado em curso superior de educação física ou instrutores habilitados pelas confederações de suas modalidades esportivas;
>
> **b**) a assistência e responsabilidade técnicas deverão ser comprovadas em cláusula específica de declaração de firma individual, estatuto ou contrato social e, se for o caso, pelo contrato de trabalho profissional responsável.

Já o Projeto de Lei nº 7.370, de 2002, de autoria do Deputado Luiz Antonio Fleury, acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.696, de lº de setembro de 1998, com o seguinte teor:

> "Parágrafo único. Não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos previstos nesta Lei os profissionais de danças, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias".

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou o PLC nº 66, de 2000, com uma emenda que retira do texto de seu art. 2º a expressão "ou instrutores habilitados pelas confederações de suas modalidades esportivas, na forma da lei", por considerá-la injurídica.

II – Análise

1. O Requerimento nº 1.176, de 2003 – PLEN, solicita o sobrestamento do exame do PLC nº 66, de 2000, com base no art. 335, III, do Regimento Interno do Senado Federal, **verbis**:

> Art. 335. O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar:
>
> .....
>
> III – o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.

O PL nº 7.370, de 2002, na Câmara dos Deputados, encontra-se, para exame, na Comissão de Educação e Cultura, devendo, posteriormente, ser ainda analisado por outras duas comissões. A proposição teve tão-somente sua tramitação iniciada naquela Casa, não havendo, portanto, prazo certo para ser remetida ao Senado Federal e muito menos certeza quanto a esse encaminhamento, uma vez que lá poderá até ser rejeitada.

O referido requerimento, em conseqüência, não se enquadra na situação prevista no citado dispositivo do Regimento Interno, pois o PL nº 7.370, de 2002, não constitui, no momento, matéria advinda da Câmara dos Deputados em revisão nesta Casa.

2. Não menos importante é a questão concernente ao conteúdo dos dois projetos. Embora ambos tratem do mesmo assunto, o enfoque de cada um é bem diverso um do outro. De fato, enquanto o PLC nº 66, de 2002, estabelece que a licença para instalação e funcionamento de academias de artes marciais, ginástica e natação e de estabelecimentos similares ou clubes que se dediquem ao aprendizado de práticas esportivas ficará sujeita à garantia de assistência e responsabilidade técnicas a cargo de profissional habilitado em curso superior de educação física ou instrutores habilitados pelas confederações de suas modalidades esportivas, o PL nº 7.370, de 2002, vai em outra direção e determina que os profissionais de danças, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias não estão sujeitos à fiscalização do Conselho Regional de Educação Física. São dois enfoques substancialmente antagônicos.

3. Ressalte-se, por fim, que o PLC nº 66, de 2000, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encontra-se, no momento, na fase final de sua tramitação, aguardando apenas a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que deverá se pronunciar sobre a juridicidade e constitucionalidade da matéria.

Em conclusão, não encontramos motivos para se aguardar a votação, na Câmara dos Deputados, do PL nº 7.370, de 2002.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 1.176, de 2003.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2004. – **Lúcia Vânia,** Presidente – **Juvêncio da Fonseca,** Relator **– Ana Júlia Carepa – Flávio Arns – Sibá Machado – Geraldo Mesquita Júnior – Delcídio Amaral – Mão Santa – Maguito Vilela – Ramez Tebet – Papaléo Paes – Edison Lobão – Jonas Pinheiro – Maria do Carmo Alves – Eduardo Azeredo – Reginaldo Duarte – Augusto Botelho – Patrícia Saboya Gomes – Antonio Carlos Valadares – César Borges – Efraim Morais – Tasso Jereissati – Leonel Pavan – Sérgio Guerra – Marcos Guerra.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.696, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos conselho Federal e conselhos Regionais de Educação Física.

.....

Art. 2º Apenas serão inscritos nos quadros dos conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

I – os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;

II – os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III – os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

.....

PARECER Nº 339, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003 (nº 2.340/2000 na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (obrigatoriedade do envio de extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários).

Relator: Senador **Augusto Botelho**
Relator "**Ad Hoc**" Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003, que, na origem, foi o Projeto de Lei nº 2.340, de 2000, de iniciativa do Deputado Clementino Coelho, acrescenta um dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, tomando obrigatório o envio, pelas operadoras, de extrato mensal dos serviços prestados aos seus beneficiários.

Compõe-se de dois artigos, o primeiro dos quais trata do objeto da proposta e do âmbito de sua aplicação, e o segundo determina a data de entrada em vigor da lei em que se transformar a proposição como a de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada, por unanimidade de votos, nas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e de Seguridade Social e Família, e recebeu parecer, também unânime, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, na forma de um substitutivo.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e no art. 134 do Regimento Comum, a proposição em apreço foi encaminhada a esta Casa, em 21 de maio de 2003 e, posteriormente, distribuída à Comissão de Assuntos Sociais para emissão de parecer.

Transcorrido o prazo regimental, não recebeu emendas.

II – Análise

A proposição é justificada como um recurso a serviço da proteção do Direito do consumidor de planos de saúde e de sua defesa contra abusos e fraudes, ao permitir transparência sobre os serviços por ele utilizados e lançados em seu nome, em especial quando o titular do plano é co-participe no pagamento das despesas.

A defesa do interesse público, na assistência suplementar à saúde, é, por lei, atribuída à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia instituída pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, como órgão de regulação, normalização, controle e fiscalização dessas atividades.

Essa lei atribui a ANS competência para regular a atuação das operadoras de pianos de saúde, inclusive quanto às suas relações com consumidores. Em seu art. 4º, inciso XLI, a Lei nº 9.961, de 2000, é explícita ao determinar que compete à ANS fixar as normas para a constituição, a organização, o funcionamento e a fiscalização das operadoras.

Como se vê, o disciplinamento da matéria objeto do projeto de lei é da competência da Agência Nacional

de Saúde Suplementar, razão pela qual, o assunto sob comento deve ser tratado em norma infralegal.

Acrescente-se a isso que a exigência prevista no projeto representará aumento de custos operacionais para as operadoras, que já se encontram às voltas com elevada sinistralidade e retração acentuada do número de usuários, provocada pelos altos índices de desemprego e baixos salários que assolam o País nos últimos anos.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela Rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2004. – **Lúcia Vânia,** Presidente – **Augusto Botelho,** Relator – "Ad Hoc" – **Flávio Arns – Ana Júlia Carepa – Sibá Machado – Geraldo Mesquita Júnior – Delcídio Amaral – Mão Santa – Maguito Vilela – Ramez Tebet – Papaléo Paes – Edison Lobão – Jonas Pinheiro – Maria do Carmo Alves – Eduardo Azeredo – Reginaldo Duarte – Juvêncio da Fonseca – Patrícia Saboya Gomes – Antonio Carlos Valadares – César Borges – Efraim Morais – Tasso Jereissati – Marcos Guerra.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.177-44, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde e dá outras providências.

.....

Art. 4º A Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

XLI – fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluindo:

a) conteúdos e modelos assistenciais;

b) adequação e utilização de tecnologias em saúde;

c) direção fiscal ou técnica;

d) liquidação extrajudicial;

e) procedimentos de recuperação financeira das operadoras;

f) normas de aplicação de penalidades;

g) garantias assistenciais, para cobertura dos planos ou produtos comercializados ou disponibilizados;

.....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 337, de 2004**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001 – Complementar, na Casa de origem), que *dá nova redação ao §1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 338, de 2004**, da Comissão de Assuntos Sociais, concluindo pela rejeição do Requerimento nº 1.176, de 2003, do Senador Romeu Tuma, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000, até que seja votado pela Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7.370, de 2002, que versa sobre a mesma matéria.

O requerimento será incluído na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 339, de 2004**, da Comissão de Assuntos Sociais, concluindo contrariamente ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003 (nº 2.340/2000, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (obrigatoriedade do envio de extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários).

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, combinado com o art. 133, §1º do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência declara prejudicados os **Requerimentos nºs 389, 412 e 428, de 2004**, dos Senadores João Capiberibe, Tasso Jereissati, da Senadora Fátima Cleide e outros Senadores, em virtude de haverem perdido a oportunidade, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS.) – A Presidência comunica ao Plenário que designou o Senador Pedro Simon para representar a Presidência do Senado Federal nas solenidades comemorativas dos 20 anos do Movimento "Diretas Já", bem como da entrega da Medalha da Inconfidência, a realizar-se em Belo Horizonte e Ouro Preto, respectivamente, nos dias 20 e 21 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 10, de 2004** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 328, de 2004), que *autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

Sobre a matéria há o Requerimento nº 426, de 2004, de urgência, pendente de votação, aguardando desobstrução da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 49, de 2004–CN (Nº 178/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, o relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente ao exercício de 2003.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu parecer da Advocacia do Senado Federal ao Requerimento nº 413, de 2004, da Senadora Heloísa Helena, feito na sessão de 6 do corrente.

Cópia do parecer será encaminhada à nobre Senadora.

O requerimento vai ao Arquivo.

É a seguinte a integra do parecer.

PARECER Nº 119, DE 2004 – ADVOSF

REQUERIMENTO Nº 412, DE 2004

Trata-se de requerimento feito pela Senadora Heloísa Helena, em plenário, nos seguintes termos:

> ...sobre as chamadas verbas indenizatórias da Casa.
>
> A Advocacia-Geral da Casa precisa se pronunciar sobre como deverá ser feita a declaração. Por que? Porque se alguns Senadores fizeram a sua declaração de Imposto de Renda e esconderam a verba indenizatória por pensar que efetivamente ela não precisaria ser declarada, já que era simplesmente indenizatória, há uma pergunta chave que precisa ser respondida.

A Senadora Heloísa Helena, portanto, pergunta se devem ser declaradas à Receita Federal as verbas indenizatórias que os Senadores recebem do Senado Federal.

É o relatório.

Por primeiro, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza está previsto na Constituição Federal (art. 153, III), e seu contorno jurídico está estabelecido no Código Tributário Nacional (art. 43, I e II):

> Art. 43. O imposto, de competência da União, sabre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:
>
> I – de renda, assim entendida o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
>
> II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

O imposto, como se observa, incide sobre o acréscimo patrimonial.

Por sua vez, indenização é a ação de tomar sem dano. Para De Plácido e Silva indenização exprime "toda compensação ou retribuição monetária feita por uma pessoa a outrem, para a reembolsar de despesas feitas ou para a ressarcir de perdas tidas" (**in** Vocabulário Jurídico, Forense, 23ª ed., p. 729).

Isso significa que indenização não implica acréscimo de patrimônio.

Em sendo assim, as verbas indenizatórias, em princípio, estão fora do alcance do imposto de renda, porque elas não aumentam o patrimônio do contribuinte. Deve-se advertir, no entanto, que não é o rótulo atribuído ao ingresso financeiro que lhe dá o caráter indenizatório. Para saber se determinada verba indenizatória não está sujeito à incidência do imposto deve-se verificar a variação patrimonial.

Vejamos a verba indenizatória paga aos Senadores.

A verba indenizatória paga aos Senadores está prevista no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 3/2003:

Art. 1º Fica instituída, nos moldes definidos no âmbito da Câmara das Deputados, a verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar, destinada ao pagamento de despesas mensais realizadas pelo Senador com aluguel – de imóvel, de veículos ou de equipamentos – com material de expediente para es-

critório, com locomoção e com outras despesas diretas e exclusivamente relacionadas ao exercício da função parlamentar.

Parágrafo único. Observados o limite mensal e o regime de competência, a verba de que trata este artigo será requerida pelo Senador ao Primeiro-Secretário, até o último dia útil do mês subseqüente ao da realização das despesas, acompanhada da correspondente documentação fiscal, devidamente atestada.

Esse mesmo Ato criou a Secretaria de Fiscalização e Controle:

> Art. 3º Para atender ao disposto neste Ato, fica criada, a Secretaria de Fiscalização e Controle com a competência de receber a documentação fiscal, promover verificações, conferências, glosas e demais providências referentes ao regular processamento da verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar e outros reembolsos a Senadores, de acordo com a legislação vigente.

E nos termos da Portaria nº 2, de 2003, do Presidente do Senado:

> Art. 3º O pagamento da verba indenizatória far-se-á por meio do ressarcimento ao Senador das despesas efetuadas com:
>
> I – aluguel de imóvel destinado à instalação de escritório de apoio à atividade parlamentar, compreendendo as despesas de locação, da taxa de condomínio, das contas de água, de telefone e de energia elétrica, e com IPTU concernente ao imóvel locado;
>
> II – aquisição de material de consumo para uso no referido escritório, inclusive aquisição ou locação de software, despesas postais, aquisição de publicidade, locação de móveis e de equipamentos;
>
> III – locomoção do parlamentar ou de servidores ocupantes de cargos em comissão de seu gabinete, compreendendo passagens, locação de meios de transportes e, ainda, hospedagem e alimentação;
>
> IV – combustíveis e lubrificantes;
>
> V – contratação de consultorias, assessorias, pesquisas, trabalhos técnicos e outros serviços de apoio ao exercício do mandato parlamentar;
>
> VI – divulgação da atividade parlamentar exceto nos cento e oitenta dias que antecedem à data das eleições e desde que não caracterize gastos com campanha eleitoral.
>
> Parágrafo único. Não serão objeto de ressarcimento os pagamentos efetuados:
>
> **a**) a pessoa física, salvo quando se tratar do pagamento pelas locações expressamente previstas nesta Portaria;
>
> **b**) em razão da hospedagem de Senador no Distrito Federal; e
>
> **c**) com a aquisição de material permanente.

Os dispositivos acima mostram claramente que a verba indenizatória é paga tão-somente com a apresentação dos comprovantes dos gastos efetuados pelos Senadores e que ela não é paga indiscriminadamente a título de despesas.

A verba indenizatória prevista acima nada acrescenta ao patrimônio do parlamentar, não sofrendo a incidência do imposto de renda.

A observação é importante, em face do atual Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, que no art. 43, inciso X, diz:

> Art. 43. São tributáveis os rendimentos provenientes do trabalho assalariado, as remunerações por trabalho prestado no exercício de empregos, cargos e funções, e quaisquer proventos ou vantagens percebidos, tais como (Lei nº 4.506, de 1964, art. 16, Lei nº 7713, de 1988, art. 3º, § 4º, Lei nº 8.383, de 1991, art. 74, e Lei nº 9.317, de 1996, art. 25, e Medida Provisória nº 1.769-55, de 11 de março de 1999, arts. 1º e 2º):
>
> I – salários, ordenados, vencimentos, soldos, soldadas, vantagens, subsídios, honorários, diárias de comparecimento, bolsas de estudo e de pesquisa, remuneração de estagiários;
>
> .....
>
> X – verbas, dotações ou auxílios, para representações ou custeio de despesas necessárias para o exercício de cargo, função ou emprego.

Esse dispositivo quando trata das verbas, dotações ou auxílios, para representações ou custeio de despesas necessárias para o exercício de cargo, função ou emprego, se refere a ingressos financeiros permanentes, pagos sem a comprovação de gastos, ou seja, ingressos financeiros que implicam aumento do patrimônio do contribuinte. Essa conclusão pode ser tirada com base na decisão do Superior Tribunal de Justiça, que recentemente decidiu pela incidência

do imposto de renda sobre as ajudas de gabinete e custo pagas a parlamentar, em caráter permanente, em quantia fixa, e usadas pelo parlamentar de acordo com suas necessidades e conveniências, incorporadas à sua remuneração, verbis:

> TRIBUTÁRIO. RENDIMENTO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR. AJUDA DE GABINETE E AJUDA DE CUSTO A DEPUTADO. REMUNERAÇÃO NÃO ESPORÁDICA. CARÁTER PERMANENTE. AGREGAÇÃO AO PATRIMÔNIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. PRECEDENTE
>
> 1. Autuação fiscal com base no art. 645, do Regulamento do Imposto de Renda, RIR/80 (Decreto nº 85.450/80), e ad. 960 do Regulamento do Imposto de Renda, RIR/94 (Decreto nº 1.041/94), referente a rendimentos percebidos pelo exercício de atividade parlamentar de Deputado Estadual, denominados de "ajuda de gabinete" e "ajuda de custo" por terem sido omitidos como rendimentos tributáveis para fins de incidência do imposto de renda.
>
> 2. A finalidade e as características de tais rendimentos não satisfazem a condição prevista no art. 6º XX, da Lei nº 7.713/88, para gozo de isenção, devendo, com isso, serem incluídos na base de cálculo do Imposto de Renda os valores correspondentes à aludida verba.
>
> 3. O art. 40, I, do RIR/94, estabelece que "não entrarão no cômputo do rendimento bruto a ajuda de custo destinada a atender às despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiado e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, sujeita à comprovação posterior pelo contribuinte".
>
> 4. A remuneração recebida pela autora não é esporádica. Ela tem caráter permanente, quantia fixa, pagamento mensal e é usada pelo contribuinte de acordo com as suas necessidades e conveniências.
>
> 5. O conceito de renda inclui qualquer aumento de receita, de lucro, ou seja, o ingresso ou auferimento de algo a título oneroso, conforme preceitua art. 43, do CTN.
>
> 6. In casu, a recorrida, na condição de Deputada Estadual, incorporou, mensalmente à sua remuneração, valores sob a rubrica denominada "ajuda de gabinete" e "ajuda de custo", destinadas, ao "ressarcimento de despesas" em seu gabinete. Tais "ajudas" nos termos em que processadas, constituem contornos inequívocos de proventos, pois que subjacentemente importou acréscimo patrimonial (CTN, art. 43, II).
>
> 7. Em conseqüência, não se pode considerar como indenização o ingresso que tem nítida feição de "mais valia"; isto é, uma realidade econômica nova, que se agregou ao patrimônio individual preexistente, constituindo, por assim dizer, um plus em relação à situação anterior.
>
> 8. O ingresso a título de "ajuda de gabinete" e de "ajuda de custo"; no caso em tela, não possui mínima aparência de indenização, por não se destinar, objetivamente, à recomposição de qualquer dano. Ao contrário, constitui um verdadeiro prêmio que se agrega à azienda individual preexistente, sendo, pois, um verdadeiro acréscimo patrimonial que excede os limites legais, sujeitando-se, assim, à incidência do imposto de renda.
>
> 9. Recurso provido. (RESP 553941, Rel. Min: JOSÉ DELGADO, DJ:17-11-2003).

Em outra oportunidade, o STJ julgou do mesmo modo (RESP 509.872). No entanto, em ambas as decisões, o STJ destaca a permanência da verba indenizatória paga ao parlamentar, integrante de sua remuneração, em quantia fixa, independente de comprovação de qualquer gasto.

No mesmo sentido, tem decidido o Tribunal Regional da 1ª Região, em relação à verba conhecida como l4º e 15º salários:

> A verba de "ajuda de custo" paga a deputados estaduais, conhecida como "14º e l5º salários" (paga ao início e ao final de cada sessão legislativa), não é aceita pela jurisprudência desta Corte como de natureza indenizatória, e por isto não afasta a incidência do IRPF. (TRF – 1ª R, AGIAG, Rel. Desembargador Federal LUCIANO TOLENTINO AMARAL, DJ: 29-8-2003).

Portanto, a contrario sensu, as verbas pagas aos Senadores, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2003, e Portaria n 0212003, do Presidente do Senado, não estão sujeitas à incidência do Imposto de Renda, uma vez que elas somente são pagas mediante comprovação do efetivo gasto do parlamentar, não fazendo parte de sua remuneração, destinando-

se apenas a recompor o patrimônio, afetado com as despesas previstas em norma.

Também não estão sujeitas ao imposto de renda, as gratificações pagas a parlamentares em face de sessões extraordinárias, neste caso, independente da comprovação de gastos, que se presumem:

> A Constituição Federal, no § 7º do art. 57, incluiu o pagamento referente à sessão extraordinária no conceito de verba indenizatória, revelando a Vontade constitucional', na expressão de Konrad Hesse, sobre o regime jurídico aplicável à referida parcela. {...}. As verbas indenizatórias não estão sujeitas ao imposto de renda, posto não caracterizarem acréscimo patrimonial **lato sensu** (STJ, RESP 502.739, Rel. Min.: Luiz Fux, DJ:17-11-2003).

Porém, a não incidência do imposto de renda sobre as verbas indenizatórias não desobrigam o contribuinte de declarar suas rendas ao Fisco, relativas ao ano de 2003. A isenção, a anistia, a imunidade, a não incidência de tributo, não desobrigam o contribuinte das obrigações acessórias, entre as quais, a de declarar, que não se confundem com a obrigação principal de pagar tributos.

A propósito, a legislação referente ao Imposto de Renda, Ano-Base 2003 (Lei nº 10.451, de 2002, art. 1º; IN SRF nº 393, de 2004, art. 1º) estabelece que:

> Está obrigado a apresentar a declaração o contribuinte, residente no Brasil, que no ano-calendário de 2003:
>
> 1 – recebeu rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual na declaração superiores a R$12.696,00, tais como: rendimentos do trabalho assalariado, não-assalariado, proventos de aposentadoria, pensões, aluguéis, atividade rural;
>
> 2 – recebeu rendimentos isentos, **não-tributáveis** ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R$40.000,00;
>
> 3 – participou do quadro societário de empresa, inclusive inativa, como titular sócio ou acionista, ou de cooperativa.

Ante o exposto, o parecer é no sentido de que o Imposto de Renda não incide sobre as verbas indenizatórias pagas aos Senadores.

E que a não incidência não exonera o contribuinte da obrigação acessória de declarar os rendimentos não-tributáveis.

Brasília, 16 de abril de 2004. – **Sérgio Paulo Lopes Fernandes**, OAB/DF 12.865.

De acordo. Encaminhe-se à colenda Mesa do Senado Federal, como resposta ao Requerimento nº 413, de 2004, formulado pela Senhora Senadora Heloísa Helena.

Brasília, 16 abril de 2004. – **Alberto Cascais**, Advogado-Geral do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2004-CN

MENSAGEM Nº 60, DE 2004-CN

(Nº 163/2004, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$140.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

> I – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$66.304.000,00 (sessenta e seis milhões, trezentos e quatro mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e
>
> II – recursos de operação de crédito externa, no valor de R$73.696.000,00 (setenta e três milhões, seiscentos e noventa e seis mil reais).

Art. 3º Fica cancelada a programação constante do Anexo III desta Lei, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I — CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0225		GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES							2.000.000
		ATIVIDADES							
26 571	0225 6241	ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E ADEQUACAO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES							2.000.000
26 571	0225 6241 0001	ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E ADEQUACAO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3	2	90	2	111	2.000.000
0230		CORREDOR LESTE							76.966.000
		PROJETOS							
26 782	0230 1336	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS							76.966.000
26 782	0230 1336 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - TRECHO BELO HORIZONTE - DIVISA SP/MG							76.966.000
			F	4	2	30	0	148	73.096.000
			F	4	2	30	2	111	1.970.000
			F	4	2	90	2	111	2.100.000
0231		CORREDOR TRANSMETROPOLITANO							1.034.000
		PROJETOS							
26 782	0231 1350	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE SAO PAULO							1.034.000
26 782	0231 1350 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE SAO PAULO - TRECHO DIVISA MG/SP - ENTRONCAMENTO BR-116							1.034.000
			F	4	2	30	0	148	600.000
			F	4	2	30	2	111	50.000
			F	4	2	90	2	111	384.000
0233		CORREDOR MERCOSUL							60.000.000
		PROJETOS							
26 782	0233 1208	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA							40.000.000
26 782	0233 1208 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA - TRECHO PALHOCA - DIVISA SC/RS							40.000.000
			F	3	2	90	0	111	200.000
			F	4	2	30	0	111	650.000
			F	4	2	90	0	111	39.150.000
26 782	0233 3766	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							20.000.000
26 782	0233 3766 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - TRECHO DIVISA SC/RS - OSORIO							20.000.000
			F	3	2	90	0	111	410.000
			F	4	2	30	0	111	345.000
			F	4	2	40	0	111	30.000
			F	4	2	90	0	111	19.215.000
		TOTAL - FISCAL							140.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							140.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II — CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0999		RESERVA DE CONTINGENCIA							66.304.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							66.304.000
99 999	0999 0998 0101	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA	F	9	0	99	0	111	66.304.000
		TOTAL - FISCAL							66.304.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							66.304.000

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 72101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0905		OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)							140.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 843	0905 0433	DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA							140.000.000
28 843	0905 0433 0001	DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA - NACIONAL	F	2	1	90	0	144	140.000.000
		TOTAL - FISCAL							140.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							140.000.000

MENSAGEM Nº 163

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$140.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências".

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 58/2004 – MP

Brasília, 8 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.237, de 16 de janeiro de 2004), em favor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes – MT, no valor de R$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), com a seguinte destinação:

	R$ mil
Finalidade	**Valor**
– conclusão das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR-381/SP/MG)	78.000
– desenvolvimento de ações consideradas pré-requisitos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e órgãos de controle ambiental para o início das obras de duplicação do segmento rodoviário entre os Municípios de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, e Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, e a execução propriamente dita, com vistas a complementar a ligação rodoviária com os países do Mercosul	60.000
– desenvolvimento de estudos e projeto executivo referentes â construção do anel rodoviário externo ao norte da Cidade de Belo Horizonte, conforme previsto no contrato de empréstimo da Rodovia Fernão Dias.	2.000
Total	**140.000**

2. A proposição viabilizar-se-á mediante a anulação parcial da Reserva de Contingência Própria do Órgão, no valor de R$66.304.000,00 (sessenta e seis milhões, trezentos e quatro mil reais) e incorporação de recursos oriundos de operação de crédito externa, no valor de R$73.696.000.00 (setenta e três milhões, seiscentos e noventa e seis mil reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Esclareço, por oportuno, que em atendimento ao disposto no art. 63. § 1º da Lei nº 10.707, de 2003, está sendo proposto o cancelamento da despesa primária constante do Anexo III do Projeto de Lei ora encaminhado como compensação pela suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira.

4. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

LEGISLACÃO CITADA

LEI Nº 10.037, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercido financeiro de 2004.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. *(Veto rejeitado no* **DOU** *de 3-6-1964)*

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: *(Veto rejeitado no* **DOU** *de 3-6-1964)*

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; *(Veto rejeitado no* **DOU** *de 3-6-1964)*

II – os provenientes de excesso de arrecadação: *(Veto rejeitado no* **DOU** *de 3-6-1964)*

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; *(Veto rejeitado no* **DOU** *de 3-6-1964)*

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. *(Veto rejeitado no* **DOU** *de 3-6-1964)*

.....

LEI Nº 10.707, DE 30 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária da 2004 e dá outras providências.

.....

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

.....

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, em segundo lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, em primeiro lugar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, quando for possível, entre os três primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a palavra para uma comunicação inadiável, nesta ordem, aos Srs. Senadores Valdir Raupp, Hélio Costa e Heloísa Helena. E, como suplente, a este Senador, se a Senadora Serys Slhessarenko...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, também gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fica a Senadora Serys Slhessarenko como primeira suplente e o Senador Paulo Paim, como segundo suplente. Todos falarão intercaladamente com os oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, quis Deus que estivesse presidindo esta sessão o nobre Senador Paulo Paim.

Senadora Heloísa Helena, pretendo fazer um debate qualificado sobre um tema dos mais importantes: o trabalhador e o trabalho. Como dizia Rui Barbosa, a primazia deve ser dada a eles, e não àqueles que, como diz a Senadora Heloísa Helena, são os gigolôs do dinheiro, do mercado internacional, que nos exploram.

Presidente Paulo Paim, permita-me desertar do seu exército. V. Exª fez com que nos apaixonássemos pela luta, pela causa do salário mínimo de US$100.00. Mas aqui estão as palavras de Darcy Ribeiro, figura ilustre do saber, educador e Senador brilhante. Portanto, Presidente Paulo Paim, lamento comunicá-lo que vou-lhe abandonar. Mas seguirei outro gaúcho. Precisamente em 20 de março de 1991 – há bastante tempo – disse Darcy Ribeiro:

> Sob o comando do Presidente João Goulart, tentamos uma reforma agrária que desse acesso à propriedade familiar aos trabalhadores do campo. Jango, fazendeiro, mas com enorme sensibilidade de estadista, dizia que com dez milhões de proprietários, a propriedade estaria muito melhor defendida e mais gente comeria e educaria os filhos.
>
> Um dos ideais maiores do Presidente João Goulart era repetir a façanha que realizara uma vez de dobrar o salário mínimo. Ele era então de 125 dólares e Jango queria elevá-lo a 250.

Quer dizer que João Goulart, o pacificador, o sacrificado, o injustiçado, sonhava um sonho maior do que o sonho do Presidente Paulo Paim e o nosso, que não se torna realidade: elevar o salário mínimo para US$ 250.00.

Então, Presidente Paulo Paim, estamos pedindo muito pouco ao Presidente da República. Sua Excelência usou o nome do trabalhador para se eleger. E o seu próprio Partido traz o nome do trabalhador.

Presidente Lula, esse pessoal do núcleo duro é muito preguiçoso. Vossa Excelência tem que amar o trabalho. Faria só uma pergunta, porque um quadro vale por dez mil palavras. Ó, mineiro Hélio Costa, quantas vezes Juscelino Kubitschek, Presidente da República, veio a Brasília verificar as obras da construção? Senador Romeu Tuma, imagine! Quantas vezes Juscelino Kubitschek, um mineiro, médico como eu, cirurgião como eu, Prefeito, Governador de Minas, veio aqui? Duzentas e quatro vezes, Senador Alberto Silva! Juscelino Kubitschek veio a Brasília duzentas e quatro vezes, à noite, no seu avião. Presidente Lula, não era avião de luxo, não! Era risco de vida. Senador Paulo Paim, como ele trabalhava de dia, vinha à noite, de madrugada, para acompanhar as obras.

Portanto, o trabalho é fundamental. Presidente Lula, só conheço um lugar onde o sucesso vem antes do trabalho: no dicionário. O trabalho vem primeiro.

Um homem de muita capacidade de criação, como o é o Senador Alberto Silva, disse que se consegue o que se deseja com 90% de transpiração e 10% de inspiração. Isso é trabalho.

Permitam-me reverenciar outro gaúcho, que trabalhou muito, Senador Alberto Silva. Ele tem um livro intitulado **Os Diários**; são dois volumes. Senador Alberto Silva, eu leio muito, mas ainda não terminei o primeiro volume. Como era um homem trabalhador Getúlio Vargas! No Natal, terminava a ceia e ia trabalhar; no dia 07 de Setembro, trabalhava. Daí a transformação.

Em 1940, Senador Alberto Silva, há 64 anos, Getúlio fez a história do salário mínimo. Senador Paulo Paim, V. Exª sabe quanto o salário mínimo seria hoje? Mandei que a Fundação Getúlio Vargas calculasse qual seria o valor atual, baseado no da época do Presidente Getúlio Vargas – isso porque não encontrei antes com o Senador Alberto Silva, porque S. Exª saberia fazer esse cálculo; é Professor de Matemática, um homem de inteligência ímpar. Segundo informações da Fundação Getúlio Vargas – V. Exª sabe que os dados variam –, alguns técnicos me disseram que hoje, Senador Paulo Paim, o salário mínimo do gaúcho Getúlio Vargas seria de R$489,00 – dados estes de economistas da Fundação – e outros disseram que seria de R$592,00. Vamos ficar com a média, Senador Alberto Silva! Mas é bem maior do que o salário mínimo ridículo do Brasil.

Quero lhe dizer o seguinte, Senador Paulo Paim: há um ano, fazíamos um debate qualificado. Pergunto à Senadora Heloísa Helena: quem V. Exª gostaria que eu convidasse para participar de um debate qualificado? O Deputado José Dirceu, o chefe do núcleo duro, o Dr. Antonio Palocci, meu colega médico, o Deputado Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo, ou o nosso colega Senador Aloizio Mercadante? Senadora Heloísa Helena, quem V. Exª gostaria que eu convidasse para participar de um debate qualificado sobre o salário mínimo?

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Se V. Exª vai fazer citações sobre eles, sugiro que o faça em ordem alfabética. Como a demagogia enfadonha sempre me cansou, eu realmente não gostaria de discutir com nenhum deles. É evidente que, ao fazer a citação, V. Exª permitirá que o povo brasileiro relembre o quanto a demagogia eleitoreira e o cínico memorial de contradições são dolorosos para todos nós, inclusive para mim, de uma forma muito especial.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Por ordem alfabética, Senador Alberto Silva. Começarei pelo A de amor, de Alberto Silva, de amor a Deus – Deus é amor –, de amor ao trabalho, Senador Paulo Paim!

Vamos começar o debate qualificado sobre o salário mínimo, Sr. Presidente Romeu Tuma, por ordem alfabética: Deputado Aloizio Mercadante.

Em 19 de outubro de 2000 – atentai bem, pois, para nós, esse é o dia mais importante do calendário, porque é o Dia do Piauí; está aí o Dr. Alberto Silva que o instituiu –, nesse debate qualificado que vem desde Getúlio, desde Darcy Ribeiro, desde João Goulart, desde Paulo Paim, e do qual Aloizio Mercadante também participou, o que disse S. Exª, a quem agradeço pela homenagem?

> Chega de pobreza e de fome! Devemos começar a dizer: basta a essa situação! E o faremos no Orçamento deste ano, que tem de garantir um reajuste minimamente digno para o salário mínimo e para a bolsa-escola.

O próximo, em ordem alfabética, pensei que era José Dirceu, mas não é. Também começa com "A": Antonio Palocci.

Disse S. Exª:

> Em apenas três meses, o Governo arrecadou R$991 milhões a mais do que estava previsto no Orçamento. Dessa forma, há, sim, condições suficientes para um aumento substancial do salário mínimo.

Isso foi dito em 10 de maio de 2002. S. Exª critica que o reajuste foi insuficiente.

Agora, o Deputado José Dirceu, líder do núcleo duro. No debate qualificado, que vem desde Getúlio, diz S. Exª:

> O Governo mantém o salário mínimo arrochado porque mantém os juros altos [este é o discurso de José Dirceu, Senador Hélio Costa!]; mantém a economia estagnada porque tem dependência do capital especulativo; tem acordos com o Fundo Monetário Internacional [Senadora Heloísa Helena, ele citou os gigolôs do capital internacional] e predominantes interesses que não são os interesses nacionais.

Continuando o nosso debate, lembro-me do Senador Paulo Paim – a quem concederei um aparte. Quando eu tecia uma análise sobre o mundo, S. Exª disse que tinha uma filha nos Estados Unidos que ganhava US$10.00 por hora. Se ela trabalhasse oito horas por dia, ganharia US$80.00, a filha do Senador Paulo Paim nos Estados Unidos!

É isso o que queremos mudar; é para isso que queremos acordar, despertar e, nesse sentido, orientar o Presidente Lula.

O PMDB não é base, não. Temos que ser a luz deste País, porque temos mais experiência e competência para servir a esta Pátria.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, eu estava presidindo os trabalhos e fiz questão de apartear V. Exª, que traz ao debate a questão do salário mínimo. Eu dizia que esse salário interessava a 100 milhões de brasileiros, mas os dados do IBGE, na verdade, provaram que estou errado. O salário mínimo interessa a aproximadamente 118 milhões de brasileiros. Fico abismado quando alguns falam que o salário mínimo só interessa a 3 milhões de pessoas. Ora, se o IBGE constata que 58 milhões de pessoas ganham até um terço do salário mínimo. Se quiséssemos chegar a dois terços, eu multiplicaria por dois, mas nem vou fazer isso. De um terço a um salário mínimo, chegaríamos a mais de 112 milhões de brasileiros que estão na expectativa do crescimento do mínimo. O ex-Presidente João Goulart, já falecido, dobrou o valor do salário mínimo, e fiquei feliz porque, recentemente, a sua esposa, ainda viva, veio a Brasília e me convidou para ser padrinho da Fundação Getúlio Vargas, por tudo aquilo que a Fundação representa e pela minha luta pelo salário mínimo. Em 1991, fui Relator de um projeto na Câmara dos Deputados, aprovado pelo Congresso, que aumentou o salário mínimo em 147%, ou seja, mais que o dobrou. Assim, fique certo de que estarei no mesmo exército que V. Exª. O Governo, à época, não queria estender o aumento aos aposentados e pensionistas, mas isso foi conseguido junto ao Supremo, e o benefício foi concedido a mais 18 milhões de pessoas. Em 1995, foi concedido um reajuste de 46,5% para o salário mínimo e, em 1998, de cerca de 20%, em ambos os casos ultrapassando-se a barreira dos US$100. V. Exª sabe que, neste momento, não posso apresentar um projeto em dólares. Não o fiz. Apresentei um projeto com um cálculo fácil: aplica-se a inflação dos últimos 13 meses – porque o último reajuste foi em abril – aos R$240,00 e acrescentam-se R$0,20 por hora. A pergunta que faço é: será que a economia brasileira não resiste a um reajuste de R$0,20 por hora? A R$0,20 por hora, 220 horas/mês correspondem a R$44,00. Se esse valor fosse somado aos R$240,00 reajustados pela inflação de 13 meses, seriam ultrapassados os R$300,00. Isso pode não ser o ideal, mas se no segundo ano do Governo de Lula fosse ultrapassada a barreira dos US$100,00 e concedido o mesmo percentual de reajuste para os 22 milhões de aposentados e pensionistas, para se chegar aos R$312,00 de que falei por inúmeras vezes seria necessário um reajuste de 30% em R$240,00. Se for para se manterem os US$100, seriam necessários R$290,00 e, de acordo com o meu projeto, que o Senador Geraldo Mesquita relatou, um pouco mais de R$300,00. Eu diria que estou ao lado de V. Exª, esperançosos de que consigamos elaborar uma proposta que ultrapasse os US$100. Tenho certeza de que V. Exª será um desses guerreiros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O valor de US$125 ocorreu quando João Goulart foi Presidente da República deste País.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mas ele dobrou o salário mínimo, na época, e fizemos o mesmo em 1991, ou seja, estamos no mesmo caminho. Cumprimento V. Exª pelo tema. Esta Casa deveria debater até o dia 1º a questão do salário mínimo. Eu gostaria de convidar V. Exª para, no debate qualificado que propôs e com o qual concordo, na próxima terça-feira, ouvir nosso convidado Márcio Pochmann, um estudioso do assunto. Para essa audiência pública, serão convidados, também, representantes dos empregadores e do Governo, e espero que, com esse debate, encontremos os caminhos necessários. O Sr. Márcio Pochmann demonstra hoje, inclusive nos jornais, que o valor do salário mínimo, reajustado de forma decente, vai impulsionar o fortalecimento dos Municípios e dos próprios Estados. Parabéns a V. Exª pelo discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Exª. De qualquer jeito, passamos por João Goulart e Getúlio Vargas, e continuamos com a luz do Rio Grande do Sul.

Só quero citar um dado, pois um quadro vale por dez mil palavras. A filha do Paulo Paim é dotada, recebe US$10 por hora nos Estados Unidos, mas o **minimum minimorum,** Senador Hélio Costa, brasileiro que teve longa vida nos Estados Unidos, hoje, é de US$5.15

por hora. Atentem bem V. Exªs para o segundo fato: no Brasil, o salário mínimo por hora é de 0,40, ou seja, 13 vezes menor do que o do povo norte-americano. Nos países pobres da Europa, como Portugal, é de 2,3 a hora; na Grécia, de 2,6 e, na Espanha, de 2,09. No Brasil, é de 0,4.

O caminho da salvação é o trabalho. O Napoleão francês disse, Senador Romeu Tuma, que conheceu as limitações dos seus braços, das suas pernas e da sua visão, mas nunca as do trabalho.

Concedo o aparte a esse homem do trabalho que é Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Cumprimento V. Exª por abordar um tema tão importante como esse, com o registro de números que vêm desde o tempo do Presidente João Goulart. No Brasil, não se conta o salário por hora. Ah, se fosse assim. Lá não tem essa história do Ministério do Trabalho. Por exemplo, alguns aviadores, que trabalharam comigo no tempo da CNORTE, estiveram nos Estados Unidos e disseram que lá se trabalha o número de horas que se quiser, até onde as forças agüentem e, por isso, pagam por hora. Assim, há pessoas que fazem uma fortuna por dia. De qualquer maneira, V. Exª sinaliza para um número equivalente, pelo menos, aos dos Presidentes que governaram este País naquela época. O nobre Senador Paulo Paim disse que em 1991 dobraram o salário mínimo. V. Exª sugere, agora, que pelo menos ultrapassemos a casa dos R$300,00. Não fui informado sobre a discussão a respeito do assunto que V. Exª propõe, mas, se possível, conte conosco, Senadores, para impulsionar e apresentar ao Presidente Lula uma proposta viável, que ultrapasse a casa dos R$300,00. Parabéns a V. Exª pelo tema.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço pela participação desse homem que trabalha muito pelo Piauí e pelo Brasil, Alberto Silva.

Concedo o aparte a essa mulher trabalhadora, professora e enfermeira, Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Serei rápida, pois conheço o esforço com que o Senador Romeu Tuma, Presidente da sessão, está tentando organizar os trabalhos no plenário. Do mesmo jeito que o Senador Paim e vários outros Senadores da Casa, eu também tive oportunidade de apresentar um projeto de lei que trata da recuperação do poder de compra do salário mínimo. É claro que não me apropriei de nenhuma das falas dos Líderes do Governo na Câmara e no Senado, da Casa Civil ou do Ministério da Fazenda. Apropriei-me de uma promessa de campanha do Presidente Lula, que se apresentou ao povo brasileiro assumindo compromissos. Como imagino que promessas não cumpridas sejam atributos típicos dos que se predispõem à vigarice política, não quero que esse seja o caso dele. O Presidente Lula assumiu, perante o povo brasileiro, o compromisso de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Então, não estamos a reivindicar o cumprimento do que está estabelecido na Constituição. Segundo o Dieese, a Constituição determina que sejam R$1.440,00. Não estamos propondo R$500,00, mas apenas que a promessa, que o compromisso que foi feito pelo Presidente Lula seja cumprido a partir de agora, já que no ano passado não foi iniciado. Para que isso seja feito, além da recomposição das perdas inflacionárias, deve haver um aumento de 26%, a fim de que, nos dois próximos anos do Governo de Lula, estabelecendo-se esse mesmo mecanismo, o seu compromisso de campanha deixe de ser uma promessa gasta, vazia, verbalizada, solta ao vento para ludibriar mentes e corações espalhados pelo Brasil. Além da recomposição das perdas inflacionárias, que possa haver um aumento de 26%, o que levaria o salário mínimo a R$330,00 e, assim, de fato, poder-se-ia dobrar o seu poder de compra e cumprir-se uma promessa de campanha. Portanto, quero saudar V. Exª pelo pronunciamento que faz à Casa, trazendo a necessidade de um debate, extremamente importante como este, que mexe com a vida, com o cotidiano de milhões de pessoas espalhadas pelo Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Romeu Tuma, nesse debate qualificado contamos com a presença do PT justo, representado pelo Senador Paulo Paim, e do PT da saudade que o povo sente de Heloísa Helena.

O Senador Alberto Silva, que chegou agora, foi duas vezes prefeito. O Senador Leonel Pavan, três. Os prefeitinhos sabem das coisas, e é por isso que o Palocci é o melhorzinho, Senador Hélio Costa, do núcleo duro, ou seja, porque passou pela experiência de ser prefeito. Quero deixar – e espero que os ex-prefeitos a comprovem – a minha experiência nessa área.

Senador Romeu Tuma, que o núcleo duro aprenda que aumentar salário não quebra prefeitura. Fui Prefeito de Parnaíba na época da inflação galopante – não fui o melhor Prefeito da história de lá, porque o Senador Alberto Silva me antecedeu e levou esse título, que ninguém lhe tira. Àquela época, havia mês em que o salário aumentava até 80%. Então, me debruçava – noites indormidas – para ajustar o salário mínimo, mas logo mandava pagar. Quanto aos demais funcionários que ganhavam mais do que um salário, de acordo com o caixa, dava-lhes um maior ou um menor aumento. Era uma oportunidade, Senador Romeu Tuma, de fazer justiça salarial. Eu ficava preocupado com a possibilidade de não conseguir pagar a folha dos funcionários no fim do mês, tendo em vista um aumento

de até 80% ao mês. Mas todos os meses eu pagava porque aumentava o consumo, aumentava a produção, aumentava o ICMS, aumentava o Imposto de Renda, aumentava o Fundo de Participação. Nunca deixei de pagar. Salário mínimo justo, como diz a Igreja, é o que mantém a família com dignidade. Por que, nas outras vezes não votei em Lula? Não votei na primeira, nem na segunda e nem na terceira. Na quarta vez, Senador Alberto Silva, impressionou-me a fala do então candidato Lula, Senador César Borges, quando, na televisão, ele dizia que o trabalhador brasileiro merecia ser feliz, além de ter um salário digno e poder, no fim de semana, tomar uma cervejinha com a sua "Adalgizinha".

Presidente Lula, não está dando sequer para o trabalhador pagar sua conta de água, que tem subido, assim como a do gás de cozinha, Senador Ney Suassuna. É bitributação. O PT, partido dos tributos, resolveu cobrar duas vezes no Piauí, na Paraíba e em Minas o gás de cozinha. Como é que o sujeito vai comer, Dr. Alberto Silva? O pobre não pode comprar o gás porque não tem dinheiro, pois o preço de botijão subiu. No Piauí está custando R$40,00 um botijão. Se as pessoas cozinharam à lenha, Dr. Alberto, o Ibama prende. Então, aí sim, é a fome zero, seguida de morte. É isso que está acontecendo no nosso Governo.

Sr. Presidente, fico com o Presidente Lula quando disse, Senador Tuma, que o trabalhador tem o direito de tomar uma cervejinha. Então, vamos dar salário.

Agradeço pela generosidade de V. Exª, que cedeu um pouco mais de tempo para o que é mais importante: o trabalho. Trabalho é solução. Vou encerrar com uma música – uma homenagem ao Senador Alberto Silva, que é músico, um pianista excelente. A música, Senador Hélio Costa, V. Exª que é comunicador, revela mais do que a sabedoria, mais do que a filosofia. Daí, Davi, o bíblico, o líder, Heloísa Helena, cantar os salmos, nos Cânticos de Davi. Quero terminar com uma música que fala sobre o trabalho para acordar o Presidente Lula, para que Sua Excelência seja o trabalhador número um, como foi Getúlio, como foi Juscelino, como foi Alberto Silva, no Piauí. Diz Fagner:

Um homem se humilha
se castram seus sonhos,
seu sonho é sua vida
e a vida é trabalho.
E sem o seu trabalho
um homem não tem honra,
e sem a sua honra
se morre, se mata.
Não dá pra ser feliz,
não dá pra ser feliz,
não dá pra ser feliz,
não dá pra ser feliz.

Assim termina, Senadora Heloísa Helena: "Não dá para ser feliz". Olha a mensagem do PT:.direito de ser feliz, coragem de ser feliz.

Então, tenhamos a coragem de lançar nossas últimas palavras aos céus e a Deus. Oh, meu Deus, ilumine o PT! Respeitem o trabalhador e o trabalho! Que não sirva, como diz Heloísa Helena, para encher a pança dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Registro a presença dos alunos da 6ª Série do Centro de Ensino 308, do Recanto das Emas, Distrito Federal. Nossas boas-vindas a todos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, entreguei a V. Exª um requerimento solicitando minha inscrição para falar em nome da Minoria. Tão logo V. Exª entenda possível, gostaria de usar o microfone pelo tempo que reserva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em primeiro lugar, está inscrito, pela Liderança, o Senador Paulo Paim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, após S. Exª, gostaria de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Paulo Paim, tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um ofício solicitando o uso da palavra pela Liderança do Bloco. No momento em que V. Exª entender adequado, gostaria de debater sobre o salário mínimo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Senadora Ideli Salvatti vai enviar o oficio.

Concedo a palavra, ao Senador Valdir Raupp, para uma comunicação inadiável.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, hoje, os corações de todo o povo de Rondônia, estão entristecidos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo novamente esta tribuna para manifestar a apreensão do povo rondoniense com o desenrolar de duas tragédias humanas que chamam a atenção de todo o

País: o massacre de garimpeiros na Reserva Indígena Roosevelt e de detentos do Presídio Urso Branco, em Porto Velho.

Juntas, essas duas tragédias são responsáveis por cenas de selvageria, de desumanidade que a nossa pacífica, ordeira e trabalhadora população de Rondônia desaprova e repudia.

No conflito entre índios e brancos, já acharam 29 mortos; no caso Urso Branco, já seriam nove. Porém, em ambos os casos, lamentavelmente, pode ser muito mais. São quase duas centenas de reféns do presídio e outras centenas de inseguros cidadãos no caso da reserva indígena.

Estou regressando de meu Estado. Lá, todos estão preocupados com os casos em si e com a insegurança que cerca a todos, porque, por exemplo, Srªs e Srs. Senadores, comenta-se muito que os brancos, que os garimpeiros vão retaliar os índios pelas atrocidades cometidas. Há índio de outras nações, também habitantes da mesma região conflitada, temendo sair de suas ocas, de suas tribos, principalmente os índios Suruís, da reserva de Cacoal, e os índios Gaviões de Ji-Paraná, reservas vizinhas. O que mais nos indigna é que o Sr. Walter Blos, da Funai, foi nomeado chefe de uma missão para apaziguar a reserva Cinta Larga, garimpeiros e índios, e vejam o que aconteceu, até o momento, 29 mortos, e há comentários de que possam existir ainda mais.

Em nossa capital, ainda prevalecem as imagens da grande revolta ocorrida em janeiro de 2002 no presídio Urso Branco, palco de 37 assassinatos, caso ainda sob investigação internacional pela OEA – Organização dos Estados Americanos, e com uma condenação preliminar que poderá resultar em indenização milionária aos parentes das vítimas.

Agora, além das anunciadas nove mortes, há sério risco de vida sobre outras 160 pessoas "marcadas" para morrer pelos líderes da nova rebelião do superlotado presídio Urso Branco. A capacidade daquela casa de detenção é para 350 pessoas, mas já abriga 1,5 mil presos. O perigo também alcança os 170 familiares tomados como reféns no início da revolta no último domingo.

Retomando o caso Cinta-Larga, causa muita preocupação entre a população o zelo pela integridade do território. As dificuldades de acesso à reserva foram comparadas a outras zonas de conflitos mundiais, pois a Polícia Federal somente foi autorizada a adentrar a área oito dias após o episódio.

Em caso similares, argumentam que, mesmo em guerras, são comuns ações rápidas de resgate de vítimas, no mínimo, em nome da preservação do direito da assistência humanitária.

No caso, sabem muito bem as Srªs. e os Srs. Senadores que o conflito está ocorrendo em nosso próprio território, apenas dentro de reserva indígena encravada em solo brasileiro. Por que a demora? Quais as razões para a demora em socorrer vítimas e retirar os mortos? Pergunta a população do meu Estado. Somente depois de treze dias foram retirados os últimos corpos dos garimpeiros.

Concedo o aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Valdir Raupp, serei rápido. V. Exª traz dois assuntos que nos preocupam bastante. O primeiro diz respeito à falência do sistema penitenciário. Exemplo disso é o Presídio Urso Branco, onde ocorrem assassinatos, promiscuidade; não há um tratamento de recuperação, mas a formação de quadrilhas internas, que cometem assassinatos. Quem tem condenação a 30 anos pouco se importa se matar mais vinte, porque a pena não será aumentada. Isso é terrível. O Senador Alberto Silva contou-me que, quando era Governador do Estado, construiu um presídio com capacidade para o dobro da ocupação prevista. Já se passaram mais de dez anos e não houve lotação. Falta previsão para o administrador. O Governo Federal prometeu construir dois presídios federais de segurança máxima. Ainda não vi nem abrirem o buraco para os alicerces. Quanto à promiscuidade dos Cintas-Largas com os garimpeiros, fiz várias operações de retirada de garimpeiros de áreas de comunidades indígenas. Essa foi terrível. Há implicações de que ainda não temos conhecimento. Falei com o Dr. Mauro Sposito ontem à noite, e ele disse estar muito preocupado. Estão aprofundando as investigações para conhecerem os fatos que levaram a essa chacina. O Presidente da Funai, em suas palavras, estimulava os índios a matarem os que tentassem penetrar nas áreas demarcadas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Senador Romeu Tuma, agradeço o aparte de V. Exª, que tem experiência na Polícia Federal e sabe muito bem que a situação tem que ser mudada.

Sr. Presidente, peço apenas dois minutos para concluir, dada a gravidade do problema enfrentado hoje em meu Estado, Rondônia.

Culpados existem. Em ambos os casos, subsistem razões. E as autoridades foram alertadas em tempo hábil sobre suas reais possibilidades e dimensão. As responsáveis autoridades de meu Estado não claudicaram em suas atribuições. Inúmeras vezes, estivemos reunidos e encaminhamos relatórios e documentos sobre os problemas.

Compreendemos as dificuldades conjunturais que podem ter retardado tais soluções. Porém, não

podemos nos aquietar com as notícias estampadas no Brasil e até no exterior sobre o clima de barbárie e de selvageria que estaria reinando em Rondônia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ninguém tem o direito de tirar a vida. Só Deus tem o direito de ceifar vidas humanas. Os índios não têm o direito de tirar a vida de garimpeiros, nem os garimpeiros de tirar a vida dos índios. Nem os presos que estão em Urso Branco ou em qualquer presídio do Brasil têm o direito de matar seus irmãos que estão cumprindo pena para se recuperarem e serem devolvidos à sociedade e ao seio da família.

A hora da resposta é agora. Vamos, efetivamente, implementá-la! Precisamos mergulhar na questão do aproveitamento das riquezas armazenadas em nossas reservas! Precisamos encontrar solução para a superlotação e o ocioso modelo de nossos presídios.

Asseguro-lhes, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a Bancada de Rondônia não se furtará a continuar discutindo os problemas e a trabalhar pela construção de suas soluções.

É o que a população ordeira, justa e trabalhadora da nossa querida Rondônia sempre terá de nossa parte.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência registra que recebeu ofício delegando ao nobre Senador Romeu Tuma o uso da palavra para uma comunicação de interesse partidário, a quem a concedo, de imediato. Em seguida, ouviremos as palavras do nobre Senador César Borges, do PFL da Bahia.

V. Exª dispõe de até cinco minutos, nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Efraim Morais por ter-me concedido a oportunidade de falar pela Liderança da Minoria.

Desejo tecer algumas considerações sobre o Dia do Exército, que foi comemorado ontem. À noite, tive oportunidade de ouvir, durante cerimônia aqui em Brasília – eu participei de cerimônia em São Paulo –, o Presidente Lula dirigindo-se aos comandantes militares. Hoje, lendo a **Folha de S.Paulo** e outros jornais, destaquei algumas das palavras do Presidente, as quais, penso, Senador Mão Santa, têm que ficar registradas nos Anais do Senado, para que o Governo possa cumprir o compromisso assumido perante a Nação e os chefes militares.

Sabemos que houve um movimento das esposas dos militares, reivindicando uma melhoria salarial. Há muito tempo, os militares foram relegados a um segundo plano, mas não perderam a dignidade, a honra e o amor à Pátria. Dentro da disciplina, permanecem passivos, mas angustiados. E, como líderes, pediram que o Governo raciocinasse sobre as reivindicações que foram apresentadas. O Ministro da Defesa pediu que cessasse qualquer reclamação dos chefes militares, que ele, como chefe maior, se encarregaria de ser o porta-voz das reivindicações. E assim fez o Ministro, o Embaixador José Viegas.

Relata a **Folha de S.Paulo**:

> Há cerca de duas semanas, questionado se haveria aumento, o Ministro Guido Mantega (Planejamento) respondeu: "Não tem discussão para os militares".
>
> (...)
>
> "A sociedade brasileira tem orgulho dos senhores e das senhoras, e o Estado brasileiro não deixará de traduzir em termos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem. Conheço bem, como comandante das Forças Armadas, os anseios pessoais e as dificuldades por que passam os militares", disse o Presidente Lula.
>
> (...)
>
> Um tratamento condigno com o elevado serviço que prestam nossas Forças Armadas ao País é de inteira justiça e será assegurado pelo meu governo. Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias.
>
> Em seguida, afirmou: "As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se, de uma questão de justiça, que o meu governo tem determinação de atender". O presidente também reafirmou seu compromisso de recuperar a capacidade operativa das Forças Armadas. "Vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las."

Sabemos as necessidades das Forças Armadas. O Senador Mão Santa disse que ontem vestiu a farda do Exército, como eu, o Senador Alberto Silva e tantos outros que militam nesta Casa. Nós acompanhamos a evolução das Forças Armadas.

Aqui há propostas no sentido de que elas sejam chamadas sempre que necessário, quando a sociedade se vir aflita, à mercê da criminalidade. Os militares têm que estar em condições de respeitabilidade, de dignidade, para continuar com aquele amor profundo que têm à profissão que escolheram por vocação. Só se é militar por vocação; não se trata de uma profissão que atrai pelo salário, e as exigências para ingresso são bastante duras, V. Exªs são testemunhas.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Exª, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, estava em meu gabinete, ouvi o tema do seu pronunciamento e vim para cá sem fôlego – a distância é grande –, para fazer uma intervenção que expressa o sentimento de justiça da Casa às Forças Armadas, ao Exército nacional, que completou mais um ano de vida. Senador Romeu Tuma, em 1974, cursei a Escola Superior de Guerra, convivi com militares das três Armas, Marinha, Aeronáutica e Exército, e vi quão importante são as Forças Armadas para o Brasil. Pude sentir isso mais de perto com a convivência. Essas instituições – as três Armas – transmitem algo que hoje está acabando, que é o sentimento de disciplina e hierarquia. Quem serve às Forças Armadas se civiliza, e quem convive com os militares se militariza um pouco. Considero importante o pronunciamento de V. Exª, até mesmo pelo momento que o Brasil está vivendo. V. Exª acabou de afirmar: volta e meia, qualquer perigo à segurança do País, invocam-se as Forças Armadas, discute-se o seu papel. Portanto, são elas imprescindíveis à segurança nacional, externa e internamente. É necessário que se faça justiça às Forças Armadas, que, embora sacrificadas em tudo, permanecem quietas. Os oficiais e soldados têm dentro de si o sentimento de compreensão dos problemas da Pátria. Não se vê ninguém reclamando; às vezes, o grito por melhores salários se dá por meio dos familiares. As Forças Armadas estão sempre dispostas a servir ao País, às nossas instituições; representam a nossa garantia. Quando relatei o projeto Sivam/Sipam, que tanta celeuma causou, recebi o estímulo de V. Exª, e hoje a Aeronáutica toma conta da Amazônia e transmite sua tecnologia para os países vizinhos, o que é extraordinário, Senador Romeu Tuma. Será que precisaremos chamar as Forças Armadas para manter a ordem neste País? Sinceramente, não desejo isso, porque acredito que as instituições democráticas estão cada vez mais fortes. Mas, diante do problema de violência no Rio de Janeiro, discute-se se as Forças Armadas deveriam prestar socorro, nessa briga entre os narcotraficantes, que disputam entre si em uma verdadeira guerrilha, pondo em pânico as famílias. Façamos justiça às Forças Armadas, que são submissas à ordem constituída. É bom observar a evolução: as Forças Armadas são submissas à Constituição que lhes cumpre defender. Ao homenagear as Forças Armadas e particularmente o Exército nacional, V. Exª representa toda a Casa. Peço que aceite em seu pronunciamento as minhas palavras, já que V. Exª tem categoria para homenagear as Forças Armadas e o Exército nacional pelo transcurso de mais um aniversário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço profundamente suas palavras, Senador Ramez Tebet. V. Exª vem, em boa hora, relatar fatos do seu conhecimento, que enriquecem meu discurso.

Ouço o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Nosso Presidente indica que o tempo de V. Exª está esgotado, mas eu queria dizer que cursei o CPOR e fiz estágio, passei três ou quatro meses no Exército, acompanhando manobras militares, no Batalhão de Engenharia. Conheço bem a organização das Forças Armadas. Disse muito bem o Senador Ramez Tebet que elas são disciplinadas. Ainda não se viu o Exército ou algum membro das Forças Armadas entrarem em greve; pelo contrário, eles cumprem seu papel de defender o País interna e externamente. Não sei de quem foi a infelicidade de colocar na Constituição – se não me engano, na de 1988 – os integrantes das Forças Armadas como funcionários públicos; isso não existe em lugar nenhum do mundo. As Forças Armadas são uma instituição e, como tal, devem ter um tratamento especial na Constituição; recebem o dinheiro da Nação para manter a unidade nacional e defendê-la interna ou externamente. Os militares são membros de uma instituição criada há séculos, desde o império romano, para a manutenção da ordem, para a defesa do patrimônio e do território nacional. Parabéns a V. Exª pela justa homenagem que presta. O meu aparte era apenas para dizer que as Forças Armadas merecem um tratamento especial. Os militares não são funcionários públicos, mas membros de uma instituição nacional criada para a defesa da ordem externa e interna. Parabéns a V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva. Agradeço a V. Exª as sábias palavras.

Meu Presidente, peço apenas um minuto. Fiz um questionamento à Consultoria Legislativa sobre a intervenção do Exército, tema que constitui uma preocupação de V. Exª, Senador Ramez Tebet. Tenho me preocupado com isso, por causa dos discursos e apelos que tenho ouvido; ontem mesmo, ocorreu um debate. O consultor Gilberto Guerzoni Filho me entregou,

ontem pela manhã, um parecer sobre o emprego das Forças Armadas no combate ao crime e na manutenção da ordem pública, que peço seja incorporado ao meu pronunciamento.

Sabemos que, pelo art. 144 da Constituição, que rege o sistema de segurança pública e dá as competências às polícias constituídas, a responsabilidade pela segurança pública não é do Exército, mas dos governadores de Estado. É claro que a Polícia Federal tem algumas competências especiais no combate ao tráfico de drogas e crimes federais.

Apenas chamo a atenção para o que diz o art. 9º, inciso III, "d", do Código de Processo Penal Militar:

> Art. 9º .....
>
> **d**) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

E aí vem o fato grave, que é o parágrafo único:

> Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.299, de 8.8.1996)

Essa é a grande preocupação dos militares, se forem fazer operação no morro ou em qualquer outro lugar. É claro que há alguns precedentes exigidos pela Constituição para que haja essa intervenção, inclusive o Estado declarar-se falido na sua competência de combater o crime. Para restabelecer a ordem, há uma série de providências de ordem constitucional. Mas o Exército fica temeroso de enviar um soldado, porque, amanhã, num entrevero, ele pode matar um bandido e ser julgado pela justiça comum, que poderá qualificar o crime como doloso. Não dá para fazer isso.

Temos que alterar realmente a legislação e deixá-la pronta. E aqui há outras considerações. Eu pediria permissão ao Presidente para que fossem publicadas, para que todos nós pudéssemos discutir com mais profundidade esse fato que tem afligido a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

NOTA TÉCNICA Nº 765, DE 2004

Referente à STC nº 200402459, do Senador Romeu Tuma, sobre atuação das Forças Armadas em atividades de garantia da ordem pública.

Encaminha o Senhor Senador Romeu Tuma as seguintes questões:

Sobre os acontecimentos que vêm ocorrendo no Rio de Janeiro, indaga-se:

> 1 – a partir de quando as Forças Armadas, constitucionalmente, devem interferir, compulsoriamente ou convocadas, para garantir a ordem pública?
>
> 2 – admitida à hipótese da intervenção, quais as garantias e qual o foro competente para os militares dessas Forças, no caso de confronto?

Inicialmente, cabe observar que a garantia da ordem pública é precípua e ordinariamente, função das Policias Militares, que estão subordinadas aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal. Conforme o art. 144 da Constituição:

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
>
> I – polícia federal;
>
> II – polícia rodoviária federal
>
> III – polícia ferroviária federal;
>
> IV – polícias civis;
>
> V – polícias militares e corpos de bombeiros militares
>
> .....
>
> § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
>
> § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
>
> .....

Trata-se, assim, ordinariamente, de função que se inscreve na competência dos Estados e do Distrito Federal e que deve ser desempenhada pelos órgãos próprios para tal.

A Carta Magna, entretanto, prevê a hipótese da utilização das Forças Armadas na garantia da ordem pública. Esse comando consta do **caput** de seu art. 142, cujo § 1º remete a regulamentação da matéria à lei complementar, **verbis**:

> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
>
> § 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.
>
> .....

A matéria está regulamentada pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais parti a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cujo art. 15 estabelece:

> Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República. que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:
>
> I – diretamente ao Comandante Supremo, no caso de Comandos Combinados, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;
>
> II – diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para fim de adestramento, em operações combinadas, ou quando da participação brasileira em operações de paz;
>
> III – diretamente ao respectivo Comandante da Força, respeitada a direção superior do Ministro de Estado da Defesa, no caso de emprego isolado de meios de uma única Força.
>
> § 1º Compete ao Presidente da República à decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.
>
> § 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

Tem-se, destarte, que a atividade de manutenção da ordem pública cabe aos Estados e ao Distrito Federal, por intermédio de suas respectivas Polícias Militares. A União, entretanto, pode atuar na área, com utilização das Forças Armadas, sempre sob o comando das autoridades próprias de Poder Executivo Federal, nas hipóteses de os Estados e o Distrito Federal terem esgotado a sua capacidade de restabelecer a ordem.

Resta, aqui, verificar como se constata a ocorrência dessas hipóteses. Duas alternativas dependem do juízo do Presidente da República e, como implicam a interferência unilateral na autonomia dos entes federados, estão expressamente previstos na Constituição. Trata-se da decretação da intervenção no Estado ou no Distrito Federal e do Estado de Defesa.

A intervenção está prevista nos arts. 34 e 36 da Lei Maior:

> Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
>
> .....
>
> III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
>
> .....
>
> Art. 36.....
>
> § 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
>
> § 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.
>
> .....
>
> § 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

O Estado de Defesa é disciplinado no ad. 136 da Constituição:

Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

§ lº O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I – restrições aos direitos de:

a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;

b) sigilo de correspondência;

c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

II – ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

§ 2º O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

§ 3º Na vigência do estado de defesa:

I – a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II – a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

III – a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

IV – é vedada a incomunicabilidade do preso.

§ 4º Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

§ 5º Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

§ 6º O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento. devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

§ 7º Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.

Nessas duas hipóteses, a atuação das Forças Armadas poderá ocorrer, conforme diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República, após a decretação das medidas extraordinárias referidas.

Há, entretanto, parece-nos, uma terceira opção para a interferência das Forças Armadas na garantia da ordem pública, sem a necessidade da decretação da intervenção ou do Estado de Defesa. Trata-se da situação em que o Governador do Estado ou do Distrito Federal informa ao Presidente da República a total incapacidade de a Unidade da Federação de cumprir as suas obrigações constitucionais na área.

Nesse caso, entendemos, pode o Poder Executivo da União, após avaliar a situação, determinar o emprego das Forças Armadas na manutenção da ordem pública, sempre sob o seu comando. Não seria, em senso estrito, o caso de intervenção, uma vez que a atuação não ocorreria de forma unilateral, mas em atendimento a pedido expresso do ente federado, que informa ter esgotado a sua capacidade de atuação.

Comente-se que essa última situação não está prevista expressamente na Carta Magna. Deriva ela de interpretação da parte final do capta do art. 142 da Constituição, combinado com o § 2º do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 1999, que prevêem a possibilidade de atuação das Forças Armadas na atividade de segurança por decisão do Presidente da República.

Nesse caso, ganha relevo a necessidade de observação do princípio da razoabilidade, uma vez que a ação das Forças Armadas não pode ser confundida com intervenção no Estado ou no Distrito Federal.

É importante frisar que, em qualquer hipótese, a atuação das Forças Armadas deve ser excepcional e temporária, retomando-se à normalidade no menor prazo possível.

Concluída essa questão, passemos a comentar o ponto relativo às garantias e ao foro competente para julgamento dos militares das Forças Armadas, quando convocadas a atuar na manutenção da ordem pública.

A solução desse ponto se dá pela constatação de que o fato de atuar na manutenção da ordem pública não altera o foro ou as garantias a que estão submetidos os militares da Forças Armadas. Assim, nessa hipótese, estarão eles sujeitos à Justiça Militar Federal ou à Justiça Comum e submetidos ao Código

Penal e de Processo Penal Militar ou seus congêneres ordinários, conforme o tipo de ilícito praticado.

Efetivamente, determina o art. 124 da Constituição:

> Art. 124. A Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Estabelece, de sua parte, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, o Código Penal Militar:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

> I – os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;
>
> II – os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:
>
> **a**) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;
>
> **b**) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito á administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
>
> **c**) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil; (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 8-8-96)
>
> **d**) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
>
> **e**) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;
>
> **f**) revogada. (Vide Lei nº 9.299, de 8-8-96)
>
> III – os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:
>
> **a**) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;
>
> **b**) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;
>
> **c**) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância. observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;
>
> **d**) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.
>
> Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.299, de 8-8-96)

E o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, o Código de Processo Penal Militar:

> Art. 82. O foro militar é especial, e, exceto nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, a ele estão sujeitos, em tempo de paz: (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 7-8-96)
>
> I – nos crimes definidos em lei contra as instituições militares ou a segurança nacional:
>
> **a**) os militares em situação de atividade e os assemelhados na mesma situação;
>
> **b**) os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo;
>
> **e**) os reservistas, quando convocados e mobilizados, em manobras, ou no desempenho de funções militares;
>
> **d**) os oficiais e praças das Polícias e Corpos de Bombeiros, Militares, quando incorporados ás Forças Armadas;
>
> II - nos crimes funcionais contra a administração militar ou contra a administração da Justiça Militar, os auditores, os membros do Ministério Público, os advogados de oficio e os funcionários da Justiça Militar.
>
> § 1º O foro militar se estenderá aos militares da reserva, aos reformados e aos civis, nos crimes contra a segurança nacional ou contra as instituições militares como tais definidas em lei. (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 7-8-96)
>
> § 2º Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar

á justiça comum. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.299, de 7-8-96)

Do transcrito, verifica-se que, como regra, o foro dos membros das Forças Armadas, mesmo quando atuando na garantia da ordem pública é a Justiça Militar Federal. De igual forma, estão eles sujeitos à disciplina do Direito Penal Militar, tanto no aspecto substantivo quanto no processual.

Há, entretanto, importante exceção, que ganha relevo quando se colocam as Forças Armadas atuando em atividade civil, para a qual não têm ordinariamente, treinamento e equipamento adequado, como é a manutenção da ordem pública. Trata-se do comando incluído no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar pela Lei nº 9.299, de 1996, que determinou a competência da justiça comum para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, praticado por militar contra civil.

Do exposto, concluímos, respondendo aos quesitos originalmente postos:

A atuação das Forças Armadas em atividade de garantia da ordem pública terá lugar a partir de determinação nesse sentido feita pelo Presidente da República, após a decretação de intervenção federal em Estado ou no Distrito Federal ou de Estado de Defesa ou de atendimento a solicitação da respectiva unidade da Federação, informando o esgotamento de sua capacidade de cumprir as suas obrigações constitucionais na área. Em qualquer hipótese o comando das operações ficará, sempre, sob responsabilidade das autoridades federais competentes.

Como regra, o foro dos membros das Forças Armadas, mesmo quando atuando na garantia da ordem pública, é a Justiça Militar Federal. De igual forma, estão eles sujeitos à disciplina do Direito Penal Militar, tanto no aspecto substantivo quanto no processual. Vale, entretanto, ressaltar importante exceção, que ganha relevo quando se colocam as Forças Armadas atuando em atividade civil, para a qual não têm ordinariamente, treinamento e equipamento adequado, corno é a manutenção da ordem pública. Trata-se do comando incluído no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar pela Lei nº 9.299, de 1996, que determinou a competência da justiça comum para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, praticado por militar contra civil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Romeu Tuma, a solicitação de V. Exª de transcrição do documento será atendida, na forma do Regimento Interno.

A Presidência registra, com alegria, a presença dos alunos da 6ª e da 7ª séries do Centro de Ensino nº 308, do Recanto das Emas, em nossas galerias. Para nós, Srªs e Srs. Senadores, é uma alegria a presença dos alunos, coordenadores e professores em nosso recinto.

Dando continuidade à lista de oradores inscritos, depois de haver falado, para uma comunicação inadiável, o Senador Valdir Raupp, seguido pela comunicação de interesse partidário do Senador Romeu Tuma, concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, do PFL da Bahia, como orador inscrito.

V. Exª dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago ao conhecimento desta Casa um dado bastante preocupante divulgado recentemente pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura de Base, a Abdib.

De acordo com a Abdib, o volume de investimento realizado no setor de infra-estrutura e indústria de base no ano passado foi o mais baixo dos últimos quatro anos, alcançando apenas US$6,6 bilhões em todo o País. Veja bem, Sr. Presidente, investimento em área de infra-estrutura e indústria de base, fundamental para a economia nacional.

Esse valor representa uma redução de mais de 50% em relação ao ano de 2002, quando foram investidos US$14,3 bilhões. Em 2002, US$14,3 bilhões; em 2003, US$6,6 bilhões em infra-estrutura! Na verdade, o Brasil precisa de US$60 bilhões por ano, se efetivamente quiser se desenvolver e ter uma infra-estrutura que possa atender às necessidades da população.

Os dados apresentados pela Abdib mostram ainda que a participação da iniciativa privada nos investimentos em infra-estrutura e indústria de base caiu 61,7% em comparação ao ano anterior, enquanto os investimentos públicos diminuíram 38,8%. Ou seja, nem o setor público nem o setor privado estão investindo em nosso País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esses dados apenas confirmam os muitos alertas que eu e outros ilustres Senadores fizemos ao longo de 2003. O País atualmente grita, está clamando por novos investimentos. Temos hoje, infelizmente, um Governo que não investe. O investimento do setor público não existe, haja vista os investimentos, no ano passado, do setor público, em torno de R$2 bilhões. Neste ano praticamente não houve investimento nos primeiros três meses do ano. O ano já completa quatro meses, e os investimentos não ultrapassaram os R$100 milhões, sendo que, destes, R$50 milhões foram para a compra do novo avião presidencial. E este País, que clama por mais investimentos, não tem recursos no setor públi-

co, porque fica à espera do descontingenciamento, da liberação das verbas que nunca chegam.

Enquanto isso, o setor privado fica aguardando as regras, o chamado marco regulatório, que também não vem. E quando vem é para dar mais poder ao Governo Federal e mais intranqüilidade aos investidores privados. Infelizmente, as regras não são definidas; quando são, não são bem definidas, e todos esperam e, infelizmente, quem está perdendo é o País, é o povo brasileiro.

O caso do saneamento é emblemático. O Atlas do Saneamento publicado recentemente pelo IBGE mostra que embora quase 98% dos Municípios brasileiros já tenha rede de abastecimento de água, 40,6 milhões de pessoas no nosso País – 25% da população – continuam ainda sem acesso à água tratada de boa qualidade e em boa quantidade.

O IBGE apontou ainda que, no caso do esgoto doméstico, apenas quatro entre cada dez brasileiros são atendidos por rede de coleta. Pelo menos 101,9 milhões de brasileiros não têm acesso direto ao esgoto canalizado, e infelizmente a ampliação desse serviço corre muito lentamente, quando não ocorre.

Os dados do saneamento básico refletem ainda a grande desigualdade regional existente no País. Vejam bem os Srs. Senadores que aqui representam o Nordeste brasileiro que os dados mostram que dentro das desigualdades regionais estão a desigualdade social e a qualidade de vida. Na Região Norte, apenas 2,8% das pessoas têm acesso a esgoto, percentual que sobe para 17,7% no Nordeste – quase 18%; 26,1% no Sul; 33,1% no Centro-Oeste e 63,6% no Sudeste Maravilha. Vejam a comparação. Que País desigual temos! Antigamente, chamava-se o Brasil de Belíndia, que era uma mistura de Bélgica – as camadas mais ricas da população – com Índia – a população mais pobre. Recentemente li que não é mais Belíndia, porque a Índia já conseguiu iniciar o seu desenvolvimento. Agora é Belsil, Bélgica e Brasil mesmo, porque nós somos o País pobre. Não precisamos nos comparar com nenhum outro. Somos o País das desigualdades sociais e das desigualdades regionais.

Esses dados mostram que o saneamento básico representa ainda uma das maiores carências da população brasileira.

É importante lembrar que saneamento é premissa básica para a saúde do País, é premissa básica para que a saúde não entre em colapso. Os recursos investidos em saúde pública configuram desperdício de dinheiro, porque teremos mais gastos com a saúde por falta de saneamento básico. São as residências sem água tratada ou o esgoto liberado na natureza de forma inadequada.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, 70% a 80% das internações hospitalares são decorrentes de doenças transmitidas por águas contaminadas.

Cada real aplicado em saneamento básico representa uma economia de R$4 a R$5 em gastos com a saúde. Portanto, a verdade é que investir em saneamento é prevenir doenças.

No entanto, vou abrir um parêntese. Não é por isso que vamos querer colocar gastos de saneamento como gastos da saúde. Isso é uma fraude. Portanto, não podemos aceitar essa primeira tentativa, que, acredito, vá ser retomada, de diminuir a destinação constitucional estabelecida pelo Congresso para a saúde dizendo que investimento em saneamento é investimento em saúde. É, mas indiretamente. Não se pode diminuir a quantidade de recursos da saúde destinada à terapia, ao tratamento, à assistência à vida humana.

Quero dar um aparte ao Senador Alberto Silva, e, posteriormente, à Senadora Heloísa Helena.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Exª é um bom administrador e um grande engenheiro – eu o conheço, somos colegas. Vamos racionar aqui pela lógica da nossa profissão e pela experiência que ambos temos por ter administrado os nossos Estados. Os números que V. Exª traz são realmente irrespondíveis. Realmente, é o Brasil pobre. As estatísticas revelam que grande parte da população não tem acesso à água tratada nem ao esgoto sanitário. No entanto, Senador César Borges, penso que nós, do Senado Federal, do Congresso Nacional, deveríamos formar um grupo de trabalho. Eu me comprometo a, com V. Exª, fazer um estudo. E lembro um fato: essa máquina perfeita que Deus criou só adoece se não se alimentar bem e, é claro, se tomar água contaminada, mas as duas coisas estão bem juntas uma da outra. Por exemplo, o desemprego é tão grande que os números nos assustam. Dizem que mais de 30%, quase 40% da população brasileira vive com um terço do salário mínimo – R$70 e poucos reais por mês – e, com esse valor, uma família não se alimenta. E se não se alimenta, adoece, porque as defesas do organismo vão abaixo. Assim também com relação ao saneamento básico, essencial à água. A CNBB considerou-a como o carro-chefe do seu programa deste ano. Sendo assim, vamos formar um grupo de trabalho, Senador César Borges. Tenho certeza de que V. Exª, com a experiência de grande administrador da Bahia, e eu, com a modesta contribuição que tenho a dar, por ter sido também Governador do meu Estado – além disso, somos engenheiros e sabemos raciocinar com a lógica –, podemos encontrar uma solução. Tenho acompanhando o trabalho feito na Universidade de

São Carlos em que estão desenvolvendo um sistema de saneamento básico altamente econômico para cidades de até 100 mil habitantes. Vamos buscar esses dados, preparar um documento e entregá-lo ao Presidente da República. E, daqui para a frente, faremos saneamento básico dessa maneira, porque chegaremos a um resultado absolutamente positivo, talvez pela metade ou um terço do preço do sistema convencional adotado no País. Quero parabenizá-lo pelo assunto de que trata no momento. Além disso, vamos aproveitar e fazer com que esta Casa, em nome dos nossos Partidos, apresente um trabalho ao Presidente da República sobre infra-estrutura nas estradas. V. Exª conhece o trabalho que fiz a respeito da Câmara de Gestão. Portanto, vamos apresentar isso como documento do Congresso, do Senado, para ajudar o Governo a sair do imobilismo para uma agenda real de resultados na infra-estrutura, no saneamento básico e na saúde. Concordo com V. Exª, não vamos misturar a verba da saúde com a outra verba. Parabéns a V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, Senador Alberto Silva, sei da sua vontade e, mais do que isso, da sua competência para realizar um trabalho e fazer uma sugestão que pode ser extremamente válida para o Governo Federal.

Estou também pronto e entusiasmado para fazer alguma coisa e oferecer ao Governo, apenas receio que o Governo, com sua política fiscal de contingenciamento, não entenda que não se pode reduzir recursos para uma área tão importante da infra-estrutura como é o saneamento.

No meu discurso, mais adiante, verá V. Exª que os recursos do FGTS não estão mais disponíveis para que, com ele, o setor público, as cidades brasileiras, os Estados façam saneamento básico, e isso é muito grave, porque temos solução de engenharia – aliás, o mundo inteiro tem. O importante é conseguir os recursos para o setor e, de preferência, com custos menores, que é o que todos desejamos.

Quero conceder um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador César Borges, quero saudar o pronunciamento de V. Exª, porque compartilho, por ser da área de saúde, inteiramente das preocupações de V. Exª. Tanto em relação às frias estatísticas oficiais, agora apresentadas por um organismo que não deixará restar dúvidas, porque escondem histórias de vidas que estão sendo destruídas, como em relação ao alerta que faz sobre o saneamento, porque do mesmo jeito que o saneamento é um mecanismo fundamental para possibilitar a melhoria da dignidade de vida das pessoas nas ruas, nos bairros, nas favelas, nas cidades espalhadas por este Brasil, é também um instrumento fundamental para dinamizar a economia local através da geração de emprego. É fundamental.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na construção civil também.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – É claro, pois se ele tem um impacto positivo na vida, na dignidade e na saúde do pai e da mãe de família, que poderão usar água de boa qualidade e não ver os seus filhos nas ruas, brincando na lama, ele é um instrumento fundamental para a dinamização da economia, com a geração de emprego. Mas quero, do mesmo jeito, compartilhar da preocupação de V. Exª: é realmente uma fraude política, uma farsa intelectual gigantesca e uma desonestidade intelectual inimaginável associar os recursos a serem disponibilizados para o saneamento à área de saúde, porque, se assim for, todas as outras áreas, como a da educação, que tem relação direta com a saúde, e a geração de emprego, poderão ser associadas. Aliás, muitas e muitas pesquisas, que foram produzidas pelos quadros mais importantes da área de saúde, mostram o impacto do acesso ao emprego na melhoria da condição de saúde. O acesso ao emprego é muito mais eficaz do que o saneamento e a moradia na melhoria das condições de saúde. O acesso ao emprego está muito mais relacionado à diminuição da mortalidade infantil do que, inclusive, o saneamento básico. Portanto, quero saudar o seu pronunciamento e dizer que espero que 2004 não seja como 2003, quando praticamente R$140 bilhões foram destinados para a saúde, educação, defesa, segurança pública, reforma agrária, infra-estrutura, assistência social, transportes, enquanto que o serviço da dívida absorveu R$149 bilhões. No ano de 2004, o Governo está orçando que R$183 bilhões serão necessários para encher a pança dos banqueiros internacionais, esvaziando a dignidade e o prato do povo brasileiro. Quero, assim, saudar o alerta que V. Exª faz a esta Casa sobre um tema extremamente importante, que é a questão do saneamento básico e da infra-estrutura.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o seu aparte. Se se faz o raciocínio de que o saneamento tem que ser colocado na conta da saúde, daqui a pouco também se fará o mesmo raciocínio para o gasto com a segurança pública, que termina refletindo na vida da pessoa humana. Então, é claro que vamos defender os recursos para a saúde.

Peço ao Senador Mão Santa só um minuto para concluir este raciocínio e já lhe concederei um aparte.

No mês de junho do ano passado, o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, esteve nesta Casa e afirmou que,

de acordo com um estudo realizado por uma consultoria privada, que ele contratou, seria necessário investir cerca de R$8 bilhões durante 20 anos para universalizar o saneamento no Brasil. Vinte anos. R$ 8 bilhões.

Naquela ocasião, o Ministro criticou duramente o Governo anterior, que nos últimos três anos teria investido valores pífios na área de saneamento.

A ação do atual Governo Federal, entretanto, parou por aí. Continuamos ouvindo muitas avaliações, diagnósticos, promessas para o futuro; mas investimento que é bom, nada. Tudo está por realizar.

Dos cerca de R$220 milhões previstos no Orçamento da União para investimento na área de saneamento, recursos já extremamente insuficientes em relação às necessidades levantadas pelo Ministério das Cidades, apenas R$53 milhões foram empenhados, ou seja, menos de 25%.

Esse montante é 40% inferior ao que foi investido em 2002, que o próprio Ministro das Cidades havia considerado pífio. Criticam o Governo anterior por não ter investido – é verdade que o investimento no setor de saneamento vinha caindo –, mas o atual Governo investe menos ainda. Ou seja, não existe a credibilidade do discurso.

Ora, se o Ministro das Cidades culpou o Governo anterior pela situação do saneamento básico no Brasil, dizendo que faltaram investimentos públicos na área, então o Governo atual é co-responsável por essa situação.

Este ano, em função do contingenciamento orçamentário, o Ministério das Cidades, responsável pelo investimento em saneamento, teve seu orçamento reduzido em R$628 milhões.

O fato é que, mais uma vez, as medidas de ajuste fiscal criaram fortes restrições ao financiamento do setor público, atingindo fortemente a área de saneamento.

Para agravar ainda mais esse quadro, as empresas estatais de fornecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de lixo acumulam dívidas que impedem a contratação de empréstimos e o investimento na área.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, hoje falei sobre salário, mas, na quinta-feira, falarei sobre saúde. Professores e estudantes da Universidade de Brasília me procuraram para dizer que o Hospital Universitário vai parar na outra semana. Se isso ocorre em Brasília, que é a ilha da fantasia do Poder, imagine o que ocorre no nosso Piauí? Só a dívida do Hospital Universitário de Brasília é de R$7 milhões. O empresário paga a mais alta de taxa de juros e tem a maior sobrecarga de impostos. É o caso de cantar a música do Ricardo Chaves: esse Governo acabou, acabou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Srªs e Srs. Senadores, a disponibilidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o saneamento no ano de 2003 foi de aproximadamente R$1,4 bilhão, mas as Resoluções nºs 3.049 e 2.827, do Conselho Monetário Nacional, estabeleceram limites bastante inferiores para o financiamento de Estados e Municípios. Há recursos do FGTS, mas estes não podem ser utilizados para financiar Estados e Municípios na área de saneamento.

Assim, somente as empresas públicas não dependentes, ou seja, financeiramente sustentáveis, conseguiram enquadrar-se nos critérios estabelecidos, limitando a utilização dos recursos do FGTS. Apenas as companhias de saneamento de São Paulo, do Distrito Federal e do Paraná atenderam a esses critérios. Portanto, o restante do País ficou sem acesso aos recursos do Fundo, algo em torno de R$1,4 bilhão.

O investimento federal nas demais unidades da Federação passou a ser feito, basicamente, com recursos orçamentários a fundo perdido. Entretanto, como já disse, também esses recursos têm sido atingidos pelas medidas de ajuste fiscal, notadamente pelo contingenciamento das dotações orçamentárias.

Além do problema de financiamento, um dos principais obstáculos do setor de saneamento básico no Brasil é a indefinição, que ainda existe, sobre a titularidade da concessão. Ou seja, é o Município ou é o Estado que faz a concessão? Essa situação traz total insegurança ao investidor, seja público – Estados e Municípios – ou privado.

Tudo isso mostra que o setor de saneamento carece de um marco regulatório imediato, que esclareça a titularidade e que estabeleça as regras para a prestação dos serviços, de forma a atrair o investimento e permitir a sua universalização o mais rápido possível.

A situação de outros setores importantes de infra-estrutura não é diferente. A falta de investimentos compromete a situação econômica e social do País.

Apesar dessa dramática realidade, o Governo continua declarando, aos quatro ventos, que tudo está bem, que a mudança já começou, que o espetáculo do crescimento já é realidade, como se fosse possível, à custa de discursos cor-de-rosa, iludir e desviar os agentes econômicos da verdadeira percepção da realidade.

Sabemos que não há espetáculo do crescimento, mas sim preocupações graves sobre o nosso futuro. É preciso investir no País. Segundo John Maynard Keynes, o investimento público é fundamental para

induzir o investimento privado. Foi assim que Franklin Delano Roosevelt combateu a crise de 1930 nos Estados Unidos. Na área da infra-estrutura, precisamos tratar das carências em diversos setores, como o das estradas, ferrovias, portos, para levar confiança ao setor privado, a fim de este venha atrás do investimento do setor público.

Sr. Presidente, não podemos mais aceitar essa situação de extrema penúria para setores tão importantes do nosso País.

O futuro do Brasil passa necessariamente pelo investimento em infra-estrutura. É a única saída para a retomada do crescimento econômico e a ampliação da oferta de emprego.

Acredito que é o momento de se enraizar na sociedade brasileira a consciência de que temos um problema gravíssimo de infra-estrutura que não se resolverá automaticamente, por meio de discursos, de intenções ou de boa vontade. Por isso, esse setor necessita urgentemente de ser debatido e de receber recursos, para que as necessidades do nosso povo sejam atendidas.

Chega de fingir que tudo está bem e deixar sempre para depois os problemas que precisam ser resolvidos hoje.

É preciso que o Governo recobre a iniciativa, dê passos à frente e atue com rapidez e eficiência para recuperar a já combalida infra-estrutura do País. Se não o fizer rapidamente, comprometerá o crescimento do País e o próprio destino do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Hélio Costa. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Leonel Pavan, para uma comunicação de interesse partidário.

V. Exª dispõe de até cinco minutos, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã, dia 21 de abril, é uma data importante para o País e, certamente, muito especial para os mineiros, que honrosamente represento no Senado da República.

São 212 anos desde que, naquele 21 de abril de 1792, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi enforcado, no Largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro. E ali começa a história do mártir da Independência, daquele que representou o grande movimento que preparou o Brasil para ser a grande Nação que é hoje.

Vou me reportar às palavras do historiador, quando disse:

> A Inconfidência Mineira não pretendia apenas libertar Minas e o Brasil do jugo da Metrópole. Queria – e isto é o que precisa ficar muito claro – formar aqui uma grande nação republicana, com suas indústrias e possuindo um corpo de leis moderníssimas, de acordo com os postulados revolucionários que agitavam a França e por influência inglesa e francesa tinham já sido vitoriosos nos Estados Unidos [em 1776].

Srªs e Srs. Senadores, infelizmente, o dia 21 de abril também representa para nós um momento de muita tristeza, porque marca para Minas Gerais uma perda irreparável: a morte do Presidente Tancredo Neves. Exatamente naquele lastimável 21 de abril de 1985, quando o Brasil inteiro ansiava pelos primeiros passos da nossa redemocratização, lamentavelmente, o destino quis – e, infelizmente, a História permitiu – que Tancredo Neves fosse levado do nosso meio, ele que vinha para estabelecer as bases definitivas do movimento de redemocratização do País.

Nesta mesma dada, 21 de abril, lembramos o 20º aniversário do Movimento das Diretas Já, quando também Minas Gerais teve uma participação importantíssima na História deste País extraordinário, que é o nosso Brasil. E, mais uma vez, lembramos a figura extraordinária de Tancredo Neves, assim como a de Teotônio Vilela, Franco Montoro, Ulysses Guimarães, José Sarney, Leonel Brizola, e Luiz Inácio Lula da Silva, que juntos participaram desse momento especial da História moderna do nosso País, que levou o Brasil à redemocratização.

Amanhã, estaremos em Ouro Preto, com o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, na comemoração de mais um 21 de abril, lembrando o que representou essa data tão importante para o nosso Estado e para o nosso País.

E, mais uma vez, reporto-me às palavras do historiador:

> Em 1788, o Visconde de Barbacena chegou a Vila Rica (hoje Ouro Preto) com ordens expressas para aplicar o alvará de dezembro de 1750, segundo o qual Minas precisava pagar cem arrobas (ou 1500 Kg) de ouro por ano para a Coroa portuguesa. Caso não fosse atingida a meta estabelecida, seria feita a 'derrama', que seria um imposto extra cobrado de toda a população até que o montante de cem arrobas fosse recolhido. O imposto já teria data marcada, fevereiro de 1789 era o dia escolhido.

Srªs e Srs. Senadores, 212 anos depois dessa derrama, Minas Gerais continua sendo oprimida pela remessa do quinto do ouro. Todos os meses, todos os anos, temos que destinar 13% de toda a arrecadação do Estado de Minas Gerais ao pagamento de uma dívida contraída, por muitos anos, pelos inúmeros Governadores anteriores a 1989, que fizeram com que Minas Gerias devesse hoje uma importância equivalente a R$35 bilhões ao Governo Federal, impossibilitando à administração do nosso Estado fazer investimentos em saúde, educação e construção e manutenção de estradas e no atendimento às nossas crianças e jovens.

Essa é a derrama moderna que impede o nosso Estado, mais uma vez, de fazer as obras fundamentais, essenciais e necessárias, porque, todos os meses, anos a fio, enviamos esse dinheiro ao Governo Federal para pagar dívidas.

Portanto, lembro esse 21 de abril de forma quase melancólica e histórica.

Amanhã, faremos uma homenagem àqueles que se destacaram no cenário nacional: eles receberão a medalha da Inconfidência, que muito honrosamente este Senador recebeu das mãos de Tancredo Neves.

Amanhã também comemoraremos o aniversário de vinte anos das Diretas Já e, lamentavelmente, lembraremos a morte de Tancredo Neves. Se a data de 21 de abril é importante para o Brasil, para nós, os mineiros, ela é muito mais importante.

Um dia nos libertaremos da imposição de pagar esse fisco que impede o nosso Estado de funcionar. É como diz a bandeira de Minas Gerais: **Libertas Quae Sera Tamen**. Um dia a liberdade virá! Liberdade, ainda que tardia!

Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela liderança do PDT, após a fala dos oradores que V. Exª já anunciou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência, desde já, inscreve V. Exª, Senador Almeida Lima.

Falará, agora, por permuta, o Senador Heráclito Fortes, pela Liderança do PFL. Em seguida, falará o Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Exª também devidamente inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A Senadora Heloísa Helena está inscrita para uma comunicação inadiável, e a Presidência continuará alternando os oradores inscritos.

Concedo a palavra, por até cinco minutos, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o meu pronunciamento poderia ser, inclusive, uma extensão do pronunciamento do nobre Senador Hélio Costa, que há pouco assomou à tribuna com o seu brilhantismo conhecido e invocou perdas importantes que o Brasil teve no dia 21 de abril. Falou em Tiradentes, falou em Tancredo Neves. E peço, agora, permissão à Bahia, na pessoa do Senador César Borges, para incluir no rol das perdas irreparáveis do 21 de abril o ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães.

No ano de 1998, o Brasil se surpreendeu com a perda de uma das mais jovens e promissoras vocações políticas que a minha geração conheceu e com que conviveu.

Luís Eduardo, com estilo próprio, depois de um exercício de sucesso como Deputado Estadual pela Bahia, chegou a Brasília na Assembléia Nacional Constituinte e aqui começou a trilhar uma carreira, somente interrompida com o seu súbito falecimento. Líder, Vice-Líder e Líder novamente do seu Partido, o PFL, Presidente da Câmara dos Deputados, candidato de um grande grupo de Partidos, que formou um arco de alianças que a Bahia julgava impossível, percorria o seu Estado, na conquista do Governo, o que seria apenas mais um passo na sua já vitoriosa carreira.

Concedo o aparte ao caro Senador César Borges, que talvez fosse um dos maiores amigos do Líder que ora homenageamos nesta tribuna.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Nobre Senador Heráclito Fortes, primeiramente, quero, como baiano, amigo e admirador do nosso inesquecível Deputado Luís Eduardo Magalhães, agradecer-lhe o seu pronunciamento. V. Exª também foi um dos seus grandes amigos. Tenho certeza de que, se estivesse entre nós, Luís Eduardo estaria prestando serviços inestimáveis ao Brasil, vocacionado que era para servir ao País e à causa pública. Senador Heráclito Fortes, tive a imensa responsabilidade de substituí-lo

quando ele nos deixou e tinha construído esse amplo arco de alianças na Bahia, que o levaria, sem sombra de dúvidas, ao Governo do Estado, a um governo brilhante, e, em seguida, tenho certeza, à Presidência da República, pela sua capacidade, pelo seu amor ao País, pela sua responsabilidade, pela sua capacidade de assumir compromissos e, acima de tudo, pela sua capacidade de conciliação e de diálogo com todos os setores. Portanto, é com emoção que sei que V. Exª faz esse discurso, e eu aqui, como baiano e amigo de Luís Eduardo, quero agradecer a V. Exª pelas palavras que lhe dirige, palavras que calam fundo no coração de todos os baianos. Muito obrigado. Parabéns pelo pronunciamento, Senador Heráclito Fortes!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quis o destino, nobre Senador, que o Presidente desta sessão fosse o Senador Eduardo Siqueira Campos, um dos grandes amigos de Luís Eduardo.

Concedo um aparte ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Heráclito Fortes, sei o quanto V. Exª foi amigo de Luís Eduardo Magalhães, mas não era necessário ser amigo para dele gostar. Também fui seu amigo e, por isso, gostava dele, e ele gostava de mim. Luís Eduardo era uma dessas figuras da vida pública que se projetam além do território que ocupam. V. Exª é do Piauí, e volto a minha memória aos tempos em que Petrônio Portella pontificava na vida pública brasileira. Petrônio foi um dos maiores talentos que este País já conheceu em matéria de política e de vida pública. Chegou a um ponto em que o seu destino era ser Presidente da República, muito provavelmente sem competidor. Petrônio talvez fosse candidato único não tivesse sido colhido pela morte prematura que o levou. Assim era Luís Eduardo Magalhães. Luís Eduardo foi uma dessas figuras excepcionais da vida pública brasileira, um dos pró-homens da República no momento em que viveu. O seu falecimento tão cedo retirou da causa brasileira um combatente que V. Exª agora homenageia, com os meus aplausos e os meus estímulos. Pelo bom caráter que V. Exª demonstra com o discurso que hoje pronuncia, homenageando a memória de um grande homem público, de um grande político, que foi Luís Eduardo, cumprimentos a V. Exª!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Exª e registro aqui a minha alegria e a minha felicidade de estar neste plenário exatamente o Senador Antonio Carlos Magalhães, que melhor que qualquer um de nós conheceu e acompanhou a trajetória brilhante desse grande brasileiro.

Luís Eduardo Magalhães e Antonio Carlos Magalhães, em toda a minha vida pública, deram o melhor exemplo de convivência que pude testemunhar. Dois temperamentos completamente diferentes, mas com ideais comuns. Conseguiam, muitas vezes até telepaticamente, trocar impressões e chegar ao mesmo pensamento, um respeitando o outro e se adorando, como nunca vi! Era uma relação fraterna, de respeito, que, acima de tudo, evidenciava o zelo que um nutria pelo outro.

Este é um testemunho que dou, já que acompanhei os últimos cinco anos da vida pública de Luís Eduardo. A convivência foi interrompida quando assumi a Prefeitura de Teresina, e, aqui retornei – quero até dizer isto a V. Exª, meu caro Edison Lobão –, atendendo a um convite de Luís Eduardo para me filiar ao PFL.

Ao fazer este registro, meu caro Senador Antonio Carlos Magalhães, faço-o em nome do PFL, em nome de toda a geração que com ele conviveu e, tenho certeza, também em nome do Brasil.

Concedo a V. Exª um aparte.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Agradeço a V. Exª, Senador Heráclito Fortes, as suas palavras, repassadas de carinho, em relação a Luís Eduardo. De fato, nós nos amamos até o fim da sua vida, e posso dizer o quanto o País perdeu com o seu falecimento. Mas ninguém perdeu mais do que eu, porque ele era a minha companhia permanente e já era, embora moço, um farol a iluminar o meu caminho. Portanto, as suas palavras, em nome do nosso Partido, muito me sensibilizam, bem como o aparte que foi dado pelo Senador Edison Lobão e, em particular, por esse grande amigo de Luís Eduardo, que é o Senador César Borges. Agradeço a V. Exª a lembrança dessa data, que nos dá tanta tristeza, mas que também nos estimula a lutar pelos seus ideais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

A lembrança de Luís Eduardo Magalhães nos traz dois sentimentos: o de tristeza, realmente, pela perda, mas o de alegria, pela convivência.

É impressionante! Quando se chega a uma roda onde estão reunidos os seus amigos – e já se vão alguns anos desde a sua morte –, sempre há um exemplo, uma história, palavras de carinho, um fato, um acontecimento que se conta do Luís Eduardo ou sobre ele.

A sua digital continua presente na vida pública brasileira, principalmente no Congresso Nacional, pela maneira marcante com que se empenhou na votação e na aprovação das reformas. Tanto é assim, meu caro Senador Edison Lobão, que, se tivermos o trabalho de examinar o andamento das reformas antes e depois da morte de Luís Eduardo, vamos chegar à conclusão

do quanto o Brasil perdeu, talvez no momento em que mais precisava dele, no momento em que as reformas haviam chegado a um ponto de irreversibilidade. Infelizmente, a partir daí, o ritmo caiu. Ainda hoje, nós, brasileiros, Senador Tião Viana – a quem concederei um aparte –, ainda padecemos e pagamos pela falta da sua conclusão.

Concedo um aparte a V. Exª com muito prazer, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, estou ouvindo o pronunciamento de V. Exª, que faz uma homenagem justa ao grande líder Luís Eduardo Magalhães, que dirigiu o Partido da Frente Liberal, afirmando-se no cenário nacional com a sua liderança e com o seu método político de agir. Na minha modesta participação política no Senado Federal, tenho procurado construir um ambiente político-partidário em que se possa conviver na adversidade e na pluralidade da convivência democrática, enxergando as virtudes de todos, procurando construir nas divergências o caminho do entendimento, em busca de resultados políticos que sejam os melhores. Posso dar o meu testemunho, juntamente com todos os colegas do Parlamento, do respeito que sempre prevaleceu em relação à figura de Luís Eduardo Magalhães. Era alguém que fazia política firmemente posicionado, que era ideologicamente claro em suas posições, mas sempre construiu um cenário de respeito e de valorização das virtudes, mesmo dos adversários. Creio que, por isso, ele se afirmou tão rapidamente e consolidou tão bem o seu nome no cenário nacional. Sem dúvida alguma, este é um momento de lembrança da perda de alguém que representou a autoridade política nacional num desafio que tínhamos, que era o da retomada e da consolidação da democracia no nosso País, no horizonte de um cenário político e de gestão à altura de quem pudesse olhar o Brasil pela adversidade, sim, mas, sobretudo, pela valorização das virtudes de todos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Tião Viana, agradeço a V. Exª o aparte. Tenho certeza de que, com o seu temperamento e com a sua maneira de proceder, V. Exª seria um dos grandes parceiros de Luís Eduardo, se ele aqui estivesse, na construção do Brasil que todos desejamos.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a tolerância de me conceder mais alguns minutos; agradeço aos companheiros que me apartearam.

Quero dizer que fiz este pronunciamento em nome do meu Partido, mas também com o sentimento muito pessoal de quem teve o privilégio da convivência. Senador Antonio Carlos Magalhães, se um testemunho eu tivesse que dar a respeito do seu filho, com quem convivi não só na vida pública, mas no dia-a-dia, viajando pelo mundo, eu diria que nunca vi, Senador César Borges, Luís Eduardo Magalhães tratar de um assunto que não fosse do interesse público. Essa era, talvez, uma de suas maiores marcas.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiramente, meus cumprimentos, porque V. Exª engrandece o Piauí, demonstrando as virtudes da gratidão e do respeito. Falando como médico, quando estudei Psicologia, aprendi que tudo tem o que chamamos de modelagem. Luís Eduardo foi modelo para a nossa geração. Vencer é fácil, e todo mundo conhece as suas vitórias, até no Estado em que nasceu e que amou. Tenho uma imagem muito forte de quando V. Exª era Prefeito de Teresina e eu, de Parnaíba. Nós vivemos política. No dia da cassação do Presidente Collor, não fui à Prefeitura. Sentei-me no chão de meu quarto e liguei a televisão, onde vi todo aquele espetáculo triste da História da Nação. O Presidente Collor, em quem votamos e que foi eleito, era líder. Como disse Shakespeare, não há o bem ou o mal, o que vale é a interpretação. Naquele quadro, havia o mocinho: um homem firme, de coragem na sua posição. Na hora difícil, todos o abandonaram, mas ele estava lá, contestando. Naquele Governo que caía, ele deu uma demonstração a este País, daí a minha admiração. Encantamo-nos com um mocinho, o artista de um filme que dá exemplo de coerência, firmeza, lealdade e decência. Esses são os nossos sentimentos. Aproximei-me dele em muitas oportunidades devido à sua amizade com o então Deputado Heráclito Fortes, que, quando eu governava o Piauí, levou-o algumas vezes para que ajudasse o nosso Estado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Exª pelo aparte. Lembro a coragem do Luís Eduardo não só nesse episódio da cassação do Presidente Collor, mas também no da Constituinte. Quantas e quantas vezes foi voz isolada, juntamente com o então Senador Roberto Campos e mais dois ou três outros Parlamentares, na defesa de suas convicções. Foi derrotado em todas essas ocasiões, mas sempre manteve a sua posição firme. Não precisou de muito tempo para que toda a Nação chegasse à conclusão de que o seu ponto de vista era o correto e de que a abertura comercial brasileira e a mudança da nossa política eram uma necessidade, até porque a globalização estava arrombando, de maneira exemplar, todos os regimes fechados do mundo. Naquela época, votou-se uma Constituição fechada, em que havia uma preocupação muito grande de se preservarem patrimônios inexistentes, ilusórios, mas esse pequeno grupo já defendia, com muita coragem e bravura, na Assembléia Nacional Constituinte, a

abertura do Brasil. Essa abertura veio depois, com a *perestroika* e a queda das ideologias. O restante da história está aí e os testemunhos mostram que aquele ponto de vista que defendiam era o certo.

Portanto, Senador Antonio Carlos, Srªs e Srs. Senadores, faço este registro ainda com o pesar daquela dor que não passa e com a convicção de que homens como Luís Eduardo ficarão permanentemente como exemplo para as gerações atuais e futuras.

Eu disse que o meu discurso era um alongamento do pronunciamento do Senador Hélio Costa porque S. Exª frisou a perda, na data de hoje, de Tiradentes e de Tancredo Neves. Eu trouxe também, nesta homenagem, a morte de Luís Eduardo, ocorrida na mesma data. Um País que carece tanto de homens perdeu três que, no seu devido tempo, serviram de exemplo para a nossa História, os três no dia 21 de abril.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Srªs e Srs. Senadores, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, esta Presidência se associa às homenagens feitas, dessa tribuna, pelo nobre Senador Heráclito Fortes e por todos aqueles que o apartearam.

Em verdade, Senador Antonio Carlos Magalhães, há praticamente 15 anos, tive a honra de dividir a tribuna da Câmara dos Deputados, na condição de vice-líder, com o jovem Deputado Luís Eduardo Magalhães. Ele era, para todos nós, um exemplo e um estímulo. Um ano depois, fomos líderes de Partidos diferentes, mas sempre com uma mesma posição, até o dia em que tive a honra de ter, na cidade de Palmas, a minha ficha de filiação abonada por Luís Eduardo Magalhães, dividindo com ele uma missão partidária.

No último encontro que tive com Luís Eduardo, disse-me ele: "Siqueira, veja você o destino. Você disputa, hoje, o mandato de Senador, quando eu me imaginava disputando uma cadeira do Senado pela minha querida Bahia. Você, que imaginava disputar o Governo do Estado de Tocantins, faz o caminho oposto, e nós vamos, novamente, nos desencontrar na vida parlamentar." Essa foi a minha última conversa com Luís Eduardo Magalhães.

Hoje, o nome de Luís Eduardo Magalhães está cravado nos dínamos profundos, citados por Augusto dos Anjos, da Usina Luís Eduardo Magalhães, que movem o desenvolvimento do Tocantins.

Eu arriscaria dizer, Senador Antonio Carlos Magalhães, que a dor de V. Exª não pode ser equiparada, mas, com relação à perda, mais do que V. Exª, perderam a Bahia e o Brasil. Este País perdeu um líder que seria, seguramente, o seu Presidente. No entanto, veja V. Exª como Deus é sábio, bondoso e generoso: Ele, que lhe deu a honra de ser pai de Luís Eduardo Magalhães, entrega-lhe, hoje, Antonio Carlos Magalhães Neto, que desenvolve uma trajetória que a todos faz lembrar o brilho, a segurança e o sentimento de amor por este País que demonstrou Luís Eduardo Magalhães.

Portanto, V. Exª é um vitorioso e deu o melhor de si para o País, como o fez Luís Eduardo Magalhães.

Esta Presidência se associa às homenagens e à dor de V. Exª, que é um sentimento estabelecido em todos os Partidos, em todos aqueles que ocupam uma cadeira no Parlamento, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado, e em quem faz parte da vida pública do País.

Luís Eduardo será sempre lembrado pela presença de V. Exª e pelos feitos que desenvolveu enquanto participou dessa curta, mas tão marcante, passagem pela vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Voltamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Senador Leonel Pavan.

V. Exª dispõe de até cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falarei pela Liderança da Minoria.

Quero repetir o mesmo pronunciamento de ontem, até pedindo escusas aos companheiros por tê-lo feito de forma um pouco dura, a respeito do boletim que a Senadora Ideli Salvatti, Líder do Governo, distribuiu em Santa Catarina e que foi divulgado no Jornal Nacional e nos jornais do Estado. No momento em que me passaram a matéria, acabei sendo um pouco mais duro do que o núcleo duro do Governo, porém com inúmeras razões para isso.

V. Exªs sabem, já ouviram, já sentiram o quanto nós aqui atuamos em defesa do Estado de Santa Catarina, não apenas os Senadores. Quem acompanha os trabalhos do Parlamento brasileiro pela Voz do Brasil, TV Senado, pelo nosso serviço ***on line***, correspondências, jornais do interior do nosso País, sabe do nosso desempenho em defesa do Estado de Santa Catarina.

Não me canso – e ninguém vai me calar – de vir à tribuna pedir ao Governo Federal, aos ministros responsáveis, a liberação de recursos para atender Santa Catarina e o Brasil. Às vezes, usamos a tribuna de forma mais contundente; outras vezes, de forma mais calma; mas não interessa a forma como usamos a palavra. O importante é que o fazemos do nosso jeito, aceito ou não aceito, e a nossa forma até simplória de falar, se agrada ou não a determinadas pessoas, não interessa. Senador Mão Santa, sempre agimos assim, desde quando Vereador, fazendo sentir realmente, por aque-

les que têm a responsabilidade com o serviço público, o nosso desejo e o grito do nosso Estado.

Tenho usado esta tribuna constantemente para pedir ao Governo que libere recursos para Santa Catarina. Na região oeste do meu Estado e em parte do Rio Grande do Sul, a estiagem causou prejuízos de quase R$600 milhões aos pequenos agricultores. Pedi ao Governo que libere recursos, e o Governo prometeu atender. Esses recursos vão para a região norte, oeste e meio-oeste de Santa Catarina para sanar os prejuízos que trouxe a chuva de granizo.

Inúmeras vezes, usamos a tribuna para pedir a liberação de recursos para atender as vítimas do ciclone ou do tufão – até que se defina o fenômeno –, para atender as cidades atingidas. O sul do meu Estado e parte do Rio Grande do Sul sofreram uma verdadeira catástrofe com o ciclone, e o litoral de Santa Catarina sofreu com as enchentes. Neste ano, tivemos dias tristes para o Estado de Santa Catarina.

Temos um Orçamento aprovado, Senadora Heloísa Helena. Faço parte da Comissão de Orçamento. Mais de R$1,250 bilhão foi aprovado para o Ministério da Integração Nacional, sendo R$128 milhões para atender os casos de calamidade pública. Ora, de repente somos chamados para destinar as nossas emendas individuais ao Ministério da Integração Nacional, a fim de atender essas comunidades. Não é justo, Senador Mão Santa, que as emendas dos parlamentares – discutidas com os prefeitos e com as comunidades, e tendo já sido feito um levantamento com a sociedade das suas necessidades – sejam liberadas para atender nossos Municípios. Se existem R$130 milhões, por que destinarmos nossas emendas? Eu até poderia destiná-las, Presidente Eduardo Siqueira Campos, se houvesse lei para isso. Se as minhas emendas para o Ministério do Turismo foram aprovadas para infra-estrutura turística, para gerar empregos nessa área, devido ao potencial turístico que existe em nosso Estado, como é que posso – só porque quero, só porque pretendo – liberar para um outro Ministério para atender outro setor em calamidade? Isso é um absurdo, uma ignorância, uma demagogia de quem pensa assim. Lamentavelmente, a Líder deste Governo joga um boletim, põe matéria na imprensa, dizendo que foi a única que se interessou em liberar as suas emendas para aquela região. Como? E o que estamos fazendo nós aqui? E o Orçamento que aprovamos? E o R$1,250 bilhão para esse Ministério? E os R$130 milhões para as enchentes? Não posso admitir, Sr. Presidente – permita-me terminar –, que se faça demagogia, prejudicando o trabalho das Srªs e dos Srs. Senadores.

O Senador Jorge Bornhausen aprovou R$9 milhões para a APAE. Como tirar dinheiro da APAE, das crianças, dos necessitados para atender outra região? É desvestir um santo para vestir outro. Como vou retirar as minhas emendas de infra-estrutura turística para Santa Catarina para atender a agricultura se a questão é turismo? Não pode haver essa demagogia.

A mídia nacional, que está nos ouvindo, publicou essa demagogia de assessores da Senadora, que não esteve presente – nem o Ministro Aldo Rebelo, é bom que se diga – e disse que foi a única. É um desrespeito à Bancada de Santa Catarina. É um desrespeito a nós, que estamos aqui trabalhando e lutando pelo Brasil e pelas nossas parcas emendas. É demagogia barata! O que deveria ser feito por uma Líder era justamente chamar a atenção para o fato de que se contraria a lei. Sabemos que, para mudar uma verba de um Ministério para outro, tem que haver lei específica para a mudança. Se não for assim, para que o Orçamento? Para que discutirmos orçamento para ministério A, B ou C? Estamos discutindo aqui recursos para diversas áreas: educação, saúde, habitação, saneamento, turismo, infra-estrutura, transporte. Senão, coloca-se o dinheiro num bolo só. Por isso, deve haver aprovação orçamentária.

Ontem, até acabei ofendendo o Governo, mas sou obrigado a dizer, para finalizar, que alguns que assessoram o Governo e usam da palavra demagogicamente é que são medíocres, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência registra a presença nas galerias de jovens do Rotary do Distrito 4500, o que para nós, Srªs e Srs. Senadores, é uma honra.

O próximo orador inscrito é o nobre Senador Edison Lobão. Em seguida, a Presidência vai convocar os Senadores inscritos para falar pela liderança e para comunicação inadiável.

Senadora Heloísa Helena, V. Exª está inscrita. Apenas para esclarecer, os Senadores Leonel Pavan e Heráclito Fortes usaram da palavra pela Liderança, e, antes deles, o Senador Hélio Costa fez uma comunicação inadiável. Portanto, dentro do critério justo, voltamos à lista de oradores e, em seguida, V. Exª fará uso da palavra, juntamente com os Líderes.

Senador Edison Lobão, V. Exª dispõe de até vinte minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a visita oficial que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva empreenderá à República Popular da China em maio próximo deverá constituir marco dos mais relevantes nas relações entre os dois países, com o previsível e auspicioso incremento das trocas comerciais e da cooperação tecnológica e industrial sino-brasileira. Já se sabe que

a Petrobras vai concluir uma **joint-venture** com a Sinopec, a estatal chinesa de petróleo, para exploração, refino e distribuição de combustíveis.

Por sua vez, empresas brasileiras como CSN, Marcopolo, Embraco, Varig, Banco Santos, Bolsa de Mercadorias e Futuros, entre outras, apostam, com seus projetos de investimento em território chinês, na expansão desse intercâmbio baseado em fatos que justificam amplamente o otimismo das projeções.

A verdade é que, nos dias atuais, já soa como lugar comum falar-se da importância estratégica da China na economia mundial. Não custa reiterar, contudo, que se trata do país com a maior população do globo, mais de 1,3 bilhão de habitantes, com o PIB se elevando a quase US$5 trilhões. As reservas cambiais do país somam, hoje, cerca de US$400 bilhões. A economia chinesa – que absorveu cerca de 30% de todo o aço produzido no mundo no ano passado – registra há tempos taxas invejáveis de crescimento, entre 8 e 10 por cento. É cada vez maior a integração da China à economia de mercado, graças à solução de compromisso a que chegou o regime socialista com a classe empresarial, surgida no país na esteira da abertura política. A partir de 1978, o comércio exterior da China registrou expansão anual de 15 por cento, o que explica o ímpeto empreendedor dos ocidentais e dos próprios países asiáticos em relação ao mercado chinês. Apesar do contencioso político com Pequim, Taiwan figura como um dos cinco maiores investidores na China continental.

"Vamos enriquecer juntos" é a divisa estampada pelos cursos de chinês, nas escolas de línguas dos países vizinhos, como a Coréia do Sul. Ante a ascensão econômica da China, o ensino do chinês na Ásia concorre seriamente, hoje, com o aprendizado do inglês.

O ímpeto empreendedor naquele país ganhou um novo alento diante das reformas substanciais realizadas pela China para poder ser admitida na Organização Mundial do Comércio. Com o ingresso na OMC, a economia chinesa deverá tornar-se bem mais permeável ainda ao processo de globalização.

Segundo os estudos da Câmara de Comércio e Indústria Sino-Brasileira, a China poderá ser em breve um dos maiores parceiros do Brasil. Pelos dados da Câmara, o gigante asiático, que era até há poucos anos o décimo segundo parceiro comercial do Brasil, ocupa agora o segundo lugar, tendo ultrapassado na pauta de nossas exportações parceiros tradicionais como Argentina e Alemanha. As previsões são de que, nos próximos cinco anos, a China será a maior compradora de produtos brasileiros, superando nesse registro os Estados Unidos. Para se ter uma idéia de tal evolução, basta dizer-se que o comércio entre o Brasil e a China em 2003 atingiu o montante de US$6,7 bilhões e deverá ultrapassar US$10 bilhões em 2005.

É dentro dessa perspectiva, que privilegia a expansão dos acordos comerciais, que se insere a implantação do pólo siderúrgico de São Luís, no Maranhão, graças ao consórcio reunindo investimentos brasileiros, chineses e europeus. Somente para a primeira fase do projeto maranhense, os investimentos previstos se elevarão para quase US$2 bilhões.

Sem dúvida, esse projeto terá importância transcendental para o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, devendo acelerar a industrialização dessas regiões, com repercussões inestimáveis para a política de inclusão social, geração de empregos e outras tantas iniciativas empresariais.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos, do vizinho Tocantins.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Edison Lobão, V. Exª, que traz à tribuna sempre a experiência do Jornalista e do Deputado competente, do Líder, do Senador e Governador tão querido por todos os maranhenses, tão conhecido de todos nós, brasileiros, aborda um assunto da maior importância. Comungo com V. Exª a opinião de que essa será a mais importante viagem que o Presidente Lula fará ao exterior. Não há outro mercado nem outro parceiro que não a China que possa satisfazer todas as vocações da nossa produção para exportação, um mercado tão ávido, tão necessitado que é o mercado consumidor da República Popular da China, que, sem dúvida nenhuma, será um grande parceiro do Brasil. Na missão à qual se refere V. Exª, os interesses do Maranhão e também do Tocantins estarão inseridos. Na condição de Presidente, interinamente substituindo o Presidente José Sarney, recebi missões de investidores chineses que estão centrando a atenção na produção de soja, carne e outros produtos brasileiros, como cita V. Exª o próprio pólo siderúrgico de São Luís. Nós, que estamos carentes de investimentos, necessitando de parcerias e de projetos e programas de desenvolvimento, teremos, sim, muitos interesses nessa visita que o Brasil fará, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva, à China. E tenho certeza de que ela ajudará a consolidar projetos mencionados por V. Exª de interesse do Maranhão, do Tocantins e do Brasil. Parabéns a V. Exª por abordar um tema tão importante para o nosso País.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Eduardo Siqueira Campos, a sua intervenção nesta fase do meu discurso. V. Exª é possuidor de uma aguda percepção das relações internacionais, notadamente no campo das relações comerciais.

Hoje será inútil imaginar-se parceiro melhor do que a China para o Brasil no que diz respeito ao relacionamento comercial. Nós não temos interesses conflitantes com a China; há complementaridade de interesses entre o Brasil e a China. Portanto, essa viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a que me refiro haverá de ser um marco nas relações brasileiras com o exterior, na expansão do nosso mercado e, por conseqüência, na geração de empregos.

O meu Estado, o Maranhão, assim como o irmão Estado de Tocantins, seguramente terá muito a ganhar desse entrelaçamento entre as duas grandes Nações modernas de hoje.

Na construção do pólo siderúrgico do Maranhão, a Companhia Vale do Rio Doce, quinta mineradora do mundo, com o apoio decisivo do Governo do Maranhão, representa os interesses nacionais, enquanto a China se faz presente no projeto por meio do seu poderoso complexo siderúrgico Baosteel. Entre os especialistas, a presunção é de que o pólo de São Luis será o maior investimento da Baosteel e da China, no exterior. Destaque-se que o volume de negócios da companhia chinesa atingiu em 2002 soma superior a US$9 bilhões, tendo a sua produção de aço totalizado vinte milhões de toneladas. Os europeus estarão representados pelo Grupo Arcelor, que possui usinas em diferentes países, empregando mais de cem mil pessoas. Esse grupo produziu, em 2003, um total de 44 milhões de toneladas de aço.

As obras do pólo siderúrgico de São Luís deverão estar concluídas entre 2006 e 2007. Calcula-se que sua produção inicial se elevará a 3,7 milhões de toneladas por ano, com suas exportações alcançando o montante anual de US$4 bilhões. Quando todas as suas unidades de transformação estiverem funcionando, no final da década, a produção anual do pólo deverá atingir o total de 20 milhões de toneladas de aço, tornando-se, pois, um dos maiores do mundo.

Sr. Presidente, eu desejaria ressaltar, a propósito, o empenho, a firmeza e o descortino com que o Governador do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, e seu secretariado vêm conduzindo as gestões para viabilizar o empreendimento. Foi determinante sua ação para a mais rápida conclusão dos acordos entre os investidores brasileiros, chineses e europeus. Daí os aplausos que recebeu ao comparecer à cerimônia durante a qual foi assinado o contrato para a implantação do pólo siderúrgico de São Luís, cerimônia realizada em Xangai no final de janeiro do ano passado.

Ao regressar da China, o Governador José Reinaldo reuniu e conclamou os líderes empresariais maranhenses a tomarem iniciativas, elaborarem projetos e imaginarem formas de parcerias capazes de assegurar a maior participação possível da iniciativa privada do Estado nas diversas modalidades de negociações que irão surgir em função do efeito de arrasto a ser suscitado pelo projeto.

Não é menor a preocupação do Governador com a formação de profissionais a serem recrutados para as diferentes atividades produtivas dentro e fora do pólo. A melhor ilustração desse cuidado é o acordo estabelecido entre investidores e o Governo do Maranhão, pelo qual, no treinamento e capacitação de técnicos e operários para o complexo siderúrgico, a prioridade será dada à mão-de-obra local.

Como era de se esperar, as classes produtoras maranhenses, tendo à frente dois importantes líderes, Luís Carlos Catanhede Fernandes e Jorge Mendes, reagiram com presteza às exortações do Governador José Reinaldo, acolhendo até mesmo sua sugestão para o envio de uma missão empresarial à China ainda neste primeiro semestre. A missão irá avaliar e prospectar as possibilidades de negócios e a constituição de *joint ventures* com empresas chinesas. A missão receberá o apoio da Companhia Vale do Rio Doce e terá em Xangai a base de suas articulações, uma vez que, naquele centro industrial, se encontra a sede da Baosteel, onde já atuam cerca de trezentos empresários brasileiros.

Sr. Presidente, não é de hoje a aposta que o Maranhão faz nessa cooperação econômica com a China, que, daqui a pouco, vai se traduzir em investimentos e em relações duradouras de trocas. A propósito, permito-me relembrar, com justificada satisfação, que, em 1994, antes de encerrar meu mandato de Governador do Maranhão, promovi a ida da primeira missão oficial de autoridades e empresários maranhenses à China. Essa missão contou com o valioso apoio da Vale do Rio Doce e teve como objetivo prospectar e avaliar as oportunidades de parcerias com os chineses.

Os contatos e as trocas de idéias e de informações entre os membros da missão maranhense e os responsáveis chineses em Pequim, Xangai, Hong Kong, Shenzen, Cantão e Macau "funcionaram" como um dos fermentos para ambiciosos projetos de cooperação, como esse do pólo siderúrgico que agora se implanta no meu Estado.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Exª me permite um aparte, Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouvirei V. Exª com todo o prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Edison Lobão, naturalmente, V. Exª, recordando esse episódio do seu Governo, enche-se de justa satisfação e orgulho, porque teve a antevisão dessa grande perspectiva que se abre para o Brasil como um

todo e para o seu Estado em particular, das negociações que se desenvolvem entre essas duas grandes Nações e economias, com possibilidades de crescimento gigantesco. Efetivamente, o pólo siderúrgico de São Luís constituir-se-á em uma das grandes alavancas de desenvolvimento não apenas da indústria siderúrgica, mas de todo o processo industrial que se forma a partir de matérias-primas conjugadas com esse pólo, como a indústria produtora de aço, que interessa muito à China e especialmente ao Brasil. As notícias nos informam a participação e o investimento da China na criação de infra-estrutura de transporte, ligando as Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil ao Pacífico, o que também trará inestimável processo de crescimento e aumento das nossas trocas comerciais com toda a região do leste asiático, que hoje obriga qualquer corrente de comércio a enfrentar enorme distância no transporte, o que, muitas vezes, nos tira a capacidade de competição. Concordo com V. Exª ao afirmar a largueza de perspectiva existente nessas negociações e nessa intensificação de relações econômicas e comerciais do Brasil com a China, o que realmente trará enormes benefícios para o Estado de V. Exª e para o meu Estado. Senador Edison Lobão, cumprimento-o pelo pronunciamento de hoje e pela grande visão de V. Exª quando Governador do seu Estado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a participação de V. Exª, Senador Roberto Saturnino, neste meu discurso.

Não há dúvida de que se abre uma fronteira nova com o ingresso da China nesse mercado globalizado. A China possui um quinto da população do mundo e está numa fase de crescimento como poucas vezes se viu ao longo da história em qualquer outro país.

Apresento um dado a V. Exª: a China encomendou à Companhia Vale do Rio Doce cinqüenta milhões de toneladas de minério de ferro por ano, mas a Vale do Rio Doce só está tendo condições de fornecer vinte milhões de toneladas – neste momento, realiza um esforço gigantesco para chegar aos trinta milhões de toneladas de minério de ferro. Sempre tivemos o interesse – e fizemos um esforço gigantesco – de ampliar nossa venda de minério de ferro no exterior. Agora, com o ingresso da China nesse mercado, não estamos sequer conseguindo atender as suas encomendas.

Temos, portanto, que tratar a China sem nenhum preconceito e, sim, como um país que se junta a nós neste desenvolvimento, que é da China, mas que também é nosso e haverá de ser do mundo.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço, com todo prazer, a eminente Líder Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Exª, Senador Edison Lobão, e o parabenizo pelo seu discurso, pelas ações adotadas no seu Estado e pela visão que apresenta para as relações futuras e – podemos dizer – presentes, de forma muito forte, entre Brasil e China. Ontem, à tarde, tive a oportunidade de registrar a chegada do Vice-Primeiro Ministro da China, nessa preparação da ida do Presidente Lula à China no mês de maio. Quero ainda registrar a iniciativa do Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, na semana passada, quando teve uma importante reunião com representantes do Governo argentino, para possibilitar iniciativas em Santa Catarina assemelhadas à que V. Exª teve no Maranhão. Todos os esforços do País, dos Estados brasileiros, devem ser feitos no sentido de abrir esses canais, esses corredores, esses mecanismos de escoamento da nossa produção para o grande mercado chinês e para o mercado do Oriente de maneira geral. Assim, as tratativas do Governador Luiz Henrique visavam a concluir uma via de conexão e de escoamento da grande produção de grãos e de carne de Santa Catarina para a China. Falta muito pouco, menos de algumas dezenas de quilômetros, para concluirmos uma rodovia pela qual a produção vinda da beira do Oceano Atlântico chegará ao Oceano Pacífico, no Chile. Foram essas as tratativas. Isso ajuda sobremaneira a nossa exportação para a China e para todo o Oriente. Estou preparando alguns dados para esta semana ainda, mas já queria adiantar o que estamos coletando sobre as exportações da soja, apesar de V. Exª estar falando sobre o minério de ferro. A China, por exemplo, importou 10 milhões de toneladas de soja do Brasil, no ano de 2002; em 2003, pulou para 21,42 milhões de toneladas; portanto, muito mais do que o dobro em menos de um ano. E as exportações, de forma geral, do Brasil para China, pularam, em 2002, de US$2 bilhões e 500 mil dólares, para US$4 bilhões e meio, em 2003. Os estadistas têm essa visão, e o Presidente Lula teve essa visão quando sinalizou a abertura efetiva e a consolidação desse mercado. Da mesma forma aconteceu com V. Exª, quando foi Governador do Maranhão. Atualmente o nosso Governador, em Santa Catarina, teve de fazer essa abertura. Então, gostaria apenas de corroborar, parabenizando-o pelo seu pronunciamento. E digo que, indiscutivelmente, a vinda do vice-Primeiro Ministro, neste momento, ao nosso País, e todo o preparativo que está sendo desencadeado pela visita do Presidente Lula, agora no mês de maio, à China se devem a esses números fantásticos, que são a consolidação de uma parceria muito bem sucedida entre dois países que buscam, a seus modos, o seu lugar nesse mercado globalizado, representando e defendendo os

interesses dos seus povos, das suas economias. Essa parceria trará benefícios mútuos, tendo em vista que não só as exportações, o comércio, mas também, para o Brasil, no caso da parceria com a China, significa investimentos da ordem de mais de dez bilhões em infra-estrutura, tanto para garantir a exportação do minério de ferro como para garantir a exportação da soja, dois elementos fundamentais neste momento para a economia chinesa e do maior interesse para a economia brasileira. Portanto, agradeço o aparte e parabenizo V. Exª, mais uma vez, pelo discurso.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senadora Ideli Salvatti, na verdade, aqui estou a exaltar a iniciativa do Presidente da República em iniciar, dentro de muito pouco tempo, uma viagem à China a fim de defender os interesses mais legítimos do povo brasileiro. Mas tem razão V. Exª: o dever não é apenas do Presidente da República. Os governadores devem também ingressar nessa luta em favor de seus Estados. É o que faz o Governador do Maranhão, e é o que faz o Governador de Santa Catarina, como registra V. Exª. Eu me referi ao minério de ferro, mas também exportamos soja para a China, e vamos fazê-lo cada vez mais intensamente porque o porto de São Luís é o mais próximo do mercado consumidor internacional no Brasil. Trata-se de um porto privilegiado, o segundo com maior movimento portuário do Brasil e que tende a ser o primeiro, dentro de muito pouco tempo.

Sr. Presidente, V. Exª já me alerta quanto ao tempo, e obediente aos dispositivos regimentais, peço a V. Exª que dê como lido o restante de meu discurso.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR EDISON LOBÃO

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a visita oficial que o Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva empreenderá à Republica Popular da China, em maio próximo, deverá constituir marco dos mais relevantes nas relações entre os dois países, com o previsível e auspicioso incremento das trocas comerciais e da cooperação tecnológica e industrial sino-brasileira. Já se sabe que a Petrobrás vai concluir uma *joint-venture* com a Sinopec, a estatal chinesa de petróleo, para exploração, refino e distribuição de combustível.

Por sua vez, empresas brasileiras, como a CSN, Marcopolo, Embraco, Varig, Banco Santos, a Bolsa de Mercadorias e Futuros, entre outras, apostam, com seus projetos de investimentos em território chinês, na expansão desse intercâmbio baseado em fatos que justificam amplamente o otimismo das projeções.

A verdade é que, nos dias atuais, já soa como lugar comum falar-se da importância estratégica da China na economia mundial. Não custa reiterar, contudo, que se trata do país com a maior população do globo, mais de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, com o PIB se elevando a quase cinco trilhões de dólares. As reservas cambiais do país somam, hoje, cerca de US$400 bilhões. A economia chinesa - que absorveu, no ano passado, 30% do aço produzido no mundo - registra há tempos taxas invejáveis de crescimento, entre 8 a 10 por cento. É cada vez maior a integração da China à economia de mercado, graças à solução de compromisso a que chegou o regime socialista com a classe empresarial, surgida no país na esteira da abertura política. A partir de 1978, o comércio exterior da China registrou expansão anual de 15%, o que explica o ímpeto empreendedor dos ocidentais e dos próprios países asiáticos em relação ao mercado chinês. Apesar do contencioso político com Pequim, Taiwan figura entre os cinco maiores investidores na China continental.

"Vamos enriquecer juntos"- é a divisa estampada pelos cursos de chinês, nas escolas de línguas dos países vizinhos, como a Coréia do Sul. Ante a ascensão econômica da China, o ensino do chinês na Ásia concorre seriamente, hoje, com o aprendizado do inglês.

O ímpeto empreendedor naquele país ganhou novo alento diante das reformas substanciais realizadas pela China, para poder ser admitida na Organização Mundial do Comercio. Com o ingresso na OMC, a economia chinesa deverá tornar-se bem mais permeável ainda ao processo de globalização.

Segundo os estudos da Câmara de Comercio e Indústria Sino-Brasileira, a China poderá ser em breve um dos maiores parceiros do Brasil. Pelos dados da Câmara, o gigante asiático, que era até há poucos anos o décimo segundo parceiro comercial do Brasil, ocupa agora o segundo lugar, tendo ultrapassado na pauta de nossas exportações parceiros tradicionais como a Argentina e Alemanha. As previsões são de que, nos próximos cinco anos, a China será a maior compradora de produtos brasileiros, superando nesse registro os Estados Unidos. Para se ter uma idéia de tal evolução, basta dizer-se que o comercio entre a China e o Brasil em 2003 atingiu o montante de US$6,7 bilhões e deverá ultrapassar os US$10 bilhões até 2005.

É dentro dessa perspectiva, que privilegia a expansão dos acordos comerciais, que se insere a implantação do pólo siderúrgico de São Luis, no Maranhão, graças ao consórcio reunindo investimentos brasileiros, chineses e europeus. Somente para a primeira fase do projeto maranhense, os investimentos previstos se elevarão a quase US$2 bilhões.

Sem dúvida, esse projeto terá importância transcendental para o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, devendo acelerar a industrialização dessas regiões com repercussões inestimáveis para a política de inclusão social, geração de empregos e de outras tantas iniciativas empresariais.

Na construção do pólo, a Companhia Vale do Rio Doce, quinta mineradora do mundo, com o apoio decisivo do Governo do Maranhão representa os interesses nacionais, enquanto a China se faz presente no projeto através de seu poderoso complexo siderúrgico, a Baosteel. Entre os especialistas, a presunção é de que o pólo de São Luis será o maior investimento da Baosteel e da China no exterior. Destaque-se que o volume de negócios da companhia chinesa atingiu, em 2002, a soma superior a US$9 bilhões, tendo sua produção de aço totalizado 20 milhões de toneladas. Os europeus estarão representados pelo Grupo Arcelor, que possui usinas em diferentes paises empregando mais de cem mil pessoas. Esse Grupo produziu em 2003 um total de 44 milhões de toneladas de aço.

As obras do pólo siderúrgico de São Luis deverão estar concluídas entre 2006 e 2007. Calcula-se que sua produção inicial se elevará a 3,7 milhões de toneladas ano, com suas exportações alcançando o montante anual de US$4 bilhões. Quando todas as suas unidades de transformação estiverem funcionando no final da década, a produção anual do pólo deverá atingir o total de 20 milhões toneladas de aço, tornando-se, pois, um dos maiores do mundo.

Senhor Presidente, desejaria ressaltar, a propósito, o empenho, a firmeza e o descortino com que o Governador do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares da Silva e seu secretariado vêm conduzindo as gestões para viabilizar o empreendimento. Foi determinante sua ação para a mais rápida conclusão dos acordos entre os investidores brasileiros, chineses e europeus. Daí os aplausos que recebeu ao comparecer à cerimônia durante a qual foi assinado o contrato para a implantação do pólo siderúrgico de São Luis, cerimônia realizada em Xangai no final de janeiro passado.

Ao regressar da China, o Governador José Reinaldo reuniu e conclamou os líderes empresariais maranhenses a tomarem iniciativas, elaborarem projetos e imaginarem formas de parcerias, capazes de assegurar a maior participação possível da iniciativa privada do Estado nas diversas modalidades de negócios que irão surgir em razão do efeito de arrasto a ser suscitado pelo projeto. Não é menor a preocupação do Governador com a formação de profissionais a serem recrutados para as diferentes atividades produtivas dentro e fora do pólo. A melhor ilustração desse cuidado é o acordo estabelecido entre os investidores e o Governo do Maranhão, pelo qual, no treinamento e capacitação de técnicos e operários para o complexo siderúrgico, a prioridade será dada à mão de obra local.

Como era de se esperar, as classes produtoras maranhenses, tendo à frente dois importantes líderes, Luis Carlos Cantanhede Fernandes e Jorge Mendes, reagiram com presteza às exortações do Governador José Reinaldo, acolhendo inclusive sua sugestão para o envio de uma missão empresarial à China, ainda neste primeiro semestre. A missão irá avaliar e prospectar as possibilidades de negócios e de constituição de *joint-ventures* com empresas chinesas. A missão receberá o apoio da Companhia Vale do Rio Doce e terá em Xangai a base de suas articulações, uma vez que, naquele centro industrial, se encontra a sede da Baosteel e onde já atuam cerca de 300 empresários brasileiros.

Senhor Presidente. não é de hoje a aposta que o Maranhão faz nessa cooperação econômica com a China e que vai daqui a pouco se traduzir em investimentos e em relações duradouras de trocas. A propósito, permito-me relembrar, com justificada satisfação, que, em 1994, antes de encerrar meu mandato de Governador do Maranhão, promovi a ida da primeira missão oficial de autoridades e empresários maranhenses à China. Missão que contou com o valioso apoio da Vale do Rio Doce e teve como objetivo prospectar e avaliar as oportunidades de parcerias com os chineses.

Os contatos, as trocas de idéias e de informações, entre os membros da missão maranhense e os responsáveis chineses em Pequim, Xangai, Hong Kong, Shenzen, Cantão e Macau "funcionaram" como um dos fermentos para ambiciosos projetos de cooperação, como esse do pólo siderúrgico.

Foi dentro do mesmo espírito que, na chefia do Governo do Maranhão, ofereci os incentivos necessários à efetivação de programas de colaboração com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica), visando o desenvolvimento sustentável dos cerrados maranhenses, por meio do projeto Pólo Agroindustrial do Sul Maranhense (Polagris). E, ao final do meu Governo, assinamos, em Tóquio, o acordo com a Jica de aproveitamento de nossos cerrados. Hoje, a região destaca-se pela qualidade e abundância de sua produção de grãos. Tornou-se mais conhecida sob o nome de Pólo de Balsas, que abrange 19 municípios e está ligada, desde 1991, à malha rodoviária do Centro-Norte.

Senhor Presidente. diante das oportunidades que o Pólo Siderúrgico de São Luis abre para a economia nacional, vale sublinhar o papel pioneiro, fundador, de extraordinário alcance geopolítico exercido pelo Presi-

dente José Sarney na concepção e execução da estratégia para essa nova etapa de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como Governador do Maranhão, de 1965 e 1970, José Sarney ampliou e modernizou a infra-estrutura básica do Estado e, entre outros projetos estratégicos, implantou o Porto do Itaqui. A esta obra Sarney dedicou-se com redobrado vigor, antevendo os complexos industriais que viriam a se instalar no Maranhão, notadamente em virtude da descoberta, a partir de 1967, das gigantescas reservas de minérios da Serra de Carajás.

Não foram menores a determinação e o empenho do presidente Sarney na luta pela construção da ferrovia Norte-Sul, que assegura o escoamento do minério de Carajás para o porto do Itaqui, assim como de parte da safra do pólo agrícola de Balsas.

Sinto-me igualmente confortado por ter contribuído, com minha ação parlamentar, para que a ferrovia Norte-Sul fosse dotada do terminal de Porto Franco-Estreito, indispensável para a transferência de cargas do modal rodoviário para o modal ferroviário. Participei também dos esforços visando a obtenção de recursos para a construção do viaduto de Porto Franco, destinado a proteger a população de eventuais transtornos e acidentes com a intensificação na área do tráfego ferroviário e rodoviário. Direi, de passagem, que o viaduto foi inaugurado com a minha presença, o que muito me alegrou.

Apraz-me anunciar ainda que o Itaqui vai inaugurar em breve seu terceiro píer. Hoje, o porto já registra movimentação de carga superior a 60 milhões toneladas/ano, sendo considerado o segundo do país em tonelagem manejada. Recebe os maiores graneleiros da marinha mercante internacional. O projeto do pólo prevê, aliás, a construção de um supernavio, com capacidade recorde de carga de 500 mil toneladas.

Senhor Presidente, ao tentar resumir os elementos que informam a inserção gradual, mas segura, do Maranhão no projeto de desenvolvimento nacional integrado, gostaria de assinalar que ninguém consegue ficar indiferente ao sentimento de orgulho e de confiança no futuro do Brasil e do Maranhão. Sentimento esse gerado no seio da população de São Luís diante do espetáculo noturno daquela extensa formação de navios de grande calado, vindos de todos os horizontes, iluminando a Baia de São Marcos, à espera do carregamento no porto do Itaqui.

À beira-mar, nas noites suaves de São Luis, as crianças, jovens e idosos, todos contam e recontam o número de navios estacionados na baia iluminada, que o imaginário popular supõe com a precisão humorada e ufanista - de que "é uma avenida que vai até a China".

Calderon de la Barca dizia, no seu célebre poema, que "a vida é um sonho". Sonho que enternece também os maranhenses na canícula habitual dos dias, à vista dos numerosos navios carregados deixando a Baia de São Marcos em direção da Ásia, da Europa, e do Extremo Oriente. A cena, entre outras evocações históricas, pode nos remeter à epopéia dos grandes navegadores que, com suas descobertas marítimas, desenharam o mapa do Novo Mundo.

Ao finalizar este pronunciamento, ressalto que já hoje, dentro de uma ótica prospectiva, a cena dos navios carregados, rompendo os vagalhões da Baía de São Marcos, constitui, sem dúvida, uma das facetas da saga empreendedora do mundo globalizado do terceiro milênio. Faceta que se tornará ainda mais densa e abrangente com a implantação do pólo siderúrgico de São Luis.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendido, de acordo com o Regimento. E gostaria de afirmar o respeito à importância do tema e à grandeza do Senador. O País se admira em ouvi-lo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Obedecendo ao que foi acordado aqui, vamos alternar, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. Em seguida, de acordo com a inscrição, ao Senador Alberto Silva; logo após, como Líder, ao Senador Jefferson Péres e, depois, ao Senador Geraldo Mesquita.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como só tenho cinco minutos, vou falar apenas de uma das datas desta semana. É uma semana de datas que simbolizam muita resistência, dias 19, 21 e 22 de abril.

Ontem foi o dia 19, que simboliza a resistência dos povos indígenas. Sobre os dias 21 e 22 de abril, vou deixar para falar na sexta-feira próxima, até porque, como o Congresso está paralisado, em função da base de bajulação do Governo e da promiscuidade estabelecida entre o Governo Federal e sua base aqui no Congresso, é até bom falarmos na sexta-feira, para não ficarmos muito envergonhados perante o povo brasileiro. E para que não seja cinismo da parte do Congresso Nacional apenas relembrar o dia 21 de

abril sem atualizá-lo, até porque muitos comemoram o dia 21 de abril, Senador Jefferson Péres, e portanto celebram a resistência de 1780 diante da derrama, mas se esquecem de identificar quem são hoje os Viscondes de Barbacena e os Silvérios dos Reis, essas coisas que são muito importantes que relembremos e atualizemos a história.

Do mesmo jeito que atualizar o dia 22 de abril, que há dois anos foi muito comemorado, com relógios de contagem regressiva e com muitos penduricalhos comemoratórios, precisamos também, hoje, continuar falando sobre isso, porque infelizmente o Governo Lula, assim como o Governo Fernando Henrique, continua recebendo de forma hospitaleira as saqueadoras caravelas, que hoje já não são de românticas velas brancas, mas, com a velha verborragia dos memorandos técnicos, das cartas de ajustes, das cartas compromissos, mas igualmente saqueadoras, hoje, do Fundo Monetário Internacional. E se a própria história oficial manchou de sangue as românticas velas brancas das caravelas, manchou com o sangue do extermínio dos povos indígenas, manchou com o sangue do massacre aos povos indígenas, com certeza, hoje, as caravelas saqueadoras do Fundo Monetário Internacional continuam manchando de sangue a bandeira verde-amarela com o sangue, o desemprego e a dor do povo brasileiro.

Eu não poderia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixar de fazer uma brevíssima homenagem aos povos indígenas do meu Estado. Até pensei, havia sido informada, que hoje teria uma sessão solene aqui no Senado. Acabou que não houve. A sessão foi ontem na Câmara dos Deputados. E não poderia deixar de fazer essa saudação à resistência dos povos indígenas, dessa grande história de luta. Desde o Império Colonial tentaram desestruturá-los, dizimá-los, na ditadura e na dita democracia, a ação de oligarquias regionais e locais, o Estado Brasileiro, com sua parcialidade hostil em relação a esses povos, as lembranças da escravidão, o controle, as limitações, a limpeza étnica, a imposição do mito da homogeneidade étnica e cultural.

As elites condutoras do País, os próprios governos, foram dando senhas que animaram fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, possibilitando a multiplicação de conflitos e de violência entre as comunidades indígenas e as populações dos Estados. Estimularam e multiplicaram o conflito e a violência, desagregando as comunidades. Culturas foram violentadas.

Mesmo assim, diante de tantas adversidades, a força, a identidade cultural e a histórica dos povos indígenas estão se recompondo, se reinventando. Recuperando os limites de suas áreas, os índios estão lutando e projetando um futuro para as novas gerações. São comunidades livres e orgulhosas por se considerarem um povo, por terem uma história, um destino.

Não posso, Sr. Presidente, deixar de saudar e celebrar os povos indígenas de minha querida Alagoas. Além de celebrar Apoime, Cimi e várias entidades que representam e lutam pelos povos indígenas, não posso deixar de saudar os povos indígenas de minha Alagoas. Começando por Palmeira dos Índios saúdo os Xucuru-Kariri, em seguida os Tingui-Botó, de Feira Grande, os Karopotó, de São Sebastião e os Aconã, de Traipú. Indo para o sertão, saúdo os Jerinpako; os Karuazu; os Catokinn, de Pariconha; os Kallancó, de Água Branca; os Koiianka, de Mata Grande; os Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio, no Baixo São Francisco, Wassul-Cocal, de Joaquim Gomes, na Zona da Mata.

Enfim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se apenas de uma breve saudação, embora breve saudação eles não mereçam, porque merecem muito mais pela sua história de resistência e de luta. Mas, infelizmente, nos cinco minutos que o Regimento me permite, faço esta saudação aos povos indígenas da minha querida Alagoas e deste Brasil afora pela sua resistência e luta.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador do Piauí, do PMDB, Dr. Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade, neste plenário, para falar de dois assuntos que me preocupam, assim como o povo brasileiro e principalmente os membros desta Casa.

Em primeiro lugar, o nosso Ministro dos Transportes – pelo menos ouvi e li no **Informe JB** de anteontem – está apresentando uma proposta ao Presidente Lula para consertar as estradas deterioradas pelas chuvas. O número é expressivo. S. Exª fala em 13 mil quilômetros, mas declara que 80% deles passarão por operação tapa-buraco. Srªs e Srs. Senadores, tapar buraco de estrada é uma das coisas mais inaceitáveis sob o ponto de vista de engenharia.

Falo isso de cadeira, porque sou engenheiro e fui Governador, por duas vezes, e Prefeito. O Presidente Mão Santa foi um grande Governador do Piauí e também Prefeito da minha cidade e muito executou em favor do povo piauiense. S. Exª e eu fizemos estradas no Piauí por valores a custos nacionais. Não exageramos nem para mais nem para menos.

Chamo a atenção dos nossos companheiros, Srªs e Srs. Senadores, para o seguinte aspecto: na malha rodoviária brasileira, em determinado ponto, o asfalto

envelheceu. Quando isso ocorre, não adianta tapar buraco, porque se tapa um buraco aqui, abre-se outro ali. E mais: jogar dinheiro em operação tapa-buraco é desperdiçar o dinheiro do povo.

O Ministro, provavelmente ainda inexperiente, porque acaba de assumir o Ministério, está com esse dado, querendo dar uma solução para os buracos, para o que ocorreu com as estradas devido às chuvas.

Lembro que fiz um estudo e que o apresentei ao Líder Aloizio Mercadante e aos Senadores do PTB numa reunião nossa de Bancada. Trata-se de um trabalho calcado em dados reais que obtive da Confederação Nacional dos Transportadores de Carga, da Federação Nacional dos Construtores de Estradas, das empresas de engenharia. São 120 empresas de engenharia, a maioria delas paradas, porque, segundo elas, o Governo Federal lhes deve R$ 600 bilhões. Elas não têm condições de trabalhar exatamente porque o seu capital não agüenta mais. Essa é a informação que elas me deram.

Fizemos esse estudo, e os números são irrespondíveis. Circulam nos 32 mil quilômetros de estradas brasileiras 1,8 milhão de carretas brasileiras – não são 13 mil quilômetros, não.

Sr. Ministro dos Transportes, perdoe-me, o número é este: 32 mil quilômetros de estradas federais asfaltadas estão em estado precário. Nesse estudo que fizemos, há um mapa e uma coluna que mostram quais são essas estradas, em que Estado se encontram e qual o volume de estradas destruídas.

Qual foi a solução que encontramos? Chefiei um grupo de trabalho de pessoas competentes que reuni para resolvermos o assunto, e chegamos à conclusão de que devemos mudar o asfalto todo, porque ele envelheceu. Há que se fazer asfalto novo, porque tapar buraco é como roupa velha: não adianta colocar remendo em roupa velha, porque ela arrebenta ali na frente.

O Ministro propõe ao Governo, para consertar, para tapar buracos – 80% de 13 mil quilômetros são dez mil quilômetros –, gastar R$2 bilhões em 10 mil quilômetros. Isso é jogar dinheiro fora.

Possivelmente, o Ministro não foi alertado, e eu o faço agora. Não ponha esse dinheiro, Sr. Ministro dos Transportes, R$2 bilhões, para tapar buracos em 10 mil quilômetros! Isso é jogar o dinheiro da Nação fora.

A nossa proposta é a seguinte: o Ministério dos Transportes – com todo o respeito que tenho, conheço bem a sua estrutura –, para consertar esses 32 mil quilômetros, tem de ter 32 mil quilômetros de projeto. Sem projeto, não se consertam as estradas.

Pela rotina e burocracia do Ministério – eu a conheço bem; hoje é o Denit e antes, o DNER –, para se fazer o projeto de uma estrada ou mesmo para se consertar uma estrada, tem-se de abrir licitação, o que é correto e legal. Mas para se obter um projeto de 100 quilômetros para uma determinada estrada que está deteriorada, leva-se no mínimo quatro, cinco, talvez seis meses. É preciso ter o dinheiro naturalmente para fazer o projeto.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Alberto Silva, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – A rotina é esta: leva-se de quatro a cinco meses para a elaboração de um projeto para, digamos, 100 quilômetros. Hoje se consertam as estradas com base nos Parlamentares, um Senador ou Deputado consegue dinheiro para seu Estado ou região, e assim consertam-se 50 quilômetros aqui, 100 quilômetros noutro lugar. Assim, não se conserta a malha nunca. Não há como.

Qual foi a proposta que apresentamos? Uma câmara de gestão, Srªs e Srs. Senadores. Ela se concentraria no núcleo gestor, como foi feito por ocasião do apagão. Foi assim que ocorreu. O apagão era perigoso. Aquela câmara de gestão foi uma idéia brilhante do Ministro Pedro Parente, que a organizou e montou um núcleo gestor de que faziam parte o Ministro de Minas e Energia, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda. Com esse núcleo gestor, S. Exªs impediram um apagão e salvaram o País do que seria um desastre para as indústrias nacionais e para a sociedade brasileira.

O caso das estradas me parece que ainda é pior, porque 90% do produto brasileiro, quer seja de máquinas, quer seja da parte industrializada, quer seja de grãos, circulam no País em cima de pneumáticos. São 1,8 milhão de carretas que estão circulando em cima de buracos.

Agora, vejam bem, quero esclarecer o que isso significa. Olhem os números: 1,8 milhão de carretas circulando. Se todo o asfalto estivesse bem arrumado, elas gastariam, e gastam, 12 bilhões de litros de óleo diesel por ano. Mas, com os buracos, esse número sobe 38%; arredondando, o valor se aproxima de 5 bilhões de litros de óleo diesel, de que a Petrobras importa ainda uma boa parte. Não somos auto-suficientes na produção do óleo que impulsiona 1,8 milhão de carretas que transportam a riqueza nacional para os portos e entre os Estados.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Alberto Silva, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Concederei em um minuto, Senadora.

Sabem V. Exªs quanto custa isso? Sabem V. Exªs quanto estamos desperdiçando? Os dados que me transmitiram os engenheiros das construtoras e repa-

radoras de estradas, as transportadoras de carga e os técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul são reais: cinco bilhões de litros de óleo são jogados fora. Mas como? É muito fácil: uma carreta que transporte 50 toneladas, com motor de cerca de 200 HP, ao desacelerar por causa do buraco, joga óleo fora – quem conhece máquinas sabe do que estou falando. Quer na aceleração, quer na desaceleração, joga-se óleo fora, mesmo sem carga. Na freada e na aceleração, para sair do buraco, perde-se óleo. Havendo outro buraco, o motorista volta a parar e a mudar de rumo. Isso é fato corriqueiro nas estradas, sem falar nos acidentes, muitas vezes com vítimas fatais, que acontecem no Brasil inteiro.

Portanto, cinco bilhões de litros de óleo são jogados fora por ano. Com o custo de R$1,40 o litro na bomba, esse valor perfaz um total de R$7 bilhões jogados fora. Ora, o custo do reparo de 32 mil quilômetros de estrada, segundo os documentos que passei para os nossos companheiros, é de R$4,8 bilhões. A um custo anual de R$1,6 bilhão, em três anos, são R$4,8 bilhões. Se essas estradas fossem consertadas em 36 meses, só no primeiro ano seria economizado um terço desse valor, ou seja, R$3 bilhões.

Além disso, por causa dos buracos, as transportadoras aumentaram o frete em 25%. Esse aumento representa, para a economia brasileira, para o bolso de cada um, R$6,5 bilhões a mais. Então, o total passa para R$13 bilhões!

Passemos aos números do nosso documento. Se tirarmos todo asfalto velho de 25 mil quilômetros e colocarmos asfalto novo, o custo, somado aos 7 mil quilômetros de troca de asfalto e também da base, ou seja, 32 mil quilômetros de estrada, seria de R$4,8 bilhões, ou R$1,6 bilhão por ano.

Agora, façamos a comparação desses dados com a proposta do Ministro. Em comentário ao jornal **JB**, o Ministro propõe um valor de R$2 bilhões, "quase todo o orçamento do Ministério". Então, que deixe de lado o orçamento do Ministério, e, em vez de gastar esse recurso da Cide, bastaria R$1,6 bilhão para que uma câmara de gestão, um núcleo gestor encaminhasse essa operação.

Mas vamos passar ao fato mais importante. No início, mencionei que ninguém conserta estrada sem um projeto. Como está posto, o Ministério dos Transportes, seguramente, não dispõe de projetos de reparo de estrada nem para consertar 15 mil quilômetros de estrada. Contudo, dispomos de tecnologia moderna e avançada inventada pela USP, em São Paulo, há uns três ou quatro anos.

Hoje, empresas fazem esses reparos utilizando um carrinho que, ligado a um satélite ou utilizando um infravermelho, ao andar pela estrada, mede o estado do asfalto e mede a base, armazenando essas informações em um disquete que vai para um computador. Assim, as empresas projetistas colhem esses dados e podem realizar a operação. No Brasil, já existem empresas especializadas que podem reparar – e é o nosso caso – 8 mil quilômetros de estradas por mês! Em quatro meses, essas empresas totalizariam 32 mil quilômetros de asfalto rigorosamente bem-feitos. Atualmente, não é preciso furar o asfalto para conhecer o seu estado. Utilizando-se a tecnologia inventada pela USP – e já existem empresas especializadas nisso , temos os projetos. Mas falta o dinheiro e o núcleo gestor.

Conheço de sobra o Ministério dos Transportes. Quando fui Governador por duas vezes, mantive entendimentos com o Ministério e com o DNER. Sem falsa modéstia, conheço o Ministério dos Transportes a fundo e posso dizer que ele não tem estrutura. A burocracia reinante impede que, em 36 meses, o Ministério troque 32 mil quilômetros de asfalto e conserte 7 mil quilômetros de base.

Agora, para encerrar, passemos ao prejuízo do patrimônio nacional.

No Brasil, são um milhão e oitocentas mil carretas. Por baixo, o custo de cada uma é de R$100 mil, perfazendo um total de R$180 bilhões. Ora, as transportadoras de carga alegam perder 15% desse valor com a quebra de ponta de eixo, torcimento da carroceria, em função dos buracos. São R$27 bilhões em perdas, que, somados aos R$13 bilhões, totalizam R$40 bilhões de prejuízo da malha rodoviária na economia do País. É algo inaceitável!

O nosso Senador César Borges, grande ex-Governador e engenheiro, e o Senador Antonio Carlos falaram sobre o sério problema do Estado da Bahia.

Resumindo, a proposta do Ministro é tapar buracos de 10 mil quilômetros de estrada, 80% de 13 mil, mas a operação tapa-buraco não tem controle. Como se realiza uma concorrência para tapar buracos? Como medir, como avaliar? Isso é inaceitável.

No Governo passado, uma das maiores críticas ao Ministério dos Transportes era quanto à operação tapa-buracos. Em um país rodoviário como o Brasil, é ridículo tapar buracos; melhor seria fazer estradas.

Temos aqui a aprovação de R$2 bilhões para tapar buracos em 10 mil quilômetros. Ora, com R$1,6 milhão, poderiam ser reconstruídos 11 mil quilômetros, que poderiam ser distribuídos entre as estradas danificadas pelas chuvas – ele fala que são 10 mil quilômetros. Repetindo, é possível fazer 10 mil quilômetros novos com R$1,6 bilhão. Mas, para isso, é preciso uma câmara de gestão, porque, com a atual estrutura do Ministério dos

Transportes, não é possível reparar a malha rodoviária brasileira com a necessária rapidez.

Pela ordem dos pedidos, concedo o aparte à Senadora Serys Slhessarenko.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Realmente, Senador Alberto Silva, tenho feito esse mesmo discurso, pelo menos em parte, quase todos os dias. Concordo plenamente com a avaliação de V. Exª quanto ao estado totalmente precário das nossas estradas. O problema da carga pesada é terrível. O nosso asfalto não foi feito para suportar o grande peso da carga transportada pelas carretas que hoje trafegam. Então, não há condições. Ou se estabelece um patamar de transporte para que esse asfalto que está aí resista, ou se colocam balanças. Com esse volume de carga sendo transportado, não resolveremos o problema, seja como for o conserto das estradas. Quanto ao orçamento, ainda ontem conversei com o Ministro Antonio Palocci sobre a questão. Estou muito preocupada com o meu Estado de Mato Grosso, um dos maiores produtores; se o quadro continuar como está, o escoamento de sua próxima safra será inviabilizado. A situação é muito grave. Restringe-se praticamente a R$600 milhões, o que não é pouca coisa. Daqui para frente, sabemos que está previsto no orçamento, sabemos que está no Ministério; há como dar andamento. O problema – e presto total e irrestrito apoio à sua fala – é o que se deve às empresas que estão parando. Por conseguinte, não adianta ter Orçamento daqui para frente se não há quem faça o trabalho. Precisamos, sim, desses recursos. O trabalho e o reforço do Senado da República, juntamente com o Ministro da Fazenda, devem objetivar esse ponto, para que se libere uma quota. Já foram liberados 29% por meio de medida provisória para os Estados, que estão aplicando esse percentual nas estradas estaduais. Porém, é importante que se libere uma quantia que não atingirá nem 10% do que já foi arrecadado. Hoje, R$10 bilhões são arrecadados pela Cide. Se forem liberados 10% desse montante, será possível pagar os atrasados e seguir adiante. Em três anos, tudo estará em perfeita ordem. Senador Alberto Silva, não falarei mais, senão tomarei todo o tempo destinado a V. Exª. Muito obrigada.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Alberto Silva, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Alberto Silva, quero apenas reforçar a tese da Senadora Serys Slhessarenko. Diante do que propõe V. Exª e do que foi dito pela Senadora Serys Slhessarenko, uma das mais expressivas representantes do Governo nesta Casa, creio que será muito fácil resolver o problema. Basta criar-se a câmara de gestão, que poderá ser presidida por V. Exª – pelo menos de maneira informal –, pois, com sua competência e com sua experiência no setor, tenho certeza de que V. Exª encontrará a solução. E a Senadora Serys Slhessarenko demonstrou como fazê-lo. Os empresários estão parados e sem receber os atrasados. Se propusermos com credibilidade aos empresários pagar, a cada 50 quilômetros novos, mais 50, em instantes chegaremos a uma solução. Cumprimento a Senadora Serys Slhessarenko pelo aparte. Se V. Exª fosse do núcleo duro do poder, já sairíamos daqui com essa solução, e o Brasil estaria aliviado. Não é cabível a Cide arrecadar 8 bilhões por ano, o Ministério dos Transportes só receber 1,5 bilhão e, desta quantia, gastar aproximadamente 500 mil reais em estradas, nos famigerados tapa-buracos, Senador Alberto Silva. Tapa-buraco no Brasil é como a recuperação das margens do Tietê: só vemos o dinheiro entrando ano após ano, e o buraco não aumenta, não diminui, aquelas dragas ali, e não se resolve o problema. V. Exª falou de Orçamento e falou com o Ministro Antonio Palocci. Aproveito o seu pronunciamento, Senador Alberto Silva, para dar uma sugestão ao Ministro Antonio Palocci e ao Ministro do Planejamento, para que tenham cuidado com o uso indevido dos recursos orçamentários, principalmente com as verbas aprovadas dos Parlamentares. Chegam informações aqui, Senadora, V. Exª não tem culpa disso, de que estão trocando as rubricas, aquelas de execução por Estado, Município e Governo Federal, as famosas trinta, quarenta e noventa. Ontem mesmo, tive uma informação de que o Senador Mão Santa foi "garfado" em 5 milhões. Não é o Senador Mão Santa, adversário do Governo, que está sendo "garfado", mas o Estado do Piauí. Isso é um desrespeito ao Congresso Nacional, que é quem aprova a lei orçamentária. Se forem verdadeiras essas informações, Senadora Heloísa Helena, estamos diante de um crime inédito. O Planejamento, simplesmente, criou a figura de um código zero, com o qual remaneja os recursos para onde quer, desrespeitando uma decisão orçamentária consagrada, no Congresso Nacional, por Senadores e Deputados. Tenho certeza, Senador Alberto Silva, de que se a voz, não digo rouca como diz o Senador Mão Santa, mas a voz firma da Senadora Serys Slhessarenko for ouvida pelo Governo, a questão está resolvida. Cria-se a câmara de gestão, nomeiam-se pessoas responsáveis, conhecedoras do problema, e vamos, assim, salvar as estradas brasileiras. Há um ano, dizia no Senado que o problema do Brasil era que o Governo não sa-

bia governar e a Oposição não sabia ser Oposição. A Oposição aprendeu a fazer oposição, mas é preciso o Governo aprender a governar. Muito obrigado.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, quero apenas agradecê-lo e à Senadora pelo aparte.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Concedê-lo-ei em seguida.

Senador Heráclito Fortes, estamos propondo a obtenção de dinheiro para consertar as estradas por meio de uma câmara de gestão. A câmara de gestão tem poderes especiais e é dirigida praticamente pelo Presidente da República, porque o chefe da câmara de gestão é o Ministro-Chefe da Casa Civil, anteriormente seria o Sr. Pedro Parente, agora, será o do Ministro José Dirceu.

Ela estabeleceria, por exemplo, a retirada de determinados valores. Quanto se está devendo às empreiteiras? Seiscentos milhões? Então, dos dois bilhões a que se refere o Ministro, por exemplo, com um bilhão e seiscentos, fazemos onze mil quilômetros de estradas novas, substituindo as estradas com buracos; e os quatrocentos pagam os empreiteiros que vão para o campo trabalhar.

A câmara de gestão tem poderes para fazer tudo isso e de colocar o dinheiro.

Concedo o aparte ao nobre Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva. Na verdade, o meu aparte é para homenageá-lo pela sua capacidade! V. Exª, como político e como engenheiro, tem essa preocupação com a infra-estrutura brasileira, principalmente a infra-estrutura rodoviária, já tendo sido demonstrada, aqui, por diversas vezes, a viabilidade do projeto da criação da câmara de gestão para tratar desse assunto. A recuperação das estradas é assunto realmente nacional, diria até de segurança nacional, porque os acidentes provocados por estradas esburacadas ceifa milhares de vidas de brasileiros por ano, além de causar prejuízo econômico. V. Exª conhece o assunto de per si, com detalhes, e se oferece ao Governo Federal com uma solução que é viável. Agora, Senador Alberto Silva, infelizmente, para isso, V. Exª, que foi Governador, sabe que precisa, como em tudo, haver vontade política, determinação, seriedade, querer resolver o problema! E não vi essa vontade, em momento algum, no Governo atual. Ele realmente não assumiu a responsabilidade de recuperar esse patrimônio nacional, que é a nossa malha rodoviária nacional. O seu esforço merece todo o aplauso do Senado e apoio incondicional. V. Exª pode ter certeza de que tem todo o nosso apoio! Agora, precisamos sensibilizar o Presidente da República, para que tome essas medidas, e essa malha seja recuperada. Caso contrário, poderemos fazer todos os estudos, desenvolver toda tecnologia, e de nada adiantará! É um Ministério que passou pouco tempo com um Ministro, o Ministro foi trocado, e não se vê absolutamente proposta alguma para a Nação a fim de se recuperar esse patrimônio nacional. É lamentável, mas isso não tira, em momento algum, o brilho da sua atuação e a sua vontade de contribuir para que o Brasil veja recuperada a malha rodoviária. Parabéns, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado, Senador. Gostaria de propor a V. Exª que formássemos um grupo de trabalho apartidário, uma comissão, e levássemos o problema diretamente ao Presidente da República. Fazem parte da câmara de gestão o Ministro dos Transportes, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, representantes dos transportadores e representantes das empresas construtoras. Afinal de contas, é um colegiado que possui um núcleo gestor, e isso funciona. Funcionou durante o apagão, e pode funcionar com as estradas, tenho certeza. Dessa maneira, teríamos a economia do País restabelecida em 36 meses. Sendo que, no primeiro ano, já economizaríamos um terço de treze bilhões, ou seja, quatro bilhões, gastando dois, o que seria o desejável.

Agradeço o aparte e convido V. Exª para formar um grupo de trabalho. Vamos oferecer ajuda ao Governo. V. Exª tem dúvidas de que Sua Excelência se interesse pelo assunto. Vamos saber de perto. Solicitaremos uma audiência, o PMDB, o PT, o partido de V. Exª e outros, formaremos uma comissão e levaremos o problema gravíssimo das estradas, que ceifam vidas e a economia do País. De acordo com os números, gasta-se sete bilhões jogando óleo diesel fora, mais seis bilhões e meio no aumento do frete, e 27 bilhões destruindo o patrimônio das empresas transportadoras. Creio que o caminho seria esse. E praza aos céus que alcancemos um bom resultado com essa proposta. Eu me coloco à disposição. Agradeço a oportunidade do discurso, a tolerância de meus Pares e os apartes.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero fazer um apelo à Mesa Diretora.

Informou-me o Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Casa, que a Mesa Diretora providenciou um estudo relativo a todas as medidas que possam contribuir para que pessoas com deficiência física tenham acesso às dependências do Senado, seja à tribuna de honra, galerias e eventualmente ao plenário. Sabemos que o acesso ao plenário foi viabilizado quando houve a necessidade de parte do ex-senador Ronaldo Cunha Lima, que utilizou cadeira de rodas. Mas há um estudo bem feito, informou-me o Senador Paulo Paim, que daria condições a pessoas portadoras de necessidades especiais de adentrar as dependências do Senado para acompanhar os trabalhos desta Casa Legislativa.

A Senadora Heloísa Helena ainda hoje também conversou com o Sr. Sérgio da Silva, que é de Americana, São Paulo, que relatava justamente as dificuldades que teve para conhecer a Casa. Ele também informou que, para pessoas deficientes como ele, a exigência, por exemplo, do uso de terno e gravata é algo impraticável. Para alguns, como o ex-senador Ronaldo Cunha Lima, não seria problema, mas para diversas pessoas é. Ele sugere, por exemplo, que seja dispensada essa exigência.

Sr. Presidente, faço um apelo no sentido de que a Mesa Diretora possa providenciar, o quanto antes, todas as medidas relativas a facilitar ingresso e vagas para deficientes. É esse o apelo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, queremos afirmar que a sua sensibilidade é a mesma da Mesa Diretora e que a Casa já está com um projeto em andamento e que, em breve, solucionará todos esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, como Líder do seu Partido. Em seguida, como inscrito, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz hoje à tribuna desta Casa é a necessidade de fazer um registro agradável. Nesse final de semana, tive o prazer e o privilégio de visitar e conhecer um lugar fantástico da minha terra. Senadora Heloísa Helena, sei que a sua terra é muito bonita, tanto assim que minha irmã Socorrinho se radicou na sua terra e não quer mais sair de lá. Mas a minha terra também é maravilhosa. Senador Mão Santa, estou entusiasmado com o que vi, a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.

No sábado, Senadora Heloísa Helena, em Sena Madureira, tomei uma pequena embarcação pelo rio Iaco, peguei o rio Caetê, e subimos cerca de duas horas. Descemos na barranca do rio, andamos cerca de uma hora por dentro da mata e chegamos a um lugar maravilhoso.

Senadora Heloisa Helena, sei que sua terra possui um mar divino, mas a minha possui uma floresta pujante; sei que sua terra possui um povo ordeiro e trabalhador, e a minha possui um povo carinhoso, agradável e igualmente trabalhador.

Lá me vi cercado por pessoas que estão no seio da mata trabalhando. São extrativistas; produzem borracha, colhem castanhas, vivem de uma agricultura de subsistência com pequeno excedente; criam pequenos animais, exercem a pecuária. Para minha grata satisfação, Senadora, promovemos lá uma reunião.

Trata-se de uma situação bem diferente e peculiar. É difícil chegar aos lugares longínquos da minha terra e sentir que as pessoas se ressentem das dificuldades, que são muitas. Há isolamento, faltam meios de comunicação. Enfim, falta tudo.

Lá em Cazumbá, onde fui em companhia da Doris, a companheira que me ajuda em Sena Madureira, da minha esposa e do Dr. Arlindo, técnico do Ibama. Fui recebido por Nezinho, Presidente da Associação de Moradores do Cazumbá, que me mostrou algo interessantíssimo. Estão desenvolvendo a criação de animais silvestres em cativeiro. Há um senso de preservação e reposição.

Ali na nossa região, Senadora Heloísa, o meu pai, que tem 85 anos de idade, o velho Barão de Mesquita, como o chamamos carinhosamente, costuma me dizer que quando era menino, lá nos barrancos do rio Envira, em Feijó, na época de praia do rio, a praia ficava alastrada de tracajás, e eles iam lá colher ovos para fazer um mujangué. Hoje, creia V. Exª, em qualquer época do ano não se acha um graveto de casco de tracajá nem para fazer um chá. Nós despovoamos nossos rios, despovoamos nossas florestas, mas o que aquelas pessoas ali em Cazumbá estão fazendo até nos emociona. Eles me confessaram que estão cuidando dos animais silvestres em cativeiro e permitindo a sua reprodução não porque se consideram obrigados a fazê-lo por lei, mas sim porque se convenceram – veja que coisa interessante – de que são responsáveis por repovoar as matas, os rios, por cuidar na nossa floresta, tirando dela o sustento, mas cuidando ao mesmo tempo.

Fiquei impressionado também com a manifestação na reunião. O Nezinho, Presidente da Associação, pediu que todos se identificassem, e um por um, Senadora, foram dizendo seus nomes. Todos estão envolvidos no extrativismo, trabalham na produção de artefatos de borracha, e as famílias cuidam de outras atividades, uma rocinha de arroz, de milho etc. Em

comum, eles me transmitiram o seguinte: gostam de morar lá; manifestaram a alegria de estar ali naquela região distante. Eles constituíram um pequeno povoado e estão felizes da vida. Para não dizer que não cobraram alguma coisa, eles fizeram um pedido. Essa é a razão, além do registro da visita, que me traz hoje aqui, porque há um aspecto econômico nessa história que me chamou muito a atenção. Como eu já disse, eles produzem artefatos de borracha – bolsas, sacolas etc. – e manufaturaram um protótipo do que pensam ser uma pasta escolar. Eles pretendem que esse material seja adquirido pela Secretaria de Educação do Município, do Estado ou mesmo da União, Senador Mão Santa. V. Exª não imagina o que isto significaria para aquela comunidade e para o Estado do Acre: a União, o Estado e os Municípios envolvendo-se numa operação de compra desse material. Não precisa dar nada para esse povo. Basta a esperança da aquisição daquele material, incorporando-o a kits escolares para alunos carentes dos Governos Federal, Estadual ou Municipal. Isso significaria algo importantíssimo para aquelas pessoas e para toda a região.

Eu não podia deixar de fazer este registro, agradecendo aqui, do fundo do coração, ao povo do Cazumbá o privilégio que tive de sábado último ter estado ali, em visita àquela comunidade, almoçando, convivendo com eles. Torço para que tudo ali continue dando certo, como vem dando certo, pedindo a Deus que proteja aquelas mulheres e homens que estão ali trabalhando diuturnamente para fazer do Acre e deste País a terra que tanto sonhamos.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, de acordo com a lista, ao Senador Paulo Paim, que falará como Líder. Logo em seguida, de acordo com a inscrição, por cessão do Senador Almeida Lima, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço à Líder Ideli Salvatti, que me cedeu um espaço para que eu pudesse informar à Casa que no próximo dia 27, às 10 horas da manhã, na Sala de Comissão nº 6, Ala Nilo Coelho, do Senado Federal, vamos promover um debate sobre desemprego e renda, tendo como eixo as políticas de emprego e o salário mínimo como distribuidor de renda. Estarão presentes o professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e Secretário do Município de São Paulo, economista Márcio Pochmann; o professor economista da USP (Universidade de São Paulo) José Pastore, muito ligado ao setor empresarial, como todos sabem; e também Jorge Saba Arbache, Professor da UnB, que tem, digamos, uma postura independente; em nome da Casa, o advogado e consultor José Pinto da Mota Filho, que falará como consultor e também está organizando este evento.

Sr. Presidente, como o debate é sobre um tema que interessa a todos, aproveito para convidar aos Srs. Senadores. Na parte da tarde, estarão as centrais sindicais e também as confederações de trabalhadores para darem sua opinião sobre emprego e renda, muito vinculado ao debate do salário mínimo.

Eu gostaria também de entregar à Mesa – e peço que seja publicada na íntegra – uma análise que faço da Portaria nº 160, publicada na última semana no Diário Oficial da União pelo Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, que proíbe aos sindicatos, federações e confederações descontarem em folha a chamada contribuição confederativa ou mesmo a chamada de assistência social, ambas fruto da decisão da assembléia dos trabalhadores, que é a principal contribuição que as entidades sindicais têm para tocar a sua vida junto aos trabalhadores.

E faço um apelo ao Ministro Ricardo Berzoini, já falei com o Secretário Bargas, que disse estar disposto a promover uma reunião com todas as entidades sindicais, porque a favor dessa Portaria não está nenhuma central: a CUT, a Força Sindical, a CGT, a CLAT, a CAT e nenhuma confederação de trabalhador. Acho que é possível.

O Ministro Ricardo Berzoini está sensível a esta situação, embora a informação que me chegou é de que essa Portaria está respaldada numa decisão de uma turma do Supremo Tribunal Federal, que teria dito que desconto em folha pode ser somente do imposto sindical. Mas eu diria que isso vem na contramão da própria reforma sindical, que tanto questiona o imposto sindical. É garantido desconto em folha do imposto sindical, mas não é garantida a decisão soberana e democrática da assembléia dos trabalhadores, quando eles decidirem que 1% ou 2% do seu salário poderiam, uma vez por ano, ser destinados, na escala do menor para o maior, para as entidades dos trabalhadores.

Então, fica aqui o apelo ao Ministro Berzoini. Sei que S. Exª está sensível a esse debate para que a Portaria seja revogada.

Sr. Presidente, peço, ainda, que conste nos Anais da Casa um estudo que fiz sobre as dificuldades por que atravessa, neste momento, o meu Estado do Rio Grande do Sul com a seca, que inclusive já levou a estado de calamidade inúmeras cidades do Rio Grande do Sul. Esse documento, dando o retrato da seca, eu encaminhei aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e, naturalmente, também ao Presidente da República, para que possamos fazer investimentos no Rio Grande do Sul, principalmente na agricultura e na pecuária.

Concluindo meu raciocínio dentro dos 23 segundos que me restam, dou por lido material atinente a vários subsídios para o debate do salário mínimo. Peço, ainda, a aprovação imediata da PEC paralela, sobre a qual conversei com a Líder, Senadora Ideli Salvatti, que já está dialogando com a Câmara dos Deputados, no sentido de que o acordo firmado seja efetivamente respeitado para que a PEC paralela seja aprovada rapidamente, o que será muito bom para o convívio das duas Casas e a relação do Senado da República com o Executivo. Mais uma vez, agradeço à Senadora Ideli Salvatti por esta oportunidade.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Portaria 160, do Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, publicada no Diário Oficial da última sexta-feira está causando perplexidade e confusão no meio sindical brasileiro.

Essa portaria, proibindo os sindicatos de cobrarem as contribuições confederativa e assistencial dos trabalhadores, foi baixada pelo Ministério do Trabalho com base em súmula do Supremo Tribunal Federal sem que fossem ouvidas as entidades de classe.

Com a Portaria, as entidades ficam limitadas à cobrança do imposto sindical, aquela que corresponde a um dia de salário no ano.

Ocorre que a maioria das entidades só consegue se manter com as contribuições confederativa e assistencial, que superam a arrecadação do imposto sindical. Muitas delas dependem ainda da contribuição associativa, cobrada apenas dos seus associados.

Neste momento em que se discute a reforma sindical, inclusive com a promessa do Governo de envio ao Congresso Nacional até o final de maio da proposta dessa reforma, a portaria do Ministério do Trabalho mostra-se extemporânea e autoritária.

Na proposta de reforma sindical, discutida no Fórum Nacional do Trabalho, foi acordada a extinção de todas as contribuições atualmente existentes, exceto a associativa, que seriam substituídas por uma nova contribuição, chamada de negocial, com limites definidos em lei.

Portanto, a proibição da cobrança das contribuições confederativa e assistencial pelo Ministério do Trabalho antes da adoção da nova contribuição, ameaça a sobrevivência das entidades sindicais ao retirar-lhes fontes de receita sem oferecer alternativas.

A Portaria é tão inoportuna que começa a provocar fissuras entre os participantes do Fórum Trabalhista e Sindical. Em represália, a Força Sindical divulgou uma nota informando que suspendeu temporariamente a participação da central no Fórum.

Quando se faz necessária a união de todas as centrais sindicais na defesa dos direitos dos trabalhadores, defecções dessa ordem podem enfraquecer a preservação daqueles direitos.

Portanto, não vemos alternativa para o Ministro do Trabalho senão a de revogar a Portaria. Pela reação da Força Sindical, somada às que tenho recebido em meu gabinete, a portaria ministerial realmente enfraquece e ameaça a sobrevivência das entidades sindicais, exatamente quando temos pela frente reformas na área trabalhista que, para defender os direitos dos trabalhadores, em muito vai depender da vitalidade dessas entidades.

O segundo assunto que me traz à tribuna diz respeito à necessidade de medidas imediatas para amenizar os efeitos da seca no meu Estado.

O setor agropecuário do Rio Grande do Sul passa por momentos difíceis, devido à seca que se abate sobre o Estado há vários meses. Como foi noticiado no jornal **Zero Hora** de ontem, 19 de abril, a chuva que caiu no durante o último final de semana amenizou o calor, regou plantas e árvores, molhou calçadas, reduziu a poeira, mas não foi suficiente para trazer boas perspectivas para o campo.

Os estragos na agricultura e as dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas, provocados pela seca no Sul, ainda persistem.

Necessitamos de medidas concretas e urgentes para enfrentar essa grave crise.

Sabemos que o Governo Federal já demonstrou preocupação e tem anunciado medidas de socorro às famílias de agricultores atingidas nos quatro Estados afetados pela estiagem – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul – mas elas têm se mostrado ineficazes.

Tenho recebido em meu gabinete inúmeras solicitações para que o Governo disponibilize linhas de créditos para manutenção do produtor e de sua propriedade, para aquisição de sementes destinadas ao plantio da nova safra, para manutenção das matrizes e do rebanho nas propriedades, bem como a prorrogação dos prazos de pagamento dos financiamentos de custeio e investimentos agropecuários, e a liberação de recursos para que os municípios possam efetuar a instalação de poços artesianos e a construção de redes de água.

Quero, também, demonstrar minha satisfação e apoio às medidas adotadas pelas bancadas gaúcha e catarinense, que, numa ação conjunta para viabilizar ações imediatas que venham amenizar a dramática situação vivida pela nossa gente, recorram ao Gover-

no Federal para solicitar providências dos Ministérios envolvidos com as áreas atingidas.

Quero salientar que as bancadas disponibilizaram os recursos de suas emendas alocados no ministério da Integração Nacional para serem empregados nas regiões atingidas pela seca e pelo fenômeno Catarina.

O Rio Grande do Sul e os demais Estados afetados pela estiagem contam coma sensibilidade do Governo Federal para que tais medidas sejam viabilizadas com a máxima urgência.

Por fim, no meu último assunto desejo afirmar ser um objetivo claro e alcançável o salário mínimo em um patamar equivalente ou próximo dos cem dólares.

A atualização do salário-mínimo, elevando-o a um valor próximo a cem dólares, é um desafio que se impõe a todos nós, homens e mulheres que se empenham na defesa cotidiana do interesse público.

Encontrar uma forma viável de estabelecer um salário-referência que busque minimamente reduzir o distanciamento social entre partes da população brasileira é o mais singelo dos atos que podemos cometer, se desejamos efetivamente alterar de forma eficaz o quadro de iniqüidades e desigualdades que prevalece para grande parcela da sociedade brasileira.

Nas últimas semanas, a cena pública brasileira foi ocupada por discursos infindos em torno da fixação de uma remuneração básica que respeite o trabalhador e suas premências. Contudo, e a despeito de posicionamentos muitas vezes convergentes vindos de conservadores e progressistas, não conseguimos fazer a matéria prosperar e finalmente estabelecer um novo mínimo menos indigno.

Entretanto, prosseguiremos na planície, na luta e labuta diária e temos plena consciência das responsabilidades públicas que pesam sobre os ombros dos representantes populares. A partir daí, fixar o salário-mínimo em um patamar equivalente ou próximo dos cem dólares é um objetivo claro e alcançável, que devemos perseguir às últimas conseqüências.

Com freqüência lemos e ouvimos opiniões que procuram condenar e mesmo vetar o irrisório acréscimo de R$60,00 no salário-mínimo vigente, sob o argumento de que um reajuste dessa ordem vai comprometer ainda mais as contas públicas. Aliás, são os mesmos defensores da transferência anual, sem questionamento, de bilhões de dólares para os credores da dívida pública. Exatamente aqueles que preconizam a manutenção das taxas de juros em patamares escandalosamente elevados.

Depois, sem muito esforço, é possível aduzir uma série de argumentos que justificam, do ponto de vista social, econômico, político e até mesmo tributário, a majoração do mínimo. E não é preciso que fiquemos restritos às imediatas implicações de promoção social, que se refletem na pronta elevação da qualidade de vida de expressivo contingente da população. A Economia ensina que qualquer incremento de renda segue preferencialmente um desses dois caminhos: consumo ou poupança. Ambos impulsionam o crescimento.

Como sabemos, a injeção de novos recursos na economia tem um poder multiplicador formidável, que em um modelo tributário minimamente organizado e adequado vai finalmente elevar a arrecadação e ampliar, portanto, o poder de ação, especialmente social, do Estado.

Esses reflexos têm maior repercussão e são ainda mais positivos justamente naquelas áreas menos providas de recursos, nas unidades que abrigam as populações mais pobres da Federação. Para essas populações, um pequeno incremento de renda tem um significado que em muitas ocasiões chega a ser superestimado, pela ingenuidade dos próprios beneficiários.

A discussão sobre as fontes de recursos para se financiar esse aumento, que inclusive o Presidente da República faz questão de lavar as mãos, se dá de forma errada, especialmente quando se prende "ao impacto nas contas públicas" – ótica imposta pelo FMI – e não na ótica dos reflexos sociais e econômicos do ponto de vista do desenvolvimento e de dinamização da economia.

Se as reflexões se dessem considerando os impactos sociais, os cálculos deveriam ser feitos partindo dos seguintes números: segundo a Fundação Getulio Vargas, 30% da população brasileira estão abaixo da linha de pobreza. São 49.6 milhões de brasileiros que tem como renda mensal menos de R$79,00.

Pelo projeto que apresentei ao Senado, já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, o salário mínimo deve ser anualmente corrigido com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP–DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de R$0,20 por hora de trabalho.

Além de garantir uma proteção ao salário mínimo, nosso projeto contempla também ao longo dos anos o resgate da função social original do salário mínimo, a e garantir um patamar mínimo de renda, adequado às necessidades de manutenção do trabalhador e de sua família nos termos do preceito constitucional.

Foi isso o que entendeu a Consultoria Legislativa do Senado ao emitir uma Nota Técnica que solicitamos sobre o nosso projeto, assinada pelo consultor Mário Theodoro. A nota, que é parte integrante deste pronunciamento, também desmistifica o efeito devastador que o aumento do salário mínimo teria sobre as contas da Previdência Social.

Conforme observa Mário Theodoro, o contingente de pessoas em idade ativa no Brasil é hoje proporcionalmente alto, assemelhando-se bastante ao quadro existentes nos países europeus no período de auge do Estado de Bem-Estar Social.

Desta forma, em ambiente de cobertura plena, o sistema previdenciário brasileiro seria capaz, hoje, de proporcionar, com alguma sobra, o pagamento dos benefícios, de maneira integral, aos aposentados e pensionistas.

"Com alguma sobra". Esta observação me remete ao que tenho afirmado ao longo dos anos de minha vida parlamentar: sempre que se faz referência ao déficit da Previdência Social, aponto a universalização do sistema previdenciário como solução. Se todos contribuírem proporcionalmente ao que ganham, todos poderão se aposentar com o mesmo valor do salário de contribuição sem nenhum rombo para o caixa da Previdência.A questão então é de prioridade do governo. O Impacto nas contas públicas pode ser resolvido de outra forma. O Combate à sonegação e a corrupção são duas delas.

Senhor Presidente, quando se nega uma remuneração justa ao trabalhador nega-se simultaneamente as condições mínimas para a vida digna. Sem garantir uma vida digna a todos os seus cidadãos, o que poderá um Estado esperar e exigir em contrapartida? Evidentemente que nada!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo à Mesa. Senador Mão Santa, V. Exª está presidindo provisoriamente, mas tenho certeza de que, juntamente com os dois Vice-Presidentes do Senado, que estão presentes na Casa, os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos e Paulo Paim, solicitará à Advocacia do Senado que encaminhe, o mais rápido possível, documento atinente à declaração de Imposto de Renda dos Srs. Senadores. Peço urgência, porque o prazo de entrega da declaração está se esgotando. Sei que alguns Senadores que eram Deputados estão orientando outros Senadores a sonegarem informação à Receita, mas eu não vou fazer isso.

Portanto, reitero, o meu apelo à Advocacia para, o mais rápido possível, encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já está pronto e já se encontra na Mesa, neste instante.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por cessão do Senador Almeida Lima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu começo com uma matéria do Jornal **O Estado de S. Paulo**, de hoje, do Jornalista Silvio Bressan, e nela os cientistas políticos Leôncio Martins Rodrigues e Rubens Figueiredo e o Sociólogo Sérgio Adorno dizem que o Brasil vive uma situação de desobediência civil com uma grande dificuldade para o Governo manter a lei e a ordem.

Sr. Presidente, fazendo um *pot-pourri* da imprensa brasileira, hoje, nos principais jornais do País, nós temos o editorial da **Folha de S.Paulo**, condenando e estranhando o PT ter dito na sua reunião do fim de semana que daqui para frente não aceita mais dinheiro de bicheiro, de bingueiro ou sei lá de quê. E diz o Jornal **Folha de S.Paulo**: "Chama a atenção que tamanha obviedade não fosse já procedimento regulamentado no partido (...)".

No **Jornal do Brasil,** de hoje, Belisa Ribeiro diz que Waldomiro Diniz finalmente está valente, está corajoso, diz que ele quer se acarear com Carlinhos Cachoeira. Recomendo muito cuidado aos Deputados e à assistência com os seus pertences no momento em que acontecer esse ilustre encontro.

Em **O Estado de S.Paulo**, Cesar Giobbi "Não caiu nada bem o resultado da reunião do Diretório Nacional do PT." Em outra passagem, "Waldomiro Diniz não será mais chamado para nada? Santo André vai continuar por isso mesmo? José Dirceu não irá ao Senado? O comentário era que o Governo do PT pode ser ineficiente em muita coisa, mas, em operação abafa, ele tem se mostrado eficientíssimo".

No **Jornal do Brasil**: A contradição dentro do Governo. A bateção de cabeça. "Ministra Marina Silva não cede em licenças ambientais."

Aqui, temos o Prefeito do Rio de Janeiro, o Sr. César Maia, cobrando ação do Governo Federal em proteção aos seus munícipes; aos munícipes que ele dirige, eleito pelo povo que foi naquela cidade.

No **Informe JB**, novamente escreve Belisa Ribeiro, dando conta de que "a Câmara dos Deputados – e aqui fala alguém que, a vida inteira, foi solidário à causa indígena, e não é isso que está em jogo para mim. Ninguém vai me jogar contra garimpeiro nem contra índio. Eu sou a favor de que tenhamos o País em paz

e com a lei obedecida. Mas, escreve Belisa Ribeiro que "a Câmara dos Deputados foi, ontem, tomada de assalto por lideranças indígenas, que se sentaram à Presidência da Mesa, deram a palavra, fizeram a sessão de um Parlamento surrealista." A culpa não é de índio nenhum, mas da falta de controle sobre o País, do Governo ou do desgoverno que aí está.

"Presidente estuda pronunciamento à Nação." Aqui, na matéria do Jornal **O Estado de S. Paulo** diz que Sua Excelência vai criar mais frentes de trabalho. Não sei se são frentes ou grupos de trabalho.

"Sem-teto invadem 5 áreas em um dia, em SP." O Governador Geraldo Alckmin diz que da parte dele haverá o cumprimento da autoridade e o Estado de São Paulo não será condescendente.

Diz o líder dos sem teto: "Sem pressão a moradia não sai nunca". "No Recife, 500 famílias ocupam área do Ibama".

Diz a Fiesp, através do Sr. Horácio Laffer Piva, que "abuso do MST afasta investidores", ao mesmo tempo em que **O Estado de S. Paulo** afirma que "gaúchos reativam invasão zero e monitoram MST", ou seja, começa haver ameaça de choque entre donos de terra e movimento dos sem terra, sob o olhar leniente, irritantemente incompetente e complacente do Governo Lula.

O Governador Aécio Neves, do meu Partido, faz uma denúncia candente, no jornal **O Globo** de hoje. "O Governo está cedendo. Quem grita leva". Mais ainda para que não se iludam quanto ao que será o salário mínimo possível por este Governo. "Aumento do mínimo esbarra em ações judiciais".

Correio Braziliense de hoje: "A marcha federativa". Governo sob pressão. Os Srs. Governadores reclamando que o Governo cumpra o que prometeu e não cumpriu: fundo de exportações, Cide, burocracia, recursos orçamentários, enchentes, segurança, dívida e estradas.

Jornal do Brasil de hoje, do colunista consultor político Gaudêncio Torquato, diz que "na vida pública não basta falar, não basta saber, de igual importância é saber fazer. Para um governo que se faz leniente diante do arsenal de ilegalidade, impunidade que o MST produz no campo é uma lição mais útil do que ficar repetindo a lengalenga sob herança maldita".

Finalmente, o desempregado que tentara falar com o Presidente Lula e que ateou fogo ao próprio corpo, falecendo em seguida, foi transportado por um avião da FAB para Vitória, onde morava. Sua mulher disse que ele se sentia humilhado e desesperado pela situação de desalento social em que vegetava.

O **Correio Braziliense** também se refere ao triste fim de Antônio, desempregado que ateou fogo ao corpo e às vestes e que morreu dessa maneira trágica.

O jornal **O Estado de S. Paulo** diz: "Morre homem que queria ver Lula".

O Globo: "Especialista diz que alertou o Governo há um mês. Não foi por falta de aviso, diz Jean Pierre Leroy, que denunciou o clima de tensão em Rondônia. Ou seja, o choque entre garimpeiros e índios em Rondônia foi avisado ao Governo da República há muito tempo e as providências não foram tomadas. Isso é muito mais grave do que aquilo que se passou – e foi lamentável o que se passou – em Eldorado dos Carajás.

"Rebelados em Rondônia esquartejam detentos". "Lula sabia do risco da tragédia", diz o **Jornal do Brasil**, referindo-se de novo a garimpeiros contra índios. Volta o **Jornal do Brasil** a falar em acampamento indígena no Congresso Nacional, sob os olhares de pessoas que não dirigem o País e entendem que a anormalidade é normal.

Correio Braziliense: "Selvageria explícita"; "Cabeças, braços, pernas... O que sobrou de presos esquartejados por rivais foi exibido em ritual macabro em presídio de Porto Velho. Na selva, Polícia Federal resgatou 26 corpos de garimpeiros mortos por indígenas".

Correio Braziliense: "Corpos com sinais de tortura", ainda se referindo à tragédia de Rondônia.

Folha de S.Paulo: "PF resgata corpos de garimpeiros em RO. Para a Funai, garimpeiros sabiam de risco".

E, ontem, foi infeliz o Ministro Márcio Thomaz Bastos ao dizer que os garimpeiros estavam praticando ilicitudes e que suas famílias deveriam estar cientes desse fato, como se a ilicitude fosse um passaporte para se estabelecer a pena de morte no Brasil. Se assim fosse, o Dr. Márcio Thomaz Bastos já deveria ter mandado matar Fernandinho Beira-Mar na prisão onde se encontra. Não há pena de morte no Brasil.

O Estado de S. Paulo: "Para a UDR, Funai estimula violência na luta por terra".

O Estado de S. Paulo, Edson Luiz: "Há 99 garimpeiros desaparecidos em RO".

Folha de S.Paulo: "Amotinados matam oito em Porto Velho".

E mais ainda, Senador José Agripino Maia: "Líderes ordenam que traficantes soltos parem de proteger Dudu". Assim como V. Exª e eu damos declaração à imprensa, os líderes do tráfico também dão declaração à imprensa livremente. Ficamos sabendo, tanto quanto eles sabem das nossas notícias, que, como líderes de certo setor no Brasil, eles ordenam que parem de proteger o Dudu, ou seja, há uma quadro de mazorca e

de absoluto desrespeito à Constituição, ao contribuinte brasileiro e à cidadania neste País.

O Globo: "Espetáculo de selvageria em Rondônia. Presos rebelados em penitenciária decapitaram e esquartejaram detentos diante de policiais e parentes".

O Estado de S. Paulo: "Motim em Rondônia. Oito mortos, reféns e terror".

O Estado de S. Paulo: "Prefeito do Rio cobra ação do Governo Federal em relação à violência".

Correio Braziliense: "Lula vai à TV anunciar pacote. É bom que Sua Excelência saiba que vai à TV quantas vezes queira, mas cada vez fala com menos credibilidade, perante uma Nação que está absolutamente indignada com um Governo que não age, não governa, não atua, não pune e não premia; o Governo da injustiça, o Governo da iniqüidade.

"Greve dos fiscais derruba superávit comercial". O Governo que se elegeu apoiado em servidores públicos não trata com dignidade nem com abertura de;.mocrática os servidores públicos que o procuram para ouvir o sim honesto, ou o não honesto também. E Mário Covas dizia ser preferível o não verdadeiro ao sim mentiroso.

Então, aqui está a balança comercial brasileira começando a sofrer os resultados negativos da falta de Governo neste País. "Lula quer nova meta de inflação. Palocci resiste". É surrealista, Senador José Agripino.

Se é bom ou não para o País eles ganharem eleição, que façam o que achem melhor para o País. Eu por exemplo sou a favor de se manter as metas de inflação tal como elas estão estabelecidas. Mas quem desmoraliza as metas de inflação sustentadas pelo Ministro Antonio Palocci é o Presidente Lula. Esse quadro não pode resultar em boa coisa, se é que imaginamos que o Brasil tem obrigação de fazer os seus Governos irem do começo ao fim, gerando fatos importantes para a Nação.

Agora a polêmica é entre o Presidente Lula e o Ministro Antonio Palocci. Modelo econômico em Cheque. Os Governadores do PMDB vão a Lula cobrar mudanças profundas na política econômica que está sendo praticada e que o Presidente Lula diz que apóia, apesar das restrições que já relatamos aqui.

O **Correio Braziliense** traz a seguinte manchete: "Empresas pedem imposto menor". Automóveis. "A carga tributária é muito alta e isso precisa ser revisto", diz o Sr. Golfarb. "Montadoras têm como produzir 3,2 milhões de veículos, mas só venderam 1,4 milhão em 2003". Ou seja, o espetáculo do crescimento econômico que não se realiza, que não se realizou.

Folha de S.Paulo: "Otimismo continua restrito aos exportadores".

Além dos exportadores, ninguém mais teria direito a otimismo neste País – é o que diz de maneira candente o jornal **Folha de S.Paulo**.

Aqui a mesma **Folha de S.Paulo**: "Milhares fazem fila para santo Expedito".

Para quem não é católico, devo dizer que Santo Expedito é o santo dos aflitos, é o santo das causas urgentes, é o santo de quem não tem mais a quem apelar na terra, ou seja, esse é o estado de espírito do povo brasileiro.

Correio Braziliense: "Equilíbrio difícil".

O Governo promete e está encalacrando-se do ponto de vista do cumprimento do seu compromisso com a ordem nas contas públicas neste ano, absolutamente favorável, de 2004, quando não houve nenhuma crise internacional, como não houve em 2003, quando os juros estão zero no Japão e de 1% o ao ano nos Estados Unidos. Ainda assim, a incompetência não lhes permitiu aproveitarem bem as benesses internacionais que receberam.

O **Estado de Minas**: "Lula pede responsabilidade aos sem-terra e servidores".

Desta tribuna, peço responsabilidade ao Presidente Lula para que cumpra com o seu dever de governar a Nação.

O **Jornal do Commercio**, de Pernambuco: "MST defende invasão de terras produtivas".

Jornal **Zero Hora** e, no caso, vem o risco do confronto civil no País: "Ruralistas criam o 'Maio Verde' para impedir invasões".

É a contraposição deles ao Abril Vermelho de Stédile.

O Estado de S. Paulo: "O Governo em guerra contra os fatos".

E o editorial de **O Estado de S. Paulo** de hoje denuncia, com enorme capacidade de concisão, este desgoverno que me faz permanecer tantos dias, tantas semanas e tantos meses, nesta tribuna, batendo, malhando em ferro frio, quem sabe, mas acreditando que água mole em pedra dura tanto bate que acaba furando a dureza da pedra.

Jornal do Brasil: "Lula ao MST: 'Sejam responsáveis'"

Meu Deus do céu, sejam responsáveis!

"Sem-teto ocupam prédios em São Paulo".

Sem-teto vinculados à CUT, esse movimento é vinculado à CUT.

"Ministra não cede em licenças ambientais".

Não se sabe o que o Governo é: se o Governo é a Ministra Marina ou se é o Ministro Rodrigues; se o Governo é o Ministro Furlan ou se é o Ministro Rossetto. "*To be or not to be*"! É o governo mais *shakesperiano* que já vi em toda a minha vida, se é que posso cha-

mar de governo algo que não se explicita como tal, ao longo do dia-a-dia das suas ações.

Folha de S.Paulo: "Índios ocupam a Câmara e só saem depois que Lula promete recebê-los".

Esse é o espetáculo da brincadeira, o espetáculo do deboche, o espetáculo da falta de energia, o espetáculo da falta de pulso. E sabemos que o Lula recebe, ao contrário do Governador Jarbas Vasconcelos, que só recebeu o MST depois que cessaram as ameaças de invasão do Palácio das Princesas.

Agora já se sabe qual é o mapa da mina: ameaçar. Assim o Lula recebe. Ameace que o Lula recebe! Então podem desocupar a Câmara dos Deputados, porque Lula prometeu recebê-los.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, ao pedir este aparte, gostaria de fazer menção, entre esses vários episódios que V. Exª está citando nas manchetes de jornais, a um especial que me pareceu da mais profunda gravidade e que, diante de tantas desordens e violências que têm acontecido neste País, não teve ainda a repercussão que precisa e merece ter. O corpo que vimos jogado em cima de um carrinho de compras ou um carrinho de construção sendo carregado como um objeto qualquer simboliza o total descaso pela vida humana e desrespeito aos valores mais importantes da sociedade. Foi com perplexidade que assistimos a um massacre agora muito maior do que o de Carajás por enquanto, pois circulam vários tipos de notícias cujas características éticas e morais são muito piores do que o massacre de Carajás, porque não se limitam à morte.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – No massacre, corpos foram mutilados e depois jogados de maneira degradante para a condição humana. Não obstante o choque de todas as notícias e imagens, assistimos ontem à noite no Jornal da Globo, nas notícias da meia noite, e hoje no Bom Dia Brasil, ao Superintende da Funai, em atitude, a meu ver, absolutamente inaceitável por parte de um oficial do Governo, dizer que os índios agiram de forma correta, pois estavam defendendo seus interesses. É como estimular uma guerra civil cruenta e sangrenta neste País. Parece que não há noção do que está acontecendo no Brasil. Parece que, nessa perda de noção, estamos perdendo contato com os valores mais nobres da sociedade civilizada. E pior: ainda não estamos encontrando, nem aqui mesmo nesta Casa, a indignação necessária para o que está acontecendo e para as palavras que este senhor proferiu publicamente, aparentemente em nome do Governo, aparentemente como Superintendente da Funai. É necessária uma explicação imediata, urgente para este País, para esta sociedade, das palavras desse senhor. E quero comunicar que estou pedindo de novo à nossa Subcomissão de Segurança que convoque imediatamente esse senhor, a Polícia Federal e o Governador do Estado de Rondônia a esta Casa, para virem explicar a situação. E vou pedir às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que nos acompanhem nesse encontro, nesse esclarecimento, porque não é possível admitir que quem quer que seja, muito menos um homem do Governo, quem quer que seja e sob qualquer pretexto, justifique um massacre das proporções do que foi realizado em Rondônia.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, é só um adendo, não é um aparte.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Arthur Virgílio, peço um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concederei o aparte, Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, não vou fazer um aparte a V. Exª. Só desejo dizer ao Senador Tasso Jereissati que S. Exª está sendo generoso quando pede que o Presidente da Funai venha aqui. Devemos é pedir ao Presidente da República que demita, imediatamente, esse Presidente da Funai. É isto que o Senado tem que fazer: pedir ao Presidente da República que o demita, por incompetência, desumanidade e insensibilidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já responderei a V. Exª, Senador. Antes porém, concedo um aparte à Senadora Ana Júlia Carepa, com muita honra.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Arthur Virgílio, ouvi V. Exª citar artigos de jornais, mas não farei comentários a esse respeito. Ontem, subi à tribuna e, a pedido do Presidente, não utilizei todos os minutos a que tinha direito. Mas quero dizer que fico cada vez mais chocada com a verdadeira xenofobia que se está criando, cada vez mais forte, por todos os meios, inclusive os de comunicação, contra os índios no nosso País. Não justifico, não aprovo. Condeno o massacre. Ontem, eu me solidarizei com as famílias dos garimpeiros, tão vítimas quanto os índios. Em 30 anos, havia 5 mil Cinta Largas; hoje são 1,3 mil. E o massacre desses 3,7 mil índios? Cadê a indignação do povo pelo massacre "só" de 3,7 mil Cinta Largas, sem contar os milhares e milhares de índios de outras etnias que vêm sendo massacrados ao longo de 500 anos? Sua cultura diferente é da nossa. E muitas vezes, o homem branco chega lá ensinando-lhes bandidagem. Os garimpeiros, infelizmente, também são vítimas, e não são vítimas só dos índios; são vítimas

de contrabandistas, pois aquelas pedras sequer podem ser comercializadas, o Brasil não pode comercializá-las. Aquilo tudo vai para o contrabando. Quem está por trás desse massacre dos índios? Pessoas que são inclusive pressionadas. Muitos são pobres e sofrem pressão em suas próprias casas. Suas famílias são ameaçadas. Se não forem garimpar, matam seus filhos. São todos vítimas. Os índios também são. Não podemos passar a condenar somente os índios. Não tenho a menor dúvida de que os índios serão presos e de que realmente haverá justiça aliás, diferentemente do que ocorreu em Eldorado dos Carajás. Oito anos depois, não há ninguém preso nem culpado por 19 mortes, não sei quantos feridos, e várias pessoas com seqüelas. O resultado veio na forma de várias outras mortes, Senador! O meu Estado continua campeão de mortes no campo. Infelizmente! Triste título esse do Pará. No Pará, o massacre não partiu de gente que tem cultura diferente, mas da Polícia Militar, a mando do ex-Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel, a mando do Secretário de Segurança. O massacre de Eldorado dos Carajás foi perpetrado por quem deveria manter a ordem, a segurança e assegurar a vida das pessoas. Quero dizer que me solidarizo com os garimpeiros, pois eles são vítimas. Mas são muito mais vítimas do contrabando. Essas pedras preciosas nem podem ser comercializadas legalmente, ou seja, não deixam um centavo neste País para o povo, pois são todas contrabandeadas. Em 2003, Senador, o Governo tirou, sim, 4.500 garimpeiros da terra dos cinta-largas, por intermédio da Polícia Federal! Faltou ficar mais gente lá? Concordo. Mas não podemos agora condenar só um dos lados, sob pena de estarmos legando para o futuro, para os nossos filhos, para a nossa juventude uma atitude cada vez mais preconceituosa em relação aos índios, que já eram moradores desta terra quando os brancos aqui chegaram.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

Ouço a Senadora Heloísa Helena e, em seguida, o Senador José Agripino Maia. Logo após, respondo a todos.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Arthur Virgílio, devo dizer-lhe que fico profundamente constrangida de vê-lo na tribuna. Sabe V. Exª do carinho pessoal que até aprendi a cultivar por V. Exª, talvez porque tenhamos comportamento e temperamento belicista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – No meu caso, é uma injustiça dizer isso.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – (Risos.) Às vezes, acabamos cultivando relação de carinho. Contudo, talvez o meu maior constrangimento em relação ao Governo seja por ele possibilitar que V. Exª, que o meu querido Líder do PFL, Senador Agripino, muitas vezes estejam na tribuna do Senado, explorando legitimamente as feridas provocadas pelas contradições desse Governo, até porque nem um dos postulantes à Presidência da República, nem mesmo o então Senador José Serra, nem um dos candidatos, enfim, disse que daria continuidade a esse tipo de política econômica do Governo Fernando Henrique. Aliás, não é à toa que a frase do ex-Senador José Serra era: "Continuidade sem continuísmo"; e ele fazia muitas críticas, inclusive em relação à política econômica. Pois bem, o que mais me causa constrangimento é que o que leva V. Exª à tribuna é a ambivalência do Governo. Por mais que me irrite quando V. Exª explora as feridas das contradições do atual Governo, reconheço que V. Exª tem legitimidade para fazê-lo, até porque, quando eu era Líder do PT e Líder da Oposição no Governo Fernando Henrique, ficávamos a repetir, quase que em uma cantilena enfadonha, a tal frase do ex-Presidente Fernando Henrique. Ninguém sabe ao certo se ele disse isto, mas dizíamos que ele havia dito: "Esqueçam o que escrevi". Como o Governo Lula hoje diz "esqueçam o que escrevi, o que fiz, o que falei", é evidente que tenho que agüentar V. Exª na tribuna, explorando as feridas das contradições do Governo. Mas o problema do Governo é a ambivalência, que não serve para a formação do caráter do indivíduo e, menos ainda, para a Administração Pública. Esse é o problema. A mesma política econômica condenável como herança maldita para ludibriar os movimentos sociais e a chamada esquerda partidária é apresentada como virtuosa para amansar os mercados. Este é o problema: a ambivalência. Como sou da turma dos cristãos de Jesus Cristo seja quente ou seja frio, porque o morno se vomita , penso que a ambivalência não serve nem para a construção do caráter de uma pessoa, nem para a Administração Pública. Esta exige medidas ágeis, concretas e eficazes, e que se tenha lado. Como é um Governo que tem dois lados ora atende a um tipo de demanda de um Ministério, ora atende a outra; ora não disponibiliza recursos para fazer a reforma agrária, ora coloca o chapéu do MST , aí dá nisso. Infelizmente, tenho que agüentar. A minha indignação maior diante desse Governo é porque ele acaba autorizando as críticas de V. Exª. Tenho que agüentar V. Exª, meu querido Senador Arthur Virgílio, explorando as malditas feridas das contradições desse Governo, que nem é quente, nem é frio. E o morno, como já dizia o velho camarada, sempre se vomita.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O camarada é Jesus Cristo?

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu estava ouvindo V. Exª falar não sei se terei a oportunidade de pronunciar-me hoje e tenho uma observação às palavras de V. Exª. A propósito dos 40 anos da revolução e da queda do Presidente João Goulart, escrevi um artigo que está para ser publicado a qualquer momento, intitulado "Lula e Jango, Presidentes sob o signo da contradição". Procuro fazer um paralelo, sem nenhuma atitude cataclísmica nem catastrófica, entre o fim do Governo Jango marcado por atitudes erráticas e pendulares, acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo e o Governo do Presidente Lula. Estabeleço, evidentemente, os contrapontos e as justificativas que se impõem. A primeira delas é que o Governo do ex-Presidente João Goulart foi marcado pelo acaso. Ele se encontrava na China, em viagem de Estado, quando o Presidente Jânio Quadros renunciou. Assim, ele se viu na contingência de assumir de uma hora para outra e formou um Governo rapidamente. O Governo dele foi marcado por um movimento pendular ora para um lado, ora para outro e terminou como todos sabemos: mal. A Revolução de 64 foi operada por políticos de matizes diversos do ponto de vista ideológico, pelos sindicatos, pela classe média que se mobilizava e, ao final, pelos militares que operaram o golpe. O País é hoje muito mais democrático, muito mais institucionalizado. Mas é preciso que os fatos todos sejam objeto da nossa reflexão. Vejam V. Exªs: o Governo do Presidente Lula preparou-se por anos e anos; não foi improvisado. Por anos e anos, apresentou uma plataforma, a plataforma do PT. Por anos e anos, as pessoas se habituaram a imaginar o que seria o Governo do PT. Em várias eleições, o povo votou a favor ou contra Lula, até que o elegeu, sabendo o que ele era e o que ele pretendia fazer. Muito bem. Então V. Exª aborda a questão dos sem-teto, que infernizam São Paulo. Veja V. Exª que tiro certeiro foi dado na credibilidade do Governo: os investidores que procuram o Brasil viram o Governo permitir a invasão das terras da Klabin, grande produtora brasileira de papel e celulose, grande exportadora e produtora de papel para o mercado interno. Vejam a imagem que o Brasil exporta ao permitir que uma empresa produtiva seja invadida, que terras produtivas sejam invadidas e que as coisas fiquem na base da leniência.

Ainda ontem, durante o depoimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Prefeito Cesar Maia, que aqui vieram por convocação da Subcomissão de Assuntos de Segurança, a Polícia Federal chegou e fez uma manifestação de protesto diante de todos, afrontando o próprio Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, peço permissão para interromper um instante.

De acordo com o Regimento, a sessão se encerra às 18 horas e 30 minutos, e vamos prorrogá-la, mas solicitamos a compreensão, a inteligência e a competência sintética, principalmente do grande Líder e extraordinário homem público Senador Arthur Virgílio, para que encerre, porque há a inscrição do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Inscreveu-se também, para seu primeiro pronunciamento, que o Brasil todo quer ouvir, o Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo.

Ainda desejam falar o Senador Líder do meu Partido, Ramez Tebet, a encantadora Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Valmir Amaral.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O orador ultrapassou seu tempo em 12 minutos e 30 segundos. Quero a isonomia depois, nas próximas intervenções.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pensei que o Senador Aloizio Mercadante fosse me apartear, mas já vi que não. Falo em seguida a S. Exª; ou seja, peço a minha inscrição como Líder da Minoria também, Sr. Presidente – e vamos continuar. O debate é isso. Temos de tocar para frente o debate e nada de nos encolhermos diante do cumprimento do dever.

Senador José Agripino, perdoe-me a interrupção.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Apenas para concluir meu raciocínio – não quero tomar o tempo do pronunciamento de V. Exª, Senador Arthur Virgílio –, ressalto que eu falava da greve da Polícia Federal e da anunciada e indesejável greve dos servidores públicos federais. Estamos caminhando para um preocupante clima de insolvência e caos. Vide o episódio da Rocinha, a disputa de poder por quem é capaz de prestar o serviço de segurança e o recente e lamentável episódio de Rondônia, sobre o qual almejo tecer breves comentários e fazer uma sugestão. Aliada à exploração de diamantes, estão as dezenas de mortes que ocorrem nos garimpos. Houve uma chacina não de brancos com relação a índios, mas de índios com relação a brancos. Em qualquer circunstância, seria deplorável. Todavia, o Presidente da Funai jamais poderia ter dito o que disse. Proferiu uma palavra quase de bênção e de justificativa sobre o ocorrido. Chamo a atenção de V. Exª para o fato de que reservas indígenas existem em vários Estados, mas me parece que a reserva indígena de Rondônia não está bem cuidada e creio

que se impõe uma investigação acerca dos fatos mal explicados da chacina cometida por índios com relação a brancos numa reserva onde se está explorando diamante e acerca da posição da Funai, dos Governos Federal e estadual, que encerram um quadro de muita dúvida, de exportação de má imagem do Brasil. Creio que o Senador Tasso Jereissati tem absoluta razão ao manifestar a preocupação que endosso de trazermos para esta Casa o processo de investigação antes que seja tarde.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro o discurso, respondendo a cada um dos aparteantes e dizendo que me disponho a prosseguir o debate, pois percebo que é dever do Senador Aloizio Mercadante recolher as luvas que lancei. Portanto, vamos esgrimir as idéias na busca de um País melhor. Não tenho dúvida alguma.

Bem, sinteticamente, meu querido amigo Senador Tasso Jereissati, a sua iniciativa é absolutamente pertinente, e a preocupação que V. Exª tem é a minha. Chamo a atenção da Casa para o que me parece da maior gravidade. Os empresários tinham medo de Lula porque pensavam que Sua Excelência era Lenin, e Sua Excelência governa como Kerensky. Essa é a verdade que está a preocupar todos neste País.

O Senador Ramez Tebet fala em demissão do Presidente da Funai. Num governo normal, caberia, sim. Neste Governo, pergunto: cabe a demissão? Com quem vai concluir o Governo Lula, com Roberto Rodrigues ou com Rossetto? Não vai concluir com os dois. Vai concluir com fulano ou beltrano? As contradições estão aviltando. Vai concluir com Luiz Fernando Furlan ou com Marina Silva? Não vai concluir com os dois. Tenho absoluta convicção disso a partir do pouco tempo que possa ter de vivência na vida pública deste País.

Senadora Ana Júlia, minha querida amiga, passei a minha vida lutando por índios, por despossuídos, e o que está em jogo, a meu ver, neste caso, é a falta de ação de Governo, isso sim. Não se deve optar por índios ou garimpeiros. Nesse momento, levaram desvantagem aos garimpeiros. Sabemos o que tem ocorrido com os índios secularmente neste País. Reconhecendo o seu temperamento básico e franco, apenas registro que é absolutamente injusta a sua posição relativa ao Governador Almir Gabriel, que, a meu ver, foi vítima daquele episódio de violência policial tanto quanto foram vítimas os que em outros momentos foram enredados pelas tramas da falta de controle de uma máquina herdada de maneira absolutamente incondizente com a democracia deste Pais. Almir Gabriel é um democrata, seu adversário. Compreendo muito como essas emoções regionais funcionam. Mas S. Exª é um adversário seu que a vida inteira lutou, às vezes até com uma visão, de tão idealista, equivocada sobre reforma agrária. Portanto, gostaria apenas de fazer esse reparo.

A Senadora Heloísa Helena diz que, no fundo, no fundo, S. Exª gostaria de ver este País governado de modo que não tivesse de ter feito o que fez, ou seja, a ruptura com este Governo.

Senador Agripino, V. Exª se refere à falta de autoridade. A falta de autoridade tem sido a marca deste Governo.

Tenho ainda muita munição, mas concluo dizendo o que dois cientistas políticos e um sociólogo disseram: o clima é de desobediência civil.

Aqui, temos promessas do Presidente Lula a militares. Ainda vou me referir a isso hoje.

"Déficit do INSS sobe 38%".

"Só dá para aumentar R$ 5,00 no mínimo".

Ou seja, são mais promessas encalacrando o Governo, que, de promessa não cumprida em promessa não cumprida, ameaça, de fato, transformar o Brasil nesse quadro de desobediência civil que todos temos o dever de evitar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, por hora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Esperamos, com a sua inteligência mais brilhante, a sua competência sintética.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, falarei exatamente durante o mesmo tempo que o Líder da Oposição falou. Durará 18 minutos e 45 segundos o meu pronunciamento. Somente peço o princípio da isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será concedido o tempo a V. Exª. A Mesa solicita a V. Exª que use a sua competência e inteligência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 20 DE ABRIL DE 2004, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra a V. Exª – sei que o debate é mui-

to acalorado e o assunto é muito importante – eu desejaria fazer um apelo. O Senador Marcos Guerra está inscrito para seu primeiro discurso nesta Casa, e prorrogamos a sessão por trinta minutos. Assim, eu faço um apelo aos colegas para que ouçamos S. Exª como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho na verdade uma sugestão a V. Exª porque não podemos virar as costas para o debate. O Senador Aloizio Mercadante veio cumprir seu dever, e sinto que ainda não cumpri o meu por inteiro. O Senador Ramez Tebet precisa falar, a Senadora Serys Slhessarenko está inscrita. Sugiro, Sr. Presidente, nesta hora que é grave – a indignação do Senador Tasso Jereissati tem razão de ser, sim; a indignação de qualquer pessoa que seja contra o massacre de qualquer ser humano ou de qualquer grupo de ser humano tem razão de ser, sim –, sugiro que rompamos um pouco com essa norma de que temos hora para acabar. Não temos hora para acabar. Por que não prorrogar esta sessão por duas horas de modo a podermos todos nos saciar de dar satisfações à Nação?

Até fico calado. Tenho mais o que dizer, mas não falo como Líder, não falo por ter sido citado. Aguardo falarem todos os que estão inscritos, mas eu gostaria de voltar à carga, de voltar à tribuna. Se V. Exª, com seu espírito democrático, que é na verdade marca da sua trajetória, prorrogasse a sessão, ouviríamos o Senador Marcos Guerra, ouviríamos o Senador José Agripino, que precisa falar sem dúvida alguma, o Senador Ramez Tebet, sem dúvida, que está inscrito. Se for para tirar a vez deles, não falo, mas eu gostaria muito de falar. O Brasil precisa, estamos dando uma satisfação enorme à Nação.

O Senador Aloizio Mercadante fez o mais brilhante discurso de toda a vida dele – e olhem que eu o acompanho com admiração há muito tempo –, o discurso em que S. Exª falou, falou, falou e não respondeu a nada do que eu disse. Não estou falando de índio contra garimpeiro, estou falando de desgoverno no País, de falta de pulso para comandar a Nação e quero voltar à carga.

Então apelo a V. Exª, Presidente José Sarney, sabendo que V. Exª, afeito ao debate como é e conhecedor do espírito desta Casa, entende que a Casa não está saciada neste momento. Mais uma hora, mais uma hora e meia ou duas de prorrogação. Não temos nada mais nobre a fazer hoje do que continuar com este debate para que nós da Oposição indiquemos os rumos e para que o Governo, na verdade, se se achar bem, auto-suficiente, continue como está; se achar que temos algum valor em alertá-lo que mude alguns dos desrumos, dos desvãos que estamos vendo tomarem conta deste País. É um apelo que lhe faço do fundo do coração.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra baseado no art. 14 do Regimento Interno. Quero respeitar, evidentemente, o nobre Senador e não usarei mais do que um minuto para responder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, citado, com base no art. 14 do Regimento Interno peço também a V. Exª que me conceda a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu dizia que abriria mão do meu direito de falar por ter sido citado. Aliás, o Senador não citou o meu nome, não deu o meu CPF, que é 154.982.477–53. Mas S. Exª olha para mim e diz: "O Senador está equivocado". S. Exª citou o Senador José Agripino e a mim me citou, sim, respondendo ou tentando responder a minhas observações.

Eu fui o primeiro a abrir mão. Se os dois Senadores falarem, eu fico sem vez regimental para falar. E olhe que foi tão bonito o debate – e a Mesa foi tolerante comigo – que eu falaria nos vinte minutos em que se permitem apartes. Aqui o Senador Aloizio Mercadante falou por 18 minutos, tendo 5 minutos como Líder e sem direito a conceder apartes. Ainda assim, a Mesa foi tolerante com S. Exª, porque o momento pedia que se fosse tolerante com S. Exª. A Mesa foi até injusta com o Senador; deveria ter deixado que S. Exª falasse por uma hora porque o que eu disse aqui Mercadante não responde em três dias. Eu queria uma hora para S. Exª e mais cinco minutos para mim, ao final de todo esse período. Sem dúvida, abri mão de falar pelo art. 14 para S. Exª Aloizio Mercadante e para o Senador José Agripino. Mas volto a fazer um apelo a V. Exª: que todos saiamos daqui saciados do debate. Eu não estou; estou absolutamente faminto de dar mais satisfações à Nação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª sabe perfeitamente que embora estejamos em uma Casa de debates, eu sou escravo do Regimento. Para isto V. Exªs me elegeram, para presidir a Casa. De maneira que dou a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, de acordo com o art.14, inciso VI, segundo o qual somente dois oradores podem fazer uso da palavra na mesma ses-

são, para explicação pessoal, por cinco minutos, se nominalmente citados.

Depois eu darei a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu aguardo pacientemente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Mas eu faço um apelo aos Srs. Senadores. O nosso colega está esperando para fazer o seu primeiro discurso nesta Casa e seria uma indelicadeza de todos nós se não lhe déssemos esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, por dois minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Concordo plenamente, Sr. Presidente. É um direito legítimo, e o Estado do Espírito Santo seguramente tem uma grande expectativa com relação a esse discurso. Todos nós que passamos por isso sabemos o significado da primeira intervenção, e eu jamais abusaria desta prerrogativa.

Sr. Presidente, quando venho à tribuna, busco responder, dialogar e construir argumentos para o País; não venho aqui para ter um interlocutor privilegiado, exclusivo ou auto-referente. O debate para mim é geral. Eu não mencionei porque não o fiz. Quando achei que deveria mencionar, mencionei, como foi o caso do Senador José Agripino, por quem tenho imenso respeito; e falei de forma franca, objetiva e concreta.

Objetivamente, conflitos sociais fazem parte da democracia. Por sinal, a democracia veio para permitir que eles existam porque durante a ditadura militar nós tivemos dois mil sindicatos sob intervenção; dirigentes sindicais cassados; não havia liberdade de expressão, organização ou manifestação, porque essa é a essência da ditadura militar. A democracia vem exatamente para permitir que os de baixo possam se expressar por meio das suas organizações populares, movimentos, culturas e fazer reivindicações perante o Estado. Nós no Senado sempre encontramos aqui poderosos interesses da sociedade constituídos e que têm uma capacidade fantástica de exigir seus interesses. Os de baixo nem sempre chegam aqui; alguns, por sinal, nunca chegaram.

Quanto às nações indígenas, que estão no território brasileiro desde o início dos primórdios, um único índio foi eleito para o Congresso Nacional na História da República, o que mostra que aqueles que não têm voz, nem vez, nem voto precisam, sim, de mediação e interlocução.

O massacre dos garimpeiros, que temos que repudiar com toda a veemência, não pode dar lugar à reconstituição de um discurso preconceituoso e próprio de uma cultura colonizadora que destruiu a identidade e a razão de ser desses povos. Daí a minha veemência em relação a esse episódio e outros que são recorrentes ao Governo anterior. Infelizmente, demoraremos para equacionar questões como a crise dos presídios, a moradia na periferia das grandes cidades que não podem ser tratadas com repressão e como problema de polícia, mas como questão social que precisa de interlocução, diálogo e negociação para que possamos construir uma sociedade mais solidária, mais generosa e com mais inclusão social para o povo brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu, que abri mão de usar o art. 14, descubro agora duas coisas: a primeira me causa surpresa; e a segunda, tristeza. Descubro primeiro que o Senador Aloizio Mercadante me considera auto-referenciado e, segunda, que S. Exª exclui a idéia de manter por mim o respeito que insisto em ter por S. Exª, o que é complicado. De qualquer maneira, pertence a S. Exª o livre arbítrio de saber quem respeita ou não, quem considera auto-referenciado ou não. Apenas desejo debater. E volto a dizer que, com muito brilhantismo, S. Exª encantou esta figura auto-referenciada que não julga merecedora de respeito porque conseguiu simplesmente não responder a questão que está posta. Eu não falei só de índio contra garimpeiro. Falei da mazorca que se instala neste País e da falta de pulso de Governo, que é muito bem definida pela Senadora Heloísa Helena como ambivalente. Essa ambivalência está de fato complicando os rumos de um Governo que se temia que fosse o governo do Lênin, que estão descobrindo agora que, quem sabe, seja o governo do Kerensky. E volto à carga se V. Exª permitir que a sessão prossiga, para que debatamos de maneira muito intensa ao que interessa à Nação. Estamos aqui mobilizados e, com certeza, mobilizando a Nação em torno de algo que é do interesse maior dela própria, a Nação brasileira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Digo às Srªs e aos Srs. Senadores que o Senador Arthur Virgílio ajudou à Mesa, pediu S. Exª a palavra pela ordem, mas usou o art. 14 na sua fala. De maneira que agora eu ouviria o Senador José Agripino Maia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só um momento, Sr. Presidente, eu jamais destrataria o Senador Arthur Virgílio, muito menos diferenciaria o Senador José Agripino. O que achei grave e mencionei foi a intervenção do Senador José Agripino em

relação a 1964. Mas o debate público é geral, e eu fiz para todos Senadores da Casa que tinham mencionado essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Mas vamos debater com o Regimento, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tenho certeza, Sr. Presidente.

Só quero concluir. Volto a insistir: tratar conflito social de forma açodada, com discurso autoritário não leva nem a Kerensky nem a Lenin, leva a Stalin. E a História já enterrou esse tipo de fato, sobretudo em um País como o nosso, que defende liberdade de expressão, de manifestação, democracia. Se a história russa serve para alguma coisa é para mostrar que autoritarismo e repressão não é resposta para problemas sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gosto muito de debate qualificado, como o Senador Aloizio Mercadante diz também gostar. E é em tom de debate qualificado que nós estamos dialogando.

A questão da carnificina, da barbárie que aconteceu em Rondônia – e espero que não prossiga – não é um fato comum, é um fato singular. As barbáries nos presídios, infelizmente, estão tornando-se uma constante no Brasil, diferentemente do que acabou de acontecer em Rondônia com o morticínio, com a barbárie de garimpeiros degolados, de corpos mutilados, recolhidos em estado putrefato, que causaram indignação ao País inteiro, e que suscita o debate salutar, que tem de ser levado a efeito.

O que está havendo em Rondônia? Quantos eram, há anos, os índios Cinta Largas? Eles eram 5 mil e, agora, são 1,3 mil, como afirma a Senadora Ana Júlia? Quantos garimpeiros a Polícia Federal retirou, no passado recente, de atividade supostamente ilegal? O que essas pessoas estão buscando? Diamante? Diamante vale dinheiro, e vale muito. Há traficante nessa história? O Governo de Rondônia está cuidando com atenção da reserva indígena? Há o que investigar ou não há o que investigar? Acredito que sim.

E nisso tudo, Sr. Presidente, coloca-se a figura de Governo. V. Exª foi Presidente da República, foi Governador. Fui Governador e sei que o Governador, ou quem governa, tem a obrigação de ser árbitro; não pode tomar partido por um lado nem pelo outro. Não cabe, na minha cabeça, ver na televisão o Presidente da Funai fazer declarações claramente tendentes para um lado, o lado dos índios que promoveram a barbárie. Não quero aqui discutir as razões. O que quero é que se investigue, e creio que esse assunto tem de vir para cá, pois se trata de assunto federal.

O debate estava sendo colocado nesses termos. Aparteei o Senador Arthur Virgílio e tomei a liberdade de antecipar um pouco da essência de um artigo que espero ver publicado dentro em breve, e que não é ofensivo a quem quer que seja. Reproduz a verdade dos dias de hoje, da ambigüidade do Governo, que prometeu uma coisa e está fazendo outra.

Quem é que não sabe, Sr. Presidente, que o Presidente Lula prometia dobrar o salário mínimo em quatro anos e que não está fazendo? Quem é que não sabe que o Presidente Lula prometia, jurava de pé junto que iria retomar o crescimento do País, que se esperava o "fora FMI" e que, em vez disso, o que aconteceu foi uma queda de 0,2% no PIB do ano passado? São constatações evidentes.

Fiz uma comparação entre os últimos dias do governo Jango – isso está escrito no meu artigo. O governo de Jango foi marcado pela ambigüidade, pois acendia uma vela a Deus e outra ao diabo, um governo que, é verdade, nasceu improvisado, porque foi tomado pela surpresa da renúncia de Jânio, com as ambigüidades de hoje: do movimento dos sem-teto, dos sem-terra, das greves de servidores públicos, desse recentíssimo episódio de Rondônia. S. Exª – e aí acho que não qualifica o debate – me coloca como alguém que esteve a serviço do regime de exceção. Não sabe S. Exª que fui eleito Governador do Rio Grande do Norte, o primeiro Governador eleito pelo voto direto, após o fim do regime militar. E não sabe S. Exª que o modesto Governador do Rio Grande do Norte – e V. Exª foi testemunha disso – foi talvez o primeiro Governador do Nordeste a romper com o seu Partido para promover a eleição de Tancredo Neves, que possibilitou a redemocratização do País.

O que desejo, Sr. Presidente, é estimular o debate salutar, rico, sobre questões que interessam à sociedade, e que objetive o fortalecimento das instituições. Esse episódio de Rondônia tem que ser esclarecido, e assim o será, pela nossa ação de oposição no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, o assunto em discussão é importante, e tenho um compromisso – um vôo para o meu Estado. Como é a primeira vez que falarei da tribuna, gostaria de pedir a compreensão dos nobres Senadores, pois acredito que o Espírito Santo está querendo ouvir o meu primeiro discurso nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Exª a palavra. A Senadora Heloísa Helena concordará.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com muita honra que passo a integrar esse distinto plenário. Venho com o objetivo de somar meus esforços aos dos ilustres Parlamentares, que bem representam os Estados da Federação nesta Casa Alta do Congresso Nacional.

Uma vez que alguns dos nobres colegas ainda não me conhecem, esclareço que assumi, interinamente, o mandato de Senador da República, na condição de primeiro suplente do grande homem público que é o Senador Gerson Camata. No Estado do Espírito Santo, o nome Gerson Camata desperta respeito e admiração pelas qualidades que o caracterizam como ser humano e político, bem como pela atuação destacada em defesa dos interesses do povo e do Estado. Sei que não será uma tarefa simples, mas prometo empenhar o melhor de mim no cumprimento desta missão.

Desejo ressaltar que o Espírito Santo vive uma fase especial, tendo como Governador o Dr. Paulo Hartung. O mesmo brilhantismo com que esse ex-Senador desempenhou seu papel de parlamentar se revela, hoje, na recuperação da imagem daquela Unidade Federada, na credibilidade do seu governo e do setor produtivo e, conseqüentemente, na capacidade de gerar e atrair investimentos e nos resultados positivos, bem acima da média nacional. Tais sucessos contribuem, decisivamente, para elevar a auto-estima da população capixaba.

Estou ciente do grande desafio que me foi colocado. Pretendo, no entanto, durante o breve período até o retorno do Senador Gerson Camata, familiarizar-me com o funcionamento desta Casa e oferecer minha experiência, na condição de empreendedor, de liderança empresarial e de colaborador das políticas públicas desenvolvimentistas do meu Estado. Da mesma forma como alguns outros Senadores, trago-lhes a visão prática do empresário que cumpre as leis, que vivencia as exigências que atravancam o setor produtivo, que conhece de perto as dificuldades sociais e as carências básicas da população.

Sr. Presidente, considero que seja a hora de nos concentrarmos no que é mais importante: o Brasil precisa voltar a crescer; o País inteiro clama por respostas rápidas para os graves problemas nacionais, principalmente o desemprego, a violência, a queda do poder aquisitivo da população, as altas taxas de juros; as deficiências nas políticas de assistência social, educação, saúde e segurança pública. Essas devem ser as verdadeiras prioridades, e pretendo juntar minha voz aos clamores contra as ações equivocadas do Governo Federal. Farei coro com as lideranças empresariais do meu Estado e do País, repercutindo nesta Casa os anseios e argumentos do setor produtivo. Dessa forma, contribuiremos para transformar os atos legislativos em instrumentos de desenvolvimento e justiça social.

O Brasil, ilustres Senadoras e Senadores, precisa também superar o atraso nas relações entre o Poder Público e o setor produtivo. Todos os setores das atividades econômicas sofrem com a demora na definição das reformas das legislações trabalhista e tributária; a situação atual inquieta o empresariado e inibe maiores investimentos do setor produtivo.

Enquanto não se faz uma verdadeira reforma tributária, o Governo vem propondo modificações tópicas em um ou outro imposto, sem, com isso, melhorar o cotidiano dos contribuintes. As recentes alterações na legislação em nada contribuíram para melhorá-la. Quando da votação da nova Cofins, em dezembro passado, por exemplo, o Senado referendou a posição da Câmara dos Deputados; assim, aprovou-se a matéria, sem as mudanças necessárias que impediriam o aumento da carga tributária. Prejudicou-se, mais uma vez, quem realmente paga impostos neste País.

Como líder empresarial, eu também defendi o fim da cumulatividade da Cofins, aliás, uma reivindicação histórica do empresariado brasileiro; mas não posso concordar com o patamar em que a nova alíquota foi fixada, chegando a 7,6%, quando, na verdade, o correto seria um percentual inferior a 6%.

Esse equívoco foi precedido de outro, ocorrido na legislatura anterior, quando o Congresso atendeu aos apelos do Governo e modificou a taxação do PIS, passando a alíquota de 0,65% para 1,65%. Alegou-se que não haveria alteração da carga tributária – como agora, com a Cofins –, mas, embora tardiamente, o Governo reconheceu que houve aumento de impostos.

Enquanto se comemora o bom desempenho da balança comercial e o crescimento das exportações, assistimos, inconformados, à luta por sobrevivência travada pelas micro, pequenas e médias empresas, devido ao alto custo social que lhes é imposto. Por conhecer de perto a realidade desse setor, estarei atento a todas as questões que lhe disserem respeito, defendendo seus interesses com muita determinação. Minha postura nesta Casa Legislativa será marcada pelo desejo de contribuir com quem realmente emprega e promove distribuição de renda neste País.

Quanto aos interesses específicos do Espírito Santo, julgo importante trazer à consideração de V. Exªs graves questões que exercem influência direta no desenvolvimento do Estado e na melhora das condições de vida da população. Temas como a decisão

equivocada do Cade, que vetou a compra da Chocolates Garoto pela multinacional Nestlé – o que poderá custar milhares de empregos e suspensão de investimentos privados; as sucessivas paralisações da construção do contorno de acesso da segunda ponte do município de Colatina – obra iniciada há quase vinte anos, imprescindível ao escoamento da produção das regiões norte e noroeste do Estado e leste de Minas Gerais; a necessidade da interiorização da universidade pública e da oferta de cursos de nível médio e superior, visando atender às vocações regionais dos municípios-pólo e reverter o êxodo de estudantes para as grandes cidades e a capital. Poderia citar vários projetos que não estão recebendo a necessária atenção do Governo Federal, que, inclusive, foram relacionados e entregues ao Ministro da Coordenação Política, Dr. Aldo Rebelo, mas pretendo abordá-los, com maior ênfase, no momento oportuno.

É óbvio, Sr. Presidente, que o Brasil tem vocação para o crescimento; entretanto, o que se viu nos últimos anos foi bem diferente: estagnação econômica, crises cambiais, empobrecimento da população, endividamento de empresas e consumidores. No ano passado, 2003, o Produto Interno Bruto, medido pelo IBGE, teve variação negativa de 0,2%. Segundo a última informação liberada por aquele Instituto, em fevereiro, a taxa média de desemprego, medida nas principais regiões metropolitanas do País, chegou a 12%. Torna-se fácil, portanto, entender por que a economia brasileira perdeu mais três posições no *ranking* das maiores economias mundiais. Dessa forma, com resultados e indicadores tão ruins, como poderá o Governo do Presidente Lula criar os dez milhões de empregos prometidos ao povo brasileiro?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Marcos Guerra?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pois não, nobre Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Marcos Guerra, V. Exª, que já revelou hoje a virtude da paciência, participando de um debate muito intenso na Casa que o acolhe de braços abertos, chega com a experiência de um empresário bem-sucedido, apaixonado por seu Estado, engajado em um projeto, a meu ver, muito salutar para o futuro do Espírito Santo. E esse projeto passa, sim, pelo Governador Paulo Hartung, pelo Prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, por homens como Gerson Camata, por homens como V. Exª, por Rita Camata, querida companheira. V. Exª faz um discurso em um tom moderado – que eu supunha – e, ao mesmo tempo, com a lucidez que ninguém poderia, em relação a V. Exª, dela desconfiar. V. Exª fala no emprego que pode ser propiciado pelas micro e pequenas empresas, na necessidade de o Presidente cumprir com seus compromissos de campanha – e o mais nobre deles foi o de 10 milhões de novos empregos. V. Exª, enfim, encanta a Casa, enche-nos de confiança e renova a confiança na luta dos seus companheiros de Partido. Tenho muita honra de, nesta quadra histórica, liderar um Partido como o PSDB e ter, ao lado desta bancada exemplar de Senadores, um Senador como V. Exª, que a todos nos cativa pelo trato pessoal, pela seriedade pública e agora nos cativa pela competência parlamentar, pela competência política demonstrada com esse seu discurso, excelente discurso de estréia e que mostra o grande Senador que seu Estado, o Espírito Santo, está enviando para o Brasil. Muito obrigado a V. Exª pelo aparte que me concede.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, nobre Líder.

Embora não queira parecer intransigente, sinto-me na obrigação de questionar os rumos da atual política econômica. É claro que os resultados da economia brasileira podem até atender aos interesses dos organismos internacionais, mas, com certeza, não correspondem às necessidades e expectativas do setor produtivo, nem aos milhões de brasileiros que perderam e continuam perdendo seus empregos. Não posso me omitir quanto a esses problemas, porque não desejo ser criticado, futuramente, por não ter tido o discernimento necessário diante de questão de tamanha gravidade.

Entendo, portanto, que o grande desafio que este País tem pela frente é o de voltar a crescer, desonerando a atividade produtiva, para permitir a geração dos tão alardeados e desejados milhões de novos postos de trabalho. Essa é a única alternativa que entendo capaz de fazer com que a esperança do povo brasileiro renasça e supere o medo; e foi um pouco dessa esperança que a Nação depositou em nós, e podemos fazer dela, da esperança, o instrumento que pode mudar os rumos do Brasil.

Sr. Presidente, ilustres Colegas, apesar da dolorosa realidade que o País vive, quero reafirmar minha crença nas instituições republicanas e na democracia. Junto-me aos Senhores, nesta Casa, voltado para a defesa dos interesses do Estado do Espírito Santo, em sintonia com os ilustres conterrâneos, os Senadores João Batista Motta e Magno Malta, mas, acima de tudo, devoto-me aos mais altos interesses do povo brasileiro, razão da minha presença neste recinto.

Apresento a todos minha saudação e os meus respeitos. Estou pronto a colaborar e espero também de V. Exªs a necessária colaboração no cumprimento das minhas obrigações como legislador.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Com muito prazer, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Marcos Guerra, gostaria também de parabenizá-lo pelo seu importante discurso de estréia. S. Exª demonstra clara preocupação com a criação de empregos na área das micro e pequenas empresas no Brasil. Tenho certeza, em função de nosso conhecimento, das primeiras conversas que tivemos e de todas as notícias sobre o seu passado e sua história de grandeza, da contribuição que trará a esta Casa e à nossa Bancada em particular. Agora essa certeza se confirma por suas palavras serenas, sensatas, equilibradas e críticas. Elas nos dão uma visão muito clara dos problemas que temos que enfrentar. Quero falar de nossa alegria de poder contar com um companheiro de sua magnitude. Tenho certeza de que, juntos, poderemos trabalhar pelo País e pelo Espírito Santo. Parabéns! Muito obrigado por conceder-me o aparte.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Por favor, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Quero juntar minha voz às vozes de seus colegas de Partido e à voz dos meus amigos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, que cumprimentaram V. Exª, Senador Marcos Guerra. O Espírito Santo tem sorte. Licenciado o Senador Gerson Camata, que tão bem defende os interesses do Estado, V. Exª o substitui. E com V. Exª já tenho mantido aqui na Casa muitos contactos, muito entendimentos, pois V. Exª faz parte já da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República. Quero cumprimentá-lo. Pelo que senti, digo de coração, V. Exª honrará nesta Casa seu Estado pelas elevadas qualidades que ornamentam seu caráter de empresário e de homem público.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Marcos Guerra, V. Exª me concede um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pois não, Senador.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Queria saudar sua primeira palavra entre nós e confirmar o que todos já disseram. É a versão e a confirmação de que temos um companheiro, incorporado à nossa Bancada e ao Senado, de excelentes qualidades, de pensamento organizado e que vai desempenhar um papel muito bom aqui. Saúdo-o afirmando que o Senado neste momento tem papel importante na vida brasileira. Sempre teve, mas agora muito mais a Casa desempenha a função de núcleo da discussão correta sobre problemas brasileiros. Temas relevantes têm sido tratados aqui e, de agora em diante, serão tratados de forma mais consistente com a sua ajuda. Quero lhe dar os melhores votos como companheiro solidário ao seu trabalho.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pois não, Senadora Ana Júlia.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Marcos Guerra, na verdade, queria dar boas-vindas a V. Exª e dizer que esta é a Casa da democracia. Como Senadora do Partido dos Trabalhadores, pelo Estado do Pará, quero saudar o Senador do PSDB que está assumindo e que, com certeza, irá contribuir para o debate democrático. Não tenho a menor dúvida de que é do debate das idéias que chegaremos às melhores teses. Faço esta saudação: seja bem-vindo e que V. Exª possa participar desse debate. Fico feliz de ver um Senador do PSDB fazendo um debate com tranqüilidade. Queria parabenizar V. Exª e dar-lhe, mais uma vez, as boas-vindas.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senadora. Também gostaria de lhe agradecer, pois estou usando seu espaço aqui nesta tribuna. Espero retribuir no futuro. Gostaria de fazer um comentário: como cidadão comum, não conhecia os meus companheiros do PSDB agindo. Confesso que fiquei impressionado com a forma como V. Exªs fazem oposição. É uma oposição construtiva, que vem a somar para o atual Governo. É uma pena que não prestam atenção nas colocações que V. Exªs fazem nesta Casa e nas Comissões.

Gostaria de agradecer ao nosso Líder Arthur Virgílio por ter me apontado para Comissões extremamente importantes nesta Casa; Comissões que, como pequeno, como microempresário, acredito têm que olhar muito para o microempresário, bem como para o empresário de pequeno e médio porte.

A lei atual está em vigor há seis anos. Quero aqui, num futuro próximo, apresentar sugestões para corrigir suas faixas. Só quem é pequeno empresário sabe da dificuldade de estar sob a vigência de uma lei – a que protege o pequeno empresário – que praticamente há seis anos não recebe correção.

Srªs e Srs. Senadores, pretendo pautar-me por relações e atitudes éticas e fraternas, na responsabilidade e na civilidade, enquanto durar minha passagem por esta Casa.

Que Deus nos ilumine!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marcos Guerra, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marcos Guerra, a Presidência tem a honra aqui de anunciar que V. Exª completa o número doze desse grandioso Partido, que é o PSDB. E doze são os apóstolos. Mas esse grupo é melhor, porque não tem nenhum traidor; está fiel às liberdades da Pátria.

Concedo a palavra, pela Liderança do meu Partido, ao ex-presidente desta Casa, Senador Ramez Tebet, do PMDB, pela representação do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, talvez seja eu o último orador desta tarde de produtivos debates travados no Senado por todos os oradores que me antecederam.

Não venho a esta tribuna para pôr lenha na fogueira, mas também não venho para tapar o sol com a peneira.

Ouvi alguns oradores. Parece que não podemos comentar o quadro assustador que está acontecendo no País. Parece que se banalizou a violência no País. Parece que mortes e degolas que acontecem em presídios, que brigas entre garimpeiros e índios, em uma verdadeira tragédia, são assuntos que não podem ser comentados ou são injustificados porque o Brasil foi descoberto em 1500.

Será isso? Será que não temos obrigação nesta Casa de buscar solução para esses graves problemas? E para encontrar solução, temos que apontar os problemas, temos de denunciá-los, temos que demonstrar a indignação que o Senador Tasso Jereissati demonstrou em um dos apartes que proferiu.

Essa indignação é própria dos sentimentos dos brasileiros, que, no meu entender, não querem viver o clima que está existindo no País. Líderes não querem viver presenciando líderes que desafiem a autoridade, líderes que propalem a marcação de dia e hora, como estão fazendo, para o desrespeito aos direitos humanos. E constitui, sim, violação aos direitos humanos, no meu entender, quando alguém se levanta e diz que vai invadir terra produtiva; quando dizem que eucalipto não dá para comer; quando temos que preservar o meio ambiente e tacham isso de improdutivo. Será que está certo o que ocorre sem que nada aconteça, sem que seja aplicada a lei, porque temos um quadro de justificativa do passado? Não, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Não é isso que queremos ver. O Brasil não está tolerando isso, pois passou dos limites, sim.

Estou falando aqui numa palavra amiga. Acredito no Presidente Lula, que tem um coração maior do que o seu corpo, porque, se não tivesse um coração tão grande assim, teria diminuído o corpo ministerial de trinta e cinco ministros pela metade, até mesmo devido às palavras e desatinos que os ministros estão cometendo.

Quero aqui me lembrar do Ministro Miguel Rossetto, da Reforma Agrária, logo no início do Governo, que compareceu a um movimento daqueles que pleiteiam terra e justificou invasões, apoiando-as publicamente; e o Presidente Lula tolerou isso.

Estou vendo ministros falando de ministros, e o Presidente, dado o seu grande coração, tolerar isso. E aí, portanto, envolve uma questão crucial na democracia e no sistema presidencialista: há de se ter autoridade com responsabilidade. E a autoridade maior deste País é o Presidente da República, a quem cabe tomar atitudes, dizer que caminho devemos seguir para tentarmos reverter esse quadro tumultuado e tenebroso que o País está vivendo. A barbárie está acontecendo não apenas dentro dos presídios, mas também nas ruas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Essa é a verdade verdadeira que não podemos esquecer, nem justificá-la pelo fato de o Brasil ter sido descoberto em 1500.

Os índios merecem a nossa proteção, sim. São seres humanos iguais a nós, sim. Mas nem por isso vamos justificar chacina. Isso é um absurdo! Temos que reagir! O Senado é a Casa da Federação. Temos que reagir, sim! Agora já estão querendo mudar o conceito de reforma agrária. Antes se falava em reforma agrária de terras improdutivas. Hoje se fala em ocupação de terras produtivas, embora o agronegócio esteja salvando este País e a balança de pagamentos. Então, temos que perturbar quem está produzindo?! Então se abrem os cofres do Tesouro em R$1,7 bilhão em face de ameaças?!

Sr. Presidente, esta Casa tem que se pronunciar, sim. Evidentemente, ninguém está a exigir solução dos problemas da noite para o dia, mas se está exigindo e há de se exigir ação dentro da lei. Fora da lei, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, positivamente, acredito, todos nós sabemos que não há solução. Temos que preservar o regime democrático, temos que dar um lugar ao sol a todos os brasileiros; devemos lutar por uma vida digna, honrada, mas não podemos ficar aqui a justificar atos sem agir, sem tomar atitudes.

Vários Srs. Senadores têm ocupado esta tribuna. Outro dia ouvi o Senador Sérgio Guerra ler a carta do Governador do seu Estado dirigida ao Presidente da

República, dizendo que lá a situação é muito grave. Todos têm ocupado aqui esta tribuna, não se trata aqui de oposição. Não quero que as minhas palavras sejam entendidas como as palavras de um sul-mato-grossense que quer defender o seu Estado, o Brasil, falando como Oposição. Estou falando como um Senador eleito pelo meu Estado, é verdade, eleito pelo Mato Grosso do Sul, mas um cidadão que está pensando no País. Estou pensando na Pátria, nos milhões de brasileiros desempregados, nos excluídos, nas famílias que querem viver em tranqüilidade.

Sei que a violência não começou neste Governo. Claro que não começou neste Governo! Violência sempre existiu, mas está recrudescendo, está aumentando sem nenhuma reação, sem nenhuma palavra firme, sem nenhuma palavra enérgica. E quando digo energia não entendo diferentemente a minha palavra, digo o cumprimento da lei, energia dentro da lei, ação dentro da lei. É isso que tem de acontecer. A Funai tem de defender os índios, eu também os defendo, mas, ao defendê-los, não posso justificar todos os seus atos, não posso entender que eles são os donos de Brasília. Tenho de garantir a eles um pedaço de terra! Isso eu tenho! Vamos agir nesse sentido, mas não vamos entender que eles são os donos do mundo, só porque a Esquadra de Cabral, quando chegou aqui, os encontrou. O que é isso? Onde estamos?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Peço um aparte.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Os argumentos que ouvi para a paralisia governamental, para a inércia, positivamente são históricos. A história serve para nos ensinar, para nos respeitar. A história e a cultura do índio têm de ser respeitadas, sim. Para isto serve a história: para que nós, inclusive, homenageemos aqueles que primeiro habitavam o solo brasileiro. Tudo bem, mas daí a se admitir, por parte de quem quer que seja, ações de insanidade, de violência, com justificativas históricas, positivamente, isso não está correto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, os dez minutos da prorrogação estão se encerrando. Agora, eu pediria a permissão para lembrar V. Exª, que conhece todo o Direito – Montesquieu, de "O Espírito das Leis" – que há três Senadores do PSDB que desejam aparteá-lo. A Senadora Heloísa Helena ainda não foi para lá. São somente três, e eles são como três pessoas numa só – Pai, Filho e Espírito Santo.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Mas eu pedi um aparte também. Sou Líder do novo Partido.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, prestando uma homenagem à única mulher presente. Peço ao Senador Tasso Jereissati que o permita, pois foi o primeiro a pedir. Tenho certeza de que conto com a compreensão da Bancada do PSDB e do meu companheiro de Partido Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Tasso Jereissati está no meio, a virtude está no meio, e vai falar em nome do PSDB. Logo em seguida, a Senadora Heloísa Helena falará. Depois, vamos ouvir o Senador Valmir Amaral, pois hoje foi muito enlutada a sessão. Recordamos Tiradentes, Tancredo, Luís Eduardo e vamos comemorar o nascimento de Brasília, que é um fruto da grandeza do Piauí. Teresina, que foi a primeira capital planejada no meio do Estado, inspirou Brasília.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Cedo o meu pleito de aparte à Senadora Heloísa Helena, com muito prazer.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senadora Heloísa Helena, por unanimidade, V. Exª está autorizada a fazer o aparte ao modesto discurso do seu companheiro.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Ramez Tebet, agradeço de coração, mas o pior é que não sei se o que vou falar se coaduna com a vontade dos Senadores. Então, tenho de apelar ao Senador Mão Santa para garantir que os Senadores possam fazer um aparte e que o Senador Valmir possa falar. Senador Ramez Tebet, resolvi participar do pronunciamento de V. Exª e agradeço o gesto.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou conceder o aparte a todos. O Sr. Presidente vai ter um pouquinho de paciência.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – V. Exª tem de conceder para justificar, porque a base de bajulação do Governo está impedindo que se vote alguma coisa aqui. Então, temos de trabalhar até tarde para justificar nossos salários.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Meu discurso vai perder todo o valor se eu não for aparteado pelos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra e Valmir Amaral.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – É isso mesmo, Senador Ramez Tebet. V. Exª sabe a compreensão que tenho sobre ocupação de terra. Eu jamais patrocinaria aqui um moralismo farisaico. Respeito profundamente V. Exª pela sua compreensão, porque sempre respeito quem tem lado. Eu não respeito a ambivalência, o faz-de-conta, o cinismo e a dissimulação. Eu já disse várias vezes que sou favorável à ocupação de terras improdutivas. Penso até

que isso significa respeito à ordem jurídica vigente, porque entendo que o limite do direito à propriedade está no cumprimento da função social da terra. Se ela não cumpre sua função social, sendo improdutiva, ela não pertence ao proprietário, mas pertence ao Estado. Mas, se não há Estado, não há Governo. Se houvesse Governo, o debate da reforma agrária não seria a verbalização de algumas frases de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou da Comissão Pastoral da Terra ou do MLST ou de qualquer um dos treze movimentos nacionais que lutam pela reforma agrária, fazendo ocupação de terra. Se houvesse Governo para fazer reforma agrária conforme manda a Constituição, não haveria violência no campo. Em relação aos povos indígenas, para evitar que o povo brasileiro que nos assiste comece a achar que alguém aqui defende os debaixo e que outros defendem os de cima, para acabar com a farsa dos que supostamente agem dessa forma, há algo que o Governo pode fazer: aprovar o Estatuto do Índio. Se aprová-lo, resolverá o problema do tráfico de pedras preciosas e da demarcação. No entanto, o Governo faz a farsa do discurso de que tem compromisso com os povos indígenas, mas não defende a aprovação do Estatuto do Índio. Digo isso com a maior autoridade para fazê-lo, porque passei quatro anos nesta Casa batendo, de manhã, à tarde e à noite, no Governo Fernando Henrique Cardoso e o fiz não por bravata, por vigarice política ou por demagogia eleitoreira. Agi assim e o faria novamente. Registro ainda um fato muito claro: não adianta, para justificar a omissão do atual Governo, falar dos erros do passado. A Prefeita Lúcia Tereza Rodrigues, de Espigão d'Oeste, onde ocorreu a chacina dos garimpeiros, fez vários comunicados ao Governo Federal, ao Presidente Lula e ao Ministério da Justiça, dando conta de que uma chacina poderia ocorrer em razão dos gravíssimos problemas entre garimpeiros e povos indígenas. Se o Governo quer superar todos os problemas – nem estou pedindo que o Governo estabeleça a mesma metodologia adotada no Congresso para aprovar a farsa da reforma da Previdência – e assumir o compromisso com os menos favorecidos, não adote o moralismo farisaico do discurso e aprove o Estatuto do Índio. Assim, todo o problema se resolverá.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Esse Estatuto do Índio está há quantos anos na Câmara dos Deputados? V. Exª tem razão.

Senador Arthur Virgílio, concedo o aparte a V. Exª, o que para mim é uma honra.

Lamento que os Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra tenham tido de deixar o plenário para se dirigirem ao aeroporto, a fim de embarcarem para os seus Estados.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Exatamente. Ambos tinham os seus vôos marcados para o Nordeste. Serei bastante breve, Senador Ramez Tebet. V. Exª sempre fala com a autoridade de quem já presidiu, com enorme dignidade, este Congresso Nacional. O fato – isto talvez resuma o bravo e ilustre discurso de V. Exª – é que tentaram desviar aqui o rumo da verdadeira discussão, tentaram estabelecer uma falsa contradição entre garimpeiros e índios. Falamos aqui de um desgoverno que permite que garimpeiros e índios se matem mutuamente. Falamos de anomia, de ausência de leis, de normas, de regras. Falamos em vizinhança do caos, de desempregado desesperado que ateia fogo ao próprio corpo e morre. E não temos nada contra, ao contrário, tenho uma vida a favor da causa indígena. Falamos de um cacique sentar na cadeira de um Presidente da Câmara e presidir uma sessão, como se isto aqui fosse uma brincadeira e não uma Casa que tem as suas normas e as suas regras. Falamos da vinculação da CUT com os sem-teto, que estão infernizando a vida dos paulistanos. Enfim, falamos de um Governo que se demite da função básica de exercer o poder, que é autoritário quando se trata de responder a críticas que, até construtivamente, fazem a ele, que é absolutamente fraco, flébil, frágil quando se trata de exercer o poder e que é injusto porque não é capaz de premiar com justeza e de punir com acerto. Dou o exemplo muito claro do que ocorreu com o Senador Cristovam Buarque, que foi demitido por telefone. Não sei se fez ou não bom trabalho, mas demitiram por telefone o Senador Cristovam Buarque e morrem de medo do Sr. Waldomiro Diniz, que foi demitido a pedidos. Vamos encerrar essa história. Quero dizer a V. Exª que fico muito orgulhoso quando ouço-o falar. Para sintetizar o que penso, toda essa teoria conspiratória – o Líder do Governo falava dos de cima contra os debaixo; e só S. Exª entendeu o que disse, porque as demais pessoas tentaram e não conseguiram –, tudo isso, no fundo, nos lembra que teoria conspiratória eles engendraram no dia 31 de março passado, exatamente 40 anos depois da instalação do golpe militar, para dar a entender que forças estranhas estariam desestabilizando o Governo Lula, tudo isso numa tentativa de, desqualificando o Ministério Público, chegarem ao ponto em que chegaram, de tentar abafar o escândalo Waldomiro que, esse sim, está martelando a consciência da Nação. Diria que um Governo que não é capaz de punir quem merece não é capaz de premiar quem merece, e esse Governo não é capaz de garantir a lei. Essa é a preocupação que temos. Quero que o Senhor Lula governe seus quatro anos. Se o povo quiser lhe dar mais quatro anos, ótimo. Se o povo achar que deve lhe dar um basta, dê. Todavia,

o Senhor Lula não está mostrando tutano, pulso para dirigir este País para valer. Não está mostrando. Já chega de tanta encenação e desse estado de anomia a que Sua Excelência está relegando o povo e a Nação brasileira. Parabéns, Senador Ramez Tebet. V. Exª, a cada dia que passa, acrescenta ao amigo que é para mim o Parlamentar independente, pois não cede a nenhuma conveniência o cerne da sua independência que tanto o faz admirado nesta Casa.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, os fatos a que V. Exª alude são irretorquíveis e estão ainda a desafiar aquilo que V. Exª chama de autoridade. Sinceramente – gosto de falar com sinceridade –, considero que o Presidente Lula tem um grande coração. Por isso, Sua Excelência às vezes deixa de fazer o que deve. Minha opinião é a de que o Presidente Lula, em nome do País, deve agir imediatamente.

Volto a repetir, Sr. Presidente, que não vim a esta tribuna para pôr lenha na fogueira, mas para manifestar a minha indignação e sugerir que se cumpra a lei, porque o País não pode continuar vivendo esse clima de intranqüilidade e violência!

Concedo um aparte ao Senador Valmir Amaral.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Meu grande amigo, Senador e Presidente Ramez Tebet, como é bom ouvi-lo! V. Exª, que muito colaborou como Ministro, como Governador de seu Estado, como Presidente da nossa Casa, possui uma grande experiência. Mas gostaria de acrescentar ao discurso de V. Exª que o Presidente Lula, que tem um grande coração, deve ter também grandes ouvidos, para que possa escutar os clamores das ruas. Brasília, amanhã, estará completando 44 anos. Durante esse tempo, a cidade não tinha presenciado alguém ateando fogo ao seu próprio corpo. Neste plenário, Sr. Presidente, um homem tentou pular das galerias. O País não pode seguir por esse caminho; esse rumo, essa estrada tem que mudar. Os empresários e o povo não agüentam mais as altas taxas de juros. Senador Ramez Tebet, a situação tem que mudar, porque está difícil. Amanhã, quando Brasília completa 44 anos, com sinceridade, não há muito a comemorar. Ao sair, vemos, aqui ao lado e na rodoviária, índios nas ruas. O desempregado já chega às portas das empresas de meu pai, de minha família. Tenho que me esconder, pois são filas e filas de pessoas pedindo emprego. O País não pode continuar nesse caminho. Portanto, o Presidente tem que ter não só o coração grande, mas também ouvidos. Sua Excelência tem que ouvir. Senador Ramez Tebet, V. Exª possui uma experiência maravilhosa e sabe que temos de ouvir os clamores das ruas. A voz das ruas é a voz de Deus. Portanto, peço ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que ouça a voz do povo humilde, dos brasileiros desempregados, e pare de dar tanto dinheiro aos banqueiros. Com as altas taxas de juros que aí estão, só os banqueiros ganham dinheiro no País. O povo não agüenta mais, Senador.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Valmir Amaral, nunca tinha visto V. Exª se manifestar como hoje. Às vezes, as pessoas levam algum tempo para se revelar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, apenas lembro a V. Exª que Cristo fez um grande discurso de 56 palavras, o **Pai Nosso,** em um minuto.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou encerrar, Sr. Presidente, mas não antes de apelar para a generosidade de V. Exª. Como sou tolerante com meus Colegas, sempre disponho de apenas de dez minutos. Praticamente sou o último a usar a palavra; todos falam por 20, 30, 40 minutos.

Só quero render um preito, abraçar o Senador Valmir Amaral, porque S. Exª hoje se revelou nesta Casa.

Encerro usando as palavras de S. Exª. O Presidente Lula realmente tem um grande coração, senão já teria reduzido o número de Ministérios. Não só pelo número, mas porque precisa haver gente competente no Ministério. Não adianta dispor de 35 Ministérios criticando um ao outro, mostrando grande incompetência.

V. Exª está certo, Senador, ao dizer que o Presidente precisa ouvir não só quem está perto, mas também o Senado da República, a voz das ruas e buscar, sobretudo, um projeto, um plano de Governo, mostrar ação, autoridade no exercício do Governo. Volto a repetir, autoridade dentro da lei, porque, fora dela, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não há salvação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ficarei para ouvir o Senador Valmir Amaral, que acabou de nos brindar com um bravo aparte. S. Exª merece o nosso respeito, carinho e afeto.

Sr. Presidente, solicito a V. Exª que faça constar nos Anais da Casa três recortes de jornal versando sobre índios ocupando a Presidência da Câmara dos Deputados. Com todo respeito, sem dúvida alguma, também peço a transcrição do artigo que trata do processo do Governador Flamarion, que está licenciado do PT, o Deputado pedindo CPI para investigar as contas do candidato do PT . Enfim, críticas à postura ética

do Partido. E outros quatro, Sr. Presidente, em que é tratado o caso dos sem-teto que, comandados pela CUT, perturbam São Paulo. Outros cinco falando de invasões e da falta de atitude do Governo em relação às invasões de terra. Finalmente, Sr. Presidente, dois recortes em que o Presidente Lula pede paciência aos militares. Além desses, os últimos três, recortes em que técnico da área econômica do Governo diz que o salário mínimo só pode ser aumentado em R$ 5,00 e que o déficit da Presidência aumentou para 38%.

Essa afirmação me leva a crer que essas promessas vãs continuam encalacrando um Governo que, ao não enfrentar os desafios que a Nação colocou em suas mãos para resolver, teve uma votação tão bonita, tão brilhante, tão expressiva, tão comovente. Todos nos comovemos, até os derrotados. Mas vejo que agora essa comoção dá lugar a uma certa revolta.

Vou organizar os recortes e logo encaminharei à Mesa.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pelo espírito democrático que revela a cada momento em que assoma a Presidência. Senador Mão Santa, lhe fica tão bem a Presidência que, quem sabe, um dia, ela venha a lhe caber por voto dos seus Pares, aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, Inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

Matérias publicadas em jornais.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 6

TENSÃO SOCIAL

'O que temos é um clima de desobediência civil'

Para sociólogo, onda de violência no campo e na cidade produz descrença no poder da autoridade

SILVIO BRESSAN

A onda de violência dos últimos dias, no campo e nas cidades, está produzindo um clima de insegurança e uma descrença no poder da autoridade. Há uma situação de desobediência civil e uma grande dificuldade para o governo manter a lei e a ordem. Essa é a avaliação dos cientistas políticos Leôncio Martins Rodrigues e Rubens Figueiredo e do sociólogo Sérgio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Para eles, a situação é preocupante e exige uma mudança de atitude do governo.

"O que temos hoje é um clima de desobediência civil, quando as pessoas entendem que as leis não estão sendo respeitadas e que as autoridades não estão conseguindo que as regras prevaleçam", aponta Adorno. Para Leôncio, "há uma percepção de ausência de autoridade legítima, que gera uma sensação de insegurança em que cada grupo da sociedade trata de se defender por si mesmo".

Genética – Embora haja razões históricas na formação desse quadro, como o patrimonialismo e a apropriação pessoal do Estado, Leôncio enxerga na própria genética do PT as maiores dificuldades do governo Lula. "Esse governo tem dificuldade de impor a lei, porque o PT sempre foi um partido anti-sistema", avalia Martins Rodrigues. "O PT não assinou a Constituição, porque dizia que consagrava a ordem burguesa. E agora, no governo, tem de manter a ordem e a lei da mesma Constituição contra a qual votou."

Um dos maiores exemplos, cita Leôncio, é a não punição dos servidores grevistas. "Isso revela a dificuldade que o governo do PT tem para manter a lei e a ordem." Além disso, ele acrescenta as promessas que Lula fez na campanha e a expectativa que criou nos movimentos sociais. "O próprio MST diz que está apenas ajudando o governo a cumprir suas promessas", comenta Leôncio. A única saída, defende ele, "é o PT esquecer o que escreveu e disse". "Mas será difícil, porque temos um governo esquizofrênico e um partido dividido ao meio."

Também na avaliação de Adorno, o não cumprimento de muitas promessas começa a incomodar. "Há uma imensa insatisfação com a falta de resultados na área social e na segurança", avalia o professor da USP. "O cidadão que elegeu Lula quer que sua liderança prevaleça na aprovação das propostas prometidas, mas até agora essa sensação está suspensa."

Nessa conjuntura, Adorno e Figueiredo elogiaram as palavras do presidente Lula, ontem, contra a radicalização dos movimentos sociais. "É interessante dizer que a radicalização não é o caminho, de que é preciso diálogo e bom senso", diz Adorno. "Mas não basta. O governo precisa mostrar uma capacidade de articulação e de convencimento que até agora não existiu." Figueiredo também achou a ponderação de Lula "oportuna", mas lamentou seu atraso. "Seria muito mais oportuna há alguns meses, porque evitaria muitos dos atuais problemas."

FOLHA DE S.PAULO

Data: 20/04/04 Pág

TRANCA PETISTA

DEPOIS de arrombada a porta, providencia-se tranca. O adágio traduz de certa forma o que se passou na reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizada no final de semana. Abalado pelo escândalo Waldomiro Diniz, que provocou alongada crise política na esfera federal, o PT houve por bem baixar normas com o intuito de evitar que as doações de campanha enveredem pelo caminho da irregularidade e da falta de ética.

Proibiu, então, que os candidatos do partido recebam recursos doados por pessoas ou empresas envolvidas com jogos de azar, jogo do bicho, bingos e assemelhados —além de outras atividades ilícitas.

Chama a atenção que tamanha obviedade não fosse já procedimento regulamentado no partido que passou anos se apresentando à sociedade como o paladino da moral e dos bons costumes políticos. O escândalo envolvendo o ex-assessor do ministro José Dirceu deixou, de fato, às claras que nem tudo aquilo que o PT pregava ou cobrava dos adversários era fielmente seguido por seus próprios quadros e administrações.

Sinais nesse sentido também têm sido insistentemente emitidos pelo momentoso caso da Prefeitura de Santo André, que sugere práticas, para dizer o mínimo, heterodoxas.

Apesar do interesse demonstrado pelo partido de se mostrar ainda na "vanguarda da defesa da luta pela ética", como afirmou o seu presidente, José Genoino, foi rejeitada no encontro a proposta para que as doações de campanha fossem periodicamente publicadas na internet, o que daria ao processo, em princípio, inédita transparência.

Preferiu-se transformar a sugestão em projeto a ser submetido ao Congresso, de modo que possa se tornar obrigatório para todos os partidos. Ao que parece, a idéia original era vanguardista demais.

JORNAL DO BRASIL

Data: 0/4/04 Página: ____

Audiência

Em ofício à CPI da Loterj, ontem, o advogado de Valdomiro Diniz, Luis Guilherme Martins Vieira, fez duas exigências para marcar a acareação de seu cliente com Carlinhos Cachoeira:

Primeiro, quer que o encontro aconteça no Rio.

Segundo, que seja transmitido ao vivo pela TV da Assembléia Legislativa.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 4

PERSONA

CESAR GLOBO

Fica assim?

Quem estava no Congresso ontem de manhã em Brasília – e não eram tantos já que esta semana termina amanhã para os nossos políticos – percebeu que não caiu nada bem o resultado da reunião do diretório nacional do PT em São Paulo. O caso Waldomiro foi uma boa lição. Aprenderam com ela. Ótimo, está tudo encerrado. Foi como se tivessem ido à missa, se confessado e recebido absolvição. Que fácil, que cômodo, que oportuno! E aí, perguntavam congressistas da oposição? Waldomiro Diniz não será mais chamado para nada? Santo André vai continuar por isso mesmo? José Dirceu não irá ao Senado? O comentário era que governo do PT pode ser ineficiente em muita coisa, mas em operação-abafa tem se mostrado eficientíssimo.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: 1-A/5

Ministra não cede em licenças ambientais

Marina se nega a mudar legislação para favorecer investidores

LUIZ QUEIROZ

BRASÍLIA – A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deixou claro ontem, após reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que a legislação ambiental não será modificada para atender aos interesses do capital privado que deseja investir em infra-estrutura. Entretanto, a ministra disse que há no governo orientação para que se evite qualquer tipo de "ação protelatória" para retomar o crescimento.

O vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, explicou que o setor privado não está pedindo que o governo amenize a legislação. Segundo ele, os investidores querem apenas contar com regras claras e prazos preestabelecidos para que possam realizar seus planos de negócios.

– Não queremos pressa. Estamos buscando realismo e comprometimento nos processos de parte a parte – destacou, ressaltando a necessidade, por exemplo, de compatibilizar os prazos previstos nos contratos de concessão com os de licenciamento.

A Abdib calcula que o setor elétrico precisará de mais ou menos US$ 5,5 bilhões ao ano para evitar nova crise de abastecimento de energia num prazo de três a quatro anos, sendo R$ 3,4 bilhões em geração, US$ 1,5 bilhão em transmissão e US$ 600 milhões em distribuição.

Godoy destacou a importância da decisão do governo de emitir licença prévia para obras no setor elétrico. Este seria um dos problemas dos investimentos no setor, porque os empresários temem apoiar projetos no escuro, sem saber se as obras não serão embargadas no futuro por conta da questão ambiental. A medida torna mais clara a opção pela legalidade da obra desde a sua concepção.

– Não há uma dicotomia entre crescimento e desenvolvimento sustentado. O que nós temos é a identificação de problemas de prazos, que, seguramente, podem ser superados – disse o ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jaques Wagner.

A ministra também anunciou ontem que o governo vai contratar mediante concurso público 500 novos funcionários para a área ambiental, sendo 100 exatamente para o licenciamento.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/4/04 Página: 1A/3

País tem mais de 300 mil presidiários

O sistema prisional no País continua com presídios superlotados, fugas, rebeliões e mortes. Em fevereiro os presídios estavam, segundo o Ministério da Justiça, com 308.304 condenados. Há excesso de detentos principalmente em São Paulo, Minas, Rio Grande do Norte, Piauí e Tocantins. Em São Paulo, mais de 7 mil detentos que deveriam estar nas penitenciárias superlotam os distritos policiais da capital.

No ano passado, Santa Catarina, Amazonas, Paraná e Sergipe decretaram estado de calamidade e pediram a liberação, com urgência, de dinheiro para resolver problemas como reforma de celas e de oficinas para a abertura de vagas. Com as oficinas – e a oportunidade de trabalho –, os presos podem ser transferidos do regime fechado para o semi-aberto.

O excesso de detentos é apontado como o principal motivo dos motins. Em junho, o sistema carcerário registrou o maior número de mortes no País numa rebelião desde 2001: 13 detentos foram assassinados na Unidade Prisional do Puraqueraquara, em Manaus. Em janeiro, o mesmo presídio registrou um novo motim com seis mortes – de cinco detentos e um agente penitenciário. O governo federal promete a construção de presídios federais para resolver parte da situação caótica do sistema. O primeiro será construído em Campo Grande (MS), e terá 200 vagas. A inauguração está prevista para setembro de 2005. **(Renato Lombardi)**

VIOLÊNCIA

Prefeito do Rio cobra ação do governo federal

Cesar Maia diz que os militares deveriam patrulhar também os arredores de quartéis

CHRISTIANE SAMARCO

O prefeito do Rio, Cesar Maia, cobrou ontem do governo federal que assuma a coordenação das ações contra a violência e para garantir à segurança em todo o País, papel para o qual foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Apesar da negativa do governo de envolver as Forças Armadas no combate ao crime organizado na cidade, o prefeito insistiu ontem, em reunião da executiva nacional do PFL em *Brasília*, que os militares passem a colaborar com medidas simples, como a ampliação da zona de patrulhamento em torno dos quartéis. "As Forças Armadas têm 200 quartéis no Rio e, se atravessarem a rua para garantir a segurança na outra calçada, ganharemos patrulhamento em mais 200 quadras", sugeriu. Ele citou o exemplo da sede do Comando Militar do Leste, que fica na frente da Central do Brasil, onde uma patrulha do Exército é não apenas bem-vinda, mas sobretudo necessária.

"É uma vergonha que as calçadas dos quartéis sejam protegidas e na sua vizinhança aconteça de tudo", disse. O prefeito sugeriu, também, que os militares destinem quatro grupos para o patrulhamento permanente das Linhas Vermelha e Amarela. "Não estou propondo usar as Forças Armadas no papel de polícia e sim patrulhando áreas onde elas já estão."

Prisões – No quarto dia de cerco ao Complexo do Alemão, na zona norte do Rio, a Polícia Civil retomou ontem as operações para capturar Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, que tentou invadir a favela da Rocinha na Sexta-Feira Santa.

Os policiais passaram o dia checando possíveis esconderijos do bandido e prenderam seis homens que seriam ligados ao Comando Vermelho.

"Estamos no caminho certo. A prova disso é que as operações estão tendo resultado", disse pela manhã o delegado Alan Turnowski. Ele comanda cem homens das delegacias especializadas. Em uma incursão numa fábrica de cerveja desativada perto da Favela da Grota, policiais prenderam Leandro dos Santos, de 21 anos, Marcelo da Paixão, também de 21, Fábio Luiz da Silva, de 22, e um menor, de 17.

Seguindo uma denúncia, policiais prenderam Humberto Castello Branco da Costa em Olaria. Ele tem quatro mandados de prisão por tráfico, assalto e homicídio. O bandido disse que fugiu da cadeia há uma semana.

Em outra operação, o traficante Fábio Freitas de Aguiar foi preso num local conhecido como Favela da Galinha. Ele é apontado como o braço direito do traficante Mighty Thor, preso em Bangu. Fábio foi surpreendido num sobrado quando mantinha relações sexuais com uma menor, de 15 anos. Ele tentou resistir à prisão, atirou, mas foi preso.

O Disque-Denúncia bateu ontem o recorde de chamadas num só dia, ultrapassando 500. Por volta das 15 horas, um grande comboio de cerca de 50 carros deixou o comando na entrada da Favela da Grota em direção a Chatuba, outra região do complexo. (Colaborou Alexandre Rodrigues)

Procurador quer alterar estatuto do desarmamento

O procurador-geral da República, Claudio Lemos Fonteles, sugeriu ontem que o Supremo Tribunal Federal declare inconstitucionais os artigos do Estatuto do Desarmamento que tornaram inafiançáveis os crimes de porte e disparo de arma. Segundo ele, a Constituição Federal estabelece que apenas os crimes de terrorismo, tortura, tráfico de drogas e hediondos são inafiançáveis. Não há menção a crimes de porte e disparo de arma. Não há previsão da data de julgamento da ação.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/4/04 Página: 6B

INFORME JB

BELISA RIBEIRO

Apito alto

Embora muitos já tenham rádio, não foi levado em conta pelos índios o apelo feito ontem pelo presidente Lula, em seu programa *Café com o presidente*, de que mantenham o bom senso os movimentos sociais. Só com promessa de audiência, hoje, do chefe de gabinete da Presidência, por escrito, deixaram o Salão Verde do Congresso. A mensagem presidencial – dirigida nitidamente ao MST – atirou no que viu e acertou no que veria. Talvez, no que verá. Representante dos sem-terra, João Paulo Rodrigues entregou uma bandeira aos indígenas, trocou seu boné por um cocar e fez discurso:

– O protesto é importante para que os indígenas não se tornem os sem-terra de amanhã.

Talvez já tenham se tornado, em termos de estarem aprendendo a gritar para levar. Visitados semana passada, os bororos –vítimas de aculturação há décadas – ganharam apoio do ministro da Cultura, Gilberto Gil, na busca de patrocínio para construir aldeia típica, com centro cultural e hospedagem para turistas.

Os contra também prometem grito. Em Roraima, está pronto protesto para evitar a demarcação em área contínua da Reserva Raposa do Sol. Maior do que o que, em janeiro, fechou até o comércio da capital, desta vez, promete parar o aeroporto e bloquear todas as estradas de acesso ao Estado. É que, ultimamente, ao contrário do que pregou Lula no rádio, é quem aposta no radicalismo que tem acabado vencendo.

JORNAL DO BRASIL

A identidade dos governos

GAUDÊNCIO TORQUATO
CONSULTOR POLÍTICO

A história do Brasil está pontilhada de exemplos que creditam a qualidade das administrações à capacidade dos mandatários e à força das circunstâncias. Campos Sales (1898-1902), com seu ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, negociou com os banqueiros ingleses a dívida brasileira, entregando a Rodrigues Alves (1902-1906) um país com as finanças recuperadas, mas isso não impediu que seu sucessor tornasse a contrair uma imensa dívida junto aos mesmos credores para financiar a remodelação urbanística da capital federal. O primeiro pagou o preço da impopularidade, o segundo, o ônus de grandes turbulências, como a campanha pela obrigatoriedade da vacina contra a varíola e a crise da queda mundial dos preços do café.

É mais adequado, portanto, avaliar as administrações sob o crivo da competência e das circunstâncias, o que demanda dos governantes, no mínimo, as capacidades de decidir, de fazer e de manter estável o que foi realizado. Há governantes que tiram leite de pedra. Outros que capricham na arte de dizer que fizeram o que não fizeram, na onda do Estado-espetáculo. E há, ainda, outros que, pressionados pelas circunstâncias, não se habilitam a processar os problemas. Essa deficiência se agrava quando as gestões se impregnam de acentuadas nuanças ideológicas, freqüentemente engessadas por um radicalismo inconseqüente, focado na demonização das forças do mercado, identificadas como a maldade do mundo. No fundo, trata-se de um pensamento voltado para desqualificar os avanços da ciência. Veja-se, por exemplo, a situação dos transgênicos no país, cuja política está sendo administrada por atores que se posicionam na contramão da modernização tecnológica.

Um governo eficaz é o que gera resultados positivos nas três bases que lhe dão sustentação: a política, a macroeconômica e a social. Atender as carências de uma área, deixando outra a descoberto, é correr o risco de abrir um fosso nos espaços insatisfeitos. Ademais, há governos que perdem muito tempo com diagnósticos, balizando seu comportamento por pressões momentâneas, e ganhando, em conseqüência, a imagem de um dândi perdido na escuridão. Tem sido ainda muito freqüente na administração pública brasileira a falta de ousadia, a capacidade dos governos para furar os bloqueios da acomodação. Ousadia, nesse caso, não quer dizer experimentalismos, projetos improvisados, loucuras de grupos encastelados nas entranhas do poder ou ações cosmetizadas pelo *marketing*. Fernando Henrique, por exemplo, foi mais aguerrido no primeiro mandato do que no segundo. O Plano Real conseguiu estancar um processo inflacionário de 40 anos. Mas a sensação é a de que, em seu segundo mandato, o cansaço imposto pela mesmice acabou prejudicando a eficácia

geral do governo. No caso da administração Lula, a voz corrente é a de que encontra dificuldades para decolar. O estilo petista de governar tem mais feição de Chimpanzé do que de Gandhi.

Expliquemos a *boutade*. Em um famoso ensaio sobre estratégias políticas, o cientista social chileno Carlos Matus define três modos de administrar a política: os estilos Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. O primeiro se caracteriza por uma metodologia de embrutecimento: a meta de alcançar o poder a todo custo, o individualismo do chefe, a rivalidade permanente pelo comando da manada, a disputa entre grupos, a aliança e a coalizão táticas, transitórias e instrumentais. O estilo Maquiavel, um pouco mais avançado, ampara-se na idéia de um projeto que parece impossível sem o comando de um chefe, tendo como vetor a total subordinação dos meios à superioridade dos fins. Já o estilo Gandhi inspira-se em valores como confiança, credibilidade, baixa rivalidade entre grupos e abolição do conceito de inimigo. Sua inspiração é a força da alma.

Esse estilo espiritualizado está distante da ambição e da extrema rivalidade entre as visões que inundam o PT. O partido ocupa espaços de maneira quase inescrupulosa, formando alianças instrumentais para a expansão de um longo projeto de poder. A cultura Chimpanzé/Maquiavel, com mais força na índole do primata, é – essa é a surpresa – mais coerente com a identidade do governo petista. A definição das regras gerais do jogo aponta, portanto, para as estratégias de ação/inação de um governo e é exatamente esse o ponto de estrangulamento do *modus vivendi* dos corpos petistas incrustados na máquina federal. Walter Lippman, jornalista norte-americano, um analista de governos cuja obra é referência obrigatória, escreveu: "Na vida pública, não basta falar, não basta saber. De igual importância é saber fazer". Para um governo que se faz leniente diante do arsenal de ilegalidade (e impunidade) que o MST produz no campo, é uma lição mais útil do que ficar repetindo a lengalenga sobre "herança maldita".

CORREIO BRAZILIENSE

DRAMA

Corpo de desempregado que ateou fogo nas roupas foi levado num avião da FAB para Cariacica, no Espírito Santo. Ele não resistiu às queimaduras e morreu no domingo

Triste fim de Antônio

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O corpo de José Antônio Andrade de Souza foi enterrado ontem em Cariacica, município da região metropolitana de Vitória, no Espírito Santo. Desempregado há quatro meses, ele tomou uma atitude de desespero depois de uma tentativa frustrada de falar com o presidente da República. Ateou fogo ao próprio corpo na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, terça-feira passada. Um avião Bandeirante da Força Aérea Brasileira (FAB) transportou o corpo de Antônio de volta para o Espírito Santo. O avião partiu às 13h30 de ontem e chegou à Vitória três horas depois. Também estava no avião a mulher da vítima, Maria das Dores Cláudio de Souza, grávida de quatro meses. A pedido de Luiz Inácio Lula da Silva, o médico da Presidência, Eduardo Lessa, acompanhou o traslado.

Há uma semana, Antônio saiu de casa, num bairro pobre de Cariacica, com a determinação de resolver o problema do desemprego em Brasília. Em uma faixa de protesto, dizia ter vendido o barraco por R$ 800 para falar com o presidente Lula. Durante dois dias, o desempregado rondou a Praça dos Três Poderes. Na terça-feira, ergueu a faixa em frente ao palácio durante algumas horas na parte da manhã. Não recebendo resposta, foi até a Rodoviária, comprou um litro de álcool, espalhou o combustível pelo corpo e ateou fogo.

Apesar de ter sido socorrido por uma viatura do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, Antônio não resistiu às complicações das queimaduras de 2º e 3º graus, que atingiram 85% do corpo. Morreu por falência múltipla dos órgãos às 15h40 de domingo no Hospital Regional da Asa Norte (Hran). No percurso até o hospital, a vítima confessou aos bombeiros ter se arrependido do ato. Logo após ter ateado fogo em si mesmo, ele se jogou em uma poça de água para tentar aliviar as dores da queimaduras, o que pode ter agravado ainda mais seu estado de saúde.

A família teve notícias da atitude desesperada de José Antônio pela televisão. A mulher de Antônio, Maria das Dores, veio a Brasília com a ajuda da prefeitura do município, que pagou a passagem. Depois que o marido perdeu o serviço de ajudante de pedreiro, o salário mínimo que recebe como empregada doméstica passou a ser a única fonte de renda da família.

A educadora social de Cariacica indicada para cuidar do caso de Antônio e Maria, Solange Rodrigues, afirmou que ele já vinha de um histórico depressivo. "Ele tinha registros em clínicas psiquiátricas", informou. Antônio já havia tentado o suicídio em outra oportunidade. Desistiu ao ver a filha de oito anos presenciar a cena, no quintal de casa.

Na semana passada, a Presidência da República informou que não houve registro de solicitação de audiência com o presidente Lula feito por Antônio. Segundo a Assessoria de Imprensa, todos os pleitos são encaminhados para a Diretoria de Documentação Histórica, que faz a triagem dos pedidos de reunião com o presidente e cataloga a correspondência e objetos recebidos. O critério usado é o da disponibilidade de agenda de Lula e o assunto.

Efeito da crise social

O protesto desesperado de José Antônio é interpretado por especialistas ouvidos pelo Correio como um indicativo dos problemas sociais enfrentados pela classe mais pobre no Brasil. "É uma prova da crise social que vem desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e perdura na administração do presidente Lula", analisa o cientista político Fernando Abrúcio, da Fundação Getúlio Vargas e da PUC de São Paulo.

O professor do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Elimar Pinheiro afirma que tão grave quanto a própria circunstância do desemprego é a falta de perspectivas. "O brasileiro não acredita mais que a falta de trabalho é temporária, que saiu hoje de um emprego e logo arruma outro. Principalmente os mais pobres não enxergam possibilidades", aponta o especialista.

Elimar destaca que o agravamento da crise se deu após a década de 1990, em que se iniciou o processo da onda jovem, com um elevado crescimento populacional da população ativa. "Depois de um período de intenso crescimento nos primeiros 80 anos do século passado, o Brasil cristalizou-se e estagnou sem dar chance de mobilidade social".

Em março, o desempregado Edivaldo de Lima Araújo ameaçou se jogar da galeria do plenário do Senado sobre os parlamentares, interrompendo a sessão. Era um protesto pelos dois anos que está sem emprego. De pé, sobre o parapeito, a uma distância de cerca de quatro metros de altura do plenário, Edivaldo surpreendeu a todos, aos gritos: "Eu estou com fome, não tenho o que comer, desde a manhã não comi nada", repetia. Ele foi detido pelos seguranças.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 11 A

PERSONAGEM

Morre homem que queria ver Lula

FAB transportou corpo de desempregado de Brasília para Vitória

BRASÍLIA – O corpo do desempregado José Antônio Andrade de Souza, que morreu no domingo em decorrência das queimaduras que sofreu ao atear fogo ao próprio corpo, foi transportado ontem para Vitória (ES) por um avião da Força Aérea Brasileira, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na última terça-feira, José Antônio havia se queimado na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, em um gesto de protesto, para chamar a atenção do presidente.

Lula orientou seus assessores também para que providenciassem um enterro digno para o desempregado. O médico Eduardo Lessa, da Presidência da República, acompanhou o transporte do corpo no avião da FAB, junto com a viúva Maria das Dores Souza, grávida de quatro meses.

O corpo do desempregado foi sepultado em Cariacica, região metropolitana de Vitória, onde vivia. José Antônio morreu aos 30 anos, por falência múltipla dos órgãos. Ele teve 85% do corpo queimado e estava internado no Hospital Regional da Asa Norte.

No momento em que decidiu atear fogo ao próprio corpo, usando álcool líquido, José Antônio carregava um cartaz com uma mensagem dirigida a Lula: "Vendi meu barraco por 800 reais para falar com você. Roubaram meu documento, tiraram meu direito de cidadania, estão armando um monte de problemas para mim. Estou pedindo o meu direito de cidadão". O Palácio do Planalto garantiu, porém, que nenhum pedido de audiência em nome do desempregado foi protocolado.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 9A/10

Para UDR, Funai estimula violência na luta por terra

O presidente da União Democrática Ruralista, Luiz Antonio Nabhan Garcia, acusou ontem o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, de estimular a violência em conflitos agrários no País ao atribuir o assassinato de pelo menos 26 garimpeiros à invasão da reserva indígena dos cinta-larga, em Rondônia. No sábado, Mércio lamentou as mortes de garimpeiros, mas lembrou que eles haviam invadido a reserva Roosevelt, em Espigão D'Oeste.

"Foi uma declaração infeliz, inconseqüente. Não poderia ter sido feita, especialmente em se tratando de um homem público. Como ele pode tentar justificar um ato desses?", afirmou Nabhan. Ele relatou ter recebido vários e-mails de proprietários rurais ligados à UDR condenando as declarações. "Quer dizer, então, que agora temos alvará para matar quem invadir nossa propriedade? É o que diz um dos e-mails que recebi", contou Nabhan.

O governo poderia ter evitado o conflito em Rondônia, segundo o presidente da UDR, se estivesse monitorando a região. "Esses garimpeiros não chegaram ontem", ponderou.

As declarações do presidente da Funai, de acordo com Luiz Antonio Nabhan Garcia, também demonstram a imparcialidade de alguns órgãos do governo federal, a exemplo do que "já foi identificado" no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e está sendo investigado pela CPI da Terra, no Congresso. "A posição da UDR é que a lei precisa ser cumprida em qualquer situação", concluiu Nabhan. (Mariana Caetano)

ÍNDIOS

Há 99 garimpeiros desaparecidos em RO

Há risco de novos conflitos na reserva dos cintas-largas, segundo a Polícia Federal

EDSON LUIZ
Enviado especial

PORTO VELHO – A área de inteligência da Polícia Federal revelou que vários índios cintas-largas *estão fortemente armados* dentro da Reserva Roosevelt, entre Cacoal e Pimenta Bueno, no interior de Rondônia, prontos para enfrentar qualquer grupo de garimpeiros que entre na área. O clima de tensão é grande, apesar do aparato policial na região, depois da morte de 29 mineradores, na Semana Santa. O Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia afirma que outras 99 pessoas estão desaparecidas e 35 delas podem estar mortas.

A Polícia Federal conseguiu retirar ontem da reserva e levar para Porto Velho 26 corpos de garimpeiros – outros 3 já tinham sido resgatados. As buscas a outros garimpeiros supostamente assassinados foram praticamente encerradas por causa das chuvas. Já em estado de decomposição, os corpos foram envoltos em redes e transportados de helicópteros até uma base da PF no meio da de avião até a capital do Estado, onde será feita a necropsia.

A decisão de levar os corpos para Porto Velho foi tomada para evitar um clima de tensão e confronto entre índios e parentes e amigos dos mortos em Espigão D'Oeste, onde a maioria morava. "Nós acreditamos na lei e na Justiça, por isso não haverá retaliação", disse um dos diretores do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia, que prefere manter-se no anonimato por ordem da própria PF. "Podemos dar informações, sem revelar nomes."

A maior parte dos índios cintas-largas que viviam entre Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão D'Oeste voltou para as aldeias dentro da Reserva Roosevelt, temendo represálias. Segundo fontes da área de inteligência da PF, muito deles estão com armas de grosso calibre esperando uma reação de garimpeiros. "Estamos fazendo de tudo para manter a tranqüilidade na região e evitar reações de um lado ou de outro", afirmou o delegado Mauro Spósito, coordenador-geral de operações especiais de fronteira.

Sem notícias – Mas, segundo o sindicato dos garimpeiros, ainda há pelo menos 99 mineradores dentro da reserva sem dar notícias. "Não temos informações há 15 dias", diz um dirigente, informando [illegible]

rimpeiros podem ter sido assassinados. "Estamos dando eles como mortos, por causa das informações que recebemos sobre eles."

Segundo as informações, eles estavam distante dos 29 mortos já resgatados e teriam sido dominados depois. Outros 64 mineradores também estão desaparecidos.

Fontes da PF confirmaram que o massacre pode ter sido bem maior do que o revelado até agora. "É quase certo que existam pelo menos mais 10 pessoas mortas dentro da reserva, mas o número pode ser três vezes maior. No entanto, é necessário uma busca minuciosa, o que é quase impossível dentro de uma floresta fechada, como esta", diz a fonte da Polícia Federal. O delegado Spósito, que coordena os trabalhos na região, não confirmou a informação.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 1

Motim em Rondônia: 8 mortos, reféns e terror

Amotinados decapitam e esquartejam dois, na frente de parentes; 170 são feitos reféns

EDSON LUIZ
Enviado especial

PORTO VELHO – Cenas de terror foram protagonizadas ontem pelos detentos do presídio de segurança máxima de Urso Branco, em Porto Velho, em uma rebelião iniciada no domingo. No telhado, um preso foi decapitado e outro foi esquartejado ainda vivo na frente dos parentes, que assistiam a tudo do lado de fora da penitenciária. Até a noite de ontem, já eram 8 os presos mortos – 5 assassinados na manhã de ontem – e 170 pessoas eram mantidas reféns. No fim da tarde, representantes do governo e dos presos continuavam negociando, enquanto outros 24 detentos continuavam amarrados, sob ameaça de morte, caso a conversa não avançasse.

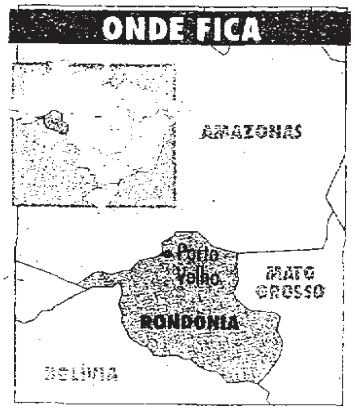
Segundo a Secretaria de Segurança Pública de Rondônia, os presos reivindicam a troca de toda a direção do Presídio Urso Branco e uso de telefone celular, mas parentes afirmam que tudo começou depois que a mulher de um preso sofreu um aborto na fila de visitantes, no domingo, e não recebeu socorro na penitenciária. "Eles batem e colocam os presos em condições desumanas, humilham as famílias que vão fazer visitas", contou a mulher de um detento que não quis se identificar. De dentro do prédio, por telefone celular, outro preso confirmou a informação.

Os 170 reféns foram mantidos dentro das celas dos parentes que visitavam quando teve início o motim. "Foi tudo muito triste. Nunca pensei em passar por isso na minha vida", dizia, chorando, uma mulher identificada apenas como Ione, mãe de um dos 1.400 presos – o dobro da capacidade do presídio – de Urso Branco. Ela foi liberada no fim da tarde, depois de passar mal. Ione deu as primeiras e únicas notícias do dia para os parentes que estavam no lado de fora do presídio.

Seguro – Segundo informações dos parentes, a intenção dos amotinados era assassinar os cerca de 60 presidiários que estavam no chamado "seguro", celas para onde são encaminhados os que estão sob ameaça de morte. "Como não conseguiram, mataram alguns das próprias celas, com quem tinham desavenças anteriores", contou a irmã de um dos rebelados.

Mas a situação ficou tensa e mais dramática na manhã de ontem, quando outros presos começaram a ser mortos. Os três primeiros, por golpes de armas fabricadas pelos próprios presos. Os outros dois, de maneira chocante: um deles foi decapitado e o outro teve os seus membros cortados quando ainda estava vivo. Depois, também foi decapitado e teve seu tronco jogado de cima da caixa d'água, onde estava parte dos rebelados. A cena foi vista por mais de 300 pessoas que estavam do lado de fora do presídio, pelos reféns e por policiais.

Ainda pela manhã, a Secretaria de Segurança Pública montou um gabinete de negociação para tentar contornar a rebelião. Além disso, foram enviadas centenas de homens da Companhia de Controle de Distúrbios da Polícia Militar. Há quatro anos, o Urso Branco foi palco de outro cenário chocante, quando 27 detentos foram massacrados por companheiros de cela na festa de ano-novo.



O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 1

Greve dos fiscais derruba superávit comercial

Saldo na 3.ª semana de abril ficou em US$ 242 milhões, e poderia ter sido de US$ 572 milhões

DENISE CHRISPIM MARIN

BRASÍLIA – Na contramão dos resultados favoráveis apresentados desde o início do ano, a balança comercial da terceira semana de abril mostrou queda de 23% na média diária de exportações e de 12,4% nas importações, em relação aos números registrados até a primeira quinzena do mês. Nas contas do ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, esses recuos teriam somado US$ 500 milhões nas vendas externas e US$ 170 milhões em desembarques, ou seja, US$ 330 milhões a menos no superávit da balança. **Segundo Furlan, parte desse desempenho negativo é conseqüência da greve dos auditores fiscais da Receita Federal.**

De acordo com o ministro, a paralisação dos fiscais da Receita deverá ser tratada pela Câmara de Política Econômica, por causa dos impactos em diferentes setores da economia, entre os quais o comércio exterior, e sobre as perspectivas de atração de investimentos em setores estratégicos, como o de semicondutores. Segundo Furlan, também foi constatada assimetria nas operações dos diferentes portos do País na semana passada. Ele já pediu à Secretaria de Comércio Exterior (Secex) uma análise detalhada, por produto. O Porto de Paranaguá teria sido responsável por um fluxo bem menor de comércio no período, em comparação com as operações efetuadas no Porto de Santos. As chuvas podem igualmente ter atrapalhado o movimento de comércio.

Na terceira semana de abril, as exportações somaram US$ 1,303 bilhão, com média diária de 260,6 milhões, de acordo com os dados da Secex.

Houve queda de vendas nas três categorias de produtos, em relação à média diária da primeira quinzena – de 8,3% nas de manufaturados, de 65% nas de semimanufaturados e de 27% nas de básicos. As importações totalizaram US$ 1,061 bilhão, com média diária de US$ 212,2 milhões.

Apesar do recuo na corrente de comércio, o saldo continuou positivo na terceira semana, em US$ 242 milhões. No mês, o superávit acumulado é de US$ 818 milhões. No ano, alcança US$ 6,988 bilhões. A rigor, os prejuízos da semana passada ainda não causaram estragos maiores nos resultados acumulados no mês. Segundo os dados da Secex, o total exportado pelo Brasil nas três semanas de abril foi de US$ 3,333 bilhões, com uma média diária de US$ 303,0 milhões. Essa cifra é 6,1% superior à de abril do ano passado.

Em abril, apenas a categoria dos produtos básicos apresentou queda na média diária de embarques, de 9,5%, em relação a igual mês de 2003, por causa dos desempenhos menos favoráveis dos segmentos de soja em grãos, minério de ferro e fumo em folhas. As manufaturas cresceram 17,2% em razão das vendas de aviões, laminados planos, autopeças, motores para veículos, calçados etc. As exportações de semimanufaturados aumentaram 3,9% graças ao desempenho de ferro e aço, couros e peles, óleo de soja e outros.

As importações acumuladas em abril chegaram a US$ 2,515 bilhões, com média diária de US$ 228,6 milhões – um aumento de 14,6% em comparação com o mesmo mês de 2003. De acordo com a Secex, esse desempenho deveu-se ao crescimento das compras de produtos siderúrgicos (52,9%), combustíveis e lubrificantes (32,2%), instrumentos de ótica e médicos (28,4%), aparelhos elétricos e eletrônicos (15,1%), plásticos (14,8%), e automóveis (12,2%).

Para grevistas, governo tem sido intransigente

BRASÍLIA – A redução na balança comercial provocada pela greve dos fiscais da Receita **é responsabilidade do governo, disse a presidente do Sindicato** Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco), **Maria Lúcia Fattorelli.** "Eles foram intransigentes", afirmou. **"Estamos fazendo uma greve que não queríamos".**

Maria Lúcia disse que a Unafisco iniciou as negociações com a Receita Federal em fevereiro e sempre se manteve aberta ao diálogo. Uma pauta de reivindicações foi entregue ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, em 19 de fevereiro. Ele teria dito que considerava possível concluir as negociações até 31 de março. **O prazo não foi cumprido e o governo pediu mais dez dias de prazo, o que foi aceito.** Como as negociações não avançaram nesses dez dias, os fiscais entraram em greve. Diante disso, o governo interrompeu o diálogo.

Os fiscais estarão em greve até quinta-feira, quando realizarão novas assembléias. As indicações são de que a greve se estenderá por tempo indeterminado, disse Maria Lúcia. Um ponto em discussão é a atuação dos fiscais que atuam nos aeroportos verificando bagagens. Na semana passada, a estratégia foi de evitar procedimentos que gerassem filas. **(Lu Aiko Otta)**

O ESTADO DE S. PAULO

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Lula quer nova meta de inflação, Palocci resiste

Objetivo de uma previsão mais folgada é reduzir a taxa de juro e combater a recessão e o desemprego

VERA ROSA

BRASÍLIA – Angustiado com o baixo crescimento da economia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que estude alternativas para modificar a meta de inflação dos próximos anos, com o objetivo de abrir maior margem [illegible] dos juros. Se aprovada, a mudança será oficializada na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), em junho, a tempo de ser incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi enviada ao Congresso, na semana passada, mantendo em 4,5% a previsão para 2005.

[illegible] considerada a Palocci prevê elevar a meta de 2005 para um nível entre 5,5% e 8,5%, mantendo-se o porcentual em 2006. A contrapartida à possibilidade de um pouco mais de inflação é intensificar o ajuste fiscal, com o aumento do superávit primário. O presidente tenta encontrar uma saída em conjunto com Palocci, que, no entanto, tem resistido às pressões para modificar a meta. Lula continua preocupado com a recessão e o desemprego, mas está convencido de que os pilares da política econômica não podem ser alterados drasticamente.

"Esse assunto não está na pauta. O que está na pauta é o combate à inflação com sucesso", disse Palocci ontem, por meio de sua assessoria de imprensa.

Em várias ocasiões, o ministro da Fazenda tem afirmado que a redução das taxas de juros só tem credibilidade se for combinada com um compromisso fiscal de longo prazo. E exatamente por isso que os setores que defendem a modificação nas metas de inflação sugerem a "operação casada", na qual a modificação seria associada a um maior esforço fiscal.

O debate interno no governo está sendo conduzido de tal forma que, se aprovada a modificação, Palocci terá o discurso necessário para explicar aos investidores financeiros que a eventual elevação da meta não representará uma mudança radical na condução da política econômica, mas apenas correções de rota para retomar o caminho do crescimento. O plano em discussão no Planalto prevê vários cenários. Um deles é o defendido pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que prega ampliação da meta de inflação de 2005 do nível de 4,5% para 5,5%, com margem de variação de 2,5 pontos porcentuais para mais ou para menos. "Assim como temos um teto para inflação, precisamos de um piso para crescimento", argumenta Mercadante.

Interlocutores do presidente afirmam que existem propostas mais ousadas do que a de Mercadante, como a atribuída ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e ao economista Luciano Coutinho: a meta poderia ser de até 6,5%. "Eles afirmam que não haveria nenhum problema para o controle da inflação", dizem esses interlocutores.

Oficialmente, porém, Ciro prefere não tratar do assunto. O fato, garantem os assessores, é a preocupação expressa do presidente de que a combinação de superávit fiscal e taxas de juros elevadas "acaba com qualquer projeto de governo".

O ministro da Fazenda tem resistido às pressões e acredita que sua posição poderá prevalecer no debate. Palocci, ponderam os assessores, também está preocupado em retomar o crescimento da economia. Mas tem sido explícito nas suas considerações: uma meta maior de inflação poderá pôr em risco a estabilidade de preços; a possibilidade de correção das taxas de juros dos Estados Unidos, se ocorrer, terá impacto imediato sobre a economia brasileira. O ministro, segundo essas fontes, alerta Lula para o fato de que as taxas de juros nominais devem encerrar o ano entre 13% e 13,5% e, portanto, que esta trajetória de queda lenta e gradual dos juros não deve ser interrompida, sob pena de o País ser obrigado a uma elevação brusca das taxas em um cenário de crise externa.

Superávit – Os que defendem a alteração da meta de inflação afirmam que em um ambiente de crise o governo será obrigado, de qualquer maneira, a promover um novo aumento dos juros. Por isso, acreditam que a modificação será entendida pelo mercado se o ajuste vier acompanhado da nova meta de superávit primário para os próximos anos: passaria de 4,25% do Produto Interno Bruto(PIB) para 4,35% do PIB. Palocci não comenta o assunto.

O economista Sérgio Werlang, responsável pela adoção do regime de metas de inflação no País, disse que um superávit de 4,35% é baixo, caso o governo opte por uma nova meta de 6,5%. Para ele, o superávit deveria ser, neste caso, de pelo menos 4,75%. "O valor acima de 6% é mais perigoso. É preciso tomar muito cuidado para não passar a idéia para a população de que o governo está sendo inflacionário, o que mexeria com as expectativas, colocando em risco o controle dos preços."

A estratégia em análise pelo governo tambem atende a reivindicação do PT, que cobra mais urgência para a agenda do desenvolvimento. Na reunião do diretório nacional petista, no fim de semana, a cúpula do partido concordou em dar uma trégua a Palocci e produziu uma resolução amena sobre a conjuntura, depois da promessa de que haveria ajustes na economia. As alternativas em estudo, porém, podem ser deixadas de lado se houver aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, medida que teria forte repercussão na economia brasileira.

GAZETA MERCANTIL

Data 20/04/04 Pág. 26

O modelo econômico em xeque

Ivanir Bortot
de Curitiba

Governadores do PMDB discutem pauta de reivindicações para levar ao Palácio do Planalto

O governador Roberto Requião (PMDB) do Paraná cobra mais clareza nas regras de concessões dos serviços portuários federais, pede juros baixos, um novo o modelo desenvolvimento econonômico e acredita que falta segurança na equipe de Luiz Inácio da Silva para conduzir alguns assuntos de interesse do País.

Requião recebe hoje, em Curitiba, os governadores do PMDB Luiz Henrique da Silveira (SC), Germano Rigotto (RS), Jarbas Vasconcelos (PE) e Rosinha Garotinho (RJ) para discutir uma pauta de reivindicações ao governo federal. Os estados alegam dificuldades financeiras para executar projetos de investimentos em função do elevado comprometimento das receitas líquidas com a dívida refinanciada pela União, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O Paraná, especialmente, quer ser ressarcido pela União de investimentos da ordem de R$ 2 bilhões feitos na área de transporte rodoviário e ferroviário.

A falta de definições em torno do avançou ou recuou no processo de privatização dos serviços do Porto de Paranaguá e a exigência do Ministério dos Transportes para que seja permitida a exportação de soja transgênica, no entanto, é um tema que virou conflito entre o Paraná e a União.

"A tentativa de intervenção (do governo federal) no porto será em cima da ética para trazer de volta os descaminhos e os privilégios", disse Roberto Requião em uma entrevista a 18 jornalistas da imprensa estrangeira, como do The New York Times, The Washington Post, Reuters, El Clarin, El Cronista, tentando abrir espaço no exterior para a discussão sobre de privatizações e a soja transgênica.

É um aspecto pontual de um processo maior, onde o governador do PMDB vem procurando construir um modelo, no âmbito da administração estadual, alternativo ao desenvolvimento econômico neoliberal e que a equipe de Lula não estaria animada em mudar, segundo Requião.

"No início não havia condições de mudanças. Tinha riscos externos. Agora é preciso fazer as mudanças. Lula é firme, mas falta segurança a equipe do governo federal na condução de alguns assuntos de interesse do país", argumentou o governador. Ele entende que o governo Lula — sem que seja necessário trocar o Ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e sua equipe — deveria promover, de forma gradual, mudanças no atual modelo de desenvolvimento econômico.

"Ainda há tempo de fazer as mudanças. Não precisa ser abrupta. A coisa é progressiva. Não é o emprego deles (Palocci e equipe) que precisamos. Eles podem continuar lá. Acredito que eles pensam igual a nós", disse Requião.

Entre as propostas defendidas pelo governador paranaense, desponta a defesa de uma imediata e consistente redução das taxas de juros.

Requião entende que o fortalecimento da economia brasileira viria com a ampliação das relações de comércio com a Argentina. Em sua opinião, o Brasil deveria facilitar a entrada de produtos da Argentina, mesmo que tenha que conceder um subsídios compensatório para setor industrial nacional, caso tenha algum prejuízo.

Por este raciocínio, a ajuda à Argentina poderia ocorrer, ainda, com venda da energia elétrica a um preço simbólico. Roberto Requião disse que a Companhia Paranaense de Energia(Copel) pode fornecer à argentina energia a preço "solidários", muito próximo ao custo, por tratar-se de energia que não vem sendo consumida no mercado interno.

O governador explicou que no Paraná, ao deixar de repassar um reajuste de 25% no custo da energia, conseguiu transferir ao setor produtivo o equivalente a R$ 1,2 bilhão. Esta energia subsidiada junto com o desempenho do setor agroindustrial é que levou a economia estadual crescer o equivalente a 3,8% do Produto Interno Bruto(PIB) em 2003.

Paranaguá

O que mais preocupa o governador, no entanto, é o conflito com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários(Antaq) e com os escalões intermediários do Ministério dos Transportes, que estabeleceram um prazo para que o Porto de Paranaguá exporte soja transgênica. O governador do Paraná é contra e disse que continuará defendendo a idéia de um Paraná livre da produção e exportação da soja transgênica.

"Se o presidente Lula privatizar o porto, não faça por meu intermédio. Se não quiserem fazer as mudanças para que Paranaguá seja- de fato- um o porto público, é melhor cancelar a concessão e entregar para a Monsanto", disse Requião. O desejo do governador é transformar Paranaguá num modelo de prestação de serviços.

A melhoria da qualidade e redução dos custos das operações portuária já vem ocorrendo com medidas pontuais. Um exemplos apontado são os custos de exportação nos terminais das cooperativas agrícolas — privadas — de US$ 6,5 dólar a tonelada contra US$ 3,16 no terminal público. Os exportadores independetes hoje já tem alternativa de escolha. Há, porém, custos que não podem ser ainda reduzidos como dos despachantes que ganham US$ 2 dólar a tonelada apenas para carimbar papel, no entender do governador.

O governo do Paraná disse que possui um plano de investimentos de R$ 720 milhões no Porto em quatro anos. Na primeira etapa com aplicação de R$ 148 milhões na construção de um terminal graneleiro que ampliará 30% a capacidade de exportação do porto. Eduardo Requião, diretor do porto, disse que há muitas ações que podem ser adotadas para melhorar a qualidade dos serviços em benefícios de seus usuários, como a aquisição de uma draga para drenagem do leito. Mas é preciso que haja uma melhor definição na legislação para que sejam identificados os espaços públicos e privados, assim como preservada a autoridade do dirigente portuário.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Data 20 / 04 / 04 Pág. 1ª

ESTADO DE MINAS

BELO HORIZONTE TERÇA-FEIRA 20 DE ABRIL DE 2004

CONFIRA NESTA EDIÇÃO O GUIA COMPLETO DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE 2004

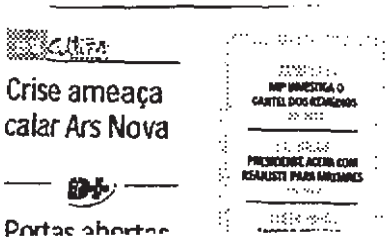
Lula pede responsabilidade aos sem-terra e servidores

Presidente avisa que todos têm de cumprir a lei e que reajustes salariais serão os possíveis

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem [illegible] "senso de responsabilidade" e avisou que o Brasil sem lei não vale para todos. Lula garantiu que o governo cumprirá a promessa de assentar 430 mil famílias até o final de 2006, mas não aceita que invasões do Movimento dos Sem-Terra (MST) [illegible] do Incra. Ele também [illegible] que o governo não fará loucuras para recuperar a economia de um país que não dirige há muitos anos, mas [illegible] que as pessoas querem. O presidente [illegible] do PMDB [illegible] Curitiba para [illegible] para [illegible] também pressionar o Palácio do Planalto. Depois [illegible] encontro dos chefes dos 27 estados e do Distrito Federal no próximo dia 26, em Brasília. O objetivo é estabelecer pauta de consenso para negociação com o governo federal.

ÍNDIO CONTRA GARIMPEIRO

A Polícia Federal [illegible] (Goiás) os corpos de 28 garimpeiros mortos [illegible] a ação na área permitiu [illegible] e mais de 400 policiais [illegible] atividade ilegal para evitar novos conflitos e procurar corpos de outras 12 pessoas que teriam sido mortas no massacre. O Dia do Índio [illegible] Índio assassinado por pistoleiros em Brasília. Líderes indígenas [illegible] Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Representantes de 27 etnias, [illegible] Palácio do Planalto, [illegible] representação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.



Rede explora menores na prostituição

Uma rede de prostituição infantil atua em torno do Pompéu, a 181 quilômetros de Belo Horizonte, Centro do Estado. Segundo denúncia encaminhada à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, pelo menos sete meninas [illegible] mulheres, a maioria com menos de 18 anos, atendendo a cliente de 300 idosos. Entre os beneficiários estaria o prefeito licenciado, Francisco Luiz Cardeiro Guimarães (o Chico do Sorril) e o presidente da Câmara Municipal, Expedido Isidoro Afonso Porto (que é pedido da Polícia Civil, que negou as acusações. Políticos, empresários, policiais e comerciantes também participariam da rede.

Brasileiro bate empresas em envio de dólar

As remessas de dinheiro de trabalhadores brasileiros no exterior para o País já [illegible] para os investimentos estrangeiros diretos, mostra relatório do Banco Mundial. De acordo com a instituição, [illegible] enviaram todos os países da América Latina e Caribe, que receberam dos emigrantes em 2003 US$ 29,8 bilhões. Segundo o Banco Central, [illegible] ao previsto as remessas de brasileiros no exterior, de US$ 2 bilhões, foram 31,5% maiores, o que as registradas em 2002.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Jornal do Commercio

MST DEFENDE INVASÃO DE TERRAS PRODUTIVAS

[illegible] do MST, Jaime Amorim, diz [illegible] que alguns imóveis produzem, mas não cumprem sua função social, e por isso devem ser alvo da reforma agrária. [illegible] do Poder da Terra, [illegible] CPI pode ocupar terras produtivas nos próximos dias. A vitória de áreas tem apoio do Estado. ▸ PÁGINA [illegible] ESPECIAL 3 e 7

Planos de saúde

Médicos mudam modelo do protesto contra operadoras

A partir da próxima semana, em vez do recredenciamento, os médicos vão exigir que os usuários assinem recibo para cobrança possível dos valores às operadoras. ▸ ECONOMIA 1

Ajuste

Presidente da Eletrobrás sai para dar lugar ao PMDB

O físico Luiz Pinguelli Rosa foi exonerado da presidência da Eletrobrás. Seu substituto será indicado dentro da cota preservada pelo Governo ao PMDB. ▸ 2ª CAPA

Sarampo

Megaoperação vai aliviar tensão em área indígena

Começa hoje uma megaoperação policial em Rondônia, com cerca de 800 homens, para diminuir a tensão entre índios e grileiros. ▸ PÁGINA 5

Deputados lutam para reverter hoje decisão do TSE de reduzir vereadores

▸ PÁGINA 4

AMOTINADOS ESQUARTEJAM DOIS PRESOS EM RONDÔNIA

Depois das três mortes no fim de semana, os presos rebelados em Porto Velho mataram mais cinco colegas, ontem. Dois deles foram decapitados e esquartejados. Outros 24, manicos amarrados, podem morrer a qualquer momento. ▸ PÁGINA 5

Líder iraquiano suspende ataques contra espanhóis após anúncio de retirada

▸ PÁGINA 7

Bom trabalho em sala de aula é fruto de professor valorizado, aponta série

▸ CIDADES 5

Brasileirão

Náutico, agora, quer tentar voltar à elite do futebol nacional

Os jogadores do Náutico festejaram bastante o título estadual, mas hoje voltam ao trabalho, com o início dos treinos para o jogo contra o Mogi Mirim, sexta-feira, pela Segunda Divisão. O objetivo, agora, é voltar à elite nacional. O Santa deve anunciar hoje o nome do substituto do técnico Chiquinho Carneiro.

▸ ECONOMIA/ESPORTES 5 e 6

Polícia

Tiroteio deixa quatro pessoas feridas nos Coelhos

Quatro pessoas foram feridas por balas perdidas, ontem, durante um tiroteio nos Coelhos. Populares relataram que uma viatura da PM estava no local e teria sido a primeira a disparar. A polícia desconfia que uma das balas que feriu o menino Rafael de Piedade, 9, tenha saído de uma arma de um PM. O grupo seria liderado por um PM e teria ainda a participação de outros menores. ▸ CIDADES 3

FOLHA DE S.PAULO

PROTESTO *Crise leva presidente a cancelar pronunciamento*

Índios ocupam a Câmara e só saem depois que Lula promete recebê-los

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Cem índios de 28 tribos que participavam de uma solenidade na Câmara dos Deputados se recusaram a sair se não conseguissem uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O impasse durou oito horas e só terminou quando, por fax, o Palácio do Planalto se comprometeu a recebê-los hoje. A maior parte dos índios usava pinturas de guerra.

Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência, se reunirá com os índios às 9h e marcará uma audiência com Lula. Às 10h, eles serão recebidos pelo ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça).

Uma nota dos indígenas pede a "retirada de todos os garimpeiros ilegais invasores das terras indígenas dos cinta-larga" (no dia 7, pelo menos 29 garimpeiros foram mortos pelos cinta-larga em Rondônia) e o andamento de 40 processos de reconhecimento de reservas. Reivindicam ainda programas de educação e saúde e o apoio a atividades produtivas.

A audiência na Câmara em homenagem ao Dia do Índio começou pela manhã, com 250 índios. Líderes tribais discursaram no plenário. Ao fim da sessão, quando restavam apenas cem, os líderes começaram a gritar que não sairiam da Casa enquanto não fossem recebidos por Lula.

Os deputados negociaram por 30 minutos e conseguiram que os índios deixassem o plenário e ficassem no salão verde, na qual eles dançaram e cantaram. "A ocupação de um Poder não tem amparo legal nem constitucional. Cometem um erro violento", disse o deputado Professor Luizinho (PT-SP), líder do governo na Câmara. À noite, eles deixaram o Congresso e seguiram para o acampamento "Terra Livre", em frente ao Ministério da Justiça.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cancelou o discurso que faria no lançamento do kit família, com o apoio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), alegando estar "preocupado" com o conflito em Rondônia e com o incidente na Câmara.

Lula pediu ao ministro Nilmário Miranda (Direitos Humanos) que falasse em seu lugar, pegando todos, inclusive Miranda, de surpresa. Miranda explicou que o presidente estava preocupado com a crise indígena.

O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, disse que o presidente deve homologar de forma contínua a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, em no máximo dez dias. "A homologação deve sair no próximo dia 27 ou no dia 28. O presidente não tem outra possibilidade, pois não homologá-la de forma contínua significaria retroceder e anular um trabalho de dez anos de demarcação das terras." A Presidência, informada das declarações do presidente da Funai, não se pronunciou até o início da noite.

O ESTADO DE S. PAULO

O governo em guerra contra os fatos

Poucas vezes se viu, na história da administração pública brasileira, uma "guerra do governo contra os fatos" tão intensa como a que está em curso no campo da Reforma Agrária. O choque entre o que é dito, o que é prometido e o que é "interpretado", por parte das autoridades responsáveis pelo setor – começando pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto –, e a realidade da produção rural, do agronegócio, bem como dos efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos Estados brasileiros, praticados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), dá a impressão de que, pelo menos nesse terreno, o governo Lula está padecendo de uma cegueira que não tem dado mostras de ser reversível.

Enquanto o ministro Rossetto "garante que o governo não cede à pressão do MST" – como a do "abril vermelho" do coordenador Stédile –, o governo libera uma verba adicional de R$ 1,7 bilhão para a Reforma Agrária e se apressa em mais do que dobrar (de R$ 7 mil para R$ 16 mil) os recursos alocados per capita para os assentados. Enquanto o ministro parece considerar a coisa mais natural do mundo a intensificação das ações do MST no País, afirmando que "faz parte do ambiente democrático" respeitar os movimentos e as atividades sindicais – como se se tratasse apenas disso! –, a insuspeita Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa, em seu relatório anual, que o primeiro ano do governo Lula foi marcado pela maior violência e volume de conflitos no campo nos últimos 18 anos – ou seja, desde 1985, quando a CPT começou a fazer esse levantamento. Em 2003 as ocupações dos sem-terra aumentaram 172% (em relação a 2002), foram registrados 1.690 casos, envolvendo cerca de 1,2 milhão de pessoas – quer dizer, quase o dobro do último ano da administração FHC. E com a duplicação dos subsídios a essa baderna pode-se imaginar que este ano a violência vai bater novos recordes.

Por outro lado, o ministro acredita firmemente que, com a verba atual, de R$ 3,1 bilhões (que em seu entender não será contigenciada), o programa de Reforma Agrária irá gerar 2 milhões de empregos "até o final do primeiro (?) mandato do presidente Lula", pois está convicto – mais uma vez, contra todas as evidências econômicas – de que "a reforma agrária é um instrumento de desenvolvimento econômico sustentável, e não uma política de assistência social". Ora, o que significa, para o País, o maior fulcro de desenvolvimento sustentável – e que tem sido atrapalhado, sistematicamente, pelo desrespeito às propriedades rurais produtivas, à lei e à ordem, por parte dos militantes do MST, que têm no esbulho possessório sua estratégia básica de operação – é justamente o agronegócio, que, gerando uma renda recorde de quase R$ 76 bilhões, acelera o ritmo de produção e vendas da indústria e do comércio – impulsionando a venda de máquinas agrícolas, veículos e imóveis –, o que se reflete na ampliação do emprego nas cidades do interior do País – como mostrava matéria do caderno *Economia & Negócios* do **Estado** de domingo.

É certo que há opinião discordante quanto aos benefícios para a sociedade brasileira do grande desenvolvimento do agronegócio no País: para o presidente da CPT – a mesma entidade que detectou o recorde de conflitos no campo ocorrido no primeiro ano do governo Lula –, bispo d. Tomás Balduino, "o agronegócio, que está salvando as finanças do País, está impedindo a democratização da terra". Não sabemos se na opinião de d. Balduino a democratização da terra significaria, necessariamente, a ruína financeira do País... Também não dá para saber se o religioso está levando em consideração os recentes dados divulgados, segundo os quais a Reforma Agrária se transformou numa das grandes especulações imobiliárias ilegais do País, na medida em que os assentados têm vendido (o que é proibido por lei) 40% de seus lotes – segundo o governo esse porcentual é de 25%, o que reduziria a quantidade, mas não a ilegalidade da alienação. E será que o bispo considera também "democratização da terra" as invasões que os sem-terra começam a fazer de terrenos urbanos?

> **Para que a reforma se dê dentro da lei é preciso fazer com que a lei se cumpra**

Ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que "este país tem lei" – que vale para o presidente da República e "para os sem-terra e com terra", mas esqueceu de dizer se o presidente da República, finalmente, vai fazer essa lei ser cumprida. Ontem, ele se limitou a dar um conselho aos "seus companheiros do movimento social": "Ajam com a maior responsabilidade possível (sic) porque todos nós somos vítimas de nossa palavras."

O conselho apropriado para os que estão violando a lei devia mencionar as vítimas dos seus atos (ilegais), como as de Eldorado dos Carajás. Vítimas das suas palavras são os governantes que não as traduzem em atos.

Motim em Rondônia: 8 mortos, reféns e terror

Amotinados decapitam e esquartejam dois, na frente de parentes; 170 são feitos reféns

EDSON LUIZ
Enviado especial

PORTO VELHO – Cenas de terror foram protagonizadas ontem pelos detentos do presídio de segurança máxima de Urso Branco, em Porto Velho, em uma rebelião iniciada no domingo. No telhado, um preso foi decapitado e outro foi esquartejado ainda vivo na frente dos parentes, que assistiam a tudo do lado de fora da penitenciária. Até a noite de ontem, já eram 8 os presos mortos – 5 assassinados na manhã de ontem – e 170 pessoas eram mantidas reféns. No fim da tarde, representantes do governo e dos presos continuavam negociando, enquanto outros 24 detentos continuavam amarrados, sob ameaça de morte, caso a conversa não avançasse.

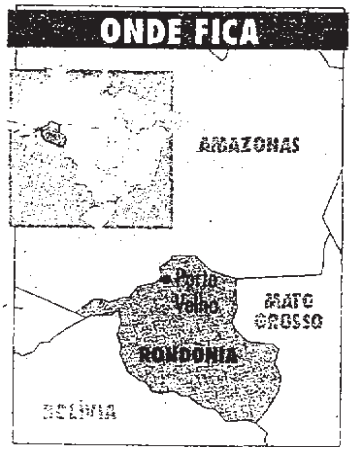
Segundo a Secretaria de Segurança Pública de Rondônia, os presos reivindicam a troca de toda a direção do Presídio Urso Branco e uso de telefone celular, mas parentes afirmam que tudo começou depois que a mulher de um preso sofreu um aborto na fila de visitantes, no domingo, e não recebeu socorro na penitenciária. "Eles batem e colocam os presos em condições desumanas, humilham as famílias que vão fazer visitas", contou a mulher de um detento que não quis se identificar. De dentro do prédio, por telefone celular, outro preso confirmou a informação.

Os 170 reféns foram mantidos dentro das celas dos parentes que visitavam quando teve início o motim. "Foi tudo muito triste. Nunca pensei em passar por isso na minha vida", dizia, chorando, uma mulher identificada apenas como Ione, mãe de um dos 1.400 presos – o dobro da capacidade do presídio – de Urso Branco. Ela foi liberada no fim da tarde, depois de passar mal. Ione deu as primeiras e únicas notícias do dia para os parentes que estavam no lado de fora do presídio.

Seguro – Segundo informações dos parentes, a intenção dos amotinados era assassinar os cerca de 60 presidiários que estavam no chamado "seguro", celas para onde são encaminhados os que estão sob ameaça de morte. "Como não conseguiram, mataram alguns das próprias celas, com quem tinham desavenças anteriores", contou a irmã de um dos rebelados.

Mas a situação ficou tensa e mais dramática na manhã de ontem, quando outros presos começaram a ser mortos. Os três primeiros, por golpes de armas fabricadas pelos próprios presos. Os outros dois, de maneira chocante: um deles foi decapitado e o outro teve os seus membros cortados quando ainda estava vivo. Depois, também foi decapitado e teve seu tronco jogado de cima da caixa d'água, onde estava parte dos rebelados. A cena foi vista por mais de 300 pessoas que estavam do lado de fora do presídio, pelos reféns e por policiais.

Ainda pela manhã, a Secretaria de Segurança Pública montou um gabinete de negociação para tentar contornar a rebelião. Além disso, foram enviadas centenas de homens da Companhia de Controle de Distúrbios da Polícia Militar. Há quatro anos, o Urso Branco foi palco de outro cenário chocante, quando 27 detentos foram massacrados por companheiros de cela na festa de ano-novo.



País tem mais de 300 mil presidiários

O sistema prisional no País continua com presídios superlotados, fugas, rebeliões e mortes. Em fevereiro os presídios estavam, segundo o Ministério da Justiça, com 308.304 condenados. Há excesso de detentos principalmente em São Paulo, Minas, Rio Grande do Norte, Piauí e Tocantins. Em São Paulo, mais de 7 mil detentos que deveriam estar nas penitenciárias superlotam os distritos policiais da capital.

No ano passado, Santa Catarina, Amazonas, Paraná e Sergipe decretaram estado de calamidade e pediram a liberação, com urgência, de dinheiro para resolver problemas como reforma de celas e de oficinas para a abertura de vagas. Com as oficinas – e a oportunidade de trabalho –, os presos podem ser transferidos do regime fechado para o semi-aberto.

O excesso de detentos é apontado como o principal motivo dos motins. Em junho, o sistema carcerário registrou o maior número de mortes no País numa rebelião desde 2001: 13 detentos foram assassinados na Unidade Prisional do Puraqueraquara, em Manaus. Em janeiro, o mesmo presídio registrou um novo motim com seis mortes – de cinco detentos e um agente penitenciário. O governo federal promete a construção de presídios federais para resolver parte da situação caótica do sistema. O primeiro será construído em Campo Grande (MS), e terá 200 vagas. A inauguração está prevista para setembro de 2005. **(Renato Lombardi)**

VIOLÊNCIA

Prefeito do Rio cobra ação do governo federal

Cesar Maia diz que os militares deveriam patrulhar também os arredores de quartéis

CHRISTIANE SAMARCO

O prefeito do Rio, Cesar Maia, cobrou ontem do governo federal que assuma a coordenação das ações contra a violência e para garantir a segurança em todo o País, papel para o qual foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Apesar da negativa do governo de envolver as Forças Armadas no combate ao crime organizado na cidade, o prefeito insistiu ontem, em reunião da executiva nacional do PFL em *Brasília*, que os militares passem a colaborar com medidas simples, como a ampliação da zona de patrulhamento em torno dos quartéis. "As Forças Armadas têm 200 quartéis no Rio e, se atravessarem a rua para garantir a segurança na outra calçada, ganharemos patrulhamento em mais 200 quadras", sugeriu. Ele citou o exemplo da sede do Comando Militar do Leste, que fica na frente da Central do Brasil, onde uma patrulha do Exército é não apenas bem-vinda, mas sobretudo necessária.

"É uma vergonha que as calçadas dos quartéis sejam protegidas e na sua vizinhança aconteça de tudo", disse. O prefeito sugeriu, também, que os militares destinem quatro grupos para o patrulhamento permanente das Linhas Vermelha e Amarela. "Não estou propondo usar as Forças Armadas no papel de polícia e sim patrulhando áreas onde elas já estão."

Prisões – No quarto dia de cerco ao Complexo do Alemão, na zona norte do Rio, a Polícia Civil retomou ontem as operações para capturar Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, que tentou invadir a favela da Rocinha na Sexta-Feira Santa.

Os policiais passaram o dia checando possíveis esconderijos do bandido e prenderam seis homens que seriam ligados ao Comando Vermelho.

"Estamos no caminho certo. A prova disso é que as operações estão tendo resultado", disse pela manhã o delegado Alan Turnowski. Ele comanda cem homens das delegacias especializadas. Em uma incursão numa fábrica de cerveja desativada perto da Favela da Grota, policiais prenderam Leandro dos Santos, de 21 anos, Marcelo da Paixão, também de 21, Fábio Luiz da Silva, de 22, e um menor, de 17.

Seguindo uma denúncia, policiais prenderam Humberto Castello Branco da Costa em Olaria. Ele tem quatro mandados de prisão por tráfico, assalto e homicídio. O bandido disse que fugiu da cadeia há uma semana.

Em outra operação, o traficante Fábio Freitas de Aguiar foi preso num local conhecido como Favela da Galinha. Ele é apontado como o braço direito do traficante Mighty Thor, preso em Bangu. Fábio foi surpreendido num sobrado quando mantinha relações sexuais com uma menor, de 15 anos. Ele tentou resistir à prisão, atirou, mas foi preso.

O Disque-Denúncia bateu ontem o recorde de chamadas num só dia, ultrapassando 500. Por volta das 15 horas, um grande comboio de cerca de 50 carros deixou o comando na entrada da Favela da Grota em direção a Chatuba, outra região do complexo. (Colaborou Alexandre Rodrigues)

Procurador quer alterar estatuto do desarmamento

O procurador-geral da República, Claudio Lemos Fonteles, sugeriu ontem que o Supremo Tribunal Federal declare inconstitucionais os artigos do Estatuto do Desarmamento que tornaram inafiançáveis os crimes de porte e disparo de arma. Segundo ele, a Constituição Federal estabelece que apenas os crimes de terrorismo, tortura, tráfico de drogas e hediondos são inafiançáveis. Não há menção a crimes de porte e disparo de arma. Não há previsão da data de julgamento da ação.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: ____

Rebelados em Rondônia esquartejam detentos

Com oito mortos, motim em penitenciária escapa do controle das autoridades

PORTO VELHO – Uma rebelião entre detentos da penitenciária Urso Branco, em Porto Velho, Rondônia, ganhou ontem conotações de selvageria. Desde a última sexta-feira, oito presos já foram mortos, apesar das tentativas de negociação entre autoridades, policiais e rebelados.

Cinco detentos foram assassinados ontem e três durante o fim de semana. Segundo a Secretaria Estadual de Segurança, os presos foram mortos pelos próprios colegas a golpes de armas artesanais, fabricadas dentro da cadeia, barras de ferro e pedaços de madeira. Diante dos olhos de jornalistas e parentes das vítimas, os assassinos exibiram uma cabeça e corpos esquartejados, arremessando-os, em seguida, da laje da prisão.

Um preso decapitado foi identificado como Izaque Monteiro do Espírito Santo. Horas depois, Luciano Teotônio dos Santos, o Pezão, foi morto a pauladas. As identidades dos demais mortos ainda não foram confirmadas.

Cerca de 170 parentes dos detentos estão sendo mantidos dentro do presídio para evitar a invasão da polícia. A Secretaria da Segurança afirmou, no entanto, que eles não são considerados reféns, porque se recusaram a deixar o local.

O motim começou no fim da tarde de sexta-feira, depois que uma briga interna entre grupos rivais provocou a morte de dois detentos. As vítimas, de acordo com a secretaria, foram Jailson Quintino de Lima e Israel Márcio Soares. Os internos aproveitaram a confusão para se rebelar contra a qualidade da comida e pediram o afastamento da atual administração.

Os detentos exigiram a presença do governador Ivo Cassol (PSDB), que cancelou uma viagem para acompanhar as negociações, mas não foi até o presídio.

Segundo a mulher de um preso é comum não haver comida para todos os detentos e, em alguns dias, é servida apenas uma refeição.

– Reclamamos da comida que nos servem e da falta de medicamentos. Tem gente com HIV aqui dentro e não recebe medicação. Se o governo não resolver a situação, podemos continuar matando gente – disse um dos rebelados, de dentro da prisão, utilizando um telefone celular.

O preso, que não quis se identificar, disse ainda que "diversas pessoas já cumpriram a pena integralmente". A penitenciária tem capacidade para 350 presos, mas abriga mais de 1.300. De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, "as reclamações dos detentos não procedem, mas a situação daqueles que, por ventura, já tenham cumprido as suas penas será verificada".

Cerca de 70 policiais entraram na prisão pela manhã, mas não conseguiram controlar o motim. Durante o dia, 160 detentos que estavam sendo ameaçados de morte pelos colegas foram isolados em uma área administrativa, fora do alcance dos rebelados.

Agência Folha

Presídio estava sob intervenção

A violência na Penitenciária Urso Branco, em Rondônia, já rendeu ao Brasil um processo na Comissão de Direitos Huma-

nos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Diante da denúncia da morte de 49 presos em três anos – 27 em um único motim em dezembro de 2001 – a OEA cobrou providências urgentes do governo brasileiro. O país será julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Há pouco mais de um ano, o secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, afirmou que os Estados deveriam assumir a responsabilidade pela eventual condenação do país por violação dos direitos humanos e lembrou o caso da Penitenciária Urso Branco.

O presídio está sob intervenção da Polícia Militar desde 2000, quando vários agentes penitenciários foram afastados.

Entre as medidas que a OEA exige que o Brasil adote estão garantir a vida dos presos condenados à morte pelos demais presidiários, desarmar todos os detentos e investigar as mortes já ocorridas.

MASSACRE EM RONDÔNIA

Lula sabia do risco da tragédia

Prefeita de Espigão D'Oeste guarda cópias dos ofícios que enviou ao presidente e a Dirceu avisando sobre a iminência do conflito

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – Desde que assumiu o cargo de prefeita de Espigão D'Oeste, em Rondônia, em janeiro de 2001, Lúcia Teresa Rodrigues dos Santos (PTB), de 58 anos, não parou de enviar mensagens a várias autoridades de Brasília, alertando para os conflitos entre índios cintas-largas e garimpeiros dentro da Reserva Roosevelt. Ela guarda cópias de ofícios enviados ao chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Em outubro já sabia que ia haver conflito na reserva. Enviei várias mensagens a Brasília e nunca tive resposta – reclama a prefeita.

Ao concluir que não estava tendo a atenção merecida nos ministérios e órgãos ligados à segurança pública, a prefeita enviou ofício diretamente ao presidente Lula. Foi no dia 22 de outubro do ano passado, numa época em que passou a receber com mais intensidade informações sobre conflitos iminentes entre índios e ga-

– Moro aqui há 31 anos e, naquela época, comecei a receber muitas informações sobre novos conflitos – diz Lúcia.

No ofício ao presidente, a prefeita pedia desculpas pelo "atrevimento" em escrever ao chefe da nação. Solicitava "ajuda" e pedia também que Lula acabasse com a corrupção e a discriminação. Relatava o problema da reserva de diamantes na área indígena, "onde poucos colhem e muitos sofrem e morrem". Lúcia dizia estar se sentindo só e explicava ao presidente que as denúncias feitas a outras autoridades "foram em vão". Ao final da curta mensagem, dizia a Lula que ele era a última chance de solução verdadeira "dessa mina de corrupção e vergonha" para os brasileiros.

– Escrevia estes rápidos ofícios nas horas de desespero. O garimpo nem fica no meu município, mas aqui sofremos todas as conseqüências, pois é ponto de apoio dos garimpeiros – conta a prefeita.

Em ofício enviado ao mi-

bro do ano passado, a prefeita diz-se "desesperada". O problema do garimpo na Reserva Roosevelt, escreveu ela ao ministro, "é uma vergonha nacional". No mesmo ofício, a prefeita adverte que corre "sério risco de vida" pela denúncia sobre a ilegalidade na extração de diamantes e pede "ajuda sigilosa" a Dirceu. A prefeita afirma que enviou ofícios também ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao governador do Estado, Ivo Cassol, que agora responsabiliza a Funai pelas mortes.

Pelos dados do IBGE, o município de Espigão D'Oeste tem oficialmente 25 mil habitantes. Mas a prefeita garante que, com o crescimento rápido, já são 40 mil pessoas. O local do conflito fica a 100km do município. Segundo a prefeita, o garimpo atraiu vários grupos de interesse, inclusive representantes de empresas multinacionais de venda de diamantes, que estariam incentivando os garimpeiros a entrar na reserva.

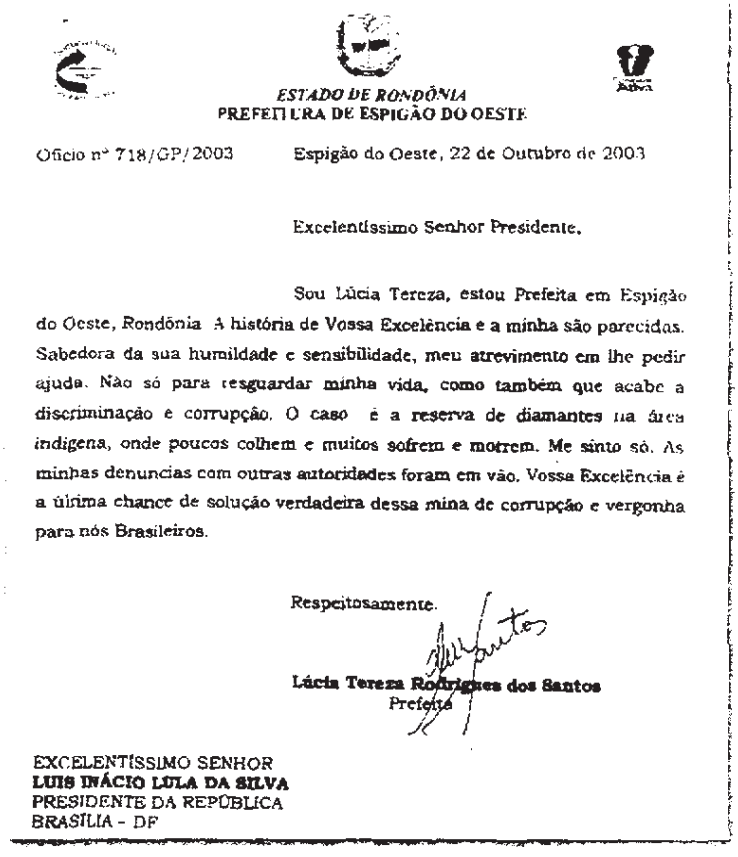
cional. Gente do Canadá. Teve muito estrangeiro hospedado em hotel aqui – diz Lúcia.

Morreram muitos índios e muitos garimpeiros, até eclodir o conflito da Semana Santa, lembra a prefeita. Para ela, "quem morreu são pessoas frágeis", as menos culpadas em um esquema que envolve poder e riqueza. Alguns caciques, denuncia a prefeita, já entraram no rico negócio do diamante e exploram as áreas. Têm mansões em Cacoal e só andam em carros zero-quilômetro. A prefeita acredita que o processo de aculturação pode ter alterado o comportamento dos índios.

– O que estragou tudo foi a essência do homem: dinheiro, mulher e bebida. Hoje tem índio que só gosta de mulher novinha – afirma a prefeita.

A morte dos garimpeiros na reserva trouxe ainda mais problemas na área de segurança pública na região. A prefeita afirmou que cerca de 800 garimpeiros protestaram ontem na praça da cidade, próxima à prefeitura. Com faixas e cartazes, os garimpeiros pediam que os governos encontrassem e resgatassem todos os corpos dos desaparecidos no massacre da Reserva Roosevelt.

– Estou aqui com todas estas 800 pessoas. Viúvas, parentes, todos pedindo para buscar os corpos. É o maior massacre que já vimos por aqui – lamenta.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE ESPIGÃO DO OESTE

Ofício nº 718/GP/2003 Espigão do Oeste, 22 de Outubro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Sou Lúcia Tereza, estou Prefeita em Espigão do Oeste, Rondônia. A história de Vossa Excelência e a minha são parecidas. Sabedora da sua humildade e sensibilidade, meu atrevimento em lhe pedir ajuda. Não só para resguardar minha vida, como também que acabe a discriminação e corrupção. O caso é a reserva de diamantes na área indígena, onde poucos colhem e muitos sofrem e morrem. Me sinto só. As minhas denuncias com outras autoridades foram em vão. Vossa Excelência é a última chance de solução verdadeira dessa mina de corrupção e vergonha para nós Brasileiros.

Respeitosamente.

Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos
Prefeita

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
BRASÍLIA - DF

O APELO para Lula interferir "nessa mina de corrupção e vergonha"

Sem punição

LUIZ QUEIROZ

BRASÍLIA – O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira, afirmou ontem que não condenará os índios cintas-largas pelo assassinato de 29 garimpeiros em um conflito em Rondônia. Afirmou que os invasores sabiam do risco.

– Sou humanista. Não acredito na morte nem na violência. Não posso, entretanto, ficar condenando os índios por defenderem seu território. Os garimpeiros sabiam do risco.

Mércio Pereira disse ainda que a instituição defenderá os índios envolvidos nas mortes de garimpeiros na Reserva Roosevelt, no Sul de Rondônia, caso a Polícia Federal resolva prender suspeitos.

O presidente da Funai garante não estar preocupado quanto à possibilidade de ser exonerado, como querem alguns parlamentares do PT, entre eles Lindberg Farias (RJ).

– A presidência da Funai é um cargo sujeito a esses tipos de problemas – afirmou.

Mércio repetiu ontem o

que vem dizendo há dois dias. Defendeu os cintas-largas e argumentou que estão apenas defendendo as suas terras.

– Temos de entender que o território indígena não é como uma propriedade privada. As terras dos povos indígenas são uma extensão de sua vida, de sua cultura. Eles têm de lutar por ela – defendeu.

Mércio participou ontem de solenidade em comemoração ao Dia do Índio, na sede da Funai. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não compareceu ao evento e mandou representante.

O presidente da Funai afirmou ser contra ataques violentos e mortes.

– Nenhuma guerra deveria acontecer – disse, ressaltando que, no caso dos índios, apenas defenderam suas terras.

O presidente da Funai lançou ontem o selo Orlando Villas-Bôas, em homenagem ao sertanista, e condecorou com medalhas algumas autoridades. O senador Eduardo Suplicy (PT/SP), um dos parlamentares que apóia a gestão de Mércio, foi um dos agraciados.

DIA DE ÍNDIO

Acampamento no Congresso

Cem índios de 28 tribos diferentes que participaram ontem de uma sessão comemorativa ao Dia do Índio, no Congresso, se recusaram a sair do local até terem a promessa de um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A maior parte estava com pinturas de guerra. Em nota, reivindicaram a "retirada de todos os garimpeiros ilegais invasores das terras dos cinta-larga" e o andamento de 40 processos de reconhecimento de reservas. Até o começo da noite, não haviam saído do salão verde da Câmara.

Na manhã de ontem, os índios participaram de uma audiência em comemoração ao Dia do Índio, no plenário da Câmara. Seus representantes puderam discursar, o que, em geral, somente os deputados federais podem fazer. Apenas seis deputados e um senador assistiram à audiência.

No final da sessão, quando restavam cem índios, seus líderes começaram a gritar que não sairiam da Casa enquanto não fossem recebidos por Lula.

Os deputados negociaram por 30 minutos e conseguiram que deixassem o plenário e se colocassem no salão verde – área que antecede a entrada do plenário. Além disso, os deputados Carlos Abicalil (PT-MT), Fernando Ferro (PT-PE) e Perpétua Almeida (PC do B-AC) agendaram no Planalto um encontro entre o governo e os representantes indígenas. No Salão Verde, os indígenas dançaram e cantaram músicas tradicionais. Afirmaram que não deixariam o prédio da Câmara sem ter uma posição clara do governo sobre a política para seus povos.

Presidente estuda pronunciamento à Nação

Presidente pretende anunciar medidas de estímulo ao emprego e reverter críticas ao governo

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá fazer um pronunciamento à Nação para anunciar medidas de estímulo à geração de emprego e distribuição de renda. Uma das medidas é a alteração na Lei do Primeiro Emprego, de forma a ampliar os benefícios para as empresas. A iniciativa é também uma forma de responder às críticas de paralisia do governo, intensificadas após o caso Waldomiro Diniz.

O pronunciamento, cujo teor está sendo discutido pelo presidente e seus principais auxiliares, poderá ser transmitido antes de 1.º de maio, Dia do Trabalho. Apesar da resistência da equipe econômica, Lula deve anunciar um aumento acima da inflação para o salário mínimo, hoje em R$ 240,00. Para amenizar o impacto na Previdência, a alternativa que está sendo considerada pelo Planalto é aumentar o valor do salário-família, que, combinado com o mínimo, daria ao trabalhador maior poder de compra. Uma das propostas em análise é elevar o salário-família de R$ 13,48 para até R$ 30,00.

Ajustes – Diante dos ainda pífios resultados do programa de estímulo ao primeiro emprego, implantado em novembro nas capitais, o presidente decidiu fazer ajustes. Pela lei em vigor, o governo concede estímulo financeiro às empresas, dois meses depois da contratação de jovens de 16 a 24 anos para o primeiro emprego. Para despertar interesse dos empresários, a idéia é antecipar o pagamento para facilitar o acesso ao programa.

PRESIDENTE DEVE CRIAR FRENTES DE TRABALHO

Outra alternativa para gerar empregos é o aumento do contingente de jovens que prestam serviço militar. Lula poderá ainda anunciar a criação de frentes de trabalho para a recuperação de mais de 7 mil quilômetros de estradas.

O presidente está buscando também alternativas fora do governo. Na sexta-feira, ele terá encontro com o presidente da CUT, Luiz Marinho, que vai sugerir, por exemplo, a contratação de emergência de 1 milhão de trabalhadores pelo Estado, sobretudo nos grandes centros.

Na avaliação de auxiliares de Lula, depois de mais de dois meses da eclosão do caso Waldomiro Diniz, o governo já reúne condições de reagir. A denúncia contra o ex-assessor do Planalto afetou diretamente o desempenho do ministro José Dirceu (Casa Civil), prejudicando o funcionamento da máquina administrativa. O presidente passou a cobrar, com mais rigor, resultados objetivos e concretos dos ministros. Apesar de insatisfeito com o desempenho de alguns não cogita em mexer na equipe este ano. **(Cida Fontes)**

'Lula ficou se lambuzando com o poder', diz Serra

O presidente nacional do PSDB, José Serra, afirmou ontem que o governo Lula conduz políticas econômica e social **"à direita" dos tucanos e atacou a "ausência de projetos" para o desenvolvimento do País.** "Do ano passado até agora a situação externa da economia foi a mais eufórica de que se tem notícia, mas o governo Lula ficou se lambuzando com o poder e deixou de fazer políticas que aproveitassem a conjuntura", disse Serra, em seminário sobre educação promovido por seu partido ontem em São Paulo.

Além da manutenção dos juros "na estratosfera" e a continuidade do **"aumento da carga tributária**, o presidente do PSDB citou medidas como o programa de farmácias populares e o **"desmonte" do sistema de avaliação do ensino brasileiro.** "Mesmo em outras coisas que são feitas, como na retórica da política externa, não há substância", afirmou Serra. "Ou **nessa coisa com o MST, esse estilo, sem fazer reforma agrária** por um lado, são saludos a la bandera para dizer que o governo tem seu lado progressista."

Ao criticar as posições "de direita" do governo Lula, o presidente do PSDB ressaltou aos tucanos presentes: "Do ponto de vista partidário, é importante que tenhamos isso presente". Segundo Serra, **"como (*os petistas*) não tinham programa e como também não têm quadros, pegaram emprestadas políticas neoliberais". Questionado pelo Estado** sobre o fato de Lula estar mantendo a política econômica do governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, o presidente do PSDB argumentou que "as coisas mudam ao longo do tempo". "A política econômica depende da situação de cada momento", afirmou Serra.

O presidente do PT, José Genoino, atribuiu ao "sectarismo antipetista" às declarações de Serra. "Isso o impede de ver os avanços do governo até agora", disse. "É a cegueira oposicionista. O PSDB ficou 8 anos no poder. Agora, critica como se já tivéssemos cumprido dois mandatos, e não pouco mais de um ano de governo."

Genoino enumerou alguns avanços promovidos pelo governo Lula e fatos que, segundo ele, mostram a diferença do governo do PT em relação ao antecessor. "Adotamos uma política industrial, por exemplo, coisa que o País nunca teve." **(Conrado Corsalette e Mariana Caetano)**

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 2004/04 Página: 7

Sem-teto invadem 5 áreas em um dia em SP

Ações e protestos foram coordenados por quatro movimentos e mobilizaram 7 mil pessoas

ANGÉLICA FREITAS

Mais de 7 mil pessoas ligadas a movimentos de moradia popular participaram de protestos e invasões de prédios e terrenos em cinco pontos de São Paulo na madrugada e manhã de ontem. Ao contrário dos sem-teto, que ocuparam diversos imóveis no centro da cidade em 2003, os manifestantes não permaneceram nos locais. As invasões são parte de uma campanha nacional, com reivindicações aos governos federal, estadual e municipal.

"Queremos demonstrar a quantidade de áreas públicas sem utilização, enquanto a população está sem moradia", disse o presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Wander Geraldo da Silva, durante ato na frente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), na Rua Boa Vista, no centro.

MAIORIA DOS IMÓVEIS PERTENCE À CDHU

Quatro entidades coordenaram as ações: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP), Central dos Movimentos Populares (CMP), Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Facesp) e Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

Foram cinco invasões: em prédios do CDHU perto do Viaduto Guadalajara, na zona leste; em um quartel da Polícia Militar, no Parque d. Pedro, no centro; em terreno da CDHU no Jardim São Luiz, na zona sul; em dois prédios da companhia no Jardim Umarizal, também zona sul, e num terreno ao lado do Metrô Barra Funda. Na noite de sábado, um terreno havia sido invadido em Interlagos.

Essas invasões vinham sendo planejadas desde o fim do ano passado, mas só foram definidas a partir da campanha lançada nos dias 6 e 7, durante encontro de líderes dos movimentos. Os locais e horários permaneciam secretos até pouco antes das ações. Segundo os líderes, a idéia era evitar que a polícia chegasse antes dos manifestantes.

"Se os movimentos não se unificarem e não tiverem a ocupação como meta, nenhum governo vai fazer nada", explicou Donizete Ferreira, da UMM/SP.

Despejos – Entre as reivindicações dos sem-teto estão a suspensão imediata de despejos em terrenos públicos e privados, a aprovação do Fundo e Conselho Estaduais de Habitação, a aplicação de 1% do ICMS na construção de moradias populares, a retomada dos mutirões autogestionários com o governo do Estado e a urbanização das favelas.

"Queremos que o governo estadual aplique os recursos existentes para a moradia, coisa que não vem acontecendo", diz Ferreira.

Na capital, também participaram das ocupações de ontem entidades como: União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), Movimento dos Sem Teto do Centro (MTSC) e União dos Movimentos Independentes da Zona Sul (Umizs).

A coordenadora da Facesp, Veruska de Carvalho, explicou como são escolhidos os imóveis para as invasões: "Os lugares são escolhidos a partir do conhecimento de área. A gleba está lá, durante anos, sem cumprir função social nenhuma. Se o objetivo é só especulação imobiliária, esse é o principal critério."

Estado não será condescendente, avisa Alckmin

JANDER RAMON

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse ontem, em entrevista coletiva, que "o abril vermelho" que está sendo realizado neste mês pelo Movimento dos Sem Terra (MST) "não é mais só rural, mas também urbano". "Só na última noite, tivemos cinco tentativas de invasão e uma delas consumada. Atacam terrenos privados, prédios em obra, e prédio do governo", enumerou o governador, após participar de reunião do Conselho Estadual de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Cericex).

O Estado não será condescendente e, seguindo a lei, vai desocupar todas as áreas invadidas, no campo e na cidade, garantiu o governador. "Vamos cumprir a lei e não há nenhuma hipótese de as áreas invadidas não serem desinvadidas, não importa onde", afirmou.

Alckmin fez também um apelo para que os movimentos sociais interrompam as invasões principalmente nas áreas produtivas porque, no entendimento do governador, "esse não é o caminho correto". "Isso não resolve nossos problemas e, pelo contrário, agrava a tensão e o confronto. Não é o caminho da tranqüili-

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 7A

dade, da paz, do desenvolvimento econômico para a geração de emprego e renda."

O governador esperava ter ainda ontem um contato do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Na última sexta-feira, Alckmin telefonou para o ministro que, por sua vez, estava viajando. "A reforma agrária não tem nada a ver com as invasões, porque estas ocorrem em terras produtivas e, portanto, não são destinadas para a reforma agrária. É um movimento para chamar a atenção, no sentido de criar fato político, mas no mal sentido."

'Sem pressão a moradia não sai nunca', diz líder

MARISA FOLGATO

Há dez anos no Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), que comandou uma das invasões de ontem, Lizete Gomes, de 37 anos, já se convenceu: "Não importa se é prefeitura, Estado ou governo federal. Sem pressão a moradia não sai nunca. A gente precisa mostrar onde está a miséria com as ocupações."

Uma das coordenadoras do MSTC, Lizete não conseguiu casa. Mas está quase lá. "Morei cinco anos num prédio ocupado da Rua Ana Cintra, fomos despejados e agora estou em outro prédio invadido na Prestes Maia, com 467 famílias."

O edifício está em processo de desapropriação para fins de moradia e será reformado, segundo a Secretaria Municipal da Habitação. Há vários casos no centro. "Recorrer à ocupação de prédios como forma de pressão é uma opção que o movimento fez para chamar a atenção, como faz um trabalhador em greve", diz a coordenadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da USP, Maria Lúcia Refinetti Martins. Segundo ela, depois que começaram essas ações, virou política pública o uso de imóveis ociosos do centro para programas habitacionais.

No Recife, 500 famílias ocupam área do Ibama

ANGELA LACERDA

RECIFE - Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ocuparam ontem terreno da União utilizado pelo Ibama e reocuparam uma área vizinha, do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), no município metropolitano do Cabo de Santo Agostinho. Os sem-teto também realizaram protesto, primeiro nas escadarias de uma agência da Caixa Econômica e, em seguida, no prédio administrativo do órgão, ambos na Avenida Conde da Boa Vista, centro do Recife.

As ações, de acordo com o líder do movimento em Pernambuco, reverendo Marcos Cosmo, fazem parte de campanha nacional para pressionar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a destinar recursos do orçamento federal ao Fundo Nacional de Habitação. "Desde 1991 se luta por esse fundo, que foi regulamentado em 2002 e até hoje nunca recebeu um centavo", afirmou ele, ao explicar que o protesto na Caixa foi para estimular uma reflexão sobre a falta de política habitacional para a população pobre.

De acordo com o MTST, cerca de 500 famílias participaram das ações – 400 nas ocupações e 100 no protesto. Um dos coordenadores do movimento, José Francisco da Silva, disse que a área ocupada também é do ex-IAA e estava servindo de depósito para o Ibama. Na área reocupada, foram armadas barracas. Ela havia sido invadida no final de julho e foi desocupada por ordem judicial, com resistência dos sem-teto.

O protesto na Caixa não provocou transtornos, na avaliação da assessoria de comunicação do banco. Na agência, os manifestantes permaneceram até a abertura do expediente para o público.

No Piauí, com déficit habitacional de 30 mil moradias, o movimento sem-teto está se mobilizando em Teresina para ocupar conjuntos construídos pelo governo. Segundo a Federação da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários (Famcc), 6 mil famílias tiveram as casas avariadas pelas enchentes no começo do ano – 1,5 mil famílias estão em abrigos improvisados.

Os sem-teto e desabrigados acamparam em frente ao Palácio de Karnak, sede do governo estadual, e fecharam a rua. Eles planejam ocupar conjuntos construídos pelo governo e pela prefeitura de Teresina. O prazo para a ocupação é o final da semana. "Já está tudo mapeado e preparado para isso", alertou a direção da Famcc. **(Colaborou Luciano Coelho, especial para Estado)**

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20 0404 Página: 8

'Abusos' do MST afastam investidor, reage Piva

Presidente da Fiesp vê 'provocação' e protesta contra ocupação de área da Klabin em SC

JANDER RAMON
e JENI JOANA DE ANDRADE

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), **Horácio Lafer Piva, considerou ontem "um abuso" a invasão da Fazenda Faxinal do Paulista, de propriedade da empresa Klabin, em São Cristóvão do Sul, no Planalto Serrano de Santa Catarina. A família de Piva tem o controle acionário da fazenda, ocupada na madrugada de sábado por cerca de 500 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST).**

"Achei um abuso e continuo achando que todas as invasões são um abuso e uma provocação, porque são feitas em propriedades produtivas, de empresas", afirmou o presidente da Fiesp. "Não só criam constrangimentos para quem delas dependem, como certamente é uma péssima imagem, principalmente para o investidor externo", ressaltou Piva, em entrevista coletiva, após participar de reunião do Conselho Estadual de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Cericex), em São Paulo.

KLABIN PEDE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Para o líder empresarial, o "abril vermelho", posto em prática pelo MST, trouxe efeitos negativos na percepção do País. "A cada invasão como essa, podem ter certeza: uma porção de dólares é adiada para o País."

A Klabin entrou ontem com o pedido de reintegração de posse na Justiça da Comarca de Curitibanos, em Santa Catarina. "Cabe às autoridades a responsabilidade pela manutenção do estado de direito, o que inclui o direito à propriedade. Essa é a nossa expectativa", afirmou o diretor de Assuntos Corporativos da Klabin, Wilberto Lima Junior.

Resistir – As famílias que invadiram a Fazenda Faxinal do Paulista continuavam ontem acampadas no local. "Vamos manter o assentamento, mas estamos abertos ao diálogo, desde que nos traga frutos", declarou o coordenador do movimento em Santa Catarina, Vilson Santin. "Não queremos que a empresa deixe de produzir, mas esperamos uma divisão mais justa da terra."

Em audiência ontem com o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), Santin ouviu a promessa de que os policiais seriam afastados do local, mas continuariam mantendo a ordem, se posicionando um pouco mais a distância. "O policiamento tem por objetivo evitar qualquer ato de confronto ou violência", explicou o governador. Hoje, Luiz Henrique e integrantes do MST discutirão a questão da segurança no local com o comando da Polícia Militar de Lages, a maior cidade do Planalto Serrano catarinense.

Gaúchos reativam 'Invasão Zero' e monitoram MST

ELDER OGLIARI

PORTO ALEGRE – Coordenados pelos sindicatos rurais de 16 municípios do Rio Grande do Sul, os produtores montaram 35 postos de vigilância para acompanhar todos os passos dos acampados e assentados do MST. O sistema, que já existia desde o ano passado, é retomado a cada ameaça de invasão e começou a ser reativado quando o líder João Pedro Stédile anunciou o "abril vermelho".

Durante uma reunião no domingo, em Bagé, ganhou informalmente o nome de "Invasão Zero". O controle dos passos dos sem-terra deve crescer nos próximos dias, prevê o presidente do Sindicato Rural de Bagé, Paulo Ricardo Dias.

O objetivo, explica, é acelerar a troca de informações. Grupos de quatro ou cinco pessoas ligadas aos ruralistas ficarão 24 horas por dia vigiando acampamentos e assentamentos. Se houver movimentação anormal, os vizinhos e a Brigada Militar serão alertados por telefone ou rádio para coibir as ações.

Os produtores anunciam que podem reunir 500 pessoas em menos de uma hora. Garantem, porém, que vão agir desarmados e dentro da lei. "Se mesmo assim houver invasão, vamos estar pressionando para que a autoridade se faça presente e haja imediata reintegração de posse", afirma o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul, Gedeão Pereira.

Os 450 integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do MST que ocuparam a Fazenda Agropecuária Sazão, em Almirante Tamandaré do Sul, têm até o meio-dia de quinta-feira para sair do local. Os invasores foram notificados ontem. Em outra fazenda invadida na região, em Coqueiros do Sul, têm até 6 de maio para sair. **(Colaborou Lorena Schuchmann, especial para o Estado)**

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: 4-A/5

ABRIL VERMELHO

Lula ao MST: "Sejam responsáveis"

Movimento cobra mais ações do governo na reforma agrária, mas anuncia que invasões vão diminuir a partir desta semana

BRASÍLIA – Em seu programa quinzenal de rádio *Café da Manhã com o Presidente*, Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que vê "com muita naturalidade" as manifestações do MST e pediu que o movimento "não perca o senso de responsabilidade".

– Se posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social, é esse: ajam com a maior responsabilidade possível. O que as pessoas não podem é perder o senso de responsabilidade.

Lula ressaltou mais uma vez que o país tem regras que valem para todos e voltou a afirmar que a reforma agrária será feita "dentro da lei".

– Será feita da forma mais tranqüila possível, da forma mais pacífica possível porque eles (os sem-terra) sabem que esse país tem lei, tem regras. E ela vale para o presidente da República, para o sem-terra e para o com-terra – disse.

Ontem mesmo o MST respondeu às declarações feitas pelo presidente, afirmando que poderá realizar manifestações dentro da lei diante da aplicação da reforma agrária.

– O MST está de acordo com presidente Lula, também queremos a reforma agrária dentro da lei, desde que se faça – afirmou João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do movimento.

Rodrigues pediu que o presidente da República faça o mesmo e também cumpra a Constituição brasileira.

– A Constituição diz que toda a área que não cumpre a função social deve ser destinada para fins de reforma agrária. Portanto acreditamos que, se Lula cumprir a Constituição, a reforma agrária será feita.

De acordo com o MST, o forte ritmo de invasões de terra – iniciado no final de março e mantido no mês de abril – irá perder a força partir desta semana, com uma redução no número de novas invasões.

– O ritmo das ocupações vai diminuir, porém as ocupações não vão acabar. Acreditamos que o momento agora é de o Incra iniciar as ocupações de latifúndios improdutivos com técnicos agrônomos e geógrafos para obtenção de novos imóveis para fins de reforma agrária – afirmou Rodrigues.

Sobre o pedido do presidente para que os movimentos sociais não radicalizem em suas manifestações, o membro da coordenação nacional do MST disse:

– O MST não acredita que está sendo radical, tendo em vista que todas as ações que realizamos neste mês de abril estão dentro do marco da legalidade e da democracia.

Lula, ontem, além de falar sobre o MST em seu programa de rádios, comentou as greves de servidores, como a da *Polícia Federal*, que já dura 41 dias. O presidente disse que não cederá às pressões por aumento, afirmando que "não adianta fazer uma reivindicação absurda".

– O dirigente sindical sabe que quando nós estamos preocupados em controlar a inflação, reconquistar a credibilidade e retomar o crescimento da economia, não adianta fazer uma reivindicação absurda. Se você quer chegar a controlar a inflação a 5%, a 5,5%, aquele dirigente sindical que estiver reivindicando 80% ou 70%, não está sendo verdadeiro com a sua categoria. As pessoas têm que entender que eu as vejo como vejo meus filhos. Não dou tudo o que os meus filhos querem, dou apenas aquilo que posso dar. E não faço dívida para dar um presente para o meu filho que eu não possa pagar depois.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: 5A

inflação, reconquistar a credibilidade e retomar o crescimento da economia, não adianta fazer uma reivindicação absurda. Se você quer chegar a controlar a inflação a 5%, a 5,5%, aquele dirigente sindical que estiver reivindicando 80% ou 70%, não está sendo verdadeiro com a sua categoria. As pessoas têm que entender que eu as vejo como vejo meus filhos. Não dou tudo o que os meus filhos querem, dou apenas aquilo que posso dar. E não faço dívida para dar um presente para o meu filho que eu não possa pagar depois.

CORRUPÇÃO

Ministro quer processar Flamarion

BRASÍLIA – O ministro Jorge Scartezzini, do STJ, solicitou autorização à Assembléia Legislativa de Roraima para processar o governador Flamarion Portela (ex-PT), acusado pelo Ministério Público de lesar o patrimônio público com um esquema de desvio de verbas da folha de pagamento dos funcionários estaduais, conhecido como o Escândalo dos Gafanhotos.

Sem-teto ocupam prédios em São Paulo

SÃO PAULO – A União dos Movimentos de Moradia (UMM) organizou uma série de ocupações de imóveis em São Paulo, na madrugada de ontem. Por volta de 1h30, manifestantes do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) entraram em confronto com a tropa de choque da Polícia Militar, durante a invasão de um quartel desativado da PM na Avenida do Estado, no centro da capital.

Outras 400 pessoas ligadas à Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) tentaram invadir, por volta da meia-noite, um imóvel da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) de São Paulo, na rua Barão de Tietê, Zona Leste da capital, mas a polícia chegou primeiro e conseguiu impedir a invasão.

Duas horas depois, 300 sem-teto ocuparam um prédio da empresa Fibra/SA, abandonado há cinco anos, na Avenida Nações Unidas, na Zona Sul. Horas depois, foram retirados pela polícia.

A única ocupação em que os manifestantes permanecem no local é num terreno da CDHU, na rua José Barros Magaldi, Jardim São Luiz, Zona Sul da capital.

Em Pernambuco, os Sem-Teto invadiram na manhã de ontem uma área pertencente à União, cedida em parte ao Ibama, em Cabo do Santo Agostinho, a 32 quilômetros de Recife.

Na capital, 300 sem-teto organizaram um protesto em frente a um prédio administrativo da Caixa Econômica Federal, para reivindicar do governo o financiamento para construção de casas populares e projetos habitacionais para quem tem renda de até três salários mínimos.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 30/04/04 Página: 3

O governo em guerra contra os fatos

Poucas vezes se viu, na história da administração pública brasileira, uma "guerra do governo contra os fatos" tão intensa como a que está em curso no campo da Reforma Agrária. **O choque entre o que é dito, o que é prometido e o que é "interpretado", por parte das autoridades responsáveis pelo setor** – começando pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto –, e a realidade da produção rural, do agronegócio, bem como dos efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos Estados brasileiros, praticados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), **dá a impressão de que, pelo menos nesse terreno, o governo Lula está padecendo de uma cegueira que não tem dado mostras de ser reversível.**

Enquanto o ministro Rossetto "garante que o governo não cede à pressão do MST" – como a do "abril vermelho" do coordenador Stédile –, o governo libera uma verba adicional de R$ 1,7 bilhão para a Reforma Agrária e se apressa em mais do que dobrar (de R$ 7 mil para R$ 16 mil) os recursos alocados per capita para os assentados. Enquanto o ministro parece considerar a coisa mais natural do mundo a intensificação das ações do MST no País, afirmando que "faz parte do ambiente democrático" respeitar os movimentos e as atividades sindicais – como se se tratasse apenas disso! –, **a insuspeita Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa, em seu relatório anual, que o primeiro ano do governo Lula foi marcado pela maior violência e volume de conflitos no campo nos últimos 18 anos** – ou seja, desde 1985, quando a CPT começou a fazer esse levantamento. **Em 2003 as ocupações dos sem-terra aumentaram 172% (em relação a 2002), foram registrados 1.690 casos, envolvendo cerca de 1,2 milhão de pessoas – quer dizer, quase o dobro do último ano da administração FHC.** E com a duplicação dos subsídios a essa baderna pode-se imaginar que este ano a violência vai bater novos recordes.

Por outro lado, o ministro acredita firmemente que, com a verba atual, de R$ 3,1 bilhões (que em seu entender não será contigenciada), o programa de Reforma Agrária irá gerar 2 milhões de empregos "até o final do primeiro (?) mandato do presidente Lula", pois está convicto – mais uma vez, contra todas as evidências econômicas – de que "a reforma agrária é um instrumento de desenvolvimento econômico sustentável, e não uma política de assistência social". Ora, o que significa, para o País, o maior fulcro de desenvolvimento sustentável – e que tem sido atrapalhado, sistematicamente, pelo desrespeito às propriedades rurais produtivas, à lei e à ordem, por parte dos militantes do MST, que têm no esbulho possessório sua estratégia básica de operação – é justamente o agronegócio, que, gerando uma renda recorde de quase R$ 76 bilhões, acelera o ritmo de produção e vendas da indústria e do comércio – impulsionando a venda de máquinas agrícolas, veículos e imóveis –, o que se reflete na ampliação do emprego nas cidades do interior do País – como mostrava matéria do caderno *Economia & Negócios* do **Estado** de domingo.

É certo que há opinião discordante quanto aos benefícios para a sociedade brasileira do grande desenvolvimento do agronegócio no País: para o presidente da CPT – a mesma entidade que detectou o recorde de conflitos no campo ocorrido no primeiro ano do governo Lula –, bispo d. Tomás Balduino, "o agronegócio, que está salvando as finanças do País, está impedindo a democratização da terra". Não sabemos se na opinião de d. Balduino a democratização da terra significaria, necessariamente, a ruína financeira do País... Também não dá para saber se o religioso está levando em consideração os recentes dados divulgados, segundo os quais a Reforma Agrária se transformou numa das grandes especulações imobiliárias ilegais do País, na medida em que os assentados têm vendido (o que é proibido por lei) 40% de seus lotes – segundo o governo esse porcentual é de 25%, o que reduziria a quantidade, mas não a ilegalidade da alienação. E será que o bispo considera também "democratização da terra" as invasões que os sem-terra começam a fazer de terrenos urbanos?

Para que a reforma se dê dentro da lei é preciso fazer com que a lei se cumpra

Ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que "este país tem lei" – que vale para o presidente da República e "para

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: _____

os sem-terra e com terra", mas esqueceu de dizer se o presidente da República, finalmente, vai fazer essa lei ser cumprida. Ontem, ele se limitou a dar um conselho aos "seus companheiros do movimento social": "Ajam com a maior responsabilidade possível (sic) porque todos nós somos vítimas de nossa palavras."

O conselho apropriado para os que estão violando a lei devia mencionar as vítimas dos seus atos (ilegais), como as de Eldorado dos Carajás. Vítimas das suas palavras são os governantes que não as traduzem em atos.

Data 20/04/04 Pág. 1ª

ZERO HORA

ANO 40 - Nº 14.120 PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2004 SC/PR R$ 1,75 RS R$ 1,50

Ruralistas criam o "Maio Verde" para impedir invasões

Para responder ao chamado "Abril Vermelho" – onda de invasões desencadeada pelo MST –, produtores rurais gaúchos desfraldaram a bandeira do que denominaram de "Maio Verde". Apesar do nome, a operação já começou ontem, em pleno abril, com 13 postos de vigilância entre os municípios de Pinheiro Machado e Bagé, na Zona Sul.

Os acampamentos dos fazendeiros contam com, no mínimo, picape dotada de radiocomunicador, cinco homens, binóculos e telefones celulares.

– Vamos reagir a qualquer invasão, no momento em que ela ocorrer – avisa o presidente do Sindicato Rural de Bagé, Paulo Ricardo Dias de Souza. **Páginas 4 e 5**

Em vigília por Maradona

ZERO HORA

Data 20/04/04 Pág. 4/5

Ruralistas vão monitorar passos de sem-terra para evitar novas invasões de áreas no Estado

Maio verde x abril vermelho

HUMBERTO TREZZI

Os ruralistas gaúchos decidiram transformar maio no mês da reação às invasões de terra.

Em resposta ao Abril Vermelho, onda de invasões desencadeada este mês pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pecuaristas da região da Campanha desfraldaram ontem a bandeira de um Maio Verde. O slogan será Invasão Zero no Rio Grande do Sul.

Os produtores não se limitam à retórica. Ontem mesmo montaram 13 postos de vigilância entre Bagé e Pinheiro Machado, na zona sul do Estado. Cada acampamento conta com, no mínimo, uma picape dotada de radiocomunicador, cinco homens, binóculos e contato por celular 24 horas por dia.

– Vamos reagir a qualquer invasão, no momento em que ela ocorrer – promete o presidente do Sindicato Rural de Bagé, Paulo Ricardo Dias de Souza, coordenador de uma reunião, no domingo, de 350 produtores rurais convocada para defender as propriedades da Fronteira Sul.

Realizada na sede do sindicato, a reunião durou três horas e congregou representantes de 15 entidades ruralistas. Eles representam 40 mil produtores rurais, dos 80 mil da Metade Sul. Conforme Dias, os 15 sindicatos concentram 90% da produção de arroz do Estado e 48% da pecuária de corte gaúcha.

O encontro contou com a presença do vice-presidente da Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Pereira, presidente da comissão fundiária da entidade. A pauta da assembléia previa debates sobre estiagem, abigeato, invasões e o retorno das vistorias do Incra. Nada disso foi tratado, porque os ruralistas se mostraram alarmados com as conseqüências do Abril Vermelho do MST.

O presidente do Sindicato Rural de Bagé diz ter informações de que quatro propriedades da área estariam sendo visadas pelos sem-terra. Os locais, mantidos em sigilo, estão sendo protegidas por ruralistas.

O vice-presidente da Farsul, Gedeão Pereira, ganhou aplausos dos colegas ao dizer que os ruralistas não estão mais dispostos a tolerar "as loucuras" do MST.

– O país ainda não quebrou porque têm os proprietários de terras a produzir alimentos consumidos por toda nação. Vamos mostrar que esta terra tem dono.

O produtor rural Valter José Pötter, um dos maiores proprietários de Dom Pedrito, sugeriu que os produtores se integrem e promovam um ato público em maio, dedicando um dia para as manifestações. Já apelidada de Dia Verde, a manifestação não tem local definido. Uma reunião marcada para o dia 30 de abril, na Farsul, em Porto Alegre, com a presença de todos os presidentes dos sindicatos do Estado, deverá acertar o dia, horário e pauta desse manifesto público.

O presidente do Sindicato Rural de Bagé aposta que produtores da Metade Sul e da Metade Norte formarão "um cordão sanitário" anti-invasões até maio.

– É um confronto entre o abril vermelho do MST, que representa o ódio, e o Rio Grande do Sul verde, que significa alimento, fartura e esperança dos produtores rurais – compara Paulo Dias.

humberto.trezzi@zerohora.com.br

Os com-terra copiam tática dos sem-terra

CLEBER BERTONCELLO
◆ Almirante Tamandaré do Sul

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) pretende deixar de ser coadjuvante e aparecer como protagonista no cenário da luta pela terra no Brasil.

A estratégia pôde ser comprovada pela invasão de uma área de 2,3 mil hectares, na manhã de domingo, em Almirante Tamandaré do Sul, no norte do Estado. Foi uma ação conjunta de 200 integrantes do MPA e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Plínio Simas, um dos coordenadores estaduais do MPA, diz que a idéia agora é unificar a Via Campesina, agindo da mesma forma que o MST e pressionando o governo para que ele atenda a suas reivindicações. Ao participar diretamente de uma invasão, pela primeira vez em sua história de sete anos, o MPA dá publicidade ao movimento e ganha os noticiários.

Criado para reivindicar ajuda a pequenos agricultores atingidos por uma estiagem em 1997, o MPA passou também a buscar créditos para o custeio da produção destes agricultores. Agora quer conseguir terras onde os pequenos produtores possam aplicar esses créditos.

Grupo de 40 produtores rurais está acampado a um quilômetro da fazenda invadida, vigiando o MST

– Os integrantes do MPA serão os futuros militantes do MST se os governos não fizerem nada. Cansamos de ficar só ouvindo promessas – diz Simas.

O grupo que invadiu a fazenda em Almirante Tamandaré do Sul estava desde terça-feira passada realizando uma marcha pela BR-386, entre Sarandi e Carazinho. São cerca de 200 pessoas, oriundas de Novo Barreiro, também no norte do Estado.

Ontem, às 12h0min, um oficial da Justiça de Carazinho entregou aos invasores uma cópia da decisão do juiz Orlando Faccini Neto, da Vara Criminal do município, que concede a reintegração de posse ao agropecuarista Leomar Tombini, arrendatário da área. Os colonos têm até o meio-dia de quinta-feira para desocupar a fazenda. A estância faz parte do complexo da família Guerra, que já teve uma área invadida pelo MST no vizinho município de Coqueiros do Sul, no dia 2 de abril. As áreas são separadas por 17 quilômetros.

A situação na propriedade invadida domingo foi tranqüila durante todo o dia de ontem. A pouco mais de um quilômetro dali, aproximadamente 40 ruralistas de toda a região aprimoravam o acampamento à beira da BR-386, de onde pretendem vigiar o MST.

cleber.bertoncello@zerohora.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

"NÃO É UMA REUNIÃO DE CONFRONTO COM O GOVERNO, MAS É PRECISO ARTICULAR UMA AGENDA FEDERATIVA"

Paulo Hartung (PSB), governador do Espírito Santo

GOVERNO SOB PRESSÃO

Governadores de todos os estados intensificam entendimentos na tentativa de cobrar promessas e montar agenda única de reivindicações a ser apresentada ao Palácio do Planalto a partir do dia 26

A marcha federativa

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

Começa hoje em Curitiba um ritual de lamentações que desaguará em Brasília no próximo dia 26. Os seis governadores do PMDB reúnem-se para traçar uma estratégia comum de pressão sobre o governo federal. É a prévia da reunião dos 27 representantes dos estados e do Distrito Federal, convocada pelos governadores do PSDB. No encontro da próxima semana, todos os governadores tentarão definir uma pauta de consenso. A idéia é unificar as reclamações para ter mais força na negociação com o governo. O Palácio do Planalto está preparado para a ofensiva. E corre para responder às queixas.

O governo conhece a lista quilométrica de reivindicações de cada estado. Apenas o anfitrião do encontro de hoje, o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), tem uma pauta de 15 itens. Os pedidos vão desde renegociação de royalties de energia até a compensação ao estado pelas perdas com a produção de papel de imprensa.

A preocupação expressa por assessores palacianos é a de que a insatisfação administrativa descambe para um movimento político, cuja consequência será mais desgaste para a administração petista. Principalmente porque partiu dos governadores do PSDB, adversários no campo federal, a idéia de uma reunião geral em Brasília. Requião, por exemplo, alerta que a política econômica do governo estará em pauta. "O governo federal tem que entender que da cabeça de 27 governadores certamente podem sair idéias muito mais interessantes do que dos dois que dirigem a política econômica do País", alfineta Requião numa referência ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

O governo tenta resolver pendências e diminuir o potencial explosivo do encontro. Depois de uma conversa com o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PSB), por exemplo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma solução rápida para a lista de 11 problemas apresentados pelos capixabas. Hoje é a vez de o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), levar ao Presidente da República suas reivindicações. Aécio estará em Brasília para cobrar da Comissão de Financiamento Externo, do Ministério do Planejamento, a autorização de empréstimos para o estado e a liberação de recursos para a segurança pública.

Agenda federativa

Governadores aliados ao Palácio do Planalto apressam-se a explicar que não há intenção de desgastar o governo. Mas avisam que não podem escapar ao encontro. "Não é uma reunião de confronto com o governo, até porque não tenho nenhum interesse, sou parceiro do presidente. Mas é preciso articular uma agenda federativa", justifica Hartung. O governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB), também se propõe a ser um aliado governista na reunião. "Às vezes há um clima de cobrança, mas ainda há um grau elevado de esperança e confiança no governo", avalia Lessa.

Mesmo diplomáticos, até os aliados reconhecem que é preciso discutir pendências administrativas. Para os governadores

há dois problemas fundamentais na relação com o governo federal: dificuldades de gerenciamento na máquina pública e falta de cumprimento das promessas. Quanto ao primeiro ponto, o próprio presidente Lula reconheceu que a burocracia e os erros administrativos emperram realizações do governo. No encontro com a bancada capixaba, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, concordou com o diagnóstico dos parlamentares de que há dificuldades especialmente no segundo e no terceiro escalões do governo federal.

Ideário petista

Rebelo contou que o próprio Lula tem cobrado insistentemente a concretização de dois projetos do ideário petista: as farmácias populares e as casas de cultura. "Em que dia vou inaugurar pelo menos uma farmácia popular?", tem cobrado o presidente. Dois órgãos, especialmente, estão enfurecendo governadores e investidores: o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa). A demora na liberação de laudos de impacto ambiental e de efeitos à saúde têm prejudicado negócios nos estados. "Esses técnicos que fazem doutorado acham que podem interferir nos estados. Tomam decisões sem falar com as autoridades locais", reclama o senador Magno Malta (PL-ES). Eles também se queixam da ínfima liberação da verba federal. Até agora, só 1,42% do Orçamento de investimentos da União foi repassado aos estados.

A maior irritação dos governadores, porém, está no segundo bloco de reivindicações. Eles reclamam da falta de cumprimento da promessa de liberar R$ 8,5 bilhões para o fundo que compensa a perda dos estados com a isenção de impostos sobre produtos exportados. O governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), é um dos mais indignados. A área econômica do governo federal só admite repassar R$ 6,5 bilhões. O Pará é um dos mais prejudicados. Recebe como compensação R$ 600 milhões do total R$ 1,2 bilhão que deixa de arrecadar com a renúncia fiscal. "Ficou acertado durante as negociações da reforma tributária que haveria a suplementação do fundo", lembra Jatene.

O QUE RECLAMAM OS GOVERNADORES

FUNDO DE EXPORTAÇÕES
✔ Liberação de R$ 8,5 bilhões para o fundo que compensa a perda dos estados com a isenção de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos destinados à exportação. Até agora, a área econômica só garante R$ 6,5 bilhões.

CIDE
✔ Aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que aumenta de 25% para 29% o percentual destinado aos estados da arrecadação da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), o tributo sobre combustíveis. O governo já editou uma medida provisória com o percentual de 25%, mas se comprometeu a aprovar a PEC, elevando o valor.

BUROCRACIA
✔ Agilidade nas decisões de órgãos do governo federal. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) são os maiores alvos de reclamações.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
✔ Ampliar os repasses do orçamento federal para obras e programas federais nos estados. Até ontem, dos R$ 12,4 bilhões da verba de investimento, apenas 1,42% foi liberado. Os recursos inscritos em restos a pagar, dos orçamentos de 2002 e 2003, 16% foram pagos até agora.

ENCHENTES
✔ Liberação total de recursos para cobrir os prejuízos provocados pelas chuvas no Nordeste no início do ano. O governo começou a liberar a verba, mas em ritmo lento.

SEGURANÇA
✔ Liberação de recursos do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e do Fundo Penitenciário (Funpen). O ritmo da liberação também está lento.

DÍVIDA
✔ Renegociar os contratos de pagamento da dívida dos estados com a União. Os governadores querem retirar receitas carimbadas, como educação e saúde, da base de cálculo da dívida, reduzindo o valor a ser pago ao governo federal.

ESTRADAS
✔ Reconstrução imediata das estradas federais.

O GLOBO

Avião da FAB leva corpo de desempregado

José Antonio de Souza, que pôs fogo ao corpo em frente ao Planalto, foi enterrado na Região Metropolitana de Vitória

Rodrigo Rangel

• BRASÍLIA. O corpo do desempregado José Antonio Andrade de Souza, morto após atear fogo em si mesmo na sexta-feira em frente ao Palácio do Planalto, foi levado ontem para Vitória num avião da Força Aérea Brasileira (FAB) por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O enterro foi num cemitério da periferia de Cariacica, na Região Metropolitana de Vitória. Era perto de lá que José Antônio morava com a mulher, a doméstica Maria das Dores de Souza, e uma filha de 8 anos. Também por ordem do Palácio Planalto, um médico da Presidência acompanhou a viúva.

Viúva de desempregado está grávida de quatro meses

O bairro onde a família vivia, Nova Rosa da Penha, é considerado um dos mais violentos de todo o Espírito Santo.

Maria das Dores, que viajou com uma tia até Brasília para acpmpanhar o marido no hospital, está grávida de quatro meses. Também há quatro meses, José Antônio estava desempregado. Segundo ela, nos últimos tempos ele vinha fazendo bicos — como catar caranguejo — para conseguir algum dinheiro. No atestado de óbito, registrado num cartório de Brasília, a mulher fez constar a "profissão verdadeira" dele, ajudante de pedreiro.

José Antônio viajou a Brasília com a expectativa de ser recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Antes de atear fogo ao próprio corpo, ele pendurou um cartaz na Praça dos Três Poderes, em que apelava a Lula: "Senhor presidente, vendi meu barraco por R$ 800 para falar com você. Roubaram meus documentos, tiraram meu direito de cidadania e estão armando um monte de problemas para mim. Estou perdendo minha família e pedindo meus direitos de cidadão", dizia no cartaz. ■

'Ele dizia que se sentia humilhado'

Viúva conta que marido estava desesperado e que já tentara se enforcar

Carlos Orletti

• VITÓRIA. O barraco era de quatro cômodos, mas só dois tinham telhado. Mesmo assim José Antônio Andrade de Souza conseguiu vendê-lo por R$ 800. Deu R$ 200 à mulher, Maria das Dores, e avisou que estava indo a Brasília falar com o presidente. E prometeu que, se não conseguisse, atearia fogo ao próprio corpo. Pediu à filha Camila, de 8 anos, que se cuidasse. Grávida de 4 meses, Maria das Dores não levou muito a sério as intenções do marido. Mas ele cumpriu o que prometera e, no sábado retrasado, embarcou num ônibus para o Distrito Federal.

José Antônio, de 30 anos, e Maria das Dores, de 25, são de Sardoá (MG). Moraram um tempo em São Paulo antes de se mudar para o Espírito Santo, há dois anos. Até decidir vender o barraco, viviam numa rua de terra, em Rosa da Penha II, bairro miserável de Cariacica. Depois foram para a casa da mãe de Maria das Dores, no mesmo bairro. Desempregado, ele tentava sustentar a família vendendo caranguejo, atividade que considerava humilhante.

— Antônio falava que era muita humilhação vender caranguejo. Ele dizia que se sentia humilhado e queria ter o direito de viver no mundo — conta Maria das Dores, casada há dez anos com José Antônio.

Com uma passagem oferecida pela prefeitura de Cariacica, Maria das Dores e uma tia foram de avião para Brasília. Desde quarta feira elas acompanharam a agonia de José Antônio, que lutava contra as complicações provocadas pelas queimaduras.

Camila ficou com a avô. Duas semanas antes da viagem, ela evitara uma tragédia. José Antônio subiu numa árvore para se enforcar. Desistiu ao ouvir os apelos desesperados da menina. Ontem, ela foi ao Aeroporto de Vitória, mas parentes e amigos evitaram que chegasse perto do caixão. Maria das Dores disse apenas que os últimos dias ao lado de José Antônio haviam sido muito difíceis:

— Tinha uns três meses que Antônio estava desesperado, dizendo que era perseguido no trabalho. ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

FOLHA DE S.PAULO

BRASIL PROFUNDO *Mortos resgatados são 26 para a PF e 25 para a Funai; sindicato diz que "será muito" se três forem reconhecidos*

PF resgata corpos de garimpeiros em RO

HUDSON CORRÊA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM PIMENTA BUENO (RO)

Com uma rede e um helicóptero, a PF (Polícia Federal) retirou no final da manhã de ontem 26 corpos de garimpeiros da terra indígena dos cinta-larga, em Espigão d'Oeste (534 km de Porto Velho). O delegado Mauro Sposito confirmou o número de mortos. Índios mataram os garimpeiros na disputa por diamantes extraídos na área, segundo a PF.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) diz que os mortos resgatados ontem são 25.

Sposito disse que continuam as buscas por mais corpos. Para o Sindicato dos Garimpeiros de Espigão d'Oeste, "com certeza", mais 35 homens foram mortos por índios na área. A PF não tem uma estimativa do número de desaparecidos após a chacina.

Enrolados em lonas amarelas, os corpos resgatados ontem foram levados de helicóptero de uma clareira na mata, na terra indígena, até a pista de pouso localizada ao lado de uma usina de extração de calcário, em Pimenta Bueno. O local fica distante 35 km da entrada da área indígena.

O helicóptero fez duas viagens. Em cada uma delas, transportou 13 corpos suspensos no ar.

Na pista, oito policiais militares puseram os cadáveres dentro de um avião monomotor da Polícia Federal, que fez duas viagens entre a pista da usina e o aeroporto de Ji-Paraná. De lá, os cadáveres foram transportados em um caminhão-baú para o IML (Instituto Médico Legal) de Porto Velho.

Estava prevista para as 20h de ontem a saída de Espigão d'Oeste de um ônibus com familiares de garimpeiros para fazer o reconhecimento dos corpos. "Será muito se reconhecerem 3 dos 26 mortos. Eles foram mutilados", disse Gilton Muniz, presidente do sindicato dos garimpeiros.

A Agência Folha acompanhou uma parte do trabalho de transporte dos corpos. A operação começou às 10h e terminou às 14h40. Pelo menos três corpos estavam reduzidos a ossos a julgar pelo volume dentro da lona.

Sposito e o superintendente da PF em Rondônia, Marcos Aurélio Moura, não revelaram detalhes da operação. Por isso, a reportagem chegou à pista de pouso e decolagem quando os últimos 13 corpos estavam sendo colocados no avião pelos policiais.

O sertanista Apoena Meireles, designado pela Funai para acompanhar o conflito, disse no domingo que os líderes indígenas não aceitaram falar com a reportagem. Ele não negou que os índios tenham matado os garimpeiros, mas não quis dar entrevista.

O massacre ocorreu no dia 7 dentro da terra indígena. Além dos 26 corpos, outros três tinham sido resgatados no dia 11 pela PF.

Índios podem ser processados por homicídio

DA REPORTAGEM LOCAL

Os índios cinta-larga que, segundo garimpeiros e apurações preliminares, cometeram a chacina na terra indígena Roosevelt (RO), poderão ser processados e presos acusados de homicídio.

Em outros casos de crimes contra a pessoa —um dos mais conhecidos foi a acusação ao caiapó Paulinho Paiakan de estupro—, índios foram julgados. Em casos parecidos, tem sido pedido laudo sobre a compreensão do acusado a respeito do crime.

Vedado para não-índios pela Constituição, o garimpo em terras indígenas pelos próprios índios, como em RO, requer lei complementar, até hoje inexistente.

BRASIL PROFUNDO *Presidente do órgão diz que não condenará os cinta-larga por mortes de garimpeiros em RO e que providenciará defesa.*

Para Funai, garimpeiros sabiam de risco

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Mércio Pereira Gomes, disse ontem que não condenará os índios cinta-larga pelo assassinato de ao menos 28 garimpeiros num conflito em Rondônia e que os garimpeiros sabiam do risco de morte.

"Sou humanista. Não acredito na morte nem na violência. Mas também não posso ficar condenando os índios por defenderem seu território. Eles [os garimpeiros] sabiam do risco [de morte]."

Na sexta, foram localizados 26 corpos de garimpeiros —segundo informou a Funai em Brasília, são 25— mortos no conflito com índios cinta-larga ocorrido no último dia 7, na terra indígena Roosevelt, em Espigão D'Oeste. Três corpos já haviam sido achados.

De acordo com Gomes, a Funai defenderá os índios. "Antigamente, com muito mais freqüência, eram os garimpeiros que matavam os índios. Eram madeireiros que matavam índios, como, aliás, continuam. Quem quiser responsabilizá-los pelo crime que o façam. A Funai vai defendê-los", disse, antes de participar de ato pelo Dia do Índio, em Brasília.

"Senti muito [os assassinatos], mas o que temos é um processo histórico de terras indígenas sendo invadidas por garimpeiros."

Gomes disse que espera por uma força-tarefa para pacificar a região dos cinta-larga e que o Ministério de Minas e Energia ache jazidas de diamante fora da área indígena para ocupar os garimpeiros sem risco de novos confrontos. "É difícil proteger toda a área da entrada dos garimpeiros."

A Procuradoria Geral da Funai diz que nem todo índio pode ser considerado incapaz. Assim, estaria sujeito à condenação judicial.

O presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que as declarações de Gomes são um alvará para os fazendeiros reagirem do mesmo jeito. "Quando índios forem invadir fazendas, a idéia é que possamos agir atirando."

Ontem, a entidade Dhesc Brasil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais) divulgou que entregou um relatório sobre a situação dos cinta-larga a cinco ministérios em dezembro, no qual vislumbrava a possibilidade de haver conflitos.

Colaborou a Redação

Força-tarefa do governo tenta acabar com crise

ENVIADO ESPECIAL A PORTO VELHO (RO)

O governo federal enviou ontem à Rondônia uma força-tarefa composta por soldados do Exército e delegados da Polícia Federal com a missão de pacificar garimpeiros e índios na reserva Roosevelt. O pedido de ajuda foi feito pelo governador Ivo Cassol (PSDB) na semana passada ao ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça).

"Está chegando hoje uma força-tarefa do Exército e da Polícia Federal no Estado. Espero que esse trabalho seja diretamente direcionado sobre essa questão do conflito na área indígena", disse Cassol.

Cassol não soube detalhar por quanto tempo o Exército e a PF vão permanecer no interior da reserva, nem os objetivos claros da missão.

O conflito entre garimpeiros e índios pela jazida de diamantes da reserva não é assunto novo no Estado. Porém, a relação entre os grupos, sempre segundo Cassol, era mais "harmônica" antes de Walter Brós assumir a representação da Funai (Fundação Nacional do Índio).

"No passado, eles trabalhavam harmoniosamente. Dizem eles que chegou a ter até 5.000 garimpeiros dentro da reserva Roosevelt. Quando chegava o dia, paravam, iam para a cidade e vendiam toda a produção. Garimpeiros e índios, todos juntos, dividiam 50%."

Com a chegada de Brós, esse acordo teria sido desfeito, por isso a volta da tensão na reserva, disse Cassol.

A assessoria de imprensa da Funai informou ontem que o servidor de carreira Walter Brós tem o total apoio da autarquia para prosseguir seu trabalho com os índios cinta-larga.

IURI DANTAS

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: *'Isso mostra uma certa fragilidade do governo federal nas negociações', diz o mineiro*

Aécio: 'O governo está cedendo. Quem grita, leva'

Governadores reclamam do reajuste prometido por Lula a funcionalismo e dizem que pressão aumentou nos estados

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. A promessa do governo Lula de conceder reajustes de 9% a 32% para os servidores públicos federais e ainda garantir algum aumento para os militares, mesmo sem ter decidido qual será a fonte de financiamento das novas despesas, está preocupando os governadores. Depois de verem o governo federal ceder generosamente, primeiro, à pressão do funcionalismo e depois dos militares, os servidores estaduais começam a se organizar para reivindicar reajustes equivalentes.

Com dificuldades até mesmo para manter em dia a folha de pagamentos, governadores tucanos como o de Minas Gerais, Aécio Neves, e do Ceará, Lúcio Alcântara, não escondem sua preocupação.

— O governo federal está cedendo à pressão de várias categorias. Quem grita, leva. E isso tem potencializado a pressão do servidores nos estados e mostra ainda uma certa fragilidade do governo federal nas negociações — reclamou Aécio.

— Eu diria que o reajuste prometido pelo governo federal serviu de fator de combustão para a pressão dos servidores nos estados — concorda Alcântara.

Ambos admitem não dispor de margem de manobra para conceder qualquer reajuste este ano para os servidores. Lúcio Alcântara destaca que essa é a situação de praticamente todos os governadores com os quais já conversou.

— Fica difícil ceder à pressão dos servidores. Nossa margem de manobra é quase zero, ainda mais diante da necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da nossa baixa capacidade de investimentos — disse Alcântara.

Em SC, governador evitou greve de professores

Em Santa Catarina, por exemplo, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) conseguiu desativar uma greve programada pelos professores da rede pública de ensino, que representam quase 80% dos servidores do estado, mas só depois de prometer compensar o aumento da contribuição previdenciária, cuja alíquota subiu no início do ano de 8% para 11%.

Ontem, ele negociava com os policiais do estado a criação de um plano de carreiras. A possibilidade de o governador conceder um aumento linear para o funcionalismo é zero, por isso as categorias estão preferindo negociar separadamente. Há quem diga que o pagamento dos servidores estaria correndo o risco de atrasar, como no Rio Grande do Sul.

Talvez um dos poucos estados que não estejam sofrendo ameaças de greve por parte dos servidores seja o Acre, onde o governador petista Tião Viana conseguiu implantar em sua gestão passada um plano de carreira para os servidores, que prevê a reposição automática das perdas salariais. ■

Aumento do mínimo esbarra em ações judiciais

Governo terá que optar entre dar reajuste ou cumprir sentenças

Catia Seabra

• BRASÍLIA. O secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, afirmou ontem que o Orçamento deste ano contará com uma folga de R$ 500 milhões que pode ser destinada ao aumento do salário-mínimo. Mas, segundo ele, os gastos com pagamento de sentenças judiciais cresceram 842,7% em relação aos primeiros três meses do ano passado. De janeiro a março de 2003, as despesas somaram R$ 75,7 milhões. No primeiro trimestre deste ano, R$ 713,5 milhões. Como só foi reservado R$ 1 bilhão para o pagamento da dívida, o governo terá que optar entre o mínimo e o cumprimento de decisões judiciais.

Depois do reconhecimento da dívida do governo com os aposentados que querem os reajuste de 1994 e 1997, os gastos desses três primeiros meses representam quase toda a despesa do ano passado: R$ 1.026,5 bilhão. Em janeiro do ano passado, o governo pagou R$ 2,9 milhões no cumprimento de sentenças judiciais. Este ano, foram R$ 72,2 milhões. Em fevereiro de 2003 foram R$ 30,7 milhões. Este ano, R$ 314,2 milhões.

Em março, o governo pagou R$ 324,6 milhões, 674,5% a mais que no ano passado. Consumidos nos últimos dois meses, esses R$ 640,6 milhões serviram para pagar três lotes, atendendo a 53.823 dos 1.088 milhão de segurados com direito ao reajuste. Para atenuar o impacto, o Ministério da Previdência propõe parcelar a dívida em quatro anos.

No mês passado, o INSS teve uma redução de R$ 498,32 milhões do déficit de suas contas em relação a fevereiro, que se deve, além de um aumento de R$ 160 milhões na arrecadação, à mudança no critério de pagamento dos benefícios. Até março, o INSS era obrigado a reservar no último dia do mês o dinheiro para os pagamentos do primeiro dia do mês seguinte. Agora o provisionamento é feito no dia do pagamento. ■

TSE pede mais R$ 157 milhões para eleições

• BRASÍLIA. O ministro do Planejamento, Guido Mantega, recebeu ontem mais um pedido de socorro: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quer R$ 157 milhões a mais para custear os gastos operacionais das eleições municipais de outubro. Em reunião com Mantega, o presidente do TSE, ministro Sepúlveda Pertence, disse que a Justiça Eleitoral está com dificuldades financeiras e não será capaz de realizar o pleito apenas com os R$ 437 milhões já disponíveis no orçamento do Tribunal.

Os ministros negociaram que a liberação do dinheiro pode ser feita em duas parcelas, uma em maio e outra em julho. ■

1.300 presos cumprem pena hoje na penitenciária Urso Branco, em Porto Velho. Mas o número de detentos que o presídio tem capacidade para comportar é de apenas **350**

Cabeças, braços, pernas... O que sobrou de presos esquartejados por rivais foi exibido em ritual macabro em presídio de Porto Velho. Na selva, Polícia Federal resgatou 26 corpos de garimpeiros mortos por indígenas

SELVAGERIA EXPLÍCITA

ERIKA KLINGL, RENATA GIRALDI, SANDRO LIMA E ULLISSES CAMPBELL
DA EQUIPE DO CORREIO

Rondônia viveu ontem um dia de terror. Estarrecida, a população de Porto Velho presenciou um espetáculo macabro. No quarto dia de um confronto entre grupos rivais, no presídio Urso Branco, dois presos foram decapitados, esquartejados e jogados do alto do presídio. Cenas de selvageria também foram vistas no interior do estado. Vinte e seis corpos de garimpeiros mortos durante um confronto com índios cinta-larga foram resgatados pela Polícia Federal. A disputa por diamantes levou os índios a realizarem o massacre. Há a suspeita de que vários garimpeiros sofreram torturas e tiveram os órgãos sexuais extirpados.

O governador do estado, Ivo Cassol (PSDB), mesmo diante de tamanha desordem e violência, minimizou a rebelião. "É normal e acontece em todo o país", disse. Em relação ao massacre dos garimpeiros, o governador mudou o tom. Contrário à atuação dos índios, disse temer que ocorra uma verdadeira "guerra civil" caso os garimpeiros partam para a vingança. A esquizofrenia do governo do estado em relação à violência levou o governo federal a iniciar hoje uma espécie de intervenção branca em Rondônia, com uma megaoperação envolvendo mais de 400 homens.

As imagens da Casa de Detenção José Mário Alves, conhecida como Urso Branco, em Porto Velho (RO), lembraram cenas vistas há menos de um mês no Iraque. A violência com que os presos mataram colegas foi muito parecida com a morte de quatro americanos, em Falujja, por homens da resistência iraquiana. Depois de executados, os americanos tiveram os corpos arrastados pela cidade, foram esquartejados e expostos em praça pública. Na rebelião de Urso Branco, houve esquartejamento. E os presos também exibiram o que sobrou dos mortos como prova de poder.

A rebelião deixou, pelo menos, oito mortos. Cinco execuções ocorreram na manhã de ontem. As outras três, no fim de semana. O motim começou no fim da tarde de sexta-feira e foi agravado anteontem, depois que os familiares que visitavam os detentos foram proibidos de sair da penitenciária. Cerca de 170 parentes de presos foram mantidos dentro do presídio pelos internos.

De acordo com Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania, os presos foram mortos pelos colegas a golpes de armas artesanais, fabricadas dentro da cadeia, barras de ferro e pedaços de madeira. Ontem, do alto do telhado do Urso Branco, os rebelados mostraram uma cabeça como troféu e lançaram para os guardas o corpo decapitado e partes esquartejadas de outro detento assassinado. Os outros corpos foram arremessados no pátio interno.

O preso decapitado foi identificado como sendo Izaque Monteiro do Espírito Santo. A Secretaria de Segurança ainda trabalha no reconhecimento do preso esquartejado e dos demais mortos.

Apesar das cenas, o governador de Rondônia, Ivo Cassol, classificou a rebelião de rotineira. "Infelizmente, é normal. Acontece em todo o país", disse. "A maioria dos estados não tem estrutura que agüente a superlotação." De acordo com ele, o motim foi causado porque o governo reforçou a segurança dentro do presídio. "Apertamos as revistas e prendemos mulheres de presos com cocaína mais de uma vez", afirmou. A principal exigência dos detentos foi aceita pelo governador. A direção do presídio será trocada. "Vamos ceder no que for necessário, mas não vamos relaxar na segurança."

Em 2002, 37 mortos

Não é a primeira vez que a barbárie toma conta da Casa de Detenção José Mário Alves da Silva, em Porto Velho (RO). Conhecido como Urso Branco, o presídio foi palco de 37 assassinatos em janeiro de 2002. O caso foi parar na Corte Interamericana de Direitos Humanos — ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA).

As mortes, segundo a Polícia Militar, foram provocadas por uma briga entre facções rivais. Desde 2000, detentos ligados ao grupo criminoso Comando Vermelho, homônimo da facção carioca, passaram a enfrentar presos do Paraná, transferidos para o Urso Branco. Aproveitando a situação, os presos tentaram fugir. Os corpos foram amontoados no pátio do presídio, com marcas de golpes de "chuchos", as armas artesanais feitas com barras de ferro. A tentativa de fuga aumentou a violência dentro da penitenciária.

A corte determinou ao governo brasileiro "a proteção da vida e da integridade física de todos os internos" do Urso Branco, dois meses depois da rebelião. Os presos relataram casos de maus-tratos nas dependências da cadeia. O caso foi remetido inicialmente para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, EUA. No Itamaraty, diplomatas admitem que, se a corte decidir levar o caso a julgamento, é provável que o Brasil seja condenado. E o governo poderá pagar até US$ 50 mil para cada família com parentes mortos no presídio. O Brasil tem até o dia 10 de maio para apresentar relatório sobra as mortes.

Rebeldes usam parentes como reféns

Desde domingo, cerca de 170 familiares de presos estavam sendo mantidos dentro do Urso Branco. Segundo a Secretaria da Segurança, eles não são considerados reféns, porque se recusaram a deixar o presídio para evitar que a Polícia Militar iniciasse uma ação violenta para encerrar o motim. A secretaria informou que não teria havido nenhum tipo de violência ou ameaça contra os familiares.

A mesma sorte não têm os cerca de 160 detentos que estavam sendo ameaçados de morte pelos colegas. Eles tiveram que ser isolados em uma área administrativa, fora do alcance dos rebelados, para não morrer. E querem ser transferidos do Urso Branco para delegacias em suas cidades.

O estopim da rebelião foi uma briga interna entre dois grupos rivais. Da briga, na sexta-feira, dois detentos foram assassinados por companheiros. As vítimas, de acordo com a secretaria, eram Jailson Quintino de Lima e Israel Márcio Soares. Luciano Teotônio dos Santos, conhecido como Pezão, foi morto a pauladas dois dias depois. Com a deflagração do motim, as reivindicações vieram à tona. Os detentos do Pavilhão 1 impediram a saída das visitas e tomaram o prédio.

Superlotação

Os presos reclamavam da qualidade da comida servida. Eles também pediam a substituição da administração do presídio. Segundo a mulher de um preso, que preferiu não se identificar, é comum não haver comida para todos os detentos e, em alguns dias, é servida apenas uma refeição. Segundo a secretaria, há cerca de 1.300 pessoas cumprindo pena na cadeia, que tem capacidade para apenas 350 presos.

"Nós reclamamos da comida que nos servem e da falta de medicamentos. Existe gente com HIV aqui dentro que não recebe medicação. Se o governo não resolver a situação, podemos continuar matando gente", disse um dos detentos por telefone celular de dentro do Urso Branco. O preso, que não quis se identificar, disse ainda que "diversas pessoas já cumpriram a pena integralmente". De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, as reclamações dos presos não procedem. "Mas a situação daqueles que, por ventura, já tenham cumprido as suas penas será verificada."

CORREIO BRAZILIENSE

PF resgata 26 garimpeiros mortos na reserva Roosevelt. Governador diz que índios podem ter matado cerca de 300 pessoas. Governo federal decide fazer intervenção branca no estado

Corpos com sinais de tortura

ERIKA KLINGL E ULLISSES CAMPBELL
DA EQUIPE DO CORREIO

O clima de tensão aumentou na reserva indígena de Roosevelt, no sudeste de Rondônia. A Polícia Federal (PF) resgatou ontem 26 corpos de garimpeiros em adiantado estado de putrefação. Eles morreram em conflitos com índios cinta-larga, em 7 de abril. A chacina fez o governo federal programar para hoje uma espécie de intervenção branca no estado, com uma megaoperação envolvendo mais de 400 homens, subordinados à PF.

Segundo exames preliminares feitos no Instituto Médico Legal de Porto Velho, os garimpeiros foram mortos com perfurações por arco e flecha e com tiros de revolver. A maioria dos corpos encontrados apresenta sinais de tortura. Há suspeitas de que as vítimas tiveram os órgãos sexuais arrancados a golpes de facão. O número de mortos até ontem era 29. Segundo o Sindicato de Garimpeiros do estado, há 12 homens desaparecidos desde o início do conflito.

Segundo a PF, os índios cinta-larga estão armados dentro da reserva e prontos para enfrentar os garimpeiros. Para o governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), os garimpeiros entraram na reserva à convite dos próprios índios. "O garimpo nunca pára. Pode morrer gente, mas todos são levados pela cobiça", afirmou. Segundo Cassol, o conflito é mais grave do que se pode imaginar. "Há mais de 300 corpos dentro daquela área indígena", calcula.

Cassol acusa a Fundação Nacional do Índio (Funai) como responsável pelo agravamento do conflito, por não permitir buscas no local. "Antes, os garimpeiros entravam na reserva, tiravam os diamantes e dividiam os lucros com os índios. Agora, se entram, são mortos", conta o governador.

Segundo o sindicato dos garimpeiros, ainda há pelo menos 99 garimpeiros dentro da reserva. "Há 15 dias eles não dão notícias", segundo o sindicato. O pior problema, de acordo com o sindicato, é de um grupo de 35 garimpeiros que podem ter sido assassinados no início do mês. "Estamos dando eles como mortos"

Eles podem ser punidos

Os índios cinta-larga, acusados pelo assassinato de 29 garimpeiros, ocorrido na reserva de Roosevelt, no sudeste de Rondônia, podem ser processados criminalmente, mesmo sob tutela da Funai. A afirmação é da sub-procuradora-geral da República, Ella Wiecko. "Os indígenas não são inimputáveis, não há nenhum óbice em puni-los. Há muitos índios em todo o país respondendo judicialmente", diz Ella.

Na delegacia do município Espigão D'Oeste, só um um índio cinta-larga responde a inquérito policial. Há dois anos Osvaldo Cinta Larga foi flagrado com uma pistola automática de 9 milímetros. Preso, pagou fiança e foi libertado logo em seguida. Oficialmente, 55 garimpeiros foram assassinados por índios cinta-larga.

O indigenista da Funai Valdir de Jesus Gonçalves disse que os cinta-larga são selvagens porque tem apenas 30 anos de contato com a civilização, o que é um tempo muito curto para adaptação à cultura dos brancos. "Eles agem em legítima defesa para defender o patrimônio", explica.

Valdir diz ainda que os cinta-larga conseguiram armas em negociação com madeireiros na década de 90. "Eles permitiram que fossem extraídos madeiras nobres em troca de armas importadas", conta o indigenista. "Essa aldeia é guerreira e já sobreviveu a dois massacres 30 anos atrás com seringueiros. Nessa época, eles usavam apenas arco-e-flecha."

Segundo o chefe do 19º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral, Deolindo de Carvalho Netto, há dois garimpos de diamantes na reserva de Roosevelt e nenhum deles é regularizado. "O Artigo 231 da Constituição só permite lavra em reserva indígena mediante regulamentação do Congresso. Como essa regulamentação não existe, a exploração é irregular", diz Netto. A jazida de diamantes na área indígena de Roncônia tem o diamante mais puro do mundo. No passado, os próprios índios garimpavam a área.

MÉRCIO PEREIRA GOMES

"A Funai quer é que a paz seja instalada"

RENATA GIRALDI
DA EQUIPE DO CORREIO

Há sete meses à frente da Presidência da Funai, Mércio Pereira Gomes, 53 anos, professor de antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), é alvo da pressão de parlamentares que defendem a saída dele do cargo. Sem hesitar, ele se mantém firme na defesa dos direitos dos povos indígenas e afirma que não se sente constrangido diante de apelos para que deixe a função.

Ontem, durante as comemorações do Dia do Índio, Mércio não só discursou em apoio aos indígenas, como prometeu que os procuradores da Funai defenderão os cinta-larga em eventual ação penal pelos assassinatos de garimpeiros, em Rondônia.

À vontade em meio aos representantes de várias etnias e autoridades, ele convidou a todos para saborear um coquetel no melhor estilo indígena — com peixe assado e tapioca. "Vamos lá fora, a mesa está posta", convidou, com um sorriso nos lábios e sem demonstrar qualquer desconforto diante das pressões para que deixe o cargo.

Ao lado dele, Sérgio Sérvulo, chefe de gabinete do ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, lembrava que a princípio "todos são demissíveis". "Mas não acredito que isso ocorra com o Mércio", diz Sérvulo. A seguir, trechos da entrevista com o presidente da Funai em meio ao tiroteio em que aparece como alvo.

CORREIO BRAZILIENSE — Não é constrangedor para o senhor estar trabalhando e saber que defendem sua saída do cargo?

MÉRCIO PEREIRA GOMES — Não me sinto nem um pouco constrangido. Quanto mais se defende os índios, mais pressão ocorre. Estou absolutamente tranqüilo.

CORREIO — Qual a explicação para o conflito na reserva de Roosevelt, onde confrontos entre os cinta-larga e garimpeiros provocaram a morte de 29 brancos?

MÉRCIO — O que aconteceu foi a defesa do território: os índios defendem suas terras como se fossem a vida deles. Mas nada justifica a morte. O que a Funai quer é que a paz seja instalada.

CORREIO — Na sua opinião, os índios podem ser punidos criminalmente?

MÉRCIO — Legalmente os índios são tutelados pela Funai, os procuradores é que podem responder por eles, defendê-los.

IVO CASSOL

"A PF achou 29 corpos. Tem mais"

ERIKA KLINGL
DA EQUIPE DO CORREIO

O governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), tem formas diferentes de tratar as crises que tomaram conta de seu estado nos últimos dias. Na hora de falar do conflito dos índios cinta-larga com os garimpeiros, ele teme uma guerra civil. "O conflito com os índios cinta-larga é 1.000% mais grave do que qualquer um pode imaginar", afirma.

Na hora de comentar a rebelião da penitenciária Urso Branco, as críticas do governador minimizam a situação. "É grave mas, infelizmente, é normal", avalia.

CORREIO BRAZILIENSE - O que pode acontecer com esse conflito entre os garimpeiros e os índios?

IVO CASSOL - Tenho medo de guerra civil. As famílias das pessoas usadas pelos índios podem ser levadas a fazer alguma coisa. O problema é que não posso fazer nada na área indígena. Se um dos índios sair, não sei o que pode acontecer.

CORREIO — A situação era grave assim desde o início?

CASSOL — Avisei ao governo federal no ano passado, mas tudo piorou agora. Logo depois da chacina (há dez dias), a Funai tinha que permitir nossa entrada. A PF achou 29 corpos. Tem mais

CORREIO — O senhor culpa a Funai?

CASSOL — Não seria tão grave se tivéssemos agido antes. E ainda vejo a declaração do presidente da Funai (Mércio Gomes) de que os índios estavam apenas protegendo suas terras. Já imaginou se todos fôssemos defender terra desse jeito? A colocação dele foi infantil.

CORREIO — Qual a solução?

CASSOL — O governo precisa saber qual riqueza existe nas reservas e criar uma lei para autorizar a exploração legal e controlada dessas regiões.

CORREIO — Além do conflito indígena, o senhor enfrentou uma grave rebelião na maior penitenciária do estado ontem, com cenas de barbárie. O que o senhor vai fazer?

CASSOL — Se fosse só no meu estado, acharia que a culpa era minha. Mas, infelizmente, é normal. Acontece em todo país. A maioria dos estados têm rebelião, não há estrutura que agüente a superlotação. No Urso Branco, são 1.060 homens num lugar com 350 vagas. Vamos substituir o diretor do presídio como querem os presos, mas sem ceder na segurança.

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: *'Os presos querem a volta das regalias. E isso eles não vão ter', diz secretário de Segurança*

Espetáculo de selvageria em Rondônia

Presos rebelados em penitenciária decapitaram e esquartejaram detentos diante de policiais e parentes

Jailton de Carvalho

Enviado especial

• PORTO VELHO. Numa exibição de selvageria, chefes da rebelião na Penitenciária Urso Branco decapitaram e esquartejaram mais três colegas de cadeia ao longo do dia de ontem. Pelas contas dos detentos, nove presos já foram mortos desde o início do motim, na sexta-feira. A Secretaria de Segurança, porém, só confirma ter informação sobre seis mortes. Uma das vítimas teve a cabeça cortada e exibida, se esvaindo em sangue, no alto de uma das torres do presídio. Outros dois presos tiveram braços, pernas e pés decepados com facas artesanais na frente de parentes, amigos e policiais que acompanhavam as cenas do lado de fora da prisão. Para o horror da platéia, os pedaços dos corpos foram jogados no pátio interno. A rebelião já dura quatro dias.

O presídio tem cerca de 1.400 detentos. No começo da rebelião, os amotinados chegaram a tomar como reféns 170 parentes de presos.

— Cortavam como se corta uma galinha. Foram cortando os pedaços, pernas, braços e cabeças e jogando para o alto — disse a mulher de um dos detentos, com os olhos inchados e vermelhos de choro e cansaço.

Procurador foi quase linchado

• Um dos chefes da revolta disse, por telefone, que mais 24 detentos seriam mortos e retaliados se o governo local não atender às reivindicações do grupo. No início da tarde, o procurador-geral de Justiça do estado, José Carlos Vitachi, foi cercado e quase linchado por aproximadamente 300 familiares e amigos dos presos, que aguardam os desdobramentos da rebelião do lado de fora da cadeia.

— Se não fosse uma ação rápida de policiais militares que estavam por perto, ele teria sido linchado — afirmou o secretário-adjunto de Segurança Pública Renato de Souza.

Procurado pelo GLOBO, o governador Ivo Cassol não retornou a ligação. No começo da noite, Renato de Souza disse que o gabinete de gestão de crise, formado por representantes do governo, do Ministério Público e do Judiciário, estava prestes a chegar a um acordo com a comissão de negociação dos presos amotinados e encerrar a rebelião.

Massacre em 2002

• Em janeiro de 2002, uma rebelião no presídio Urso Branco resultou na morte de 27 detentos. O motim teria começado durante uma tentativa de fuga em massa. Houve troca de tiros entre grupos rivais e com a polícia. A principal exigência dos quase 900 presidiários rebelados era a transferência de 35 bandidos de alta periculosidade para uma ala de segurança máxima.

Os policiais encontraram corpos espalhados pelas celas, muitos deles mutilados. Também apreenderam dois revólveres. Segundo policiais, pelo estado dos corpos os presos morreram em ataques violentos.

Em 11 de setembro de 2001, Marcos Antônio Ribeiro dos Santos, conhecido como Monstro de Minas, foi acusado de matar seis presos com objetos pontiagudos feitos no presídio de forma artesanal.

A Comissão de Direitos Humanos da OEA cobrou providências do governo sobre a situação no presídio Urso Branco, em junho de 2002. O país tinha 15 dias para entregar um relatório com as medidas tomadas. Caso contrário, poderia sofrer sanções políticas.

PRESO ATIRADO DO ALTO DO PRESÍDIO AGARRA-SE A UMA ANTENA E ESCAPA DA MORTE

AFP

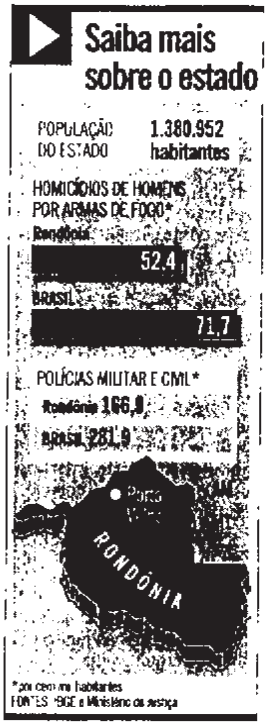
• PORTO VELHO. Mais de 300 homens, mulheres e crianças passaram o dia ontem acompanhando de uma distância aproximada de 250 metros as cenas de matança, decapitação e esquartejamento de presos por líderes da rebelião do presídio Urso Branco. Pela manhã, um homem, já idoso, viu o filho ser amarrado e exibido para ser atirado do alto de uma torre no pátio do presídio. Segundo uma testemunha, quando estava sendo balançado o rapaz se agarrou a barra de ferro de uma antena e conseguiu escapar da morte.

— O pai dele estava aqui perto da gente e viu tudo. Ninguém sabe como é que ele conseguiu desamarrar os nós e sair de lá com vida. Foi um milagre — disse a mulher de um dos detentos preso por tráfico.

Com a pele tostada pelo forte sol de Rondônia e apreensivas com a sucessão de cenas de barbárie, mulheres e crianças passavam o dia correndo de um lado para o outro, procurando vultos dos parentes entre os presos rebelados. Algumas pulavam e gritavam palavras de carinho e encorajamento quando conseguiam enxergar um familiar entre os muitos rostos dos presos rebelados.

— É uma angústia muito grande. A gente está aqui mas nunca sabe o que vai acontecer lá. Pode acontecer de tudo — disse a irmã de um dos detentos, um dos que comandavam a rebelião.

O GLOBO falou com dois presos por telefone celular e com dez familiares dos detentos que estavam do lado de fora do presídio. Todos pediram para não ter os nomes publicados. Eles disseram que essa era a ordem que receberam dos presos que comandam a rebelião. Seria um meio de evitar possíveis retaliações. *(J.C.)*



Mortos são tidos como traidores

• Mais de 500 policiais foram mobilizados para impedir fugas. Os presos estão reivindicando a troca de comando no presídio, o fim do toque genital na revista íntima das mulheres e a construção de um galpão com cobertura e água potável para proteger os parentes do sol e da chuva, nos momentos que antecedem as visitas semanais. O secretário-adjunto de Segurança disse que nem todas as reivindicações poderão ser atendidas.

— Os presos querem a volta das regalias. E isso eles não vão ter — afirmou.

Segundo ele, desde que o novo regime disciplinar foi implantado no presídio, a polícia conseguiu apreender 200 facas, uma pistola e grande quantidade de cocaína e outras drogas em poder dos detentos. A rebelião começou na sexta-feira e, logo no início, eles mataram dois presos. O clima ficou ainda mais pesado no sábado, quando a mulher de um dos presos, que estava do lado de fora da cadeia, grávida de cinco meses, passou mal. Testemunhas disseram que a mulher abortou devido à tensão e à falta de um local adequado para acolher as pessoas que visitam os presos.

— Ele ficou aí tomando sol, estava nervosa. De repente, teve uma crise e começou a abortar — contou uma outra parente de um dos detentos rebelados, que pediu para não ser identificada.

No mesmo dia, outro detento foi assassinado. A selvageria se tornou ainda mais explícita ontem. Logo pela manhã um preso foi decapitado. Um dos líderes da rebelião exibiu a cabeça do colega, ainda pingando sangue, no alto de uma das torres para desespero da platéia, que acompanhava tudo do lado de fora, sem nenhum poder de reação. Esse mesmo detento jogou a cabeça do colega no pátio interno e depois ergueu as mãos ensangüentadas.

Uma hora depois, os líderes da revolta cortaram os pés, os braços e o pescoço de outro detento.

— Mataram e depois foram cortando cada parte do corpo com facas e jogando o pedaços para o alto — contou uma terceira testemunha da matança.

Ao fim do dia, um dos presos disse que pelo menos seis detentos tinham sido sacrificados. As vítimas foram escolhidas entre os presos do "seguro", detentos que os chefes do motim consideram traidores. ■

SISTEMA PRISIONAL *Presos exigem melhoria na alimentação e mantêm 170 parentes como reféns para impedir entrada da PM*

Amotinados matam oito em Porto Velho

TIAGO ORNAGHI
DA AGÊNCIA FOLHA

Uma rebelião na Casa de Detenção José Mário Alves, mais conhecida como Urso Branco, em Porto Velho (RO), deixou, pelo menos, oito mortos. Cinco das mortes ocorreram ontem; as outras três, durante o final de semana.

O motim começou no final da tarde de sexta-feira. As negociações foram interrompidas ontem à noite. Cerca de 170 parentes de presos eram mantidos dentro do presídio pelos internos.

Segundo a Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania, os detentos foram mortos pelos colegas a golpes de armas artesanais, fabricadas dentro da cadeia, barras de ferro e pedaços de madeira.

Ontem, os rebelados mostraram, em cima do telhado da penitenciária, uma cabeça decapitada de um preso e partes esquartejadas de outro detento assassinado. Eles teriam atirado os corpos dos demais mortos no pátio interno.

O preso decapitado foi identificado como sendo Izaque Monteiro do Espírito Santo. A Secretaria da Segurança não conseguiu dizer quem era o esquartejado. As identidades dos demais mortos não haviam sido confirmadas. A secretaria aguardava o encerramento da rebelião para recolher e identificar todos os mortos.

O motim começou na sexta-feira, após uma briga interna. Os internos se rebelaram contra a qualidade da comida servida e contra a irregularidade das refeições. Eles também pediam a substituição da administração do presídio.

Segundo a mulher de um preso, que preferiu não se identificar, é comum não haver comida para todos os detentos e, em alguns dias, é servida apenas uma refeição. Segundo a secretaria, há cerca de 1.300 pessoas cumprindo pena na cadeia, que tem capacidade para 350 presos.

"Nós reclamamos da comida que nos servem e da falta de medicamentos. Existe gente com HIV aqui dentro que não recebe medicação. Se o governo [estadual] não resolver a situação, podemos continuar matando gente", disse um dos internos do Urso Branco por meio de um telefone celular.

O preso, que não se identificou, disse ainda que "diversas pessoas já cumpriram a pena integralmente". Segundo a assessoria de imprensa da secretaria, "as reclamações não procedem, mas a situação daqueles que, porventura, já tenham cumprido as suas penas será verificada".

Cerca de 170 familiares de presos estavam sendo mantidos dentro do Urso Branco. Segundo a Secretaria da Segurança, eles não são considerados reféns porque se recusaram a deixar o presídio.

Eles seriam mantidos ali para evitar que a Polícia Militar invadisse o local. Cerca de 70 PMs entraram na manhã de ontem em parte da cadeia.

Ainda segundo a secretaria, 160 detentos que estavam sob ameaça de morte por seus colegas foram isolados em uma área administrativa, inacessível aos rebelados.

Segundo o preso que falou com a reportagem, a rebelião começou na sexta-feira, quando dois detentos foram mortos por colegas.

As vítimas, de acordo com a secretaria, eram Jailson Quintino de Lima e Israel Márcio Soares.

Com a deflagração do motim, as reivindicações quanto à comida e aos medicamentos vieram à tona. Os detentos do Pavilhão 1 impediram a saída das visitas e tomaram o prédio. Na tarde de domingo, Luciano Teotônio dos Santos, o Pezão, foi morto a pauladas.

O secretário da Segurança Pública, Paulo Roberto Oliveira de Moraes, representantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), do Ministério Público Estadual, do Poder Judiciário e da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho ficaram reunidos dentro do presídio para negociar o fim da rebelião até as 20h30 (21h30 em Brasília).

Os rebelados exigiam a presença do governador Ivo Cassol (PSDB), que cancelou uma viagem para acompanhar as negociações, mas não foi até o presídio.

O governador atribuiu a rebelião à "superlotação" e à revista realizada pelas autoridades.

Segundo Cassol, metade dos cerca de 4.000 detentos do Estado são presos federais, daí a necessidade de um presídio da União, que ainda não saiu do papel.

Colaborou o enviado especial a Porto Velho

RIO SOB TENSÃO *Determinação partiu do presídio Bangu 1*

Líderes ordenam que traficantes soltos parem de proteger Dudu

MARIO HUGO MONKEN
DA SUCURSAL DO RIO

A Polícia Civil informou que os chefes da facção criminosa CV (Comando Vermelho) presos na penitenciária Bangu 1 (zona oeste do Rio) ordenaram aos cúmplices soltos que parem de proteger o traficante Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, líder da tentativa de invasão à favela da Rocinha (zona sul) há dez dias.

A ordem foi descoberta em interceptações telefônicas, autorizadas judicialmente, em aparelhos usados por membros do CV. A cúpula da facção estaria insatisfeita com a presença, desde sexta, de 500 policiais civis no complexo de favelas do Alemão (zona norte), onde Dudu se esconderia desde a tentativa de invasão. A ocupação prejudicaria a venda de drogas.

A ordem do CV já estaria sendo cumprida. A polícia afirma que Dudu está isolado, com apenas cinco cúmplices armados.

Segundo a polícia, todo o CV apoiava Dudu a tomar a favela de Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, morto na semana passada.

A Polícia Civil admite que Dudu pode não estar no Alemão. Ontem, no início da tarde, policiais entraram no complexo da Penha (zona norte), vizinha ao Alemão, pois receberam informações de que ele estaria na Chatuba.

Os policiais usaram um helicóptero, mas não haviam conseguido prender Dudu até a conclusão desta edição. Ele foi procurado ainda na favela do Jacarezinho.

De manhã, os policiais prenderam seis supostos traficantes ligados ao CV. Quatro foram pegos em uma fábrica desativada vizinha ao complexo. Entre eles, estava Marcelo da Paixão Nepomuceno, 30, irmão de Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, preso em Bangu 1 e um dos chefes do tráfico no Alemão.

Na zona norte, Fábio Freitas de Aguiar, 24, foi preso na favela da Galinha e disse que atuava com o traficante Marco Antônio Pereira Firmino da Silva, o My Thor, preso em Bangu 1. Humberto Castelo Branco da Costa, 32, o Piloto, foi preso em Olaria, com munição.

Comércio reabre no 'pós-guerra' da Rocinha

FABIANA CIMIERI
DA SUCURSAL DO RIO

Aos poucos, a favela da Rocinha (São Conrado, zona sul) retoma o cotidiano de antes da tentativa de invasão promovida pelo traficante Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, no último dia 9.

As creches, escolas e o comércio funcionaram ontem normalmente. O último resquício de que ali houve uma guerra é a presença ostensiva de 1.230 policiais militares, segundo a Secretaria de Segurança Pública.

A Folha percorreu a favela de mototáxi — meio de transporte usado pelos moradores para chegar em casa. A viagem custa R$ 1. Apesar da presença da polícia, os traficantes continuam a aterrorizar a população.

O motoqueiro que se identificou como Carlos, 32, se recusou a mostrar a casa onde o traficante que comandava o tráfico na Rocinha, Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, foi morto pela polícia, na última quarta.

Segundo ele, os traficantes fariam "represálias" caso levasse uma jornalista ao local.

"Você acha que eles [os traficantes] ainda não sabem que você está na minha garupa?", questionou.

CORREIO BRAZILIENSE

Presidente da República e principais assessores examinam uma série de medidas que promovam a geração de postos de trabalho e renda e indiquem que o governo venceu a paralisia administrativa dos últimos meses

Lula vai à TV anunciar pacote

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá fazer um pronunciamento à nação para anunciar medidas de estímulo à geração de emprego e distribuição de renda. Uma das medidas é a alteração na Lei do Primeiro Emprego, criada no ano passado, de forma a ampliar os benefícios para as empresas. Lula quer mostrar ao país que seu governo está determinado a minimizar o problema do desemprego com alternativas que não estariam restritas ao aumento do salário mínimo. Essa é também uma forma de responder às críticas de paralisia do governo intensificadas após o episódio envolvendo o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz.

A idéia do pronunciamento está sendo discutida pelo presidente Lula e seus principais auxiliares e poderá ser transmitido antes de primeiro de maio, dia do Trabalho. Apesar da resistência da equipe econômica, Lula deve anunciar um aumento acima da inflação para o salário mínimo, hoje em R$ 240 (*leia mais sobre salário mínimo na página 19*). Para amenizar o impacto na Previdência, a alternativa que está sendo considerada pelo Palácio é aumentar o valor do salário-família que, combinado com o mínimo, daria ao trabalhador maior poder de compra. Uma das propostas em análise é elevar o salário-família de R$ 13,48 para até R$ 30,00.

Diante dos resultados do programa de estímulo ao primeiro emprego, implantado em novembro do ano passado nas capitais, o presidente decidiu fazer ajustes para atrair as empresas. Pela lei em vigor, o governo concede estímulo financeiro às empresas, dois meses depois da contratação de jovens de 16 a 24 anos para o primeiro emprego. Na tentativa de reduzir os entraves e despertar interesse dos empresários, o governo quer antecipar o pagamento para facilitar o acesso ao programa.

Frentes e recrutas

Outra alternativa para gerar empregos é o aumento do contingente de jovens que prestam serviço militar nas Forças Armadas. Em função da escassez de recursos, houve corte de recrutas nos últimos anos. Agora, a idéia de Lula é ampliar e também iniciar um treinamento eficiente para que os jovens possam, depois, ser aproveitados nos quadros das polícias. O presidente poderá anunciar a criação de frentes de trabalho emergenciais para a recuperação de mais de sete mil quilômetros de estradas.

PRINCIPAIS MEDIDAS

R$ 30

é o valor que está sendo estudado para o salário-família

7.000

QUILÔMETROS

de estradas federais poderão ser recuperados por frentes de trabalho

Além dos estudos na área técnica do governo, o presidente Lula está buscando alternativas fora do Executivo. Na sexta-feira ele terá um encontro com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, que vai sugerir, por exemplo, a contratação emergencial de trabalhadores pelo Estado, sobretudo nos grandes centros. Numa primeira fase, a CUT vai propor a contratação de um milhão de pessoas este ano.

Na avaliação de auxiliares de Lula, depois de mais de dois meses da eclosão da crise Waldomiro Diniz, o governo já reúne condições de reagir. A denúncia contra o ex-assessor do Planalto, que foi flagrado em gravações cobrando propina e contribuições eleitorais ao empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, afetou diretamente o desempenho do ministro José Dirceu (Casa Civil), prejudicando o funcionamento da máquina administrativa. O presidente passou a cobrar com mais rigor desde a semana passada, competência dos ministros e resultados objetivos e concretos.

Irritação

Apesar de insatisfeito com o desempenho de alguns auxiliares, sobretudo do PT, o presidente não cogita mexer no ministério este ano. Ele está descontente especialmente com a gestão dos ministros Olívio Dutra (Cidades) e Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário), ambos oriundos do PT gaúcho.

O Ministério das Cidades tem recursos e uma demanda urgente dos grandes centros urbanos. No entanto, Olívio Dutra não consegue viabilizar os projetos, deixando o presidente cada dia mais irritado. O ministro Miguel Rossetto é outro que tem decepcionado. Além de contar com R$ 1,4 bilhão no Orçamento para assentamentos, o presidente autorizou recentemente mais R$ 1,7 bilhão – que será liberado ao longo do ano – e nada acontece. Todavia, as invasões dos trabalhadores sem terra continuam sem que haja, até mesmo, um discurso mais vigoroso de Rossetto.

O ministro da Saúde, Humberto Costa, alvo de sucessivas queixas de Lula, teria recuperado a confiança do governo com a promessa de deslanchar o programa de criação da farmácias populares, tão citados pelo presidente. Está prevista para ainda o primeiro semestre a inauguração de um lote de 20 farmácias para facilitar o acesso da população carente a medicamentos.

PFL cobra promessa e autoridade

DENISE ROTHENBURG
DA EQUIPE DO CORREIO

Preocupado com as últimas invasões capitaneadas pelo Movimento dos Sem Terra (MST, e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, acusou diretamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos episódios. "O MST continua levando no grito. E o governo continua leniente. As invasões chegaram às cidades por falta de exercício da autoridade do Presidente da República", afirmou Bornhausen, logo depois de a Executiva Nacional do partido redigir uma nota cobrando de Lula a promessa, feita na campanha de 2002, de dobrar o valor do salário mínimo.

Bornhausen se referia à decisão do governo de não utilizar a legislação anti-invasão para conter o que o PFL chama de abusos do MST — caso da invasão da fazenda da Klabin, em Santa Catarina. "Mais uma vez, a crise tem nome e se chama Lula. O ministro e a direção do Incra são ligados ao MST por tradição histórica. Responsabilizo o presidente, porque a ele compete se manifestar em questões graves, como são as ações do MST e no MTST. E ele não o faz", disse o senador.

Da mesma forma como cobra o restabelecimento da autoridade presidencial propondo uma intervenção para acabar com as invasões do MST, o PFL aponta discrepâncias entre a promessa de Lula de dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos e o aumento em discussão pelo governo. "Houve um pacto do presidente com os eleitores na campanha presidencial. Se não cumprir, o linhame dele (Lula) com a sociedade ficará fragilizado. Se ele não dobrar o valor real do mínimo, terá que convocar uma cadeia nacional de rádio e TV para pedir desculpas à população. Terá que confessar sua culpa por utilizar se de uma falsa promessa com finalidade eleitoral", afirmou o presidente pefelista.

A cobrança da promessa eleitoral foi o único tema de uma nota divulgada ao fim da reunião do PFL. No texto, o partido sustenta que "um governo que compra avião para o presidente da República por R$ 173 milhões; que cria 2,8 mil cargos em comissão desnecessários e que mantém ministérios e ministros dispensáveis não tem autoridade para impor novos sacrifícios a quem ganha o salário mínimo."

O PFL faz ainda um histórico da promessa de Lula e do valor do salário no governo petista. "Na campanha, o atual presidente criticou duramente a revisão do salário mínimo que levava em conta as restrições fiscais impostas pelo crescente déficit da previdência e a situação dos estados e municípios", diz o texto, que lembra o valor do mínimo no atual governo. "No primeiro ano de mandato, o presidente da República adotou a mesma política que condenara em termos contundentes e enfáticos, reajustando o salário com um ganho real inferior a 2%", escreveu o PFL

Bornhausen evitou falar em valores para o novo mínimo. "Quem decide é o governo. Ao Congresso cabe apresentar emendas", comentou, deixando clara a intenção do partido de levar o PT ao desgaste de votar contra um valor maior a ser proposto pelos pefelistas, da mesma forma que o PT procurava desgastar o PFL e o PSDB no governo Fernando Henrique Cardoso.

Enquanto o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, concluía uma entrevista sobre a violência naquela cidade, o economista Paulo Rebelo de Castro, que faz vários estudos econômicos para o partido, falava ao **Correio** sobre os entraves fiscais para que o governo conceda um reajuste generoso ao mínimo. "O salário mínimo tem uma vinculação previdenciária e fiscal, da parte das prefeituras, tremendamente desgastante para as finanças. O salário mínimo não deveria estar vinculado à base fiscal", dizia ele.

Rabelo de Castro sugeria que o Congresso estudasse uma lei para fazer a desvinculação entre o salário mínimo e a base fiscal — previdência e prefeituras —, quando entrou na sala o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ). "Ei, espera aí: o Congresso não! O governo prometeu aumentar o salário e disse que tinha a solução para isso. Ele agora que se vire", discursou o deputado.

Serra: ações "de direita"

DA REDAÇÃO

O presidente nacional do PSDB, José Serra, voltou a dizer ontem, durante seminário sobre educação em São Paulo, que o "governo do PT está tomando medidas que podem ser consideradas de direita". "Ele (PT) tinha um programa bastante à esquerda para o Brasil; um programa nacional popular muito ambicioso e irrealista, e convenceu a população de que isso era viável. Quando o PT ganhou a eleição, no entanto, deixou tudo de lado e ficou sem programa nenhum", afirmou Serra.

Apesar de o tucano ter enfatizado inicialmente que o governo Lula é diferente do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ele afirmou que o governo atual "pegou emprestado" políticas neoliberais. Serra argumentou que, diante dessa posição, o governo do PT ficou "à deriva" e acabou adotando uma política econômico-financeira e social mais à direita.

Na opinião de José Serra o Brasil nunca passou por uma situação como agora em que o quadro externo está favorável. "No ano passado a situação externa da economia brasileira foi a mais eufórica da que se tem notícia, mas o Brasil ficou na contramão e o governo Lula não aproveitou o momento, ficou se lambuzando com o poder."

O presidente do PSDB criticou ainda a condução da política monetária, afirmando que os juros estão na estratosfera e disse também que a carga tributária está em um patamar nunca visto anteriormente. Ele destacou que o Brasil deixou de crescer, enquanto outros países se desenvolviam durante o primeiro ano do governo Lula.

AUTOMÓVEIS

Com 43% de ociosidade, montadoras instaladas no Brasil continuarão negociando reduções permanentes nos tributos sobre veículos. Novo presidente da associação dos fabricantes rejeita medidas temporárias

Empresas pedem imposto menor

MARCELO ONAGA
DA EQUIPE DO CORREIO

SÃO PAULO - Conseguir o que ninguém conseguiu desde 1997: fazer o mercado de automóveis crescer no Brasil. Essa é a principal missão do engenheiro Rogelio Golfarb, novo presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Para tanto, Golfarb espera que a economia do país volte a crescer. "As pessoas precisam de mais renda e emprego para poderem voltar a comprar", diz o executivo.

Como a situação econômica do país não parece ir em direção ao cenário desejado pela Anfavea — na primeira quinzena de abril as vendas do setor encolheram 23% — e por todos os setores produtivos, o caminho mais provável para que a indústria automobilística volte a vender os dois milhões de veículos que comercializou em 1997 — último ano de forte crescimento do setor — será a negociação de acordos para redução de impostos e a busca por fontes mais baratas de financiamento.

"Não queremos nada provisório. Precisamos de soluções de longo prazo que permitam ao investidor ter mais confiança no país", diz o novo presidente da Anfavea. Ele, que é diretor de Assuntos Corporativos da Ford, como todos os outros executivos de montadoras instaladas no país, está preocupado em dar uma satisfação para as matrizes, que desde 1994 investiram US$ 27 bilhões no país e estão longe de ver o retorno desses recursos.

> **A CARGA TRIBUTÁRIA É MUITO ALTA E ISSO PRECISA SER REVISTO. A REDUÇÃO DO IPI MOSTROU-SE BOA PARA TODOS**
>
> *Rogelio Golfarb, novo presidente da Anfavea*

A indústria automobilística brasileira tem capacidade para produzir 3,2 milhões de veículos por ano, um salto enorme se comparado às 700 mil unidades de 1992. Com a abertura do mercado brasileiro, várias empresas que antes exportavam para o Brasil passaram a produzir por aqui visando também a exportação para o Mercosul. Resultado: de um total de 1,6 milhão de veículos produzidos em 1997, 400 mil foram exportados. Neste ano, a expectativa é de que a indústria exporte 41% do que produzir. Os números restantes são exportados, diz Golfarb.

Com tamanha capacidade ociosa, o ritmo atual de vendas deverá ainda demorar muito para que a marca de três milhões de unidades vendidas seja alcançada. O novo presidente da Anfavea expôs isso na noite de ontem, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, na presença do governador do estado, Geraldo Alckmin — não revela os planos para conseguir recuperar o mercado.

"A carga tributária é muito alta e isso precisa ser revisto. A redução do IPI mostrou-se boa para todos. Se a alíquota for aumentada, ou mesmo se for reduzida, anuncia o presidente da Anfavea.

FOLHA DE S.PAULO

RETOMADA DESIGUAL *Ânimo fica limitado à ampliação do comércio exterior; venda de carros cai 23% na 1ª quinzena de abril*

Otimismo continua restrito aos exportadores

FÁTIMA FERNANDES
DA REPORTAGEM LOCAL

Vários indicadores divulgados nas últimas semanas sugeriam a idéia de que a economia brasileira está em recuperação. As montadoras produziram mais carros no primeiro trimestre, a indústria paulista abriu mais vagas e a fabricação de papelão ondulado —termômetro industrial— aumentou.

Uma análise desses dados e números mais recentes, no entanto, mostra que a retomada ainda é incipiente e o aquecimento continua limitado às vendas externas.

Levantamento preliminar da Fundação Getúlio Vargas e os dados de emprego da Fiesp (Federação das Indústrias no Estado de São Paulo) mostraram que os empresários industriais estão mais otimistas. No entanto, as duas entidades entendem que essa percepção está mais ligada ao desempenho das exportações do que ao das vendas no mercado interno.

Outro dado revela a retomada desigual do ritmo econômico: apesar do aumento da produção e das vendas de automóveis no primeiro trimestre, as vendas no mercado interno caíram 23% na primeira quinzena de abril em relação aos primeiros 15 dias de março, segundo dado divulgado ontem. A produção no período não foi revelada.

"Os empresários estão bem mais otimistas do que estavam em janeiro", afirma Jorge Braga, economista da FGV. "Mas as vendas externas têm grande peso nesse otimismo."

Para 54% das empresas ouvidas pela FGV no início de abril (de um total de 608), a produção deve subir neste trimestre (abril-junho); 43% delas prevêem aumento de demanda e 15%, do emprego.

A Fiesp informa que no primeiro trimestre deste ano a indústria paulista abriu cerca de 13 mil vagas. "A explicação é o mercado externo. Quem depende das vendas no mercado doméstico não está produzindo *mais e não está contratando*", afirma Claudio Vaz, diretor da entidade.

A alta de 13,5% na produção de carros no primeiro trimestre deste ano sobre igual período de 2003, divulgada há duas semanas, trouxe vigor aos indicadores.

O aumento de 13,3% nas vendas de papelão ondulado em março de 2004 sobre mesmo mês do ano passado também chegou a animar alguns economistas. Esse tipo de embalagem, utilizado por boa parte da indústria, serve de referência da atividade industrial.

Mas poucos acreditam num aumento da demanda interna. "O consumidor não tem segurança para gastar. Isso explica esse vaivém em alguns indicadores", diz Fernando Montero, da consultoria Tendências. O Índice de Confiança do Consumidor, medido pela Fecomercio SP, mostra esse desânimo. Em abril, o índice fechou em 105,2 pontos, o patamar mais baixo desde março de 2003.

"O consumidor está cada vez mais descrente de que poderá recuperar seu poder aquisitivo", afirma em nota Abram Szajman, presidente da Fecomercio.

Antonio Carlos Borges, diretor-executivo da Fecomercio, diz que não há recuperação. "Alguns indicadores são melhores do que os do ano passado porque a base de comparação é muito baixa. Qualquer recuperação pequena tem significado, mas o consumidor está desanimado porque o desemprego é elevado, a renda não cresce e os juros seguem altos."

A contradição entre a expectativa dos empresários e a dos consumidores coloca a recuperação da economia em xeque, diz Julio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Iedi (Instituto de Economia para o Desenvolvimento Industrial). "Isso mostra que os setores que vendem para o mercado externo enxergam uma recuperação econômica. Mas quem está aqui dentro não vê melhora. O fato é que existe recuperação da economia, mas ainda é incipiente."

Economistas de bancos são mais otimistas. Para Aurélio Bicalho, do Itaú, uma retomada ampla está a caminho. "O conjunto de informação que temos até agora, ainda que seja limitado, nos revela boas perspectivas de crescimento para o mês de março e os seguintes", diz ele, em análise.

Milhares fazem fila para santo Expedito

Santo de causas urgentes leva fiéis a esperarem até 4 horas por socorro para dívida e emprego

DA REPORTAGEM LOCAL

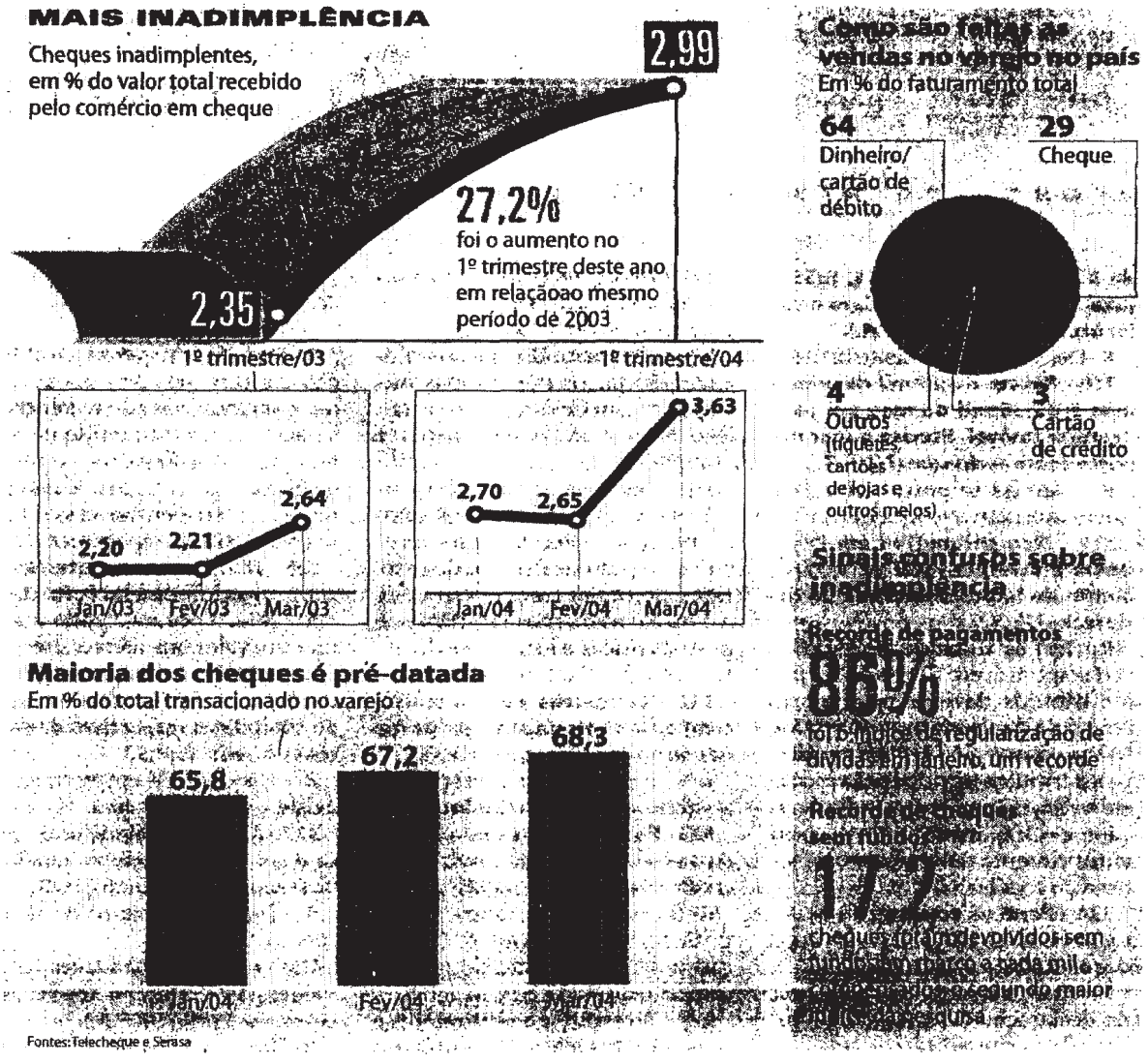
Padroeiro das causas urgentes, segundo a tradição católica, santo Expedito atraiu milhares de fiéis ontem a sua igreja em São Paulo, na verdade uma capela, abrigada em quartel da PM paulista, da qual é protetor. Pelas estimativas da PM, ontem, dia do santo, cerca de 100 mil pessoas circularam na capela.

Tanta gente junta era fila na certa. E pelo menos quatro horas foi o tempo que Antonio Carlos Nascimento, 48, diz ter levado entre o início da fila e a porta da igreja de santo Expedito.

Vitrinista, desempregado há um ano e oito meses, está acompanhado do filho mais velho, recruta do Exército. A família de Nascimento vive dos bicos que ele faz para lojistas e comerciantes e do soldo do filho recruta. Nos últimos meses, as dívidas se acumularam. Hoje, deve um mês de aluguel ("estou indo para o segundo"), no total cerca de R$ 700, sem multa, e "pena" para arrumar o dinheiro para evitar que as contas se acumulem. "Com criança pequena, não posso deixar faltar feijão, luz, água."

Desemprego e dívidas. Os relatos se repetem. João Luiz Mendes leva na pasta, em formato porta-fólio, um currículo, que pretende deixar dentro da capela do santo. Desempregado, acumula dívidas com agiotas (estima que em R$ 1.200). Diz que a dívida, que não ultrapassava os R$ 700, contraída sete meses atrás, já quase dobrou de valor. Além disso, tem um débito de cerca de R$ 300 em cheques devolvidos. "Se tivesse cartão de crédito, seria ainda pior. Estaria devendo no cartão e para agiota", afirma. "Consegui fazer uns bicos, vou pagar uma parte e empurrar o resto até as coisas melhorarem, conseguir pagar e limpar meu nome", completa o auxiliar contábil, que nas últimas semanas tem preparado formulários de IR para antigos clientes e vizinhos.

Acompanhada de amigas, a vendedora Luciane Pereira Pinheiro, 23, afirma que recorreu ao santo para pagar dívidas. Entre comissão e salários em uma loja, recebe R$ 650. Mas deve ao menos R$ 2.000, entre carnês e cheques devolvidos que precisará recuperar em lojas. Vai pela primeira vez à igreja de santo Expedito. "Eu me descontrolei com o final do ano. Quando vi, estava toda enrolada", afirma.



Valor da inadimplência em cheques emitidos cresce 27% no 1º trimestre

ADRIANA MATTOS
DA REPORTAGEM LOCAL

Dados publicados ontem tornam possível afirmar que o já anunciado aumento na taxa da inadimplência veio acompanhado de crescimento no tamanho do calote. Segundo levantamento da Telecheque, empresa de gestão de crédito, aumentou em 27,2% o valor total da inadimplência em cheques emitidos no país no primeiro trimestre sobre 2003.

Se antes os cheques emitidos e não pagos somavam R$ 100, por exemplo, agora somam R$ 127,2. Ao descontar a inflação (IPC/Fipe dos últimos 12 meses), o valor continua elevado e atinge R$ 122,7 (alta de 22,7%). Os números foram obtidos com base em dados de cerca de mil clientes (lojistas) da Telecheque no país.

Pesquisas recentes já mostravam que o volume de cheques sem fundos devolvido havia subido: o número passou de 16,7 para cada lote de mil compensados para 17,2 por lote no período de um ano —em março de 2003 em relação ao mês passado. Esses números foram publicados pela Serasa, que usa como base informações do Banco Central.

Ao cruzar os dois resultados, da Serasa e da Telecheque, as entidades comerciais passaram a afirmar que não só o montante de operações inadimplentes subiu, assim como o volume delas.

"Há uma parcela de consumidores que voltou às lojas, após limpar o nome no final do ano, e se enrolou novamente", diz José Antonio Praxedes, vice-presidente da Telecheque. Esse descontrole foi verificado em produtos de maior valor agregado, o que pode ter pressionado o volume total do calote neste ano.

Dados da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) mostram que as lojas de eletrodomésticos, móveis e decorações, relojoarias e materiais de construção, entre outros, sentiram um aumento na inadimplência neste ano. Tanto que esses setores (ao lado de outros 13 segmentos, num total de 25) registraram alta no total de títulos protestados de pessoas físicas em São Paulo em março de 2004 em relação a fevereiro.

A Telecheque ainda informou ontem que a taxa de inadimplência em cheques no país atingiu 3,63% em março deste ano (superior a taxa de 2,64% no mesmo mês do ano passado e de 2,68% em 2002).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: *Caciques cobram de Lula clareza na política indigenista*

Índios ocupam plenário da Câmara para protestar contra o governo

Representantes de 28 etnias cobram demarcação de Raposa Serra do Sol

Isabel Braga e Cristiana Lôbo *

• BRASÍLIA. Cerca de 70 índios de 28 etnias aproveitaram ontem a sessão solene na Câmara em homenagem ao Dia do Índio para protestar. Eles ocuparam o plenário por pouco mais de uma hora. Insatisfeitos com a política indigenista do governo, ameaçaram só deixar o plenário depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordasse em demarcar a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Deputados tentaram convencer os índios a deixar o plenário como forma de facilitar a negociação. Irredutíveis, caciques e líderes indígenas deixaram claro sua insatisfação com a falta de cumprimento das promessas feita por Lula na campanha. Antes da rebelião, o tom dos discursos já eram de protesto.

— Não queremos mais ser símbolo, não queremos mais ser homenageados, queremos que Lula diga, com clareza, de que forma vai tratar a política indigenista — afirmou o líder indigenista Jecinaldo Sateré-Mauê.

Alguns já chegaram à sessão solene com pinturas de guerra. Depois que os caciques anunciaram a intenção de ocupar o plenário até que Lula os recebesse, outros também pintaram o corpo e o rosto de vermelho. Uma índia também passou batom.

Cacique avisou que índios não temiam seguranças

Toda a vez que um cacique discursava e apresentava aos deputados argumentos para ficar em plenário, recebia apoio dos demais índios, que gritavam e balançavam seus chocalhos. Marcos Xukuru, de Pernambuco, avisava que os índios não temiam um enfrentamento com os seguranças da Câmara dos Deputados:

— Se morrermos, vamos ficar como símbolo na História do país.

Após muito debate e bate-boca com alguns deputados, os índios concordaram em deixar o plenário, mas permaneceram acampados no Salão Verde enquanto uma comissão de deputados negociava um encontro com Lula. No Salão Verde, os índios dançaram em sinal de guerra e deitaram-se ou sentaram nos tapetes.

Uma comissão de índios será recebida hoje, às 9h, pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e pelo chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Eles entregarão uma pauta de reivindicações com nove itens. Além da demarcação da Raposa Serra do Sol, exigem a retirada de todos os garimpeiros da reserva dos cintas-largas em Rondônia, onde foram encontrados os corpos de garimpeiros.

(*) Do Globo Online

Mércio diz que buscar culpados é desumano

'O índio defende sua terra como se defendesse sua própria vida', afirma o presidente da Funai

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Depois de dizer no fim de semana que os cintas largas, acusados de matar 26 garimpeiros, agiram para defender sua terra, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, afirmou ontem que é desumano buscar culpados para as mortes na reserva Roosevelt, em Rondônia, neste momento. Mércio disse que, nesse caso, há uma "responsabilidade diferenciada" porque os índios são tutelados pela Funai.

Ele afirmou que a terra indígena não é como uma propriedade privada qualquer, por se tratar de uma extensão de sua vida e de sua cultura.

— O índio defende sua terra como se defendesse sua própria vida — disse.

Mércio disse que a Funai, com seus procuradores, irá aguardar a ação do Ministério Público para defender os índios envolvidos no caso.

O presidente da Funai respondeu ao deputado Lindberg Farias (PT-RJ), que durante discurso no plenário da Câmara defendeu sua demissão:

— Quanto mais você defende índio, mais aparece gente querendo te derrubar. Lamento que essa tenha sido a posição de um deputado de esquerda.

Lula assinou decretos homologando oito áreas

O porta-voz da Presidência, André Singer, anunciou ontem que Lula assinou decretos homologando oito áreas indígenas (sete no Amazonas e uma no Espírito Santo), num total de 1,2 milhão de hectares. Mas, segundo Singer, a decisão sobre a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol, a mais esperada, só será anunciada no dia 27. A maior reserva é a de Coatá-Laranjal, em Borba (AM), que chega a 1,1 milhão de hectares. ■

Índios pedem fim do garimpo

• BRASÍLIA. Além da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em Roraima, os índios que ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados ontem exigem a retirada de todos os garimpeiros da terra indígena dos cintas-largas em Rondônia, onde foram encontrados os corpos de garimpeiros.

— A história do garimpo cinta-larga é muito triste e esperamos que a manchete (sobre a morte dos garimpeiros) sirva de lição para que o governo entenda que é preciso tratar com carinho, respeito e especificidade a questão indígena. Nos últimos cinco anos mais de dois mil índios foram mortos por garimpeiros ou pela contaminação da água — disse Jecinaldo Sateré-Mawé.

Segundo Sateré-Mawé, os índios permanecerão em Brasília até que o governo apresente uma posição sobre a homologação da reserva Raposa Serra do Sol:

— Ou o governo fica do nosso lado ou fica do lado dos políticos corruptos de Roraima.

Ontem, o deputado Lindberg Farias (PT-RJ), relator do proposta alternativa para demarcação da Raposa Serra do Sol, pediu a demissão do presidente da Funai, Mércio Gomes Pereira. Segundo o deputado, a declaração de Mércio apoiando a chacina dos garimpeiros feita por índios cintas- largas é despropositada.

Índios bloqueiam estrada em MS

Manifestantes pedem ao governo agilidade na demarcação de terras

Paulo Yafusso

Especial para O GLOBO

• CAMPO GRANDE. Um grupo de 500 índios guaranis-caiovás e terenas das aldeias Bororó e Jaguapiru, em Dourados, bloqueou ontem a rodovia estadual MS-156. A estrada divide as duas aldeias, que formam a reserva indígena de Dourados. O protesto obrigou o vice-governador Egon Krakhecke e o prefeito da cidade, Laerte Tetila, ambos do PT, a iniciar na estrada a solenidade prevista para acontecer numa escola da reserva. O convênio, que prevê a construção de 200 casas, foi assinado na rodovia interditada.

Um motorista tentou furar o bloqueio e acabou atropelando um índio. Além da melhoria das condições de vida nas aldeias, os índios cobraram dos governos agilidade no processo de demarcação. O bloqueio durou cerca de duas horas.

Já em Amambaí, perto da fronteira com o Paraguai, também houve protesto dos guaranis-caiovás. O movimento foi engrossado pelos sem-terra de diversas cidades do Sul do estado. Segundo cálculos da PM, cerca de dois mil índios e trabalhadores rurais participaram do ato, que começou com uma caminhada de oito quilômetros. O coordenador nacional do MST João Pedro Stédile também participou da manifestação. ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CORREIO BRAZILIENSE

DIA [illegible]

Presidente assina decreto homologando oito áreas indígenas, num total de 1,29 milhão de hectares. Mas a decisão mais polêmica, sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, só deve ser anunciada no dia 27

Tribos exigem encontro com Lula

Indígenas de 28 tribos diferentes que participaram ontem de uma sessão comemorativa ao Dia do Índio, no Congresso Nacional, cobraram um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No final da sessão, quando restavam cem índios, seus líderes começaram a gritar que não sairiam da Casa enquanto não fossem recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em nota, eles reivindicam a retirada de todos os garimpeiros ilegais invasores das terras dos cinta-larga, em Rondônia, e o andamento de 40 processos de reconhecimento de reservas.

Os deputados presentes à sessão negociaram por 30 minutos e conseguiram que deixassem o plenário e se colocassem no salão verde — área que antecede a entrada do plenário. Além disso, os deputados Carlos Abicalil (PT-MT), Fernando Ferro (PT-PE) e Perpétua Almeida (PC do B-AC) agendaram no Palácio do Planalto um encontro entre o governo e os representantes indígenas. A reunião foi marcada para hoje.

No salão verde, os indígenas dançaram e cantaram músicas tradicionais. A maior parte dos índios estava com pinturas de guerra. Eles afirmaram que não deixariam o prédio da Câmara sem ter uma posição clara do governo sobre a política para seus povos. Desde quinta-feira, cerca de cem índios estão acampados em frente ao Ministério da Justiça. Eles pedem a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Promessa

Como parte das comemorações do Dia do Índio, o presidente Lula assinou decreto homologando oito áreas indígenas, sete no Amazonas e uma no Espírito Santo, num total de 1,29 milhão de hectares. Segundo o porta-voz da Presidência da República, André Singer, apenas no dia 27 o governo deverá anunciar a decisão sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde índios de cinco etnias lutam pela homologação da área.

No Amazonas foram homologadas as reservas Coatá-Laranjal (dos índios mundurucus e saterés-mawés), Porto Praia e Tupã-Supé (tikunas), Fortaleza do Patauá (apurinãs), Jurna (jumas), Igarapé Grande (cambebas) e Fenharim Igarapé Preto (tenharins). Já no Espírito Santo, o presidente reconheceu o território de Caieiras Velha 2, onde vivem tupiniquins e guaranis.

A maior área homologada é a dos mundurucus e saterés-mawés, no município de Borba, no Amazonas, com 1,1 milhão de hectares. Singer informou que Lula também assinou decreto tornando o Brasil signatário da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece normas de respeito às culturas indígenas.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, afirmou que Lula deve homologar de forma contínua a reserva indígena Raposa Serra do Sol. "O presidente [Lula] não tem outra possibilidade, pois não homologá-la de forma contínua significaria retroceder e anular um trabalho de dez anos de demarcação das terras", disse. "Eu recebi esse indicativo do presidente." A Presidência da República, contudo, não confirmou a informação.

Protesto

Em Mato Grosso do Sul, cerca de 400 índios bloquearam a rodovia MS-156 na manhã de ontem para protestar por melhores condições de vida na reserva indígena de Dourados, a 224 km de Campo Grande, onde ficam as aldeias de Jaguapiru e Bororo. A estrada corta as aldeias e permaneceu fechada entre as 10h e as 11h20. O protesto reuniu três etnias — caiuá terena e guarani — que formam um contingente de mais de 10 mil índios que vivem nos 3.600 hectares da reserva de Dourados.

A PF não registrou incidentes durante a manifestação. A Polícia Rodoviária Estadual informou que os indígenas reivindicaram ainda o direito à produção e à terra, alegando que as condições de tráfego no local são ruins e eles têm dificuldade para conseguir emprego e sustentar as famílias. Os índios aproveitaram a presença do prefeito Laerte Tetila e do vice-governador Égon Krakhecke, ambos do PT, para cobrar mais atenção. Eles chegaram a ameaçar fazer invasões de terra na região, mas, de acordo com a PF, a situação já havia sido controlada no início da tarde.

ENTENDA O CASO

- *Discutido desde 1977, o processo de demarcação da reserva Raposa Serra do Sol está na última fase. Falta apenas a assinatura do presidente Lula para que a terra indígena seja homologada. Adiada várias vezes, a homologação foi prometida pelo presidente da Funai para o próximo dia 28.*

- *Em janeiro, um grupo de fazendeiros aliados a índios macuxi (e etnias associadas) protestaram contra a homologação. O comércio de Boa Vista e as vias de acesso à cidade foram fechados. Padres e missionários foram feitos reféns. Os prédios do Incra e da Funai, invadidos*

- *Indigenistas, ONGs e missionários católicos ligados aos índios mobilizam campanha pedindo a Lula a demarcação contínua da área, uma promessa de campanha. No projeto da Funai, a reserva Raposa Serra do Sol é uma área que engloba as cidades da região. Funai e governo federal também defendem essa tese.*

- *Por outro lado, fazendeiros, índios macuxi (e etnias associadas), políticos da região e o governador de Roraima, Flamarion Portela, querem que a área seja demarcada com faixas descontínuas. Na reserva, os municípios e as estradas de acesso a ele ficariam de fora*

CORREIO BRAZILIENSE

POLÍTICA ECONÔMICA

Mercado financeiro considera remotas as chances de o governo cumprir a meta de inflação de 5,5% para este ano e já fala em 6,14%. Pesquisa também aponta expectativa de nova queda de 0,25 ponto percentual nos juros

Equilíbrio difícil

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

O mercado financeiro abandonou de vez a possibilidade de o governo atingir o centro da meta de inflação deste ano, de 5,5%. Cerca de cem instituições financeiras e empresas de consultoria avisaram ontem ao Banco Central (BC), por meio do boletim *Focus*, que já trabalham com previsão de um IPCA de 6,14% para 2004. A expectativa, no entanto, é de que esse número aumente nas próximas semanas. Além do esperado impacto das tarifas públicas sobre o IPCA de julho e agosto, o mercado está se deparando com aumentos de preços que não estavam previstos.

"É bobagem continuar mirando os 5,5%. A inflação deste ano ficará entre o centro e o teto da meta, que é de 8%, pois há uma margem de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo", disse o economista-chefe da Consultoria Global Station, Marcelo Ávila. Ele informou que, pelas contas do mercado, com os atuais reajustes anunciados pela indústria e pelo comércio, a inflação do segundo trimestre ficará em 1,5% e não mais em 1,1%, como se falava. "Caso esse número se confirme, 61% da meta central da inflação terão sido consumidos em apenas seis meses", ressaltou.

O fato de o IPCA ficar acima dos 5,5% não inquieta o analista Mário Paiva, da Corretora Liquidez. "A inflação está sob controle. Ao rever os números do IPCA para cima, o mercado só está refletindo a real situação da economia", assinalou. O ideal, segundo ele, seria que o BC sinalizasse para o mercado que os 5,5% são inviáveis. "Mas o governo teme que esse sinal seja interpretado como um relaxamento do compromisso de combate à inflação", disse. O custo desse temor é que metas tão severas acabam comprometendo o ritmo de crescimento.

Para 2005, no entanto, o mercado dá como certa a ampliação da meta de inflação. A discussão está avançando dentro da equipe econômica e é possível que, em junho, na reunião do Conselho Monetário Nacional, a meta passe de 4,5% para 5,5%, mantendo-se o intervalo de variação de 2,5 pontos. Defensor ferrenho do sistema de metas, o economista Ilan Godfajn, ex-diretor de Política Econômica do BC, afirmou à *Agência Estado* que a ampliação da meta de 2005 não deve ter grande impacto nas expectativas dos agentes econômicos. "Não será nenhum desastre."

Na pesquisa divulgada ontem pelo BC, o mercado também reviu suas estimativas para a taxa básica de juros (Selic). Até a semana passada, bancos e consultorias apostavam em um corte de 0,5 ponto percentual em maio. Agora, acreditam que a Selic cairá somente 0,25 ponto, como ocorreu nas últimas duas semanas. "Está cada vez mais difícil para o BC equilibrar metas inflacionárias, juros e crescimento econômico", disse Marcelo Ávila.

Ontem, a Fundação Getúlio Vargas informou que o Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) de abril bateu em 1,2%, maior patamar desde abril de 2003 (1,24%). Mais uma vez, a alta foi puxada pelos preços no mercado atacadista (indústria).

Bird pede cautela à AL

O Banco Mundial (Bird) pediu ontem à América Latina que mantenha prudência fiscal e uma política de controle da inflação durante a recuperação prevista de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) na região este ano. O informe "Finanças do Desenvolvimento Global" adverte que a região "enfrenta o difícil desafio de restaurar e manter a prudência fiscal" por sua elevada dependência de financiamento estrangeiro e destaca a importância de controlar o gasto frente a uma eventual alta das taxas de juros nos países industrializados.

"A região experimenta uma lenta recuperação", depois de crescer 1,3% em 2003, quando Chile, Colômbia e Peru tiveram o melhor desempenho regional, se forem excluídos países como a Argentina, que está saindo de uma crise econômica, estabelece o informe, que avalia todos os anos o fluxo de capitais e as tendências financeiras da economia mundial nos países em desenvolvimento.

Para este ano, o Banco Mundial aguarda uma alta de 3,8% no PIB regional da AL e de 3,7% para 2005, graças à recuperação do México e Brasil. No caso do Brasil, por exemplo, as projeções são de uma expansão em torno de 3,5% do PIB — ano passado, houve retração de 0,2%. O México teve, no ano passado, um crescimento de 1,2%, pouco acima do 1% do ano anterior, mas conseguiu reverter cinco anos de déficits na balança comercial. "O crescimento da região tem sido lento devido em parte ao desempenho desigual dos países. Mas parece que a recuperação está se ampliando", afirmou o economista-chefe do Banco Mundial, François Bourguignon.

Investimentos

O forte declínio do investimento estrangeiro direto ao setor produtivo no Brasil nos últimos anos ganhou destaque no relatório do Bird. "Apesar de outros países da região terem sofrido reduções, a queda no Brasil foi particularmente forte", diz o estudo. De US$ 32,8 bilhões em 2000, os investimentos recuaram para US$ 10,1 bilhões no ano passado.

Apesar de o Brasil ter ficado entre os cinco países que mais receberam fluxos externos em 2003, a maior parte do dinheiro foi destinada à especulação. O fluxo de dinheiro que entrou no Brasil para aplicações no mercado financeiro (US$ 18,4 bilhões) foi quase o dobro do destinado à produção. O Bird apontou três fatores para o declínio do investimento produtivo no país: o fim das privatizações, a crise de energia elétrica em 2001 e a instabilidade pré-eleitoral em 2002.

Mercado teme falta de crescimento

O que está por trás de todo o nervosismo dos bancos estrangeiros em relação ao Brasil é a sensação de que o crescimento econômico do país neste e no próximo ano está comprometido. É essa, na avaliação dos analistas, a principal preocupação contida nos relatórios divulgados pelo JP Morgan, Citibank e Merrill Lynch, que passou despercebida em meio ao nervosismo do mercado na semana passada e só pôde ser captada depois de uma leitura mais atenta e menos parcial dos documentos no final de semana.

Segundo o analista Mário Paiva, da Corretora Liquidez, os investidores temem que, com a economia patinando, como mostram os índices da produção, acabe ficando insustentável para o governo manter o compromisso de fazer superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) por um período mais longo.

"Quando a economia está crescendo, o superávit fica mais fácil. Mas o que estamos vendo é que o governo continua usando uma pesada carga de impostos para economizar os recursos necessários ao ajuste fiscal", afirmou. "Só que essa carga tributária tem efeitos perversos sobre a economia."

Para o economista-chefe da Consultoria Global Station, Marcelo Ávila, somente com o crescimento econômico o governo vai conseguir reverter uma das principais fragilidades do país: a relação da dívida pública com o PIB, que está girando em torno de 58%. Não adianta, segundo ele, o Tesouro Nacional reter 4,25% do PIB para pagar juros da dívida, se ainda sobra um rombo de quase 5% do Produto que são financiados com mais endividamento. "A relação entre a dívida e o PIB só cairá quando a economia crescer de verdade, o que não estamos vendo neste momento", assinalou.

O quadro fica ainda mais complicado porque, com a economia estancada e a carga fiscal no limite, o governo está fazendo promessas de reajustes de salários para servidores além da inflação e criando despesas sem contrapartidas no Orçamento que beiram os R$ 3,6 bilhões. "Assim, fica difícil para os investidores acreditarem que o ajuste das contas públicas será sustentável no longo prazo", afirmou Mário Paiva.

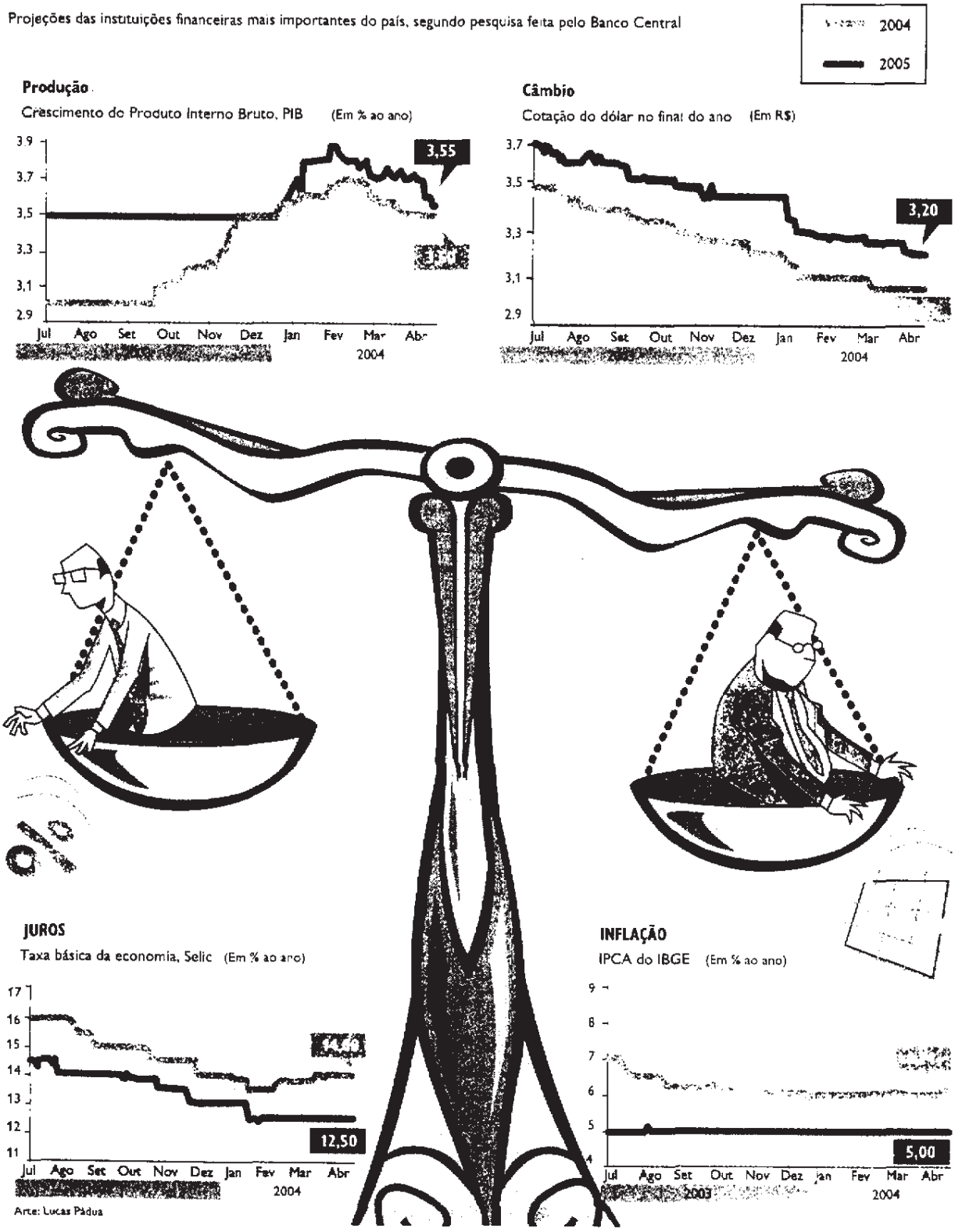
Greenspan

As muitas dúvidas em relação ao futuro da economia brasileira deixaram os investidores pouco animados para operar na segunda-feira. Tanto que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o dia com queda de 0,65% e o C-Bond, principal título da dívida externa do país, perdeu 0,07% de seu valor, cotado a US$ 0,944. Já o dólar recuou 0,03%, para R$ 2,908, e o risco Brasil caiu 0,17%, para 595 pontos.

O mercado também se manteve arredio em virtude da expectativa em torno do discurso que Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve, o BC dos Estados Unidos, fará amanhã (feriado de Tiradentes no Brasil) no Comitê de Economia do Senado. "Estão todos esperando para ver se Greenspan dará algum sinal de que os juros realmente vão subir nos EUA ainda no início do segundo semestre", disse o diretor de Tesouraria do Banco Brascan, Luiz Fernando Romano. No mercado, os investidores apostam que a taxa básica daquele país, que está em 1% ao ano, subirá 0,25 ponto percentual em setembro e 0,25 em dezembro. (VN)

AS PREVISÕES

Projeções das instituições financeiras mais importantes do país, segundo pesquisa feita pelo Banco Central



Arte: Lucas Pádua

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: *'Não foi por falta de aviso', diz Jean-Pierre Leroy, que denunciou clima de tensão em Rondônia*

Especialista diz que alertou governo há um mês

Autor de relatório sobre cinta-larga mandou carta para a Presidência reforçando necessidade de ação imediata na reserva

Leticia Helena

• O governo foi avisado há cerca de um mês que a situação na reserva Roosevelt era extremamente grave e podia culminar num conflito. O aviso partiu do mestre em educação e consultor de direitos humanos Jean-Pierre Leroy, que enviou uma carta à secretaria-geral da Presidência, contando que os cinta-larga — sentindo-se acuados por políticos e empresários interessados em extrair diamantes na reserva — podiam tentar alguma forma de resistência. Leroy é autor de um relatório sobre os cinta-larga feito a pedido da ONG Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Dhesc Brasil) e entregue no fim de 2003 aos ministérios da Justiça, Minas e Energia e Meio Ambiente e à secretaria Nacional de Direitos Humanos e Funai. recebeu como resposta que a carta fora repassada ao ministro da Justiça.

— O governo ficou discutindo se deveria tomar alguma atitude por meio de uma portaria ou de um decreto, o tempo passou e nada aconteceu. Não foi por falta de aviso — diz Leroy, que enviará à ONU uma denúncia sobre a situação dos cinta-larga.

Pedido de urgência para liberar garimpo na área

Na carta, Leroy pedia ao governo urgência para atender à principal reivindicação de seu relatório: liberar provisoriamente o garimpo.

— Os cinta-larga estão apavorados. As escolas da reserva fecharam, porque os pais proíbem os filhos de sair de casa. Há 40 anos, eles foram vítimas de um genocídio e a memória deste episódio é muito viva — diz Leroy, numa referência ao chamado Massacre do Paralelo 11, em 1963, quando uma mineradora lançou dinamite sobre a aldeia, matando centenas de índios.

No relatório, Leroy diz ainda que os índios cobravam a apuração do assassinato de cinco cinta-largas.

— Não dá para saber exatamente o que aconteceu nesse caso dos garimpeiros, mas os cinta-larga estavam vivendo um momento muito conflituado. Sentem-se abandonados pelo poder público e, ao mesmo tempo, demonstram uma imensa vontade de recuperar sua identidade indígena. O misto de orgulho e desespero pode ter levado a uma situação extremada — afirma ele. ■

STJ pede autorização à Assembléia de Roraima para processar Flamarion

• BRASÍLIA. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pediu ontem autorização à Assembléia Legislativa de Roraima para processar o governador Flamarion Portela, do PT, acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de lesar o patrimônio federal e estadual por intermédio de um esquema que ficou conhecido como "escândalo dos gafanhotos".

Se o legislativo concordar, os 21 ministros da Corte Especial do STJ decidirão se aceitam ou não a denúncia do MPF. Antes, porém, o relator do caso, ministro Jorge Scartezzini, deve dar prazo para que todos os acusados apresentarem defesa.

Se a assembléia não der autorização, o processo fica parado até o governador deixar o cargo. A partir de então, não haveria necessidade de licença do Legislativo estadual para prosseguimento da ação. ■

Força-tarefa cerca hoje a reserva

Corpos de 26 garimpeiros são resgatados pela Polícia Federal e levados ao IML

Jailton de Carvalho
Enviado especial

• PORTO VELHO. Uma força-tarefa com 400 homens do Exército, da Polícia Federal e de mais 21 instituições deverá cercar hoje a reserva Roosevelt dos índios cintas-largas e intensificar as blitz nas estradas de acesso as principais cidades do interior de Rondônia. A polícia espera apreender armas ilegais; prender contrabandistas de diamante e por um freio à crescente onda de violência na região. Ontem, os 26 corpos dos garimpeiros localizados na sexta-feira, foram levados para o Instituto Médico-Legal de Porto Velho.

A Polícia Federal decidiu transportar os corpos para Porto Velho numa tentativa de diminuir a pressão dos garimpeiros alojados em Espigão do Oeste, cidade que fica a aproximadamente 100 quilômetros da reserva indígena. A estratégia pode dar certo, mas não por muito tempo. Ontem mesmo, 80 garimpeiros contrataram dois ônibus e seguiram para a capital. Eles querem levar de volta os corpos para Espigão do Oeste, ajudar na identificação dos colegas e fazer um velório coletivo na praça principal da cidade.

— Vamos trazer todos para Espigão. É aqui que estão nossos parentes e amigos — afirmou um dos dirigentes do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia, sem se identificar.

Despesas foram pagas por assessores do governador

Segundo um dos dirigentes do sindicato, as despesas com o transporte e com a alimentação do grupo de garimpeiros que viajou para Porto Velho foram custeadas por auxiliares do governador Ivo Cassol (PSDB), favorável ao garimpo na reserva indígena.

A movimentação dos garimpeiros deixou preocupado o coordenador da operação de resgate dos corpos, o delegado da Polícia Federal Mauro Spósito. Ele teme que uma eventual exposição dos caixões em praça pública estimule a revolta e abra caminho para atos de vingança de parentes e amigos dos garimpeiros mortos.

— Não podemos deixar que ninguém mais se aproxime da reserva. Senão vai ser outro derramamento de sangue — disse Spósito.

O resgate dos corpos no interior da reserva Roosevelt começou ontem pela manhã. Os corpos foram içados em redes num helicóptero e levados até uma pista clandestina na região. Só então foram transportados num avião Caravan da Polícia Federal até uma determinado trecho e, no restante do caminho, foram levados num caminhão.

A Polícia Federal usou um helicóptero, um avião e um caminhão para evitar que garimpeiros tentassem acompanhar a operação. A Polícia Federal também continua com as buscas por mais corpos. O sindicato dos garimpeiros fez novos levantamentos e agora afirma que pelo menos mais 20 corpos de vítimas do massacre ainda estão espalhados dentro no interior da reserva dos cintas-largas.

Garimpeiros dizem que morreram 49 pessoas

Os garimpeiros calculam que pelo 49 colegas foram massacrados a pauladas e a tiros pelos índios.

— Eles cortaram braços e arrancaram os olhos dos nossos colegas. Nunca vi tanta crueldade — afirmou uma garimpeira.

Amanhã, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, estarão em Porto Velho para acompanhar de perto os desdobramentos da crise. ■

OPINIÃO

OLHO NOS DIAMANTES

• O MASSACRE de 29 garimpeiros em Rondônia, quase certamente por índios cintas-largas foi, em primeiro lugar, um crime. E a Constituição, que define os direitos da população indígena — vítima de secular exploração — não lhes concede imunidade para matar quem invade suas terras.

RECONHECER OS direitos das tribos, enumerados detalhadamente no artigo 231 da Constituição, não significa uma licença para massacrar invasores.

POR OUTRO lado, a lista de culpados pelas mortes — e pela tensão que domina a região — não se esgotaria com o julgamento de assassinos.

SEJA COMO for, os grandes problemas da região não se resumem à legalidade da invasão e à brutal resposta dos indígenas. No caso específico da reserva de Rondônia, o "x" da questão está nos diamantes.

É FUNDAMENTAL, fora o restabelecimento do primado da lei, uma iniciativa federal para a exploração das jazidas em benefício dos brasileiros de todas as etnias. Caso contrário, índios continuarão em pé de guerra, garimpeiros não mudarão de profissão — e logo os diamantes começarão a desaparecer da reserva para reaparecer, com passaporte falsificado, nos mercados mundiais.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 10A

Índios ameaçam acampar no Congresso

29 tribos cobram a demarcação da reserva Serra do Sol, em Roraima

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O Dia do Índio foi comemorado ontem com protestos no Congresso Nacional e com o pedido de deputados para que o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Gomes Pereira, seja demitido. A principal manifestação contra o governo ocorreu na Câmara, onde cerca de 70 índios de 28 tribos ameaçaram acampar no plenário em represália à demora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em homologar a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Depois de mais de uma hora de negociação com os deputados, os índios concordaram em deixar o plenário com a promessa de que Lula iria recebê-los.

Uma comissão de deputados foi ao Palácio do Planalto tentar marcar a audiência com o presidente. Mas o chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, avisou que Lula não poderia receber os índios nem ontem nem hoje. Depois de aceitarem deixar o plenário, os índios permaneceram durante toda a tarde no Salão Verde da Câmara. Somente por volta das 20 horas, os índios decidiram sair das dependências da Câmara, depois da promessa de que serão recebidos hoje por Carvalho.

Bombeiro – Os índios foram à Câmara para participar da comemoração do Dia do Índio. Mas no meio da homenagem resolveram ficar no plenário. "Não queremos mais ser homenageados, queremos que Lula diga, com clareza, de que forma vai tratar a política indigenista", disse o líder indigenista Jecinaldo Sateré-Mawé. "Ou o governo fica do nosso lado ou fica do lado dos políticos corruptos de Roraima", completou, referindo-se à demora do governo em decidir sobre a Raposa Serra do Sol.

DEPUTADOS PEDEM DEMISSÃO NA FUNAI

Enquanto os índios ocupavam o Salão Verde, deputados se revezaram na tribuna para criticar o presidente da Funai e pedir o seu afastamento do cargo. O deputado Lindberg Farias (PT-RJ) considerou "estapafúrdias" as declarações de Mércio Pereira, que afirmou que os índios cintas-largas apenas reagiram às invasões de suas terras ao matarem dezenas de garimpeiros. "O presidente da Funai não pode continuar à frente dos trabalhos, porque ao invés de tentar pacificar os conflitos, de agir como bombeiro, ele atiça a confusão, joga litro de querosene no fogo", disse Lindberg.

Nem mesmo o PPS, partido de Mércio, o apóia. O líder do partido na Câmara, Júlio Delgado (MG), fez discurso apoiando o relatório de Lindberg Farias para a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. Mércio foi contra a proposta do deputado petista. "Aos poucos a bancada do PPS forma uma convicção de que o relatório de Lindberg é a mais adequada."

Governo federal inicia hoje 'intervenção branca' no Estado

PORTO VELHO – O governo federal começa hoje cedo uma espécie de intervenção branca em Rondônia. A Polícia Federal comandará uma megaoperação envolvendo mais de 400 homens, que ocuparão dez regiões do Estado. A principal devassa será feita na região da reserva indígena do Roosevelt, onde foram encontrados os corpos de 29 garimpeiros mortos pelos índios cinta-larga. A PF deverá realizar centenas de prisões ao longo da semana, numa ação semelhante, mas em maior escala, que a "Operação Anaconda" que acabou com um esquema de venda de sentenças judiciais em São Paulo.

Ontem, mais de 400 policiais civis, federais, e de outros órgãos do governo federal, além de integrantes das Forças Armadas começaram a se deslocar para a cidade de Pimenta Bueno, onde será baseada a principal ação. A PF pretende fechar a área para aliviar o clima de tensão existente entre garimpeiros e os cinta-larga, depois da morte de 29 mineradores.

"Vamos evitar não apenas confronto, mas também controlar entradas e saídas de pessoas na área", afirmou o delegado federal Mauro Spósito, coordenador-geral de operações especiais de fronteiras e que está no comando da missão. Para ele, é necessário apaziguar os ânimos antes de realizar qualquer negociação.

A operação nasceu de um pedido de intervenção feito pelo próprio governador do Estado, Ivo Cassol (PSDB) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano passado. A atuação de grupos criminosos na região comprometia a governabilidade, disse, Cassol, à época.

A União descarta qualquer intervenção federal que não seja em forma de atuação conjunta com as autoridades estaduais. "Esta é uma ação conjunta que envolve em torno de 20 instituições que têm a mesma finalidade, que é acabar com a criminalidade", informou Spósito. (E.L.)

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 20/04/04 Página: _____

Caso Flamarion

STJ QUER PROCESSAR E JULGAR FLAMARION

O ministro Jorge Scartezzini, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pediu ontem autorização à Assembléia Legislativa de Roraima para processar e julgar o governador Flamarion Portela, acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de lesar o patrimônio da União e do estado por meio de um esquema que ficou conhecido como "escândalo dos gafanhotos". O MPF acredita que o esquema foi usado para patrocinar a campanha eleitoral ao governo estadual. Caso a Assembléia autorize, Portela responderá à ação se a denúncia for acatada pela maioria dos 21 ministros que integram a Corte Especial do STJ.

Caso Waldomiro

PASSOS PEDE CPI

Um novo pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) será protocolado hoje na Câmara Legislativa. O deputado distrital Pedro Passos (PMDB) está reunindo assinaturas para que uma CPI investigue a prestação de contas do candidato petista ao Governo do DF nas últimas eleições, Geraldo Magela. A justificativa é de que há contradições entre as informações apresentadas à Justiça Eleitoral e as declarações do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, que afirma que o empresário Carlos Cachoeira entregou R$ 100 mil para a campanha de Magela. "Estou contando com 19 assinaturas, pelo menos. Para garantir a lisura da prestação das contas de campanha, temos de investigar essa história", afirma.

JORNAL DO BRASIL

Data: 26/4/04 Página: 4A

LIÇÃO DE CAMPANHA

PT Cria Fundo

Na reunião do Diretório Nacional no fim de semana em São Paulo, o PT tomou consciência de que é governo e, portanto, está sujeito a ônus e bônus. Numa palavra, prevaleceu o centralismo democrático, nome vistoso da unidade compulsória. Divergências partidárias se resolvem internamente para evitar prejuízo. O partido se obriga a apoiar o candidato que elegeu. Todo apoio a Lula e o mínimo de atritos com bancadas que integram a base parlamentar do governo. Quem brinca com fogo amigo acaba chamuscado.

Ficou evidente o sinal de que os militantes e dirigentes do PT estão conscientes de serem, perante a sociedade, os maiores interessados na transparência dos atos e das palavras dos eleitos pelo partido. O caso do ex-assessor parlamentar do Planalto, Waldomiro Diniz, de ampla repercussão na opinião pública, foi levantado como advertência na campanha eleitoral em gestação. O presidente do PT, José Genoino, advertiu para a necessidade de evitar dúvidas e repercussão negativa de irregularidades nas contribuições financeiras da campanha municipal deste ano.

Doações à campanha e aos candidatos, bem como recursos próprios do partido, deverão ser respaldados com recibos emitidos pelo Diretório Nacional. O PT vai criar e controlar um Fundo Nacional de Apoio às Eleições e uma corregedoria para monitorar o pleito de outubro. Um conselho vai rastrear o patrimônio declarado pelos candidatos e as contribuições de campanha. Ou seja, a fiscalização se destina a reduzir riscos. O PT viu quanto custa politicamente o desgaste de atos que, por falta de transparência, recaem sobre a legenda.

O caso Waldomiro Diniz, na opinião de José Genoino, serviu de lição para o partido. Maior atenção e rigor terão prioridade na campanha deste ano. Toda atenção é pouca para quem terá a responsabilidade de nomear e governar. A repercussão moral de um erro pode ser maior do que o seu peso eleitoral. Genoino foi claro na repulsa a contribuições de origem suspeita: ajuda do jogo do bicho e de donos de bingo não pode ser aceita. Nem pelo partido nem pelo candidato. Também não serão admitidas doações de empresas de transporte público nem de coleta de lixo. Ainda bem.

JORNAL DO BRASIL

Data: Página:

COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

Transparência à moda da casa

Desta vez, não foi a esquerda. Derrotada na idéia de produzir mais um documento denunciando as mazelas da política econômica, a dita ala radical do PT bem que tentou conferir estatura à reunião do Diretório Nacional, com a proposta de obrigar o partido a expor contas de campanha na internet.

Desta vez, foram os governistas, ditos moderados, os responsáveis por uma daquelas decisões que saem muito pior que a encomenda. Sob a justificativa de que "transparência assim é burrice", o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, foi decisivo para a rejeição da proposta apresentada pelo deputado Chico Alencar e, antes do veto do doutor Delúbio, muito bem aceita pelo partido em geral.

O surpreendente não foi a posição do tesoureiro, mas a força de seus argumentos perante o Diretório Nacional. Delúbio só pensa no caixa e, por isso, argumenta sem cerimônia que a prestação via internet é inconveniente porque "poderia causar mal-estar aos doadores".

Digamos que ele esteja no seu papel. Dos outros integrantes do Diretório, entre o quais ministros de Estado, prefeitos, governadores e parlamentares, é que se esperava mais.

Esperava-se, sobretudo, uma visão mais consoante com as razões da boa conduta e da recuperação da credibilidade junto à opinião pública, na hora de tomar uma decisão como essa.

Ao concordar com o doutor Delúbio, a mais alta instância de decisão partidária avalizou a adaptação do conceito de transparência às variadas circunstâncias – quando aplicada a contas de campanhas, por exemplo, é "burra" – e agiu de olho nos doadores, mas de costas para o eleitorado.

Ao se preocupar tanto em preservar doadores de "mal-estar", o PT dá prioridade ao princípio da ocultação em detrimento do conceito de revelação e distorce o sentido da tal transparência.

Transparência condicionada a isso ou àquilo denota tergiversação.

Mais uma vez, PT perdeu a chance de fazer boa escola

Por isso mesmo é que ficaram com jeito de conversa desviante as propostas de criação de uma corregedoria do PT para fiscalizar as doações recebidas pelos candidatos, e da apresentação de um projeto de lei para obrigar todos os partidos a expor suas prestações na internet a cada 15 dias. Depois disso, o PT sentir-se-ia apto a fazer o mesmo.

Os petistas estão ficando mesmo esquisitos. Sempre orgulhosos por serem diferentes, tudo o que querem agora é se igualar. Em nome disso, agora perdem a chance de sair na frente, jogar as contas na internet e constranger a oposição a seguir o exemplo para não ficar no prejuízo junto ao eleitorado.

Paulicéia engarrafada

Pode ser só manobra para confundir o adversário, mas é fato que o primeiro time da oposição – aí compreendendo apenas PSDB e PFL – anda exibindo o maior "relax" com a hipótese de ser definitiva a recusa de José Serra em disputar a Prefeitura de São Paulo.

Animado – talvez um pouco além da conta sugerida pela prudência –, esse pessoal acha que dá para ganhar de Marta Suplicy, com Serra ou sem Serra.

Junto com a insatisfação com o PT no plano federal; tucanos e pefelistas acreditam poder contar com a gentil colaboração das obras espalhadas pela prefeita, que pioraram muito o trânsito na cidade, provando a possibilidade do aparentemente impossível.

Outro dia, um executivo chegou em São Paulo para a posse da diretoria de um banco, levou duas horas e meia de táxi do aeroporto de Congonhas até o local do evento e, para não perder o avião de volta, retornou no mesmo táxi deixando o compromisso de lado.

Ao fim do dia, a agenda contabilizara cinco horas de passeio pela Paulicéia engarrafada e nada mais. Cenas e depoimentos desse tipo estão sendo filmados para exibição no horário eleitoral gratuito.

Mas, para isso é preciso que o santo da oposição seja forte o suficiente para impedir a conclusão das obras até outubro. Do contrário, o congestionamento de hoje pode ser a redenção de Marta, amanhã.

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO

O 'abril vermelho' dos sem-teto

Até quartel desativado da PM é invadido em SP e confronto deixa quatro feridos

Gio Mendes* e Leticia Lins

SÃO PAULO E RECIFE

Pelo menos quatro mil sem teto invadiram ontem de madrugada cinco terrenos e prédios públicos na cidade de São Paulo. No quartel desativado da Polícia Militar no Parque Dom Pedro I, no centro da capital paulista, ocupado por cerca de 1.200 pessoas, houve confronto entre os sem-teto e a tropa de choque. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, quatro pessoas ficaram feridas e oito foram detidas acusadas de jogar pedras contra os policiais, que reviderem com bombas de efeito moral e tiros com balas de borracha.

As ações são parte de uma ação realizada ontem em 16 estados para pressionar o governo federal a aprovar o Fundo Nacional de Habitação Popular. Em São Paulo, cerca de dez mil pessoas participaram da mobilização, que ainda teve atos e passeatas na capital, na Baixada Santista, em Piracicaba e em Campinas.

Os sem-teto também ocuparam terrenos e prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Segundo a coordenadora do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Ivaneti Araújo, cerca de mil pessoas ocuparam o prédio do quartel no início da madrugada. Outras 200 chegaram após a polícia e ficaram do lado de fora.

Dez soldados da 1ª Companhia do 7º Batalhão fizeram um cordão de isolamento na frente do imóvel, mas alguns sem-teto conseguiram entrar no quartel pulando o muro. O capitão Leandro Pavani, do 2º Batalhão de Choque da PM, chegou por volta das 0h40m e tentou negociar a saída dos invasores com líderes e advogados do MSTC. Como não obteve sucesso na negociação, Pavani acionou a tropa de choque, que chegou no local à 1h. Os policiais entraram pelos fundos do quartel e começaram a retirar os invasores às 2h30m. Os sem-teto que já que estavam fora do quartel atacaram os policiais, dando início ao tumulto. Algumas pessoas atiraram pedras e garrafas plásticas com água contra os PMs.

Os policiais da tropa de choque jogaram cerca de dez bombas de efeito moral para dispersar a multidão. Eles também atiraram contra os manifestantes com balas de borracha. Uma delas perfurou a perna esquerda de um fotógrafo.

Klabin pede reintegração de fazenda invadida

Lá MST reivindica desapropriação de 100%

Giuliano Ventura

Especial para O GLOBO

• FLORIANÓPOLIS – A Klabin, grande fabricante de papel e celulose, pediu ontem à Justiça a reintegração de fazenda florestal do Parlasul em São Cristóvão do Sul (SC), invadida no fim de semana por 600 famílias de sem-terra.

— Só queremos que a Klabin possa retomar uma área que é de legalmente de sua propriedade — disse Wilson de Lima Jr., diretor de Assuntos Corporativos da empresa. Segundo ele, a Klabin espera que a Justiça conceda a reintegração de posse ainda hoje.

– A área invadida é considerada produtiva — disse João Paulo Strapazzon, superintendente estadual do Incra, acrescentando que uma decisão do juiz agrário sobre a questão deve ser tomada nos próximos 5 dias.

Já os representantes dos sem-terra pedem a retirada da polícia dos acessos à fazenda. Eles foram recebidos em Florianópolis pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que concordou em afastar a Polícia Militar das imediações da fazenda invadida até que haja uma decisão judicial. Os sem-terra pediram que o governador interceda para que o governo federal desaproprie pelo menos 10% das terras da Klabin no estado, num total de 117 mil hectares.

— Se eles cederem 10% do que têm podemos assentar mil famílias. Já é um começo — disse Vilson Santin, um dos líderes do MST em Santa Catarina.

Segundo Santin, a escolha da fazenda da Klabin se deu como parte da mobilização nacional convocada pelo MST para o mês de abril.

– O governo é pacífico, não queremos perder a empresa. Fizemos a ocupação para evidenciar o déficit — disse ele.

A Klabin emprega 1.890 pessoas no estado e declara recolher R$ 61 milhões em impostos por ano em Santa Catarina.

Alckmin diz que vai desocupar áreas

• O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), reafirmou que não será condescendente com as invasões de terras no estado e que, cumprindo as decisões da Justiça, vai desocupar todas as áreas invadidas. Para Alckmin, o prometido "abril vermelho", expressão cunhada pelo líder do MST João Pedro Stédile, não se limitou ao campo.

– O que estamos vendo é que o "abril vermelho" não é só na zona rural. Agora, também é urbano. Só nesta última noite tivemos cinco tentativas de invasões de prédios em São Paulo, uma delas consumada. Atacaram terrenos privados, prédios em obras e um prédio do governo — disse o governador.

Em Recife, os sem-teto invadiram dois terrenos da União em Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana. O MTST versão urbana do MST deflagrou a "Jornada por moradia" e também invadiu dois prédios da Caixa Econômica Federal no centro de Recife, desocupados no fim da tarde. Na última quarta-feira o MTST já havia invadido um Recife um terreno da Compesa. De acordo com a coordenação do MTST, há 41 ocupações de sem-teto na região metropolitana de Recife reunindo cerca de mil famílias, o equivalente a cerca de 4 mil pessoas ■

► **NO GLOBO ONLINE:**
Veja imagens da invasão de sem-teto em SP
www.oglobo.com.br/pais

Lula pede bom senso e responsabilidade

'Ninguém precisa ficar preocupado com greve ou manifestação. Isso é exercício da democracia'

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA. Apesar de dizer que encara com "muita paternidade" as manifestações do MST e de setores do funcionalismo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem bom senso e responsabilidade aos manifestantes. Ao lembrar seus tempos de sindicalista, disse que sempre perdeu quando optava pelo radicalismo.

Ao mesmo tempo, porém, Lula disse que "ninguém precisa ficar preocupado com greves e manifestações. O governo vem entrando o chamado "abril vermelho" do MST, com invasões recordes. Além disso, há greves de setores como a Polícia Federal (PF) por melhores salários.

— Se as pessoas quiserem radicalizar, sabem que isso não ajuda. Já radicalizei muitas vezes e tive bom senso em outras vezes. E toda vez que prevaleceu o bom senso ganhei. Toda vez que prevaleceu o radicalismo, perdi. Se posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social é este: ajam com a maior responsabilidade possível porque todos seremos vítimas das nossas palavras — disse Lula no programa "Conversa com o presidente".

Lula prometeu que seu governo vai assentar 130 mil famílias até o fim de 2004 e mais 230 mil até 2006.

— E será feito da forma mais tranqüila possível. Eu já fiz muitas reuniões pacíficas possível, porque eles sabem que o país mudou, hoje negocia. Ela vale para o presidente da República, vale para o governador, vale para o prefeito. Este é um país democrático e um país livre, e que cada um faça suas manifestações, pode fazer. Quem assume o poder e pode ser vaiado é responsável. Sabe.

Apesar de dizer que considera importante haver manifestações no país, Lula não suportou ver sequer a palavra invasão após uma manifestação do MST. Mesmo assim, disse que o MST faz passeatas desde o governo Collor.

— Você viu as passeatas dos servidores. Acho importante que eles façam. Ninguém precisa ficar preocupado com greve, passeata ou manifestação. Isso é o exercício da democracia levado a sua plenitude. Isso é bom para todos nós — disse Lula, ressentido.

— Algumas pessoas tentam fazer disso uma coisa muito grave. Às vezes, eu fatalmente tenho que ceder como se fosse um bode expiatório. Mas um governante não pode se contentar só com aplausos — disse Lula. Ao falar do MST, o presidente ainda se sentiu traído.

— Durante a campanha eu disse muitas vezes que o presidente eleito [...]

Lula também pediu bom senso aos servidores públicos em greve. Disse que entende a luta por melhores salários, mas que não dará tudo o que reivindicam.

— Ninguém na história do Brasil vai tratar o funcionalismo melhor do que eu.

Lula comparou o tratamento que dá ao funcionalismo ao dedicado a seus filhos, e disse que não dá tudo aos seus filhos. Disse que, da mesma forma, os servidores não receberão tudo o que querem.

— Não faço dívida para dar um presente, um aumento nessa [...] ano. ■

NO GLOBO ONLINE:

[illegible]
o Presidente
www.[illegible].com.br

FOLHA DE S.PAULO

HABITAÇÃO *Manifestantes cobram investimentos dos governos Alckmin e Lula; prédios da CDHU na cidade foram principal alvo*

Sem-teto promovem onda de invasões

[illegible]

Movimentos de moradia organizaram desde a noite de anteontem uma série de invasões de terrenos e prédios públicos e de uma área particular na cidade de São Paulo, na maior ação coordenada de grupos de sem-teto no Estado desde julho do ano passado.

Foram sete tentativas de invasão, lideradas por quatro entidades. Duas foram contidas pela Polícia Militar e uma prosseguia até a noite de ontem. Nas demais, a PM retirou os invasores logo depois da ocupação. Os grupos participantes prometem novas ações — incluindo ocupações e atos — nas próximas semanas, em protesto contra a política habitacional dos governos Alckmin (PSDB) e Lula (PT). A administração Marta Suplicy (PT) foi poupada pelos organizadores.

Os principais alvos foram os prédios do governo do Estado — ao menos três da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e um quartel desativado da PM, cuja invasão foi classificada pela Secretaria da Segurança Pública como uma tentativa de desmoralizar a corporação. Houve confronto entre sem-teto e PMs, que usaram bombas de efeito moral e balas de borracha. Três pessoas se feriram.

Outras duas invasões foram em um terreno abandonado da empresa Fibra S/A, na zona sul, e em um espaço nas proximidades do terminal rodoviário da Barra Funda e que será do Metrô. A PM e as entidades confirmam ainda a tentativa de ocupação de uma área na av. Celso Garcia, na zona leste, que, segundo eles, seria da CDHU. A companhia nega.

Os grupos participantes, que têm entre seus líderes militantes do PT e do PC do B, falam em 5.500 manifestantes. A PM afirma que foram 2.400 invasores.

As ações foram seguidas de passeatas no decorrer do dia e começaram a ser preparadas há três meses. As datas foram definidas nos últimos dias 6 e 7, e os locais foram escolhidos pelas diversas células dos grupos que participam do ato. Na zona sul, a invasão era chamada de "festa". No centro, a senha era "sinal verde".

A presidente da CMP (Central de Movimentos Populares), Maria das Graças Xavier, afirmou que não havia intenção de permanecer nas instalações invadidas, mas somente promover uma mobilização política que despertasse a atenção das autoridades. Mesmo assim, os manifestantes permaneceram em um terreno da CDHU da zona sul. Ela disse acreditar que parte dos endereços das ocupações tenha "vazado", já que a PM conseguiu desmobilizar as ações sem muita demora.

A ação dos sem-teto foi classificada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) como "abril vermelho urbano", referência às invasões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) espalhadas pelo país. As entidades participantes, porém, rejeitam a associação sob a alegação de que não houve, ainda, ordem entre elas.

"Temos a mesma pauta e uma agenda do MST, ao qual somos solidários. Mas nada fere a autonomia de cada movimento. Somos detentores da reforma agrária, mas nossa atividade é urbana e nasceu a partir de uma campanha concreta", afirmou Wander Geraldo da Silva, presidente da Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores).

Além da CMP e da Conam, os outros dois movimentos que participaram das invasões foram: UNMP (União Nacional por Moradia Popular) e MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia).

Reivindicações

As principais reivindicações das entidades abrangem a criação de um fundo e de um conselho nacional e estaduais de moradia — por meio dos quais haveria mais recursos e debate popular sobre a destinação das verbas.

Eles também reclamam dos cortes da Caixa Econômica Federal para a concessão de financiamentos. Esses, segundo eles, teriam caído 70% em relação ao ano passado.

Os grupos também pedem a retomada de programas de mutirão no Estado e a descentralização dos recursos da CDHU. Alegam ainda que a gestão Marta não entregou apenas um terço das moradias populares prometidas.

Além das invasões em São Paulo, elas também organizaram uma em Recife. As entidades programam protestos em Curitiba e em Campinas e um ato em Brasília no dia 12 de maio, em busca de uma reunião com Lula. A idéia é que essa série de mobilizações feche com um dos marcos uma caravana a Brasília no dia 2 de junho.

Os organizadores negam a informação de que a ausência da Prefeitura de São Paulo entre os alvos dos sem-teto poderia estar ligada às eleições municipais.

"A prefeitura aprovou um fundo municipal de habitação e elegeu um conselho independentemente de governo e de partido, somos um movimento de moradia", disse Donizete Fernandes de Oliveira, coordenador da UNMP.

A Secretaria da Habitação da gestão Marta tem assessores ligados a CMP. Na última série de invasões, em julho de 2003, os sem-teto se dividiram sobre ações contra a prefeitura. [ELENCAR-ZIDUFO, AMARILIS LAGE, FABIO SCHIVARTCHE, LAURA CAPRIGLIONE, SIMONE IWASSO E ADRIELANO BIANCARELLI]

LEIA MAIS nas págs. C2, C3 e C4

COMO FORAM AS AÇÕES DOS SEM-TETO

23h de anteontem — **IMÓVEL DO GOVERNO DO ESTADO**
Cidade Garcia, Belém, zona leste
Unificação das Lutas de Cortiços - ULC
→ Cerca de **400 pessoas** (300 para a polícia) tentam invadir o imóvel, mas são impedidas pela polícia. Saem do local por volta das 8h

0h de ontem — **IMÓVEL DA CDHU**
Próximo ao Rio Tietê, perto do viaduto Guadalajara, zona leste
Unificação das Lutas de Cortiços - ULC
→ Cerca de **400 pessoas** (para a polícia, 300) tentam invadir imóvel, mas a polícia chega primeiro ao local e consegue impedi-las. O grupo acampa em frente ao prédio e também interdita a Radial Leste no início da manhã. Os manifestantes seguem em **passeata até a sede da CDHU**, na rua Boa Vista, centro

0h30 — **IMÓVEL DA CDHU**
Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
→ Cerca de **200 pessoas** se alojam no local em barracas de lona e caçambas de entulho. Para esta área, seguem, no decorrer do dia, sem-teto que tentaram outras invasões

1h30 — **QUARTEL DESATIVADO DA PM**
Av. [illegible]
Movimento dos Sem-Teto do Centro
→ Cerca de **1.200 pessoas** (300 segundo a PM) entram em confronto com a tropa de choque. Polícia atira bombas de efeito moral e balas de borracha. Dois PMs ficam feridos. Um fotógrafo do jornal "Agora" é atingido na perna esquerda por uma bala de borracha. Oito manifestantes são presos

2h — **PRÉDIO DA EMPRESA FIBRA/SA**
Abandonado há cinco anos, Av. [illegible]
União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
→ Cerca de **300 pessoas** (para a polícia, cem) tentam invadir o prédio, mas são retiradas pela polícia e seguem para a ocupação na r. José Barros Magaldi

2h — **DOIS PRÉDIOS DA CDHU**
[illegible]
União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
→ Cerca de **500 pessoas** (para a polícia, 200) invadem dois prédios. São retiradas pelos policiais e seguem para a ocupação na r. José Barros Magaldi. O grupo pretende negociar a área com o governo do Estado para a construção de habitação para famílias de baixa renda

8h — **TERRENO DO GOVERNO DO ESTADO**
[illegible]
→ Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Deste
Um grupo com **2.500 pessoas** (para a polícia, mil) tenta permanecer no local, a ocupação não se concretiza. Os sem-teto começam uma **manifestação**, queimam caixão com foto de Alckmin e deixam local às 13h

10h — **PROTESTO NA AVENIDA PAULISTA**
→ Por volta das 10h, cerca de mil integrantes de movimentos dos sem-teto, segundo os organizadores da manifestação, se concentram na calçada em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal na avenida Paulista. O grupo permanece no local até as 14h

FRASES

Vamos continuar as ocupações em maio e em junho. Cada entidade tem o seu calendário

ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO
Coordenador nacional do Movimento Nacional de Luta por Moradia

[Foi um] abril vermelho urbano

GERALDO ALCKMIN
Governador de São Paulo

HABITAÇÃO *Encortiçados da rey[illegible]central ocuparam prédio desativado da Polícia Militar e foram expulsos pela tropa de choque*

Invasão de quartel termina em pancadaria

LAURA CAPRIGLIONE
DA REPORTAGEM LOCAL

Foram 1.200 invasores, segundo o Movimento dos Sem-Teto do Centro. Trezentos, segundo a PM. Quando os 12 ônibus alugados pararam defronte ao velho quartel da Polícia Militar, no Parque Dom Pedro, região central de São Paulo, por volta da 0h de ontem, despejando sua carga humana silenciosa, a senha foi dada. Das ruas vizinhas afluíram dezenas e dezenas de outros sem-teto. Juntos, eles escalaram os muros do edifício, entraram e comemoraram a ocupação. "Lutar, resistir, construir, morar", gritaram.

Do contingente invasor, a maioria compunha-se de moradores de cortiços do centro e de bairros próximos, como Barra Funda e Cambuci. Eles foram recrutados para o movimento há um ano, quando teve início a preparação da atual onda de invasões.

Para a presidente da Central de Movimentos Populares, Maria das Graças Xavier, 38, a invasão do quartel da PM, um imóvel estadual desativado há anos, chamaria a atenção para o que chama de "descaso do governo Alckmin com a habitação popular". Para o secretário estadual da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, a invasão foi uma "inaceitável tentativa de desmoralização da PM". A oposição de pontos de vista resolveu-se na pancadaria.

À 1h, à força de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de balas de borracha e cacetadas, a tropa de choque deu e cumpriu a ordem de despejo. Três pessoas precisaram de cuidados médicos, após a operação, entre elas o fotógrafo do jornal "Agora" Anderson Prado, atingido na perna esquerda por uma bala de borracha. Oito dirigentes do movimento foram presos.

A polícia mobilizou cerca de 80 soldados do batalhão de choque para a desocupação. Quando o comandante da PM Leandro Pavani chegou ao local, sabia que algo como 50% dos efetivos adversários compunham-se de mulheres e crianças, algumas de colo.

O comandante logo ordenou às lideranças dos sem-teto: "Saiam todos do quartel e coloquem-se na calçada do lado oposto da rua". Quinze minutos depois, a tropa entrou no prédio invadido.

O quartel, uma construção oitocentista erguida em taipa de pilão com anexos em tijolos, tem ambientes com chão de madeira

HABITAÇÃO *Entidades que promoveram as ocupações de ontem também apoiaram candidatos do PT nas últimas eleições*

Grupos são ligados à CUT e à Igreja Católica

DA REPORTAGEM LOCAL

Apesar de se declararem apartidárias, as quatro entidades que organizaram as ocupações de ontem são ligadas a grupos de esquerda, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A CMP (Central dos Movimentos Populares), aliás, é a "irmã pobre" da CUT, na definição de sua presidente, Maria das Graças Xavier, 38. Ela ressalva que o membro que decidir se lançar candidato por algum partido deve, antes, se desvincular da CMP.

Mas, nas demais entidades, o apoio a alguns candidatos é declarado. Segundo Antonio José de Araújo, coordenador-executivo do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), nas últimas eleições o grupo apoiou Luiz Inácio Lula da Silva e, no âmbito estadual, o deputado Ítalo Cardoso, presidente do PT paulistano.

"Nós apoiamos o programa do governo por achar que é mais comprometido com as nossas reivindicações, mas nem por isso achamos que tudo que eles fazem é certo", disse Araújo.

A deputada estadual Ana Martins (PC do B - SP) já foi presidente da Federação Estadual das Associações Comunitárias de São Paulo, ligada à Conam. O cargo também já foi ocupado por Wander Geraldo da Silva, atual presidente da Conam.

Grande parte dos grupos que promoveram as ocupações na madrugada de anteontem para ontem está filiada à UNMP, cujo surgimento está ligado à ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Igreja Católica. A principal fonte de financiamento, aliás, vem de entidades ligadas à Igreja Católica.

FRASE

Apoiamos o programa do governo por achar que é mais comprometido com as nossas reivindicações

ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO
coordenador do MNLM

Segundo a presidente da Central dos Movimentos Populares, as contribuições para o movimento de habitação não são fixas —dependem das "necessidades da luta".

A proximidade que entidades ligadas à Igreja Católica mantém com o movimento de moradia tem sua razão de ser: assim como acontece no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, muitas das principais lideranças dos sem-teto provêm dos seminários católicos, ou de movimentos apoiados firmemente pela Igreja, como as pastorais da Terra ou da Favela.

Além da igreja, a UNMP conta, como fonte de financiamento, com as contribuições das organizações que lhe são filiadas, segundo o critério da proporcionalidade. Assim, uma entidade com até 300 sócios contribui com 25% de salário mínimo por mês. De 300 a 500, paga meio salário mínimo. Entidades com mais de 500 associados contribuem com 75% do salário mínimo.

Considerando que a seção paulista da UNMP tem cerca de 200 entidades filiadas, e que todas paguem a cota média, a arrecadação resulta em R$ 24 mil diretamente provenientes "da base".

SAIBA MAIS SOBRE OS MOVIMENTOS DE SEM-TETO

CMP
(Central dos Movimentos Populares)
■ **Principal liderança:** Maria das Graças Xavier

■ Foi criada em 1993, em São Paulo, onde congrega cerca de 30 movimentos de moradia. A Secretaria Municipal da Habitação da administração Marta Suplicy tem assessores ligados à entidade. Além de São Paulo, está presente em 16 Estados. Apesar de atuar em diversas áreas, como movimento negro e direitos da criança, tem como principal atividade ações na área da habitação

UNMP
(União Nacional por Moradia Popular)
■ **Principal liderança:** Donizete Oliveira

■ Foi por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Igreja Católica, que a entidade surgiu, em 1985. Tem 56 mil famílias cadastradas no Estado de São Paulo, sendo 48 mil na capital. Segundo Oliveira, a entidade é precursora em propostas como: mutirões com autogestão, urbanização de favelas e ocupação de prédios vazios no centro da cidade. Atualmente, atua em outros 15 Estados —cada um com seu representante na coordenação executiva

MNLM
(Movimento Nacional de Luta por Moradia)
■ **Principal Liderança:** Antonio José de Araújo

■ A entidade nasceu de uma dissidência da UNMP, em 1988. Em São Paulo, tem 6.500 cadastrados. Nas últimas eleições, apoiou o deputado estadual Ítalo Cardoso (PT-SP), e, segundo Araújo, irá manter o voto no PT nas eleições municipais. Tem uma coordenadoria executiva composta por um representante de cada um dos 16 Estados em que atua

Conam
(Confederação Nacional das Associações de Moradores)
■ **Principal liderança:** Wander Geraldo da Silva

■ A confederação foi fundada em 1982, como conseqüência do fortalecimento das federações estaduais. A deputada estadual Ana Martins (PC do B - SP) já foi presidente da Facesp (Federação Estadual das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), que é ligada à Conam. Atualmente, está presente em 22 Estados. Tem 5.000 famílias cadastradas. Há cerca de uma semana, a entidade apoiou um evento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da UNE (União Nacional dos Estudantes), exigindo redução da taxa de juros

OS SEM-TETO INFORMAM

Sent: Monday, April 19, 2004 1:00 AM
Subject: Diversas ocupações esta madrugada

Quatro movimentos pertencentes à União dos Movimentos de Moradia (UMM) - Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC); Unificação das Lutas de Cortiços (ULC); União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul (UMMIZS) - estão ocupando prédios na cidade de São Paulo nesta madrugada. Desde a semana passada, diversas ocupações vem acontecendo pela UMM.

Sent: Monday, April 19, 2004 1:35 AM
Subject: Tropas de choque invadem prédio ocupado

Sent: Monday, April 19, 2004 1:57 AM
Subject: Ocupação 3 - polícia elas bem

O prédio do quartel ocupado pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), vizinho ao Parque D. Pedro II, foi invadido pelas tropas de choque.

A tropa de choque da polícia militar, que chegou faz pouco mais de meia hora ao prédio do quartel ocupado por 2 mil famílias de sem teto está lançando bombas de gás e atirando para o alto. Algumas pessoas deixaram o prédio e outras resistem.

Sent: Monday, April 19, 2004 2:02 AM
Subject: Ocupações 4 - Sem teto deixam quartel

As tropas de choque conseguiram expulsar as duas mil famílias de sem teto do quartel que elas ocuparam, próximo ao Parque D. Pedro II. Esta noite, os sem teto, do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) vão dormir na Praça da Sé

Mensagens enviadas pelos sem-teto aos jornalistas à medida que as invasões aconteciam

URGENTE

Ação inclui até a divulgação on line

DA REPORTAGEM LOCAL

Os grupos de sem-teto responsáveis pelas invasões simultâneas em São Paulo chegaram a criar um sistema de transmissão de informações on line à imprensa, numa ação que mostra a capacidade de articulação dos movimentos.

Uma série de oito e-mails foi enviada a jornalistas a partir da 0h27 de ontem, informando os principais fatos a cada momento.

O primeiro anunciava "Ocupação agora" e passava os contatos de líderes que participavam da invasão do quartel da PM. Os momentos mais tensos eram narrados nas mensagens seguintes: à 1h57, "a tropa de choque da Polícia Militar [...] está lançando bombas de gás e atirando para o alto"; às 2h02, "as tropas de choque conseguiram expulsar as 2.000 famílias".

A presidente da CMP (Central de Movimentos Populares), Maria das Graças Xavier, afirma que a presença de jornalistas é importante para os sem-teto porque evita uma reação mais truculenta da Polícia Militar. Segundo ela, as informações sobre as invasões eram transmitidas por telefone para uma equipe que ficava na sede da UNMP, na Barra Funda (zona oeste). Esse grupo era formado por três assessores de imprensa e uma secretária, além da própria Maria das Graças Xavier.

A utilização da rede mundial de computadores pelos sem-teto já havia sido marcante durante uma série de oito invasões em 2002. Na ocasião, um dos prédios invadidos foi escolhido a partir de informações disponibilizadas em um site de leilões na internet.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: A4

Sem-terra fazem mais 6 invasões em 4 Estados

O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade promoveu mais duas ocupações de terra anteontem, nos municípios de Barreiros e São José da Coroa Grande, na Zona da Mata de Pernambuco, e promete outras quatro para hoje. Também houve invasões no fim de semana na Bahia – duas – e em Alagoas – uma. Ontem, cerca de 200 sem-terra e assentados ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam o prédio do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia, no sul do Pará.

Com as ações do MTL, subiu para 65 o número de ocupações registrados em Pernambuco desde 27 de março por quatro movimentos de luta pela reforma agrária. Deste total, o MST fez 31, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape) realizou 21, a Organização da Luta no Campo (OLC) fez 7 e o MTL, 6.

De acordo com o MTL, 55 famílias participaram das ações de anteontem. São reivindicadas as Fazendas Manguinhos, de 600 hectares, em Barreiros, e duas em São José da Coroa Grande: Buenos Aires e Queimados, com 500 hectares e 650 hectares, respectivamente.

Ontem, os líderes do MST e da CPT foram recebidos no Palácio do Governo, pelo governador Jarbas Vasconcelos (PMDB). De acordo com o líder do MST no Estado, Jaime Amorim, Jarbas se mostrou solícito a ceder técnicos – agrônomos, cartógrafos e topógrafos – para ajudar o Incra a dar mais agilidade às vistorias de terra.

Na Bahia, o sem-terra promoveram duas invasões no fim de semana. No município de Nova Redenção, na Chapada Diamantina, 200 famílias ocuparam a Fazenda Pilões. Na rodovia que liga os municípios de Eunápolis a Barrolândia, no extremo sul, foi a vez de 80 famílias ligadas ao Movimento de Luta pela Terra, que tem o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (Fetag-BA), invadirem a Fazenda Santa Maria. A propriedade já foi ocupada outras quatro vezes pelos agricultores.

Em Alagoas, cerca de 100 famílias ligadas ao MST invadiram, no domingo, uma fazenda de 450 hectares, no município de Piranhas, a 291 quilômetros de Maceió. Segundo José Roberto dos Santos, da coordenação do MST em Alagoas, esta é a sexta fazenda ocupada este ano. "São áreas do conhecimento da superintendência do Incra em Alagoas, porque já foram vistoriadas ou indicadas para desapropriação, mas até agora não continuam indefinidas", explicou o líder do MST.

Banco – Em Conceição do Araguaia, no Pará, sem-terra e assentados ocuparam a Agência do Banco do Brasil e impediram a entrada de funcionários e clientes. Eles reivindicam recursos para a reforma agrária, além da presença de diretores do Incra em Brasília, para discutir a reestruturação do órgão na região, que acusam de prejudicar os agricultores. Eles dizem que só deixarão o local depois que suas reivindicações forem atendidas.

A Polícia Militar foi chamada, mas não interveio, preocupando-se apenas em garantir a segurança das instalações físicas do prédio para evitar depredações.

A sede do Incra no município também está ocupada por 150 sem-terra ligados ao MST e outros movimentos sociais de Conceição do Araguaia. O trabalho no órgão foi suspenso e os funcionários liberados até que os invasores saiam de maneira pacífica. **(Angela Lacerda, Ricardo Rodrigues, Biaggio Talento e Carlos Mendes)**

No Pontal, MST começa a deixar duas fazendas

O MST iniciou ontem a desocupação da Fazenda Santa Terezinha, em Santo Anastácio, no Pontal do Paranapanema, invadida no dia 12 por 300 militantes. A saída dos sem-terra foi determinada pelo juiz José Roberto Canducci Molina, atendendo a pedido dos proprietários do imóvel. As famílias estão acampando numa estrada rural que margeia a propriedade. O MST também já deixou a Fazenda Liberdade, em Presidente Epitácio, invadida no mesmo dia. As famílias foram se juntar às que estão ocupando a Fazenda Tupiconã, naquele município. Os líderes informaram que o movimento entrou com recurso contra a desocupação dessa fazenda, determinada pelo juiz Fernando França Vianna.

Invasão deixa prejuízo mínimo de R$ 160 mil

Cálculo, referente a área média no Pontal, é do presidente da Federação da Agricultura de SP

MILTON F. DA ROCHA FILHO

O presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio Meirelles, disse ontem que os produtores do Pontal do Paranapanema estimam que o prejuízo mínimo causado por uma invasão do Movimento dos Sem-Terra (MST) gira em torno de R$ 200 mil a R$ 300 mil. "Mas não devemos nos esquecer de que, para reaver a propriedade, cabe ao produtor arcar com inúmeros custos, inclusive judiciais", ressaltou Meirelles.

Essa é a primeira vez que os agricultores da região fazem um balanço dos prejuízos causados pelas ocupações do MST. Meirelles salientou que, em alguns casos, onde o ímpeto dos invasores é "mais exacerbado", os prejuízos podem chegar a R$ 1 milhão, tomando como média o tamanho das propriedades invadidas.

O presidente da Faesp destacou que cálculos aproximados, levando em conta apenas danos parciais, levam à conclusão de que os prejuízos diretos jamais ficam por menos de R$ 160 mil. "Nessas estimativas consideram-se os reparos das benfeitorias, o replantio das áreas destruídas e a margem bruta cessante; mas esse valor pode multiplicar-se muitas vezes, conforme a violência dos invasores."

Meirelles fez os cálculos com base em informações fornecidas pelos produtores e por sindicatos rurais, mas ressaltou que, "embora os prejuízos causados pelas invasões do MST sejam flagrantemente "Além das perdas materiais, provocam impactos psicológicos nas famílias e colaboradores do homem do campo."

Ele enumerou as ações mais comuns: corte das cercas, de modo a evitar o reaproveitamento; corte ou queima de matas nativas ou reflorestadas; abate de animais, incluindo reprodutores e matrizes; saque de materiais; destruição das benfeitorias, lavouras, máquinas e equipamentos; destruição de taipas de barragens e bloqueio de estradas de acesso às propriedades.

DESPESAS ALGUMAS VEZES BEIRAM R$ 1 MILHÃO

No caso dos animais, ressaltou Meirelles, eles são abatidos com armas de fogos e a carne – proveniente do abate ao ar livre, sem condições de higiene e limpeza – é vendida para receptadores, que a comercializam em pequenos estabelecimentos. "A conseqüência disso tudo é o desassossego geral", disse.

Reação – O dirigente da Faesp considera "inconcebível o governo não tomar enérgica posição, em cumprimento do compromisso de posse e da Constituição de manter a ordem interna e o estado democrático de direito". E alertou: "É preciso dar um basta a esses desmandos, garantir a segurança do produtor, *sua família e seus trabalhadores*, para que asseguremos a continuidade do extraordinário desempenho do agronegócio brasileiro."

Para ele, o desrespeito à lei já vem provocando conseqüências danosas ao agronegócio no plano internacional, "pois os parceiros comerciais estão receosos da presente situação, que beira ao caos e trouxe como conseqüência direta o aumento do risco Brasil". E acrescentou: "Sem ordem e respeito à lei não existe sociedade organizada e dificilmente haverá sustentabilidade do desenvolvimento."

O dirigente alertou, também, para o fato de serem extremamente perigosas declarações de integrantes do governo em favor de atitudes violentas de índios. "Não deve haver beneplácito com qualquer ato de violência, pois isso pode levar à ampliação dessas atitudes, além de uma crise de governabilidade, trazendo como conseqüência, para o governo, a sua desmoralização."

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/4/04 Página: 2

MIGUEL JORGE

Investimentos – perdas e ganhos

Radicalismos, como os do MST, poderão abalar os planos de Lula de atrair investidores

Com a frase de Lenin segundo a qual "o esquerdismo é uma doença infantil", o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, resumiu, sem precisar dizê-lo, o angustiante problema político do governo Lula, de governar hoje dialogando com seus amigos de ontem. Para o ministro, políticas econômicas que invertam a estabilização da economia podem levar à perda, num átimo, de investimentos que o Brasil levou anos para ganhar – e o Brasil não pode correr esse risco.

Mas talvez esse raciocínio esteja sendo esquecido pelos setores governamentais e movimentos sociais supostamente afinados com o governo Lula, haja vista os que propõem uma reforma agrária, com distribuição de terras mais justa, sem investimentos que aumentem o consumo e melhorem a vida no campo. Se também o presidente desprezar essa máxima, mesmo tendo construído sua vida pública em meio a fases de diálogo e confronto com investidores, ou de ela ter virado letra morta para movimentos como o dos sem-terra, que optam infernizá-lo para impor as suas vontades, teremos motivos de sobra para nos preocupar.

Lula viajou meio mundo convencendo investidores a se instalarem no País, garantindo respeito aos contratos e louvando sua política econômica. Mas já se esboçam sinais de que os atuais radicalismos, como os do MST, poderão abalar seus planos.

Sindicalista, Lula acompanhou uma moratória unilateral do Brasil, seguida da fuga de investimentos, da posterior normalização das relações com os credores, de políticas populistas e de choque, dos problemas da hiperinflação e do vaivém dos que chegavam e logo partiam com seus capitais.

Presidente eleito, adotou políticas defensivas para a moeda, implantou a austeridade, teve o bom senso de abrir o País aos investidores estrangeiros, de pedir que trouxessem sua experiência e se vinculassem à economia brasileira, ajudando-o na retomada do crescimento sustentado.

Mas, agora, seus ex-companheiros, que pregam mudanças no modelo econômico, podem pôr tudo a perder, na ocasião em que o governo mais precisa atrair investimentos para novos projetos, sobretudo na infra-estrutura de transportes, de portos, de energia elétrica, etc.

Nesse cenário se insere o debate sobre o papel das agências reguladoras de serviços públicos, a defesa dos recursos dos investidores e da sociedade, a definição do governo sobre as taxas de juros para empresas nacionais e estrangeiras e outras medidas complementares para atraí-los. A recente decisão de garantir estabilidade de quatro anos aos dirigentes das agências, tornando seus mandatos invioláveis e preservando sua independência, mesmo contra a vontade do presidente da República, no entanto, significou apenas um passo.

O ministro Palocci apenas se referiu ao documento *Declaração de Páscoa – Antes que Seja Tarde: Mudança, Já*, de parlamentares do PT que reivindicam novas propostas para a economia, que, ao lado da do México, e não obstante suas conhecidas distorções, acaba de ser vista pelo relatório *Estabilidade Financeira Global*, do FMI, como exemplo para os principais mercados emergentes. Palocci passou ao largo dos problemas do governo para conter invasões de terras e do "abril vermelho" anunciado e consumado pelo MST, ao qual o governo reagiu, com a desapropriação de 24 fazendas em 11 Estados.

De qualquer forma, é possível que essas ações não bastem para apagar a mancha de diversas invasões em dez Estados, inclusive a da Veracel, no sul da Bahia, de capitais brasileiro, finlandês e sueco, onde foram derrubados 1,3 milhão de pés de eucaliptos, em 13 dias, sob o insólito argumento de que eucalipto não se come. Aliás, é bastante significativo que essas invasões ocorram exatamente quando o Congresso da China – país paradigma da nossa esquerda desenvolvimentista – aprova emenda à sua Constituição garantindo o direito do povo à propriedade privada, na primeira proteção desse tipo desde a revolução de Mao Tsé-tung, em 1949.

Com base nesse estúpido raciocínio de que não se come eucalipto, e para "infernizá-lo" ou "azucriná-lo", o que dá rigorosamente no mesmo, o que seria se aliados ou ex-aliados do presidente Lula (não se sabe bem ao certo o que são, pois esse meio-de-campo está confuso) destruíssem as instalações de uma montadora, sob a "justificativa" de que fábricas de automóveis não servem para morar? Ou de que automóveis não servem para comer?

Com uma massa de recursos de US$ 150 bilhões prestes a entrar na economia, de que o governo Lula precisa para dinamizar a demanda de mão-de-obra, com os chineses buscando investir em ferrovias, para baratear os custos das exportações de soja e minério, e com o País carecendo de mais investimentos, temos de voltar depressa a valorizar os investimentos.

Para isso basta, simplesmente, que o governo aplique a lei em quem, no campo e nas cidades, teima em remar contra a ordem institucional e contra o Estado democrático, por meio de ações violentas.

Ninguém é ingênuo para imaginar que sem uma ação enérgica do presidente Lula – cujo governo parece estar se mantendo na defensiva – os sem-terra, sem-emprego, sem-teto, sem-carro, sem-botequim ou "sem-qualquer coisa" se disponham a conversar sobre os problemas que os afligem.

■ *Miguel Jorge, jornalista, é vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos do Santander Banespa*

CORREIO BRAZILIENSE

por Antônio Machado
cidadebiz@correioweb.com.br

Corda esgarçada

A abulia do governo em enfrentar a petulância crescente do MST não só afronta o Estado de direito, põe em risco a bonança rural, dos poucos setores da economia que mais entrega que toma no balanço de quem faz o que pelo crescimento da economia, afugenta investimentos privados e cria a perigosa impressão de que em nome do social tudo é permitido — invadir, destruir, ameaçar e troçar da autoridade constituída.

Além de fomentar este largo rol de desgoverno, a política ensandecida do MST mais cedo ou mais tarde acabará produzindo um outro tipo de "sem-alguma coisa": o sem-poder, que é a triste constatação de uma gestão que confunde exercício da ordem com tolerância, quando é o excesso dessa, que beira a leniência, que fragiliza aquela e ameaça a democracia, como noutros tempos se deu com o enfrentamento da criminalidade no Rio, desembocando na situação de insegurança generalizada que hoje corrói o tecido social da segunda mais importante cidade do país.

Em ambos os casos faltou e falta a ação do estado, prisioneiro de concepções canhestras sobre o caráter antidemocrático e social de se usar a força policial para conter o que erroneamente foi e é tipificado como seqüelas do "modelo econômico excludente, que cria pobreza e concentra renda".

Governantes não podem contemporizar jamais com a contestação da autoridade pública que extravase os marcos legais. Se o estado deixou de cumprir sua função social ou não se presta nem se revela apto a encaminhar conflitos, para isso é que há a democracia representativa, as eleições periódicas, a liberdade de expressão e os partidos políticos. Para isso, a propósito, é que um afiliado do PT foi eleito presidente: para promover mudanças, sobretudo aquelas que possam de algum jeito melhorar a qualidade de vida dos que o elegeram. É isso, curto e grosso.

Se ele não consegue dar curso ao que prometeu em campanha, ou é porque uma vez instalado no poder se convenceu de que nem tudo o que sonhava seria exeqüível — o que revela alienação das condições institucionais, políticas e econômicas que lhe aguardavam. Ou, o que é igualmente provável, entendeu que há não uma solução, mas várias, todas melhores que a que acreditava, para os problemas que clamam a sua resposta. A questão da reforma agrária é uma delas.

AFRONTAS DO MST AO ESTADO DE DIREITO ULTRAPASSAM O TOLERÁVEL E BOTAM O GOVERNO NO LIMITE DA REAÇÃO

O que se pretende com ela: dar emprego à mão-de-obra rural que ficou à margem da excepcional expansão do agronegócio ou implantar um novo modelo econômico no país a partir da agricultura familiar? No primeiro caso, o plano de assentamento de 430 mil famílias até o fim do governo, mais a regularização de 130 mil títulos de posse, é suficiente para trazer o pleno emprego ao campo. Se a esse programa forem adicionadas ações como o turismo rural e a interiorização do desenvolvimento, vê-se que o problema do emprego no campo está até melhor encaminhado que nos centros urbanos.

Na outra hipótese, em que se mistura messianismo religioso com o que há de mais retrógrado na esquerda marxista, o governo está diante de um beco sem saída: nem pode desarticular o agronegócio, que é a verdadeira intenção do MST, nem tem como patrocinar um modelo econômico que podia fazer sentido duzentos anos atrás, quando tudo girava em torno da produção rural.

Mais pressão dos sem-teto

Movimentos de sem-teto organizaram uma série de invasões de terrenos e prédios públicos e de uma área particular na cidade de São Paulo, na maior ação simultânea de grupos de moradia no estado desde julho do ano passado. Foram seis tentativas de invasão lideradas por quatro entidades. Uma foi reprimida pela Polícia Militar e uma prosseguia até a noite de ontem.

Os grupos participantes prometem novas ações nas próximas semanas, em protesto contra a política habitacional dos governos estadual e federal. Os principais alvos foram os prédios do governo do estado — três da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e um quartel desativado da PM, cuja invasão foi classificada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública como uma tentativa de desmoralizar a corporação.

Houve confronto entre manifestantes e policiais, e três pessoas ficaram feridas. Além das invasões em São Paulo, os sem-teto ocuparam prédios em Recife, Pernambuco, e fizeram atos em Minas Gerais, Goiânia, Rio de Janeiro e na Baixada Santista.

PONTOS DE VIGÍLIA

Os ruralistas gaúchos montaram na manhã de ontem 35 pontos de monitoramento nas regiões da fronteira oeste, sul e central do estado, para observar o movimento do MST e, assim, coibir eventuais tentativas de invasão. Na região do município de Bagé, são 13 acampamentos de produtores rurais. O monitoramento é uma prática usada há cerca de cinco anos pelos ruralistas gaúchos, para evitar serem pegos de surpresa. "Nossa arma é o telefone celular. De um ponto, podemos saber que ônibus partiu em direção a outro. A idéia é uma atuação pacífica, protegendo nossas terras", disse o ruralista Rodrigo Menna Barreto, que esteve na reunião.

CONFLITO AGRÁRIO

Presidente cobra responsabilidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu responsabilidade aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em seu programa de rádio, Lula disse ontem que vê "com muita naturalidade" as manifestações do MST. "Se eu posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social, é esse: ajam com a maior responsabilidade possível", pediu o presidente. Lula voltou a afirmar que a reforma agrária será feita "dentro da lei" e ressaltou mais uma vez que o país tem regras que valem para ele, "e para os sem-terra".

Em resposta às palavras do presidente, o MST afirmou que somente pode realizar manifestações dentro da lei diante da aplicação da reforma agrária. "Também queremos a reforma agrária dentro da lei, desde que se faça", afirmou João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do movimento. Rodrigues pediu que o presidente da República faça o mesmo e também cumpra a Constituição. "Acreditamos que, se o Lula cumprir a Constituição, a reforma agrária será feita."

Mais ocupações

Apesar de lideranças do movimento social avisarem que o ritmo das invasões tende a diminuir a partir de agora, agricultores realizaram ocupações em vários estados. No Piauí, 600 pessoas acamparam na fazenda Junco, a 22 km de Teresina. A área, de 1,8 mil hectares, é improdutiva, segundo o movimento.

Um dos proprietários da fazenda, Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima, irmão do deputado federal Ciro Nogueira Lima Filho (PP-PI), disse que a área é produtiva e que já ingressou com uma ação de reintegração de posse. No estado, três fazendas foram ocupadas desde o último sábado.

Na Bahia, o MST invadiu a fazenda Pilões, localizada em Nova Redenção, na Chapada Diamantina. De acordo com o MST, cerca de 800 pessoas participaram da invasão — a primeira registrada na região. Um grupo de cerca de 500 sem-terra invadiu a sede do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia, a 1.094 km de Belém, sul do Pará, e permaneceu durante quatro horas no local.

Alguns agricultores do MST foram obrigados, pela Justiça, a desocupar as áreas invadidas. Em Goiás, a Polícia Militar retirou ontem cerca de 1,5 mil sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura da fazenda Eldorado, em Iaciara, a 511 km de Goiânia, após a expedição de uma liminar de reintegração de posse.

Em Santa Catarina, a empresa Klabin, de celulose, entrou com pedido de reintegração de posse da fazenda Faxinal do Paulista, de 578 hectares, em São Cristóvão do Sul, invadida por cerca de 1,5 mil integrantes do MST.

O líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, denunciou ontem o clima de tensão e violência em Glória de Goitá, no agreste, onde 120 famílias de sem-terra deixaram um acampamento às margens da BR-101, na sexta-feira, para invadir a fazenda Berra Boi, do empresário do setor imobiliário Paulo Miranda.

Amorim disse que pistoleiros ameaçaram as famílias na mesma noite da ocupação, voltando no dia seguinte para "fazer reintegração de posse por sua própria conta".

JORNAL DO BRASIL

Lula vai atender militares

Presidente diz que reivindicações são legítimas

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acenou ontem com a possibilidade de um reajuste salarial para as Forças Armadas, durante a solenidade de comemoração do Dia do Exército. Também prometeu a criação de um plano habitacional que vai contemplar praças e oficiais de patentes inferiores.

O discurso do presidente foi bem recebido pelos militares, mas tratado com cautela pelos ministros que estiveram no Setor Militar Urbano participando da solenidade. O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, entrou mudo e saiu calado, apesar da insistência da imprensa para que comentasse as palavras do presidente. Já o ministro do Planejamento, Guido Mantega – que nas últimas semanas tem reforçado a tese de que os militares já tiveram um reajuste de 28% em 2001 – não compareceu à cerimônia.

Lula disse que tem o compromisso de garantir um padrão de dignidade aos integrantes das Forças Armadas e às suas famílias.

– As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se de uma questão de justiça, que o meu Governo tem determinação de atender– prometeu o presidente.

Além da questão salarial, o presidente acenou com a possibilidade de reequipamento das Forças Armadas.

– Temos também o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas. E vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las – afirmou. (*L.Q.*)

CORREIO BRAZILIENSE

MILITARES

Durante cerimônia no Quartel General do Exército, Lula assume compromisso de aumentar os soldos, mas não fala em índices ou datas. Promessa é bem recebida pelos integrantes das Forças Armadas

Presidente garante reajuste

THEO SAAD E LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Doze dias após ter acenado aos militares com um reajuste salarial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu ontem a liberar o aumento para os integrantes das Forças Armadas. Ele fez a promessa a centenas de militares, inclusive os de mais alta patente, reunidos no Quartel General da corporação, em Brasília, para as comemorações do Dia do Exército Brasileiro.

"Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias. As suas legítimas aspirações serão contempladas", garantiu Lula. Ele complementou que "oferecer condições dignas aos funcionários das Forças Armadas é uma questão de justiça".

Apesar de defender um padrão de vida melhor aos militares, o presidente não citou diretamente o percentual de aumento salarial a categoria deverá receber — os militares querem reajustes de 28,74% a 35,4% — nem quando deverá ser concedido.

Lula disse, no entanto, conhecer as dificuldades pelas quais passam os militares e afirmou, sem dar detalhes, que medidas serão tomadas para corrigir a distorção. "A sociedade brasileira tem orgulho dos senhores e das senhoras, e o estado brasileiro não deixará de traduzir em termos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem", discursou.

O compromisso do presidente é mais um episódio das negociações entre as Forças Armadas e o governo. No início do mês, os ministros da Defesa, José Viegas; da Secretaria-Geral, Luiz Dulci; e do Planejamento, Guido Mantega, deram declarações pouco otimistas sobre a perspectiva de aumento salarial.

Viegas e Mantega afirmaram, no último dia 7, que não havia orçamento previsto para esse fim e o ministro Dulci chegou a prever que o aumento não sairia em 2004. No dia seguinte, Lula acenou com a liberação de verbas, ao dizer que os militares teriam o mesmo tratamento que os servidores públicos, também em campanha salarial.

Ontem, Dulci recuou e afirmou que o discurso de Lula aos militares, de "respeito e valorização", pode até ser interpretado na forma de aumento para a categoria.

Na caserna

O discurso de Lula foi bem recebido na caserna: De acordo com o deputado federal Jair Bolsonaro (PTB-RJ), que é militar da reserva, os colegas que participaram do coquetel depois das solenidades oficiais se mostraram muito satisfeitos com a promessa presidencial. "O semblante dos comandantes era bastante bom. Não foi uma promessa de candidato, mas de presidente", defendeu Bolsonaro. Segundo ele, as tropas voltaram a acreditar no aumento. "A questão agora é saber se será no patamar pretendido por nós", ponderou.

Além dos percentuais de reajuste, o prazo de concessão também preocupa os militares. O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) disse acreditar que é possível haver aumento até 1º de maio. "Seria muito bom para o governo se conseguisse pagar junto dos servidores públicos", salientou. Bolsonaro afirmou que os militares têm urgência. "Primeiro de maio é a data-limite bastante receptiva para o reajuste", disse.

De acordo com ele, caso até lá nada esteja decidido, é possível que novas manifestações sejam organizadas. "Vamos ter uma reunião no dia 27 com o pessoal sobre o andamento das negociações", antecipou.

Os protestos devem ser feitos por parentes de militares, uma vez que o regimento interno das Forças Armadas não admite greves ou atos públicos dos oficiais. Diversas manifestações foram organizadas, principalmente, pelas mulheres de oficiais, que falam em defasagem de reajuste de nove anos.

Ajuda para a casa própria

O governo quer encontrar outras formas de beneficiar os militares sem necessariamente colocar a mão no bolso. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou já ter determinado ao ministro das Cidades, Olívio Dutra, e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, a elaboração de um estudo para viabilizar formas diferenciadas de financiamento habitacional para os militares.

"Já determinei ao Olívio Dutra e ao Jorge Mattoso que façam estudos para que possamos viabilizar um programa de financiamento habitacional dirigido diretamente às Forças Armadas. E tenho certeza de que teremos os resultados desse trabalho no mais breve tempo possível", afirmou Lula. O presidente, porém, não falou em prazos para o início do programa nem em valores.

De acordo com o deputado federal Jair Bolsonaro (PTB-RJ), ex-militar, a iniciativa é bem-vinda. Bolsonaro disse ainda que o governo poderia readotar alguns benefícios dados aos militares até 2001, como o auxílio-moradia. "Ele funcionava como uma complementação de renda. Para o governo é pouco, mas para o militar representa muito", defendeu. Militares com família recebiam de auxílio moradia o equivalente 30% do soldo. Os solteiros recebiam 10%. (LT e TS)

Em discurso, um pedido de calma aos militares

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Em um pronunciamento inédito de um presidente na solenidade do Dia do Exército, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou acalmar a tropa. Mas limitou-se a afirmar que "o Estado brasileiro não deixará de traduzir em termos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem".

Sem citar quando os militares poderão ser contemplados ou não e com quê porcentual de reajuste, o presidente afirmou: "Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias. As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se de uma questão de Justiça, que o meu governo tem determinação de atender."

O presidente foi mais vago ainda, em seu discurso, ao se referir ao reaparelhamento também pleiteado pelos militares, dizendo que ele virá com o crescimento econômico. "Temos também o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas e vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las", observou ele, lembrando que assumiu esse compromisso publicamente em 15 de dezembro, por ocasião do almoço de fim de ano com os Oficiais-Generais das Forças Armadas. "Reitero-o hoje, aqui, antecipando-lhes que as condições para sua concretização estão ainda mais maduras."

No discurso, Lula afirmou que conhece bem, "como Comandante das Forças Armadas, os anseios pessoais e as dificuldades por que passam os militares". "No contato permanente com o Ministro da Defesa e com os Comandantes das Forças Singulares, mantenho-me informado sobre os problemas estruturais da Marinha, Exército e Força Aérea e por diversas vezes, já me manifestei no sentido de que um país só é forte e respeitado quando tem Forças Armadas compatíveis com a sua estatura econômica e com seu papel na comunidade internacional."

CATEGORIA TERÁ PLANO HABITACIONAL

Moradia – Lula aproveitou a cerimônia para fazer o anúncio de um plano habitacional dirigido para os militares, reivindicação principalmente das Polícias Militares estaduais.

"Quero também lhes dizer que já determinei ao ministro das Cidades, Olívio Dutra, e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, que façam estudos para que possamos viabilizar um programa de financiamento habitacional dirigido diretamente às Forças Armadas e tenho certeza de que teremos os resultados desse trabalho no mais breve tempo possível", afirmou Lula. Mais tarde, o ministro Olívio explicou que as residências são para militares de baixas patentes.

Ordem do dia exalta espírito pacifista

BRASÍLIA – A Ordem do Dia lida nos quartéis do Exército destacou heróis ligados à história da instituição. O general de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante da Força, ressaltou a importância de personalidades como Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros, Matias de Albuquerque, Antonio Dias Cardoso e muitos outros anônimos. "Gente que não identificamos, separadamente, pela cor da pele ou religião. Vindos de toda parte fizeram uma epopéia da Pátria. Cada qual contribuiu, com sua tarefa específica, para gestar sonhos nascidos realidade e construir, aqui nos trópicos, uma sociedade universalista", anota o general.

A ordem conclama os militares a observar " essa brava gente exemplificadora de luta constante, de trabalho intenso e de disposição corajosa para enfrentar e superar, na difícil época vivida, toda sorte de desafios".

Com esse povo, diz o general, o Exército Brasileiro se identifica. "Com essa Nação democrática, ele nasceu", continua a Ordem do Dia. "A essa sociedade livre, ele serve."

De acordo com o general, a partir de Guararapes, o Exército cresceu como uma força viva, não subordinada a qualquer individualismo, agremiação, interesse personalista ou corporativismo; uma Instituição Nacional não escudada em castas ou privilégios; uma farda não contaminada pela arrogância ou pretensão militarista hegemônica.

"Nunca desejou a guerra. Só desembainhou a espada quando chamado ou impelido a manter a paz. Jamais desejou ser facção ou vertente a separar irmãos da família brasileira. Essa Instituição armada é a própria sociedade pacífica que representa, que não conquista apenas pela força e que obtém a vitória também com a fé. Na consciência do cidadão que se faz soldado, pacificador acima de tudo, vibra o amor sem preço da gente que serve à Pátria Brasileira", diz o texto.

"Essa gente, representando todos os segmentos sociais, está empenhada na construção de uma modernidade harmonizada com os valores tradicionais, históricos, culturais e espirituais que conformam a alma do nosso povo. Exército que deve estar, permanentemente, à altura dos compromissos geopolíticos e estratégicos do País", escreve o general.

Na Ordem do Dia, o general conclui: "Esse o seu Exército! Essa a sua gente! Desde Guararapes, orgulhosos de participar com dedicação, disciplina, competência e muita brasilidade, da construção da grandeza da Pátria: livre a qualquer tempo, unida em todas as instâncias, democrática por vocação, igualmente desenvolvida e, graças a Deus, pacífica, ordeira e feliz."

Mudança contábil reduz os gastos com aposentadorias do setor privado. Sobra garante recursos para aumento de R$ 5 no mínimo

Déficit do INSS sobe 38%

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentou um déficit de R$ 6,514 bilhões no primeiro trimestre de 2004, um aumento de 38% em relação ao mesmo período do ano passado. Entre janeiro e março de 2004, o déficit chegou a R$ 4,720 bilhões.

No mês de março, a diferença entre arrecadação e desembolso chegou a R$ 1,490 bilhão — 25,1% inferior ao verificado no mês de fevereiro, que foi de R$ 1,988 bilhão. O secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, diz que o principal motivo da redução do déficit foi a alteração feita pelo INSS no sistema de pagamento das aposentadorias e pensões.

Até o mês de fevereiro, o INSS provisionava no próprio mês um dia do pagamento do benefício do mês seguinte. Desde o início de março, no entanto, com a antecipação do calendário, isso não mais foi feito. Ou seja, a ordem de pagamento do dia 1º de janeiro de 2005 sairá no dia 1º mesmo, e não no dia 30 de dezembro de 2004. Foi essa alteração que resultou no ganho contábil da ordem de R$ 500 milhões em 2004. O secretário da Previdência fez a ressalva: "A despesa com benefícios não diminuiu. A mudança foi contábil".

Essa mudança no caixa da Previdência poderá reduzir o déficit do INSS em R$ 500 milhões neste ano, o que abriria, em tese, espaço orçamentário para o governo conceder um reajuste maior para o salário mínimo no próximo Dia do Trabalho. Pelas contas do secretário da Previdência, esse total permite um aumento de R$ 5,00 para o salário mínimo. Segundo Schwarzer, a despesa da Previdência, para cada real de aumento no mínimo, crescerá R$ 101 milhões de junho a dezembro, incluído nesse cálculo a despesa com o 13º salário.

Nos estudos técnicos, há várias simulações, desde o aumento de R$ 240 para R$ 270 até R$ 300. Além disso, o governo pretende reajustar de R$ 13,48 para até R$ 25 o salário-família como forma de compensar um aumento real modesto para o salário mínimo. Schwarzer explicou que, no mês passado, o INSS mudou a forma de contabilizar os gastos com benefícios. O governo, porém, ainda não se manifestou sobre a possibilidade de utilização desse ganho contábil no aumento do salário mínimo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: *Caciques cobram de Lula clareza na política indigenista*

Índios ocupam plenário da Câmara para protestar contra o governo

Representantes de 28 etnias cobram demarcação de Raposa Serra do Sol

Isabel Braga e Cristiana Lôbo *

• BRASÍLIA. Cerca de 70 índios de 28 etnias aproveitaram ontem a sessão solene na Câmara em homenagem ao Dia do Índio para protestar. Eles ocuparam o plenário por pouco mais de uma hora. Insatisfeitos com a política indigenista do governo, ameaçaram só deixar o plenário depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordasse em demarcar a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Deputados tentaram convencer os índios a deixar o plenário como forma de facilitar a negociação. Irredutíveis, caciques e líderes indígenas deixaram claro sua insatisfação com a falta de cumprimento das promessas feita por Lula na campanha. Antes da rebelião, o tom dos discursos já eram de protesto.

— Não queremos mais ser símbolo, não queremos mais ser homenageados, queremos que Lula diga, com clareza, de que forma vai tratar a política indigenista — afirmou o líder indigenista Jecinaldo Sateré-Maué.

Alguns já chegaram à sessão solene com pinturas de guerra. Depois que os caciques anunciaram a intenção de ocupar o plenário até que Lula os recebesse, outros também pintaram o corpo e o rosto de vermelho. Uma índia também passou batom.

Cacique avisou que índios não temiam seguranças

Toda a vez que um cacique discursava e apresentava aos deputados argumentos para ficar em plenário, recebia apoio dos demais índios, que gritavam e balançavam seus chocalhos. Marcos Xukuru, de Pernambuco, avisava que os índios não temiam um enfrentamento com os seguranças da Câmara dos Deputados:

— Se morrermos, vamos ficar como símbolo na História do país.

Após muito debate e bate-boca com alguns deputados, os índios concordaram em deixar o plenário, mas permaneceram acampados no Salão Verde, enquanto uma comissão de deputados negociava um encontro com Lula. No Salão Verde, os índios dançaram em sinal de guerra e deitaram-se ou sentaram nos tapetes.

Uma comissão de índios será recebida hoje, às 9h, pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e pelo chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Eles entregarão uma pauta de reivindicações com nove itens. Além da demarcação da Raposa Serra do Sol, exigem a retirada de todos os garimpeiros da reserva dos cintas-largas em Rondônia, onde foram encontrados os corpos de garimpeiros.

(*) Do Globo Online

Mércio diz que buscar culpados é desumano

'O índio defende sua terra como se defendesse sua própria vida', afirma o presidente da Funai

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Depois de dizer no fim de semana que os cintas largas, acusados de matar 26 garimpeiros, agiram para defender sua terra, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, afirmou ontem que é desumano buscar culpados para as mortes na reserva Roosevelt, em Rondônia, neste momento. Mércio disse que, nesse caso, há uma "responsabilidade diferenciada" porque os índios são tutelados pela Funai.

Ele afirmou que a terra indígena não é como uma propriedade privada qualquer, por se tratar de uma extensão de sua vida e de sua cultura.

— O índio defende sua terra como se defendesse sua própria vida — disse.

Mércio disse que a Funai, com seus procuradores, irá aguardar a ação do Ministério Público para defender os indígenas envolvidos no caso.

O presidente da Funai respondeu ao deputado Lindberg Farias (PT-RJ), que durante discurso no plenário da Câmara defendeu sua demissão:

— Quanto mais você defende índio, mais aparece gente querendo te derrubar. Lamento que essa tenha sido a posição de um deputado de esquerda.

Lula assinou decretos homologando oito áreas

O porta-voz da Presidência, André Singer, anunciou ontem que Lula assinou decretos homologando oito áreas indígenas (sete no Amazonas e uma no Espírito Santo), num total de 1,2 milhão de hectares. Mas, segundo Singer, a decisão sobre a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol, a mais esperada, só será anunciada no dia 27. A maior reserva é a de Coatá-Laranjal, em Borba (AM), que chega a 1,1 milhão de hectares. ■

Índios pedem fim do garimpo

• BRASÍLIA. Além da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em Roraima, os índios que ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados ontem exigem a retirada de todos os garimpeiros da terra indígena dos cintas-largas em Rondônia, onde foram encontrados os corpos de garimpeiros.

— A história do garimpo cinta-larga é muito triste e esperamos que a manchete (sobre a morte dos garimpeiros) sirva de lição para que o governo entenda que é preciso tratar com carinho, respeito e especificidade a questão indígena. Nos últimos cinco anos mais de dois mil índios foram mortos por garimpeiros ou pela contaminação da água — disse Jecinaldo Sateré-Mawé.

Segundo Sateré-Mawé, os índios permanecerão em Brasília até que o governo apresente uma posição sobre a homologação da reserva Raposa Serra do Sol:

— Ou o governo fica do nosso lado ou fica do lado dos políticos corruptos de Roraima.

Ontem, o deputado Lindberg Farias (PT-RJ), relator do proposta alternativa para demarcação da Raposa Serra do Sol, pediu a demissão do presidente da Funai, Mércio Gomes Pereira. Segundo o deputado, a declaração de Mércio apoiando a chacina dos garimpeiros feita por índios cintas- largas é despropositada.

Índios bloqueiam estrada em MS

Manifestantes pedem ao governo agilidade na demarcação de terras

Paulo Yafusso

Especial para O GLOBO

• CAMPO GRANDE. Um grupo de 500 índios guaranis-caiovás e terenas das aldeias Bororó e Jaguapiru, em Dourados, bloqueou ontem a rodovia estadual MS-156. A estrada divide as duas aldeias, que formam a reserva indígena de Dourados. O protesto obrigou o vice-governador Egon Krakhecke e o prefeito da cidade, Laerte Tetila, ambos do PT, a iniciar na estrada a solenidade prevista para acontecer numa escola da reserva. O convênio, que prevê a construção de 200 casas, foi assinado na rodovia interditada.

Um motorista tentou furar o bloqueio e acabou atropelando um índio. Além da melhoria das condições de vida nas aldeias, os índios cobraram dos governos agilidade no processo de demarcação. O bloqueio durou cerca de duas horas.

Já em Amambaí, perto da fronteira com o Paraguai, também houve protesto dos guaranis-caiovás. O movimento foi engrossado pelos sem-terra de diversas cidades do Sul do estado. Segundo cálculos da PM, cerca de dois mil índios e trabalhadores rurais participaram do ato, que começou com uma caminhada de oito quilômetros. O coordenador nacional do MST João Pedro Stédile também participou da manifestação. ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CORREIO BRAZILIENSE

DIA DO ÍNDIO

Presidente assina decreto homologando oito áreas indígenas, num total de 1,29 milhão de hectares. Mas a decisão mais polêmica, sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, só deve ser anunciada no dia 27

Tribos exigem encontro com Lula

Indígenas de 28 tribos diferentes que participaram ontem de uma sessão comemorativa ao Dia do Índio, no Congresso Nacional, cobraram um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No final da sessão, quando restavam cem índios, seus líderes começaram a gritar que não sairiam da Casa enquanto não fossem recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em nota, eles reivindicam a retirada de todos os garimpeiros ilegais invasores das terras dos cinta-larga, em Rondônia, e o andamento de 40 processos de reconhecimento de reservas.

Os deputados presentes à sessão negociaram por 30 minutos e conseguiram que deixassem o plenário e se colocassem no salão verde — área que antecede a entrada do plenário. Além disso, os deputados Carlos Abicalil (PT-MT), Fernando Ferro (PT-PE) e Perpétua Almeida (C do B-AC) agendaram no Palácio do Planalto um encontro entre o governo e os representantes indígenas. A reunião foi marcada para hoje.

No salão verde, os indígenas dançaram e cantaram músicas tradicionais. A maior parte dos índios estava com pinturas de guerra. Eles afirmaram que não deixariam o prédio da Câmara sem ter uma posição clara do governo sobre a política para seus povos. Desde quinta-feira, cerca de cem índios estão acampados em frente ao Ministério da Justiça. Eles pedem a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Promessa

Como parte das comemorações do Dia do Índio, o presidente Lula assinou decreto homologando oito áreas indígenas, sete no Amazonas e uma no Espírito Santo, num total de 1,29 milhão de hectares. Segundo o porta-voz da Presidência da República, André Singer, apenas no dia 27 o governo deverá anunciar a decisão sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde índios de cinco etnias lutam pela homologação da área.

No Amazonas foram homologadas as reservas Coatá-Laranjal (dos índios mundurucus e sataré-mawés), Porto Praia e Tupã-Supé (tikunas), Fortaleza do Patauá (apurinãs), Juma (jumas), Igarapé Grande (cambebas) e Tenharim Igarapé Preto (tenharins).Já no Espírito Santo, o presidente reconheceu o território de Caieiras Velha 2, onde vivem tupiniquins e guaranis.

A maior área homologada é a dos mundurucus e saterés-mawés, no município de Borba, no Amazonas, com 1,1 milhão de hectares. Singer informou que Lula também assinou decreto tornando o Brasil signatário da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece normas de respeito às culturas indígenas.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, afirmou que Lula deve homologar de forma contínua a reserva indígena Raposa Serra do Sol. "O presidente [Lula] não tem outra possibilidade, pois não homologá-la de forma contínua significaria retroceder e anular um trabalho de dez anos de demarcação das terras", disse. "Eu recebi esse indicativo do presidente." A Presidência da República, contudo, não confirmou a informação.

Protesto

Em Mato Grosso do Sul, cerca de 400 índios bloquearam a rodovia MS-156 na manhã de ontem para protestar por melhores condições de vida na reserva indígena de Dourados, a 224 km de Campo Grande, onde ficam as aldeias de Jaguapiru e Bororo. A estrada corta as aldeias e permaneceu fechada entre as 10h e as 11h20. O protesto reuniu três etnias — caiuá, terena e guaranì — que formam um contingente de mais de 10 mil índios que vivem nos 3.600 hectares da reserva de Dourados.

A PF não registrou incidentes durante a manifestação. A Polícia Rodoviária Estadual informou que os indígenas reivindicaram ainda o direito à produção e à terra, alegando que as condições de tráfego no local são ruins e eles têm dificuldade para conseguir emprego e sustentar as famílias. Os índios aproveitaram a presença do prefeito Laerte Tetila e do vice-governador Egon Krakhecke, ambos do PT, para cobrar mais atenção. Eles chegaram a ameaçar fazer invasões de terra na região, mas, de acordo com a PF, a situação já havia sido controlada no início da tarde.

ENTENDA O CASO

Discutido desde 1977, o processo de demarcação da reserva Raposa Serra do Sol está na última fase. Falta apenas a assinatura do presidente Lula para que a terra indígena seja homologada. Adiada várias vezes, a homologação foi prometida pelo presidente da Funai para o próximo dia 28.

Em janeiro, um grupo de fazendeiros aliados a índios macuxi (e etnias associadas) protestaram contra a homologação. O comércio de Boa Vista e as vias de acesso à cidade foram fechados. Padres e missionários foram feitos reféns. Os prédios do Incra e da Funai, invadidos

Indigenistas, ONGs e missionários católicos ligados aos índios mobilizam campanha pedindo a Lula a demarcação contínua da área, uma promessa de campanha. No projeto da Funai, a reserva Raposa Serra do Sol é uma área que engloba as cidades da região. Funai e governo federal também defendem essa tese.

Por outro lado, fazendeiros, índios macuxi (e etnias associadas), políticos da região e o governador de Roraima, Flamarion Portela, querem que a área seja demarcada com faixas descontínuas. Na reserva, os municípios e as estradas de acesso a ele ficariam de fora.

Indios ameaçam acampar no Congresso

29 tribos cobram a demarcação da reserva Serra do Sol, em Roraima

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O Dia do Índio foi comemorado ontem com protestos no Congresso Nacional e com o pedido de deputados para que o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Gomes Pereira, seja demitido. A principal manifestação contra o governo ocorreu na Câmara, onde cerca de 70 índios de 28 tribos ameaçaram acampar no plenário em represália à demora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em homologar a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Depois de mais de uma hora de negociação com os deputados, os índios concordaram em deixar o plenário com a promessa de que Lula iria recebê-los.

Uma comissão de deputados foi ao Palácio do Planalto tentar marcar a audiência com o presidente. Mas o chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, avisou que Lula não poderia receber os índios nem ontem nem hoje. Depois de aceitarem deixar o plenário, os índios permaneceram durante toda a tarde no Salão Verde da Câmara. Somente por volta das 20 horas, os índios decidiram sair das dependências da Câmara, depois da promessa de que serão recebidos hoje por Carvalho.

Bombeiro – Os índios foram à Câmara para participar da comemoração do Dia do Índio. Mas no meio da homenagem resolveram ficar no plenário. "Não queremos mais ser homenageados, queremos que Lula diga, com clareza, de que forma vai tratar a política indigenista", disse o líder indigenista Jecinaldo Sateré-Mawé. "Ou o governo fica do nosso lado ou fica do lado dos políticos corruptos de Roraima", completou, referindo-se à demora do governo em decidir sobre a Raposa Serra do Sol.

DEPUTADOS PEDEM DEMISSÃO NA FUNAI

Enquanto os índios ocupavam o Salão Verde, deputados se revezaram na tribuna para criticar o presidente da Funai e pedir o seu afastamento do cargo. O deputado Lindberg Farias (PT-RJ) considerou "estapafúrdias" as declarações de Mércio Pereira, que afirmou que os índios cintas-largas apenas reagiram às invasões de suas terras ao matarem dezenas de garimpeiros. "O presidente da Funai não pode continuar à frente dos trabalhos, porque ao invés de tentar pacificar os conflitos, de agir como bombeiro, ele atiça a confusão, joga litro de querosene no fogo", disse Lindberg.

Nem mesmo o PPS, partido de Mércio, o apóia. O líder do partido na Câmara, Júlio Delgado (MG), fez discurso apoiando o relatório de Lindberg Farias para a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. Mércio foi contra a proposta do deputado petista. "Aos poucos a bancada do PPS forma uma convicção de que o relatório de Lindberg é a mais adequada."

Governo federal inicia hoje 'intervenção branca' no Estado

PORTO VELHO – O governo federal começa hoje cedo uma espécie de intervenção branca em Rondônia. A Polícia Federal comandará uma megaoperação envolvendo mais de 400 homens, que ocuparão dez regiões do Estado. A principal devassa será feita na região da reserva indígena do Roosevelt, onde foram encontrados os corpos de 29 garimpeiros mortos pelos índios cinta-larga. A PF deverá realizar centenas de prisões ao longo da semana, numa ação semelhante, mas em maior escala, que a "Operação Anaconda" que acabou com um esquema de venda de sentenças judiciais em São Paulo.

Ontem, mais de 400 policiais civis, federais, e de outros órgãos do governo federal, além de integrantes das Forças Armadas começaram a se deslocar para a cidade de Pimenta Bueno, onde será baseada a principal ação. A PF pretende fechar a área para aliviar o clima de tensão existente entre garimpeiros e os cinta-larga, depois da morte de 29 mineradores.

"Vamos evitar não apenas confronto, mas também controlar entradas e saídas de pessoas na área", afirmou o delegado federal Mauro Spósito, coordenador-geral de operações especiais de fronteiras e que está no comando da missão. Para ele, é necessário apaziguar os ânimos antes de realizar qualquer negociação.

A operação nasceu de um pedido de intervenção feito pelo próprio governador do Estado, Ivo Cassol (PSDB) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano passado. A atuação de grupos criminosos na região comprometia a governabilidade, disse, Cassol, à época.

A União descarta qualquer intervenção federal que não seja em forma de atuação conjunta com as autoridades estaduais. "Esta é uma ação conjunta que envolve em torno de 20 instituições que têm a mesma finalidade, que é acabar com a criminalidade", informou Spósito. (E.L.)

STJ QUER PROCESSAR E JULGAR FLAMARION

O ministro Paulo Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pediu ontem autorização da Assembléia Legislativa de Roraima para processar e julgar o governador Flamarion Portela, acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de lesar o patrimônio da União e do estado por meio de um esquema que ficou conhecido como "escândalo dos gafanhotos". O MPF acredita que o esquema foi usado para patrocinar a campanha eleitoral do governo estadual. Caso a Assembléia autorize, Portela responderá a ação se a denúncia for acatada pela maioria dos 21 ministros que integram a Corte Especial do STJ.

PASSOS PEDE CPI

Em breve pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) será protocolado hoje na Câmara Legislativa. O deputado distrital Pedro Passos (PMDB) está reunindo assinaturas para que uma CPI investigue a prestação de contas do candidato petista ao Governo do DF nas últimas eleições, Geraldo Magela. A justificativa é de que há contradições entre as informações apresentadas à Justiça Eleitoral e as declarações do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, que afirma que o empresário Carlos Cachoeira entregou R$ 100 mil para a campanha de Magela. "Estou contando com 9 assinaturas pelo menos. Para garantir a lisura da prestação das contas de campanha temos de investigar essa história", afirma.

LIÇÃO DE CAMPANHA

PT Cria Fundo

Na reunião do Diretório Nacional no fim de semana em São Paulo, o PT tomou consciência de que é governo e, portanto, está sujeito a ônus e bônus. Numa palavra, prevaleceu o centralismo democrático, nome vistoso da unidade compulsória. Divergências partidárias se resolvem internamente para evitar prejuízo. O partido se obriga a apoiar o candidato que elegeu. Todo apoio a Lula e o mínimo de atritos com bancadas que integram a base parlamentar do governo. Quem brinca com fogo amigo acaba chamuscado.

Ficou evidente o sinal de que os militantes e dirigentes do PT estão conscientes de serem, perante a sociedade, os maiores interessados na transparência dos atos e das palavras dos eleitos pelo partido. O caso do ex-assessor parlamentar do Planalto, Waldomiro Diniz, de ampla repercussão na opinião pública, foi levantado como advertência na campanha eleitoral em gestação. O presidente do PT, José Genoino, advertiu para a necessidade de evitar dúvidas e repercussão negativa de irregularidades nas contribuições financeiras da campanha municipal deste ano.

Doações à campanha e aos candidatos, bem como recursos próprios do partido, deverão ser respaldados com recibos emitidos pelo Diretório Nacional. O PT vai criar e controlar um Fundo Nacional de Apoio às Eleições e uma corregedoria para monitorar o pleito de outubro. Um conselho vai rastrear o patrimônio declarado pelos candidatos e as contribuições de campanha. Ou seja, a fiscalização se destina a reduzir riscos. O PT viu quanto custa politicamente o desgaste de atos que, por falta de transparência, recaem sobre a legenda.

O caso Waldomiro Diniz, na opinião de José Genoino, serviu de lição para o partido. Maior atenção e rigor terão prioridade na campanha deste ano. Toda atenção é pouca para quem terá a responsabilidade de nomear e governar. A repercussão moral de um erro pode ser maior do que o seu peso eleitoral. Genoino foi claro na repulsa a contribuições de origem suspeita: ajuda do jogo do bicho e de donos de bingo não pode ser aceita. Nem pelo partido nem pelo candidato. Também não serão admitidas doações de empresas de transporte público nem de coleta de lixo. Ainda bem.

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO

O 'abril vermelho' dos sem-teto

Até quartel desativado da PM é invadido em SP e confronto deixa quatro feridos

Gio Mendes* e Letícia Lins

SÃO PAULO E RECIFE

Pelo menos quatro mil sem-teto invadiram ontem de madrugada cinco terrenos e prédios públicos na cidade de São Paulo. No quartel desativado da Polícia Militar no Parque Dom Pedro I, no centro da capital paulista, ocupado por cerca de 1.200 pessoas, houve confronto entre os sem-teto e a tropa de choque. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, quatro pessoas ficaram feridas e oito foram detidas acusadas de jogar pedras contra os policiais, que revidaram com bombas de efeito moral e tiros com balas de borracha.

As ações são parte de uma ação realizada ontem em 16 estados para pressionar o governo federal a aprovar o Fundo Nacional de Habitação Popular. Em São Paulo, cerca de dez mil pessoas participaram da mobilização, que ainda teve atos e passeatas na capital, na Baixada Santista, em Piracicaba e em Campinas.

Os sem-teto também ocuparam terrenos e prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Segundo a coordenadora do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Ivaneti Araújo, cerca de mil pessoas ocuparam o prédio do quartel no início da madrugada. Outras 200 chegaram após a polícia e ficaram do lado de fora.

Dez soldados da 1ª Companhia do 7º Batalhão fizeram um cordão de isolamento na frente do imóvel, mas alguns sem-teto conseguiram entrar no quartel pulando o muro. O capitão Leandro Pavani, do 2º Batalhão de Choque da PM, chegou por volta das 0h40m e tentou negociar a saída dos invasores com líderes e advogados do MSTC. Como não obteve sucesso na negociação, Pavani acionou a tropa de choque, que chegou no local à 1h. Os policiais entraram pelos fundos do quartel e começaram a retirar os invasores às 1h30m. Os sem-teto que já que estavam fora do quartel atacaram os policiais, dando início ao tumulto. Algumas pessoas atiraram pedras e garrafas plásticas com água contra os PMs.

Os policiais da tropa de choque jogaram cerca de dez bombas de efeito moral para dispersar a multidão. Eles também atiraram contra os manifestantes com balas de borracha. Uma delas perfurou a perna esquerda de um fotógrafo.

Alckmin diz que vai desocupar áreas

• O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), reafirmou que não será condescendente com as invasões de terras no estado e que, cumprindo as decisões da Justiça, vai desocupar todas as áreas invadidas. Para Alckmin, o prometido "abril vermelho", expressão cunhada pelo líder do MST João Pedro Stédile, não se limitou ao campo.

— O que estamos vendo é que o "abril vermelho" não é só na zona rural. Agora, também é urbano. Só nesta última noite tivemos cinco tentativas de invasões de prédios em São Paulo, uma delas consumada. Atacaram terrenos privados, prédios em obras e um prédio do governo — disse o governador.

Em Recife, os sem-teto invadiram dois terrenos da União em Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana. O MTST, versão urbana do MST, deflagrou a "Jornada por moradia" e também invadiu dois prédios da Caixa Econômica Federal no centro de Recife, desocupados no fim da tarde. Na última quarta-feira o MTST já havia invadido em Recife um terreno da Conab. De acordo com a coordenação do MTST, há 41 ocupações de sem-teto na região metropolitana de Recife reunindo oito mil famílias, o equivalente a cerca de 40 mil pessoas. ■

(*) do Diário de S.Paulo

► **NO GLOBO ONLINE:**
Veja imagens da invasão de sem-teto em SP
www.oglobo.com.br/pais

Klabin pede reintegração de fazenda invadida

Já MST reivindica desapropriação de 10%

Giuliano Ventura

Especial para O GLOBO

• FLORIANÓPOLIS. A Klabin, grande fabricante de papel e celulose, pediu ontem à Justiça a reintegração da Fazenda Faxinal do Paulista, em São Cristóvão do Sul (SC), invadida no fim de semana por famílias de sem-terra.

— Só queremos que a Klabin possa retomar um área que é legalmente de sua propriedade — disse Wilberto Lima Jr., diretor de Assuntos Corporativos da empresa. Segundo ele, a Klabin espera que a Justiça conceda a reintegração de posse ainda hoje.

— A área invadida é considerada produtiva — disse João Paulo Strapazzon, superintendente estadual do Incra, acrescentando que uma decisão do juiz agrário sobre a questão deve sair nos próximos 15 dias.

Já os representantes dos sem-terra pediram a retirada da polícia dos acessos à fazenda. Eles foram recebidos em Florianópolis pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que concordou em afastar a Polícia Militar das imediações da fazenda invadida até que haja uma decisão judicial. Os sem-terra pediram que o governador interceda para que o governo federal desaproprie pelo menos 10% das terras da Klabin no estado, num total de 117 mil hectares.

— Se eles cederem 10% do que têm, podemos assentar mil famílias. Já é um começo — disse Vilson Santim, um dos líderes do MST em Santa Catarina.

Segundo Santim, a escolha da fazenda da Klabin se deu como parte da mobilização nacional convocada pelo MST para o mês de abril.

— O movimento é pacífico, não queremos parar a empresa. Fizemos a ocupação para levantar o debate — disse ele.

A Klabin emprega 4.300 pessoas no estado e declara recolher R$ 61 milhões em impostos por ano em Santa Catarina.

Lula pede bom senso e responsabilidade

'Ninguém precisa ficar preocupado com greve ou manifestação. Isso é exercício da democracia'

Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. Apesar de dizer que encara com "muita naturalidade" as manifestações de MST e de setores do funcionalismo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem bom senso e responsabilidade aos manifestantes. Ao lembrar seus tempos de sindicalista, disse que sempre perdeu quando optava pelo radicalismo.

Ao mesmo tempo, porém, Lula disse que "ninguém precisa ficar preocupado" com greves e manifestações. O governo vem enfrentando o chamado "abril vermelho" do MST, com invasões recordes. Além disso, há greves de setores como a Polícia Federal (PF) por maiores salários.

— Se as pessoas quiserem radicalizar, sabem que isso não ajuda. Já radicalizei muitas vezes e tive bom senso em outras vezes. E toda vez que prevaleceu o bom senso, ganhei. Toda vez que prevaleceu o radicalismo, perdi. Se posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social é este: ajam com a maior responsabilidade possível, porque todos seremos vítimas das nossas palavras — disse Lula no programa de rádio "Café com o presidente".

Lula prometeu que seu governo vai assentar 130 mil famílias até o fim de 2006 e regularizar 130 mil títulos:

— E será feito da forma mais tranqüila possível, da forma mais pacífica possível, porque eles sabem que o país tem lei, tem regras. E ela vale para o presidente da República, vale para o sem-terra e vale para o "com terra". Este é um país democrático, é um país livre, e quem quiser fazer manifestações, pode fazer. O que as pessoas não podem é perder o senso de responsabilidade.

Apesar desses avisos, o presidente disse que considera importante haver manifestações no país. Lula não usou uma vez sequer a palavra invasão, apenas manifestação do MST. Mesmo com o clima tenso no campo, tratou o assunto com tranqüilidade, afirmando que o MST faz passeatas desde o governo Collor.

— Você fala das passeatas dos sem-terra. Acho importante que eles façam. Ninguém precisa ficar preocupado com greve, passeata ou manifestação. Isso é o exercício da democracia levado à sua plenitude. Isso é bom para todos nós — disse Lula, acrescentando:

— Algumas pessoas tentam fazer disso uma coisa muito grave. Às vezes, tentam vender como se fosse maior do que é. Mas um governante não pode se contentar só com aplausos — disse. Ao falar do MST, ele contou que se sente tranqüilo:

— O que me dá tranqüilidade é dizer que fui o único presidente da República que foi a um encontro do MST, da Contag, da CPT e de outros movimentos aqui, em Brasília. E publicamente assumi um compromisso com eles. E ninguém discordou.

Ao falar sobre as greves dos servidores, disse que nenhum presidente tratará melhor o funcionalismo do que ele, mas adiantou que não dará tudo o que reivindicam.

— Ninguém, na História do Brasil, vai tratar o funcionalismo melhor do que eu.

Lula comparou o tratamento que dá ao funcionalismo ao dedicado a seus filhos, explicando que não dá tudo aos seus filhos. Disse que, da mesma forma, os servidores não receberão tudo o que querem.

— Não faço dívida para dar um presente a meu filho que não possa pagar depois. ■

► **NO GLOBO ONLINE:**
Ouça trecho do programa Café com o Presidente
www.oglobo.com.br/pais

HABITAÇÃO *Manifestantes cobram investimentos dos governos Alckmin e Lula; prédios da CDHU na cidade foram principal alvo*

Sem-teto promovem onda de invasões

DA REPORTAGEM LOCAL

Movimentos de moradia organizaram desde a noite de anteontem uma série de invasões de terrenos e prédios públicos e de uma área particular na cidade de São Paulo, na maior ação coordenada de grupos de sem-teto no Estado desde julho do ano passado.

Foram sete tentativas de invasão, lideradas por quatro entidades. Duas foram contidas pela Polícia Militar e uma prosseguia até a noite de ontem. Nas demais, a PM retirou os invasores logo depois da ocupação. Os grupos participantes prometem novas ações —incluindo ocupações e atos— nas próximas semanas, em protesto contra a política habitacional dos governos Alckmin (PSDB) e Lula (PT). A administração Marta Suplicy (PT) foi poupada pelos organizadores.

Os principais alvos foram os prédios do governo do Estado —ao menos três da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e um quartel desativado da PM, cuja invasão foi classificada pela Secretaria da Segurança Pública como uma tentativa de desmoralizar a corporação. Houve confronto entre sem-teto e PMs, que usaram bombas de efeito moral e balas de borracha. Três pessoas se feriram.

Outras duas invasões foram em um terreno abandonado da empresa Fibra S/A, na zona sul, e em um espaço nas proximidades do terminal rodoviário da Barra Funda e que seria do Metrô. A PM e as entidades confirmam ainda a tentativa de ocupação de uma área na av. Celso Garcia, na zona leste, que, segundo ambos, seria da CDHU. A companhia nega.

Os grupos participantes, que têm entre seus líderes militantes do PT e do PC do B, falam em 5.500 manifestantes. A PM afirma que foram 2.400 invasores.

As ações foram seguidas de passeatas no decorrer do dia e começaram a ser preparadas há três meses. As datas foram definidas nos últimos dias 6 e 7, e os locais foram escolhidos pelas diversas células dos grupos, que usam códigos. Na zona sul, a invasão era chamada de "festa". No centro, a senha era "sinal verde".

A presidente da CMP (Central de Movimentos Populares), Maria das Graças Xavier, afirmou que não havia intenção de permanecer nas instalações invadidas, mas somente promover uma mobilização política que despertasse a atenção das autoridades. Mesmo assim, os manifestantes permaneceram em um terreno da CDHU da zona sul. Ela disse acreditar que parte dos endereços das ocupações tenha "vazado", já que a PM conseguiu desmobilizar as ações sem muita demora.

A ação dos sem-teto foi classificada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) como "abril vermelho urbano", referência às invasões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) espalhadas pelo país. As entidades participantes, porém, rejeitam esse rótulo, sob a alegação de que não houve acordo entre eles.

"O abril vermelho é uma agenda do MST, ao qual somos solidários. Mas nada fere a autonomia de cada movimento. Somos defensores da reforma agrária, mas nossa atividade é urbana e nasceu a partir de uma campanha concreta", afirmou Wander Geraldo da Silva, presidente da Conan (Confederação Nacional das Associações de Moradores).

Além da CMP e da Conan, os outros dois movimentos que lideraram as invasões foram: UNMP (União Nacional por Moradia Popular) e MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia).

Reivindicações

As principais reivindicações das entidades abrangem a criação de um fundo e de um conselho nacional e estadual de moradia —por meio dos quais haveria mais recursos e debate popular sobre a destinação das verbas.

Elas também reclamam das exigências da Caixa Econômica Federal para a concessão de financiamentos, cobram programas de mutirão no Estado e descentralização dos recursos da CDHU. Alegam ainda que a gestão tucana entregou apenas um terço das moradias populares prometidas.

Além das invasões em São Paulo, elas também organizaram uma em Recife. As entidades programam protestos em Curitiba e em Campinas e um ato em Brasília no dia 12 de maio, em busca de uma reunião com Lula. A idéia é que essa série de mobilizações tenha como um dos marcos uma caravana a Brasília no dia 2 de junho.

Os organizadores negaram a informação de que a ausência da Prefeitura de São Paulo entre os alvos dos sem-teto poderia estar ligada às eleições municipais.

"A prefeitura aprovou um fundo municipal de habitação e elegeu um conselho. Independentemente de governo e de partido, somos um movimento de moradia", disse Donizete Fernandes de Oliveira, coordenador da UNMP.

A Secretaria da Habitação da gestão Marta tem assessores ligados à CMP. Na última série de invasões, em julho de 2003, os sem-teto se dividiram sobre ações contra a prefeitura. (ALENCAR IZIDORO, AMARÍLIS LAGE, FABIO SCHIVARTCHE, LAURA CAPRIGLIONE, SIMONE IWASSO E AURELIANO BIANCARELLI)

COMO FORAM AS AÇÕES DOS SEM-TETO

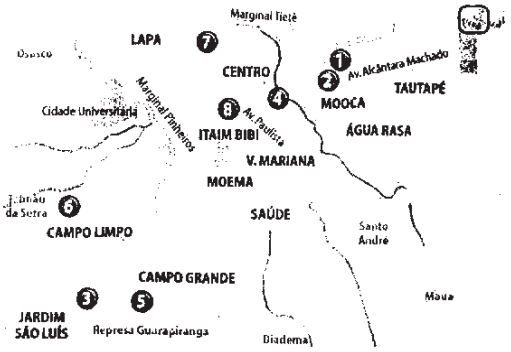
1 23h de anteontem — **IMÓVEL DO GOVERNO DO ESTADO**
Celso Garcia, Belém, zona leste
Unificação das Lutas de Cortiços - ULC
→ Cerca de **400 pessoas** (300 para a polícia) tentam invadir o imóvel, mas são impedidas pela polícia. Saem do local por volta das 8h

2 0h de ontem — **IMÓVEL DA CDHU**
Pça. Barão de Tietê, perto do viaduto Guadalajara, zona leste
Unificação das Lutas de Cortiços - ULC
→ Cerca de **400 pessoas** (para a polícia, 300) tentam invadir imóvel, mas a polícia chega primeiro ao local e consegue impedi-las. O grupo acampa em frente ao prédio e também interdita a Radial Leste no início da manhã. Os manifestantes seguem em **passeata até a sede da CDHU**, na rua Boa Vista, centro

3 0h30 — **IMÓVEL DA CDHU**
[illegible]
Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
→ Cerca de **200 pessoas** se alojam no local em barracas de lona e caçambas de entulho. Para esta área, seguem, no decorrer do dia, sem-teto que tentaram outras invasões

4 1h30 — **QUARTEL DESATIVADO DA PM**
Av. do [illegible]
Movimento dos Sem-Teto do Centro
→ Cerca de **1.200 pessoas** (300 segundo a PM) entram em confronto com a tropa de choque. Polícia atira bombas de efeito moral e balas de borracha. Dois PMs ficam feridos. Um fotógrafo do jornal "Agora" é atingido na perna esquerda por uma bala de borracha. Oito manifestantes são presos

5 2h — **PRÉDIO DA EMPRESA FIBRA/SA**
Abandonado há cinco anos, Av. Nações Unidas, zona sul
União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
→ Cerca de **300 pessoas** (para a polícia, cem) tentam invadir o prédio, mas são retiradas pela polícia e seguem para a ocupação na r. José Barros Magaldi



6 2h — **DOIS PRÉDIOS DA CDHU**
Estr. do C. Limpo, jd. Umarizal, zona sul
União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
→ Cerca de **500 pessoas** (para a polícia, 200) invadem dois prédios. São retiradas pelos policiais e seguem para a ocupação na r. José Barros Magaldi. O grupo pretende negociar a área com o governo do Estado para a construção de habitação para famílias de baixa renda

7 8h — **TERRENO DO GOVERNO DO ESTADO**
Próx. do metrô Barra Funda, zona oeste
→ Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste
Um grupo com **2.500 pessoas** (para a polícia, mil) tenta permanecer no local, a ocupação não se concretiza. Os sem-teto começam uma **manifestação**, queimam caixão com foto de Alckmin e deixam local às 13h

8 10h — **PROTESTO NA AVENIDA PAULISTA**
→ Por volta das 10h, cerca de mil integrantes de movimentos dos sem-teto, segundo os organizadores da manifestação, se concentram na calçada em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal na avenida Paulista. O grupo permanece no local até as 14h

FRASES

Vamos continuar as ocupações em maio e em junho. Cada entidade tem o seu calendário

ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO
Coordenador nacional do Movimento Nacional de Luta por Moradia

[Foi um] abril vermelho urbano

GERALDO ALCKMIN
Governador de São Paulo

FOLHA DE S.PAULO

HABITAÇÃO *Encortiçados da região central ocuparam prédio desativado da Polícia Militar e foram expulsos pela tropa de choque*

Invasão de quartel termina em pancadaria

Atos atrapalham trânsito na zona leste e no centro

DA REPORTAGEM LOCAL

Após sete tentativas de invasão desde a madrugada de anteontem, grupos ligados aos movimentos de moradia realizaram três protestos na capital paulista, prejudicando o trânsito na zona leste e no centro. O pico de congestionamento (80 km) ocorreu às 8h30, segundo a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego).

No início da manhã, duas pistas da Radial Leste foram ocupadas por cerca de 300 sem-teto que haviam tentado invadir um imóvel da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) próximo ao viaduto Guadalajara (zona leste), segundo a Polícia Militar.

Eles seguiram em passeata até a praça da Sé (centro). De lá, a concentração seguiu para a rua Boa Vista, onde fica a sede da CDHU. Com bandeiras da União dos Centros de Moradia e carros de som, cerca de 2.500 pessoas, segundo líderes do movimento, permaneceram na rua até as 14h.

Outro grupo, formado por cerca de 2.500 pessoas, segundo o movimento, e mil pessoas, de acordo com a PM, fez um ato por volta das 8h ao lado da estação de metrô Barra Funda (zona oeste). O protesto começou após uma tentativa de invasão de um prédio desocupado. Eles queimaram caixão com foto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e deixaram a rua no final da manhã.

Na avenida Paulista, por volta das 10h, um terceiro grupo se reuniu na calçada em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal. Os sem-teto ficaram lá até as 13h.

Terreno da União em PE é invadido de novo

DA AGÊNCIA FOLHA

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco promoveu ontem pela manhã uma invasão a uma área da União em Cabo do Santo Agostinho (32 km de Recife). O alvo foi o desativado engenho do Cabo, cujo galpão havia sido cedido ao Ibama. Segundo o MTST, participaram da invasão cerca de 400 pessoas.

Segundo o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), o órgão já vinha retirando seus equipamentos da área, o que não deve mudar devido à invasão.

O coordenador do MTST em Pernambuco, Marcos Cosmo da Silva, disse que a área invadida "não está sendo usada". Os sem-teto já haviam entrado na área há oito meses e se retirado.

Em Recife, o MTST organizou um protesto, que juntou cerca de 300 pessoas, em frente a um prédio da Caixa Econômica Federal, para reivindicar, entre outros itens, financiamento para casas populares e projetos habitacionais para quem tem renda de até três salários mínimos. A assessoria de imprensa do banco disse que encaminhará os pedidos à sede, em Brasília. (VICTOR RAMOS)

Movimentos têm até invasor profissional

Pedreiro participou de cinco ocupações

DA REPORTAGEM LOCAL

Por trás das barracas dos sem-teto paulistanos estão invasores profissionais. São integrantes dos multifacetados movimentos que, mesmo já tendo casa própria, lutam por um teto para parentes e amigos.

É o caso da aposentada Maria do Carmo Gabriel, 50, que, apesar de morar numa casa de alvenaria construída pelo marido, acampou ontem no terreno da CDHU no Jardim São Luiz. "É que meus cinco filhos ainda não têm", justifica. O sexto filho, conta, conseguiu um apartamento depois de ela ter invadido um terreno do Estado. "Para a classe pobre a única solução é ocupar e torcer", afirma.

O pedreiro José Pedro de Melo, 52, já contabiliza cinco invasões em seu currículo de associado a movimentos de habitação popular. Pernambucano de Garanhuns, terra natal de Lula, veio a São Paulo em 1977 com o mesmo sonho da família do presidente: "melhorar de vida e ter comida no prato".

O salário de pedreiro lhe permite alimentar a família, mas não tem conseguido pagar em dia a prestação de R$ 200 de sua casa. "Se não quitar o imóvel onde moro, podem tirar de mim."

No acampamento no terreno da CDHU no Jardim São Luiz, Melo e outros invasores viraram de lado uma caçamba metálica para recolher lixo e entulho e improvisaram a cobertura da barraca onde pretendem passar os próximos dias. O lixo espalhado pelo terreno provocou um cheiro desagradável.

A CDHU informou que entrará com pedido de reintegração de posse do terreno invadido.

(FABIO SCHIVARTCHE)

LAURA CAPRIGLIONE

DA REPORTAGEM LOCAL

Foram 1.200 invasores, segundo o Movimento dos Sem-Teto do Centro. Trezentos, segundo a PM. Quando os 12 ônibus alugados pararam defronte ao velho quartel da Polícia Militar, no Parque Dom Pedro, região central de São Paulo, por volta da 0h de ontem, despejando sua carga humana silenciosa, a senha foi dada. Das ruas vizinhas afluíram dezenas e dezenas de outros sem-teto. Juntos, eles escalaram os muros do edifício, entraram e comemoraram a ocupação. "Lutar, resistir, construir, morar", gritaram.

Do contingente invasor, a maioria compunha-se de moradores de cortiços do centro e de bairros próximos, como Barra Funda e Cambuci. Eles foram recrutados para o movimento há um ano, quando teve início a preparação da atual onda de invasões.

Para a presidente da Central de Movimentos Populares, Maria das Graças Xavier, 38, a invasão do quartel da PM, um imóvel estadual desativado há anos, chamaria a atenção para o que chama de "descaso do governo Alckmin com a habitação popular". Para o secretário estadual da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, a invasão foi uma "inaceitável tentativa de desmoralização da PM". A oposição de pontos de vista resolveu-se na pancadaria.

À 1h, à força de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de balas de borracha e cacetadas, a tropa de choque deu e cumpriu a ordem de despejo. Três pessoas precisaram de cuidados médicos, após a operação, entre elas o fotógrafo do jornal "Agora" Anderson Prado, atingido na perna esquerda por uma bala de borracha. Oito dirigentes do movimento foram presos.

A polícia mobilizou cerca de 80 soldados do batalhão de choque para a desocupação. Quando o comandante da PM Leandro Pavani chegou ao local, sabia que algo como 50% dos efetivos adversários compunham-se de mulheres e crianças, algumas de colo.

O comandante logo ordenou às lideranças dos sem-teto: "Saiam todos do quartel e coloquem-se na calçada do lado oposto da rua". Quinze minutos depois, a tropa entrou no prédio invadido.

O quartel, uma construção oitocentista erguida em taipa de pilão com anexos em tijolos, tem ambientes com chão de madeira. Corroídas pelo tempo e pela umidade, as tábuas não suportaram o tam-tam forte e ritmado das botas dos PMs avançando pelo corredor central do prédio, nem o corre-corre esbaforido dos sem-teto diante da repressão.

Em muitos pontos, o chão cedeu, pessoas caíam umas sobre as outras. "Socorro, meu pé prendeu no buraco", gritava uma mulher, bebê de meses nos braços. Em outro ponto, numa sala que trazia um cartaz escrito "Sala dos Sargentos", ouviam-se os gritos de Maria de Fátima Gandolfo, 58, apavorada com o avanço da tropa, com a escuridão total e com o receio de sofrer um novo derrame (ela arrastava a perna esquerda, seqüela de um acidente anterior).

Na saída forçada do prédio, os sem-teto ainda tentaram permanecer concentrados. A polícia não deixou e os invasores revidaram, atirando pedras e garrafas. Cinco veículos da Guarda Civil Metropolitana, que dava apoio à ação da PM, também acabaram danificados. Novo revide, agora da tropa, e o confronto se encerrou. Marchando em linha, protegidos por escudos em que batiam seus cassetetes, os soldados atiraram bombas de gás e de efeito moral.

À 1h50, em frente ao quartel havia apenas 50 sem-teto renitentes, cinegrafistas, repórteres e fotógrafos. A desempregada Valdecyr da Silva Novaes, 28, ainda consegue gritar à tropa: "Queria ver vocês entrarem com essa coragem toda numa boca de tráfico".

Sede de chácara (1842), depois transformado em Hospício dos Alienados (1862 a 1903), depois em quartel do Exército e, por fim, entregue à PM, o prédio velho da avenida do Estado foi tombado em 1981. Está quase em ruínas. Depois da pancadaria, volta à calmaria de seus fantasmas.

Colaborou o "AGORA"

HABITAÇÃO *Entidades que promoveram as ocupações de ontem também apoiaram candidatos do PT nas últimas eleições*

Grupos são ligados à CUT e à Igreja Católica

DA REPORTAGEM LOCAL

Apesar de se declararem apartidárias, as quatro entidades que organizaram as ocupações de ontem são ligadas a grupos de esquerda, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A CMP (Central dos Movimentos Populares), aliás, é a "irmã-pobre" da CUT, na definição de sua presidente, Maria das Graças Xavier, 38. Ela ressalva que o membro que decidir se lançar candidato por algum partido deve, antes, se desvincular da CMP.

Mas, nas demais entidades, o apoio a alguns candidatos é declarado. Segundo Antonio José de Araújo, coordenador-executivo do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), nas últimas eleições o grupo apoiou Luiz Inácio Lula da Silva e, no âmbito estadual, o deputado Ítalo Cardoso, presidente do PT paulistano.

"Nós apoiamos o programa do governo por achar que é mais comprometido com as nossas reivindicações, mas nem por isso achamos que tudo que eles fazem é certo", disse Araújo.

A deputada estadual Ana Martins (PC do B - SP) já foi presidente da Federação Estadual das Associações Comunitárias de São Paulo, ligada à Conam. O cargo também já foi ocupado por Wander Geraldo da Silva, atual presidente da Conam.

Grande parte dos grupos que promoveram as ocupações na madrugada de anteontem para ontem está filiada à UNMP, cujo surgimento está ligado à ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Igreja Católica. A principal fonte de financiamento, aliás, vem de entidades ligadas à Igreja Católica.

FRASE

Apoiamos o programa do governo por achar que é mais comprometido com as nossas reivindicações

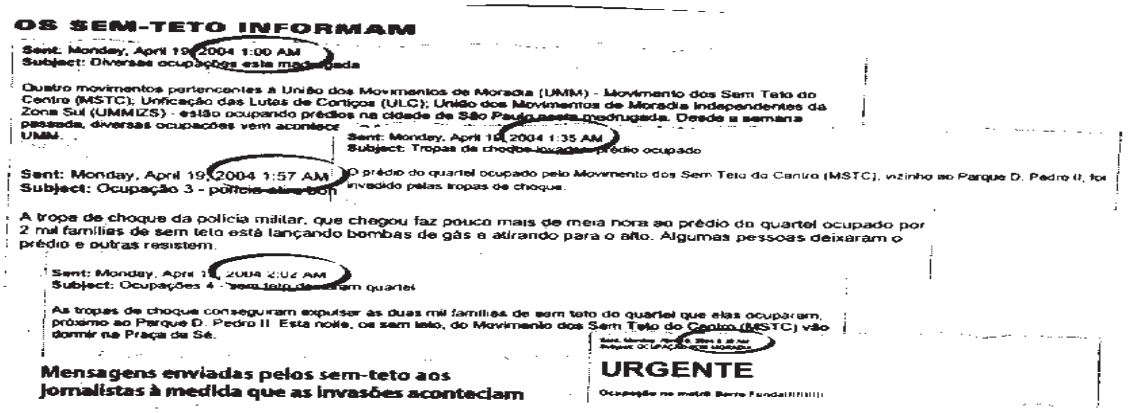
ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO
coordenador do MNLM

Segundo a presidente da Central dos Movimentos Populares, as contribuições para o movimento de habitação não são fixas —dependem das "necessidades da luta".

A proximidade que entidades ligadas à Igreja Católica mantém com o movimento de moradia tem sua razão de ser: assim como acontece no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, muitas das principais lideranças dos sem-teto provêm dos seminários católicos, ou de movimentos apoiados firmemente pela Igreja, como as pastorais da Terra ou da Favela.

Além da igreja, a UNMP conta, como fonte de financiamento, com as contribuições das organizações que lhe são filiadas, segundo o critério da proporcionalidade. Assim, uma entidade com até 300 sócios contribui com 25% de salário mínimo por mês. De 300 a 500, paga meio salário mínimo. Entidades com mais de 500 associados contribuem com 75% do salário mínimo.

Considerando que a seção paulista da UNMP tem cerca de 200 entidades filiadas, e que todas paguem a cota média, a arrecadação resulta em R$ 24 mil diretamente provenientes "da base".



OS SEM-TETO INFORMAM

Sent: Monday, April 19, 2004 1:00 AM
Subject: Diversas ocupações esta madrugada

Quatro movimentos pertencentes à União dos Movimentos de Moradia (UMM) - Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC); Unificação das Lutas de Cortiços (ULC); União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul (UMMIZS) - estão ocupando prédios na cidade de São Paulo nesta madrugada. Desde a semana passada, diversas ocupações vem acontecendo pela UMM.

Sent: Monday, April 19, 2004 1:35 AM
Subject: Tropas de choque invadem prédio ocupado

Sent: Monday, April 19, 2004 1:57 AM
Subject: Ocupação 3 - polícia ataca bem

O prédio do quartel ocupado pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), vizinho ao Parque D. Pedro II, foi invadido pelas tropas de choque.

A tropa de choque da polícia militar, que chegou faz pouco mais de meia hora ao prédio do quartel ocupado por 2 mil famílias de sem teto está lançando bombas de gás e atirando para o alto. Algumas pessoas deixaram o prédio e outras resistem.

Sent: Monday, April 19, 2004 2:02 AM
Subject: Ocupações 4 - sem teto deixam quartel

As tropas de choque conseguiram expulsar as duas mil famílias de sem teto do quartel que elas ocuparam, próximo ao Parque D. Pedro II. Esta noite, os sem teto, do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) vão dormir na Praça da Sé.

Mensagens enviadas pelos sem-teto aos jornalistas à medida que as invasões aconteciam

URGENTE

Ocupação no metrô Barra Funda!!!!!!!!

SAIBA MAIS SOBRE OS MOVIMENTOS DE SEM-TETO

CMP
(Central dos Movimentos Populares)
■ **Principal liderança:** Maria das Graças Xavier

■ Foi criada em 1993, em São Paulo, onde congrega cerca de 30 movimentos de moradia. A Secretaria Municipal da Habitação da administração Marta Suplicy tem assessores ligados à entidade. Além de São Paulo, está presente em 16 Estados. Apesar de atuar em diversas áreas, como movimento negro e direitos da criança, tem como principal atividade ações na área da habitação

UNMP
(União Nacional por Moradia Popular)
■ **Principal liderança:** Donizete Oliveira
■ Foi por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Igreja Católica, que a entidade surgiu, em 1985. Tem 56 mil famílias cadastradas no Estado de São Paulo, sendo 48 mil na capital. Segundo Oliveira, a entidade é precursora em propostas como: mutirões com autogestão, urbanização de favelas e ocupação de prédios vazios no centro da cidade. Atualmente, atua em outros 15 Estados — cada um com seu representante na coordenação executiva

MNLM
(Movimento Nacional de Luta por Moradia)
■ **Principal Liderança:** Antonio José de Araújo

■ A entidade nasceu de uma dissidência da UNMP, em 1988. Em São Paulo, tem 6.500 cadastrados. Nas últimas eleições, apoiou o deputado estadual Ítalo Cardoso (PT-SP), e, segundo Araújo, irá manter o voto no PT nas eleições municipais. Tem uma coordenadoria executiva composta por um representante de cada um dos 16 Estados em que atua

Conam
(Confederação Nacional das Associações de Moradores)
■ **Principal liderança:** Wander Geraldo da Silva

■ A confederação foi fundada em 1982, como conseqüência do fortalecimento das federações estaduais. A deputada estadual Ana Martins (PC do B - SP) já foi presidente da Facesp (Federação Estadual das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), que é ligada à Conam. Atualmente, está presente em 22 Estados. Tem 5.000 famílias cadastradas. Há cerca de uma semana, a entidade apoiou um evento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da UNE (União Nacional dos Estudantes), exigindo redução da taxa de juros

Ação inclui até a divulgação on line

DA REPORTAGEM LOCAL

Os grupos de sem-teto responsáveis pelas invasões simultâneas em São Paulo chegaram a criar um sistema de transmissão de informações on line à imprensa, numa ação que mostra a capacidade de articulação dos movimentos.

Uma série de oito e-mails foi enviada a jornalistas a partir da 0h27 de ontem, informando os principais fatos a cada momento.

O primeiro anunciava "Ocupação agora" e passava os contatos de líderes que participavam da invasão do quartel da PM. Os momentos mais tensos eram narrados nas mensagens seguintes: à 1h57, "a tropa de choque da Polícia Militar [...] está lançando bombas de gás e atirando para o alto"; às 2h02, "as tropas de choque conseguiram expulsar as 2.000 famílias".

A presidente da CMP (Central de Movimentos Populares), Maria das Graças Xavier, afirma que a presença de jornalistas é importante para os sem-teto porque evita uma reação mais truculenta da Polícia Militar. Segundo ela, as informações sobre as invasões eram transmitidas por telefone para uma equipe que ficava na sede da UNMP, na Barra Funda (zona oeste). Esse grupo era formado por três assessores de imprensa e uma secretária, além da própria Maria das Graças Xavier.

A utilização da rede mundial de computadores pelos sem-teto já havia sido marcante durante uma série de oito invasões em 2002. Na ocasião, um dos prédios invadidos foi escolhido a partir de informações disponibilizadas em um site de leilões na internet.

Sem-terra fazem mais 6 invasões em 4 Estados

O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade promoveu mais duas ocupações de terra anteontem, nos municípios de Barreiros e São José da Coroa Grande, na Zona da Mata de Pernambuco, e promete outras quatro para hoje. Também houve invasões no fim de semana na Bahia – duas – e em Alagoas – uma. Ontem, cerca de 200 sem-terra e assentados ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam o prédio do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia, no sul do Pará.

Com as ações do MTL, subiu para 65 o número de ocupações registrados em Pernambuco desde 27 de março por quatro movimentos de luta pela reforma agrária. Deste total, o MST fez 31, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape) realizou 21, a Organização da Luta no Campo (OLC) fez 7 e o MTL, 6.

De acordo com o MTL, 55 famílias participaram das ações de anteontem. São reivindicadas as Fazendas Manguinhos, de 600 hectares, em Barreiros, e duas em São José da Coroa Grande: Buenos Aires e Queimados, com 500 hectares e 650 hectares, respectivamente.

Ontem, os líderes do MST e da CPT foram recebidos no Palácio do Governo, pelo governador Jarbas Vasconcelos (PMDB). De acordo com o líder do MST no Estado, Jaime Amorim, Jarbas se mostrou solícito a ceder técnicos – agrônomos, cartógrafos e topógrafos – para ajudar o Incra a dar mais agilidade às vistorias de terra.

Na Bahia, o sem-terra promoveram duas invasões no fim de semana. No município de Nova Redenção, na Chapada Diamantina, 200 famílias ocuparam a Fazenda Pilões. Na rodovia que liga os municípios de Eunápolis a Barrolândia, no extremo sul, foi a vez de 80 famílias ligadas ao Movimento de Luta pela Terra, que tem o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (Fetag-BA), invadirem a Fazenda Santa Maria. A propriedade já foi ocupada outras quatro vezes pelos agricultores.

Em Alagoas, cerca de 100 famílias ligadas ao MST invadiram, no domingo, uma fazenda de 450 hectares, no município de Piranhas, a 291 quilômetros de Maceió. Segundo José Roberto dos Santos, da coordenação do MST em Alagoas, esta é a sexta fazenda ocupada este ano. "São áreas do conhecimento da superintendência do Incra em Alagoas, porque já foram vistoriadas ou indicadas para desapropriação, mas até agora não continuam indefinidas", explicou o líder do MST.

Banco – Em Conceição do Araguaia, no Pará, sem-terra e assentados ocuparam a Agência do Banco do Brasil e impediram a entrada de funcionários e clientes. Eles reivindicam recursos para a reforma agrária, além da presença de diretores do Incra em Brasília, para discutir a reestruturação do órgão na região, que acusam de prejudicar os agricultores. Eles dizem que só deixarão o local depois que suas reivindicações forem atendidas.

A Polícia Militar foi chamada, mas não interveio, preocupando-se apenas em garantir a segurança das instalações físicas do prédio para evitar depredações.

A sede do Incra no município também está ocupada por 150 sem-terra ligados ao MST e outros movimentos sociais de Conceição do Araguaia. O trabalho no órgão foi suspenso e os funcionários liberados até que os invasores saiam de maneira pacífica. **(Angela Lacerda, Ricardo Rodrigues, Biaggio Talento e Carlos Mendes)**

No Pontal, MST começa a deixar duas fazendas

O MST iniciou ontem a desocupação da Fazenda Santa Terezinha, em Santo Anastácio, no Pontal do Paranapanema, invadida no dia 12 por 300 militantes. A saída dos sem-terra foi determinada pelo juiz José Roberto Canducci Molina, atendendo a pedido dos proprietários do imóvel. As famílias estão acampando numa estrada rural que margeia a propriedade. O MST também já deixou a Fazenda Liberdade, em Presidente Epitácio, invadida no mesmo dia. As famílias foram se juntar às que estão ocupando a Fazenda Tupiconã, naquele município. Os líderes informaram que o movimento entrou com recurso contra a desocupação dessa fazenda, determinada pelo juiz Fernando França Vianna.

Invasão deixa prejuízo mínimo de R$ 160 mil

Cálculo, referente a área média no Pontal, é do presidente da Federação da Agricultura de SP

MILTON F. DA ROCHA FILHO

O presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio Meirelles, disse ontem que os produtores do Pontal do Paranapanema estimam que o prejuízo mínimo causado por uma invasão do Movimento dos Sem-Terra (MST) gira em torno de R$ 200 mil a R$ 300 mil. "Mas não devemos nos esquecer de que, para reaver a propriedade, cabe ao produtor arcar com inúmeros custos, inclusive judiciais", ressaltou Meirelles.

Essa é a primeira vez que os agricultores da região fazem um balanço dos prejuízos causados pelas ocupações do MST. Meirelles salientou que, em alguns casos, onde o ímpeto dos invasores é "mais exacerbado", os prejuízos podem chegar a R$ 1 milhão, tomando como média o tamanho das propriedades invadidas.

O presidente da Faesp destacou que cálculos aproximados, levando em conta apenas danos parciais, levam à conclusão de que os prejuízos diretos jamais ficam por menos de R$ 160 mil. "Nessas estimativas consideram-se os reparos das benfeitorias, o replantio das áreas destruídas e a margem bruta cessante; mas esse valor pode multiplicar-se muitas vezes, conforme a violência dos invasores."

Meirelles fez os cálculos com base em informações fornecidas pelos produtores e por sindicatos rurais, mas ressaltou que, "embora os prejuízos causados pelas invasões do MST sejam flagrantemente

"Além das perdas materiais, provocam impactos psicológicos nas famílias e colaboradores do homem do campo."

Ele enumerou as ações mais comuns: corte das cercas, de modo a evitar o reaproveitamento; corte ou queima de matas nativas ou reflorestadas; abate de animais, incluindo reprodutores e matrizes; saque de materiais; destruição das benfeitorias, lavouras, máquinas e equipamentos; destruição de taipas de barragens e bloqueio de estradas de acesso às propriedades.

DESPESAS ALGUMAS VEZES BEIRAM R$ 1 MILHÃO

No caso dos animais, ressaltou Meirelles, eles são abatidos com armas de fogos e a carne – proveniente do abate ao ar livre, sem condições de higiene e limpeza – é vendida para receptadores, que a comercializam em pequenos estabelecimentos. "A conseqüência disso tudo é o desassossego geral", disse.

Reação – O dirigente da Faesp considera "inconcebível o governo não tomar enérgica posição, em cumprimento do compromisso de posse e da Constituição de manter a ordem interna e o estado democrático de direito". E alertou: "É preciso dar um basta a esses desmandos, garantir a segurança do produtor, sua família e seus trabalhadores, para que asseguremos a continuidade do extraordinário desempenho do agronegócio brasileiro."

Para ele, o desrespeito à lei já vem provocando conseqüências danosas ao agronegócio no plano internacional, "pois os parceiros comerciais estão receosos da presente situação, que beira ao caos e trouxe como conseqüência direta o aumento do risco Brasil". E acrescentou: "Sem ordem e respeito à lei não existe sociedade organizada e dificilmente haverá sustentabilidade do desenvolvimento."

O dirigente alertou, também, para o fato de serem extremamente perigosas declarações de integrantes do governo em favor de atitudes violentas de índios. "Não deve haver beneplácito com qualquer ato de violência, pois isso pode levar à ampliação dessas atitudes, além de uma crise de governabilidade, trazendo como conseqüência, para o governo, a sua desmoralização."

Investimentos – perdas e ganhos

Radicalismos, como os do MST, poderão abalar os planos de Lula de atrair investidores

Com a frase de Lenin segundo a qual "o esquerdismo é uma doença infantil", o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, resumiu, sem precisar dizê-lo, o angustiante problema político do governo Lula, de governar hoje dialogando com seus amigos de ontem. Para o ministro, políticas econômicas que invertam a estabilização da economia podem levar à perda, num átimo, de investimentos que o Brasil levou anos para ganhar – e o Brasil não pode correr esse risco.

Mas talvez esse raciocínio esteja sendo esquecido pelos setores governamentais e movimentos sociais supostamente afinados com o governo Lula, haja vista os que propõem uma reforma agrária, com distribuição de terras mais justa, sem investimentos que aumentem o consumo e melhorem a vida no campo. Se também o presidente desprezar essa máxima, mesmo tendo construído sua vida pública em meio a fases de diálogo e confronto com investidores, ou de ela ter virado letra morta para movimentos como o dos sem-terra, que optam infernizá-lo para impor as suas vontades, teremos motivos de sobra para nos preocupar.

Lula viajou meio mundo convencendo investidores a se instalarem no País, garantindo respeito aos contratos e louvando sua política econômica. Mas já se esboçam sinais de que os atuais radicalismos, como os do MST, poderão abalar seus planos.

Sindicalista, Lula acompanhou uma moratória unilateral do Brasil, seguida da fuga de investimentos, da posterior normalização das relações com os credores, de políticas populistas e de choque, dos problemas da hiperinflação e do vaivém dos que chegavam e logo partiam com seus capitais.

Presidente eleito, adotou políticas defensivas para a moeda, implantou a austeridade, teve o bom senso de abrir o País aos investidores estrangeiros, de pedir que trouxessem sua experiência e se vinculassem à economia brasileira, ajudando-o na retomada do crescimento sustentado.

Mas, agora, seus ex-companheiros, que pregam mudanças no modelo econômico, podem pôr tudo a perder, na ocasião em que o governo mais precisa atrair investimentos para novos projetos, sobretudo na infra-estrutura de transportes, de portos, de energia elétrica, etc.

Nesse cenário se insere o debate sobre o papel das agências reguladoras de serviços públicos, a defesa dos recursos dos investidores e da sociedade, a definição do governo sobre as taxas de juros para empresas nacionais e estrangeiras e outras medidas complementares para atraí-los. A recente decisão de garantir estabilidade de quatro anos aos dirigentes das agências, tornando seus mandatos invioláveis e preservando sua independência, mesmo contra a vontade do presidente da República, no entanto, significou apenas um passo.

O ministro Palocci apenas se referiu ao documento *Declaração de Páscoa – Antes que Seja Tarde: Mudança, Já*, de parlamentares do PT que reivindicam novas propostas para a economia, que, ao lado da do México, e não obstante suas conhecidas distorções, acaba de ser vista pelo relatório *Estabilidade Financeira Global*, do FMI, como exemplo para os principais mercados emergentes. Palocci passou ao largo dos problemas do governo para conter invasões de terras e do "abril vermelho" anunciado e consumado pelo MST, ao qual o governo reagiu, com a desapropriação de 24 fazendas em 11 Estados.

De qualquer forma, é possível que essas ações não bastem para apagar a mancha de diversas invasões em dez Estados, inclusive a da Veracel, no sul da Bahia, de capitais brasileiro, finlandês e sueco, onde foram derrubados 1,3 milhão de pés de eucaliptos, em 13 dias, sob o insólito argumento de que eucalipto não se come. Aliás, é bastante significativo que essas invasões ocorram exatamente quando o Congresso da China – país paradigma da nossa esquerda desenvolvimentista – aprova emenda à sua Constituição garantindo o direito do povo à propriedade privada, na primeira proteção desse tipo desde a revolução de Mao Tsé-tung, em 1949.

Com base nesse estúpido raciocínio de que não se come eucalipto, e para "infernizá-lo" ou "azucriná-lo", o que dá rigorosamente no mesmo, o que seria se aliados ou ex-aliados do presidente Lula (não se sabe bem ao certo o que são, pois esse meio-de-campo está confuso) destruíssem as instalações de uma montadora, sob a "justificativa" de que fábricas de automóveis não servem para morar? Ou de que automóveis não servem para comer?

Com uma massa de recursos de US$ 150 bilhões prestes a entrar na economia, de que o governo Lula precisa para dinamizar a demanda de mão-de-obra, com os chineses buscando investir em ferrovias, para baratear os custos das exportações de soja e minério, e com o País carecendo de mais investimentos, temos de voltar depressa a valorizar os investimentos.

Para isso basta, simplesmente, que o governo aplique a lei em quem, no campo e nas cidades, teima em remar contra a ordem institucional e contra o Estado democrático, por meio de ações violentas.

Ninguém é ingênuo para imaginar que sem uma ação enérgica do presidente Lula – cujo governo parece estar se mantendo na defensiva – os sem-terra, sem-emprego, sem-teto, sem-carro, sem-botequim ou "sem-qualquer coisa" se disponham a conversar sobre os problemas que os afligem.

■ *Miguel Jorge, jornalista, é vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos do Santander Banespa*

CORREIO BRAZILIENSE

por Antônio Machado
cidadebiz@correioweb.com.br

Corda esgarçada

A abulia do governo em enfrentar a petulância crescente do MST não só afronta o Estado de direito, põe em risco a bonança rural, dos poucos setores da economia que mais entrega que toma no balanço de quem faz o que pelo crescimento da economia, afugenta investimentos privados e cria a perigosa impressão de que em nome do social tudo é permitido — invadir, destruir, ameaçar e troçar da autoridade constituída.

Além de fomentar este largo rol de desgoverno, a política ensandecida do MST mais cedo ou mais tarde acabará produzindo um outro tipo de "sem-alguma coisa": o sem-poder, que é a triste constatação de uma gestão que confunde exercício da ordem com tolerância, quando é o excesso dessa, que beira a leniência, que fragiliza aquela e ameaça a democracia, como noutros tempos se deu com o enfrentamento da criminalidade no Rio, desembocando na situação de insegurança generalizada que hoje corrói o tecido social da segunda mais importante cidade do país.

Em ambos os casos faltou e falta a ação do estado, prisioneiro de concepções canhestras sobre o caráter antidemocrático e social de se usar a força policial para conter o que erroneamente foi e é tipificado como seqüelas do "modelo econômico excludente, que cria pobreza e concentra renda".

Governantes não podem contemporizar jamais com a contestação da autoridade pública que extravase os marcos legais. Se o estado deixou de cumprir sua função social ou não se presta nem se revela apto a encaminhar conflitos, para isso é que há a democracia representativa, as eleições periódicas, a liberdade de expressão e os partidos políticos. Para isso, a propósito, é que um afiliado do PT foi eleito presidente: para promover mudanças, sobretudo aquelas que possam de algum jeito melhorar a qualidade de vida dos que o elegeram. É isso, curto e grosso.

Se ele não consegue dar curso ao que prometeu em campanha, ou é porque uma vez instalado no poder se convenceu de que nem tudo o que sonhava seria exeqüível — o que revela alienação das condições institucionais, políticas e econômicas que lhe aguardavam. Ou, o que é igualmente provável, entendeu que há não uma solução, mas várias, todas melhores que a que acreditava, para os problemas que clamam a sua resposta. A questão da reforma agrária é uma delas.

O que se pretende com ela: dar emprego à mão-de-obra rural que ficou à margem da excepcional expansão do agronegócio ou implantar um novo modelo econômico no país a partir da agricultura familiar? No primeiro caso, o plano de assentamento de 430 mil famílias até o fim do governo, mais a regularização de 130 mil títulos de posse, é suficiente para trazer o pleno emprego ao campo. Se a esse programa forem adicionadas ações como o turismo rural e a interiorização do desenvolvimento, vê-se que o problema do emprego no campo está até melhor encaminhado que nos centros urbanos.

Na outra hipótese, em que se mistura messianismo religioso com o que há de mais retrógrado na esquerda marxista, o governo está diante de um beco sem saída: nem pode desarticular o agronegócio, que é a verdadeira intenção do MST, nem tem como patrocinar um modelo econômico que podia fazer sentido duzentos anos atrás, quando tudo girava em torno da produção rural.

Águas turvas

Só os muito míopes não percebem que a tática de combate do MST mudou, começando a centrar-se em invasões de propriedades rurais produtivas e áreas de reflorestamento para produção de celulose e papel, primeiro em uma fazenda do maior empreendimento industrial do governo Lula, o Veracel, no Sul da Bahia, e na madrugada do último sábado em uma unidade da Klabin, em Santa Catarina.

Já não se trata de chamar a atenção da sociedade para a urgência da política fundiária, mas de atemorizar o capital, desarticular a produção rural e precipitar um confronto que leve o governo, mas sobretudo o PT, a escolher um lado. Que as mentes atormentadas dos estrategistas do MST e outros movimentos políticos assemelhados acreditam ser o seu, como se o presidente e as lideranças maiores do PT fossem suicidas potenciais, desconhecedoras da coalizão de interesses políticos que sustenta a administração petista.

Ontem, em seu programa de rádio, o presidente voltou a se apresentar conciliador. Disse, referindo-se aos sem-terra, que "eles sabem que este país tem lei, tem regras"; contou que, quando dirigente sindical, sempre que radicalizou ele perdeu; e mais uma vez declarou que não é, na essência, contrário a manifestações sociais. "Algumas pessoas tentam fazer disso uma coisa muito grave, às vezes até tentam vender como se fosse maior do que é", afirmou. "Nós temos de conceber que isso significa o exercício da democracia, gostemos ou não."

A leitura dessa fala presidencial está clara: é como dizer algo do tipo "até aqui eu chego e mais do que isso é querer submeter-me a uma chantagem que já foi constatada pela sociedade". O governo já concedeu o máximo que podia, estando a iniciativa agora com o MST. Se a temperatura não baixar até o fim do mês, é possível que se comece a ver daí em diante, nestes movimentos, a mão de pescadores de águas turvas, com todas as conseqüências dessa interpretação.

Apoio não lhe faltará: dia 26 haverá reunião de governadores em Brasília e, como já antecipou o governador de Minas, Aécio Neves, a questão agrária está na agenda. "Essa é uma questão extremamente grave, que preocupa o país", afirmou Aécio.

AFRONTAS DO MST AO ESTADO DE *DIREITO* ULTRAPASSAM O TOLERÁVEL E BOTAM O *GOVERNO NO* LIMITE DA REAÇÃO

CORREIO BRAZILIENSE

CONFLITO AGRÁRIO

Presidente cobra responsabilidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu responsabilidade aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em seu programa de rádio, Lula disse ontem que vê "com muita naturalidade" as manifestações do MST. "Se eu posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social, é esse: ajam com a maior responsabilidade possível", pediu o presidente. Lula voltou a afirmar que a reforma agrária será feita "dentro da lei" e ressaltou mais uma vez que o país tem regras que valem para ele, "e para os sem-terra".

Em resposta às palavras do presidente, o MST afirmou que somente pode realizar manifestações dentro da lei diante da aplicação da reforma agrária. "Também queremos a reforma agrária dentro da lei, desde que se faça", afirmou João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do movimento. Rodrigues pediu que o presidente da República faça o mesmo e também cumpra a Constituição. "Acreditamos que, se o Lula cumprir a Constituição, a reforma agrária será feita."

Mais ocupações

Apesar de lideranças do movimento social avisarem que o ritmo das invasões tende a diminuir a partir de agora, agricultores realizaram ocupações em vários estados. No Piauí, 600 pessoas acamparam na fazenda Junco, a 22 km de Teresina. A área, de 1,8 mil hectares, é improdutiva, segundo o movimento.

Um dos proprietários da fazenda, Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima, irmão do deputado federal Ciro Nogueira Lima Filho (PP-PI), disse que a área é produtiva e que já ingressou com uma ação de reintegração de posse. No estado, três fazendas foram ocupadas desde o último sábado.

Na Bahia, o MST invadiu a fazenda Pilões, localizada em Nova Redenção, na Chapada Diamantina. De acordo com o MST, cerca de 800 pessoas participaram da invasão — a primeira registrada na região. Um grupo de cerca de 500 sem-terra invadiu a sede do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia, a 1.094 km de Belém, sul do Pará, e permaneceu durante quatro horas no local.

Alguns agricultores do MST foram obrigados, pela Justiça, a desocupar as áreas invadidas. Em Goiás, a Polícia Militar retirou ontem cerca de 1,5 mil sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura da fazenda Eldorado, em Iaciara, a 511 km de Goiânia, após a expedição de uma liminar de reintegração de posse.

Em Santa Catarina, a empresa Klabin, de celulose, entrou com pedido de reintegração de posse da fazenda Faxinal do Paulista, de 578 hectares, em São Cristóvão do Sul, invadida por cerca de 1,5 mil integrantes do MST.

O líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, denunciou ontem o clima de tensão e violência em Glória de Goitá, no agreste, onde 120 famílias de sem-terra deixaram um acampamento às margens da BR-101, na sexta-feira, para invadir a fazenda Berra Boi, do empresário do setor imobiliário Paulo Miranda.

Amorim disse que pistoleiros ameaçaram as famílias na mesma noite da ocupação, voltando no dia seguinte para "fazer reintegração de posse por sua própria conta".

PONTOS DE VIGÍLIA

Os ruralistas gaúchos montaram na manhã de ontem 35 pontos de monitoramento nas regiões da fronteira oeste, sul e central do estado, para observar o movimento do MST e, assim, coibir eventuais tentativas de invasão. Na região do município de Bagé, são 13 acampamentos de produtores rurais. O monitoramento é uma prática usada há cerca de cinco anos pelos ruralistas gaúchos, para evitar serem pegos de surpresa. "Nossa arma é o telefone celular. De um ponto, podemos saber que ônibus partiu em direção a outro. A idéia é uma atuação pacífica, protegendo nossas terras", disse o ruralista Rodrigo Menna Barreto, que esteve na reunião.

Mais pressão dos sem-teto

Movimentos de sem-teto organizaram uma série de invasões de terrenos e prédios públicos e de uma área particular na cidade de São Paulo, na maior ação simultânea de grupos de moradia no estado desde julho do ano passado. Foram seis tentativas de invasão lideradas por quatro entidades. Uma foi reprimida pela Polícia Militar e uma prosseguia até a noite de ontem.

Os grupos participantes prometem novas ações nas próximas semanas, em protesto contra a política habitacional dos governos estadual e federal. Os principais alvos foram os prédios do governo do estado — três da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e um quartel desativado da PM, cuja invasão foi classificada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública como uma tentativa de desmoralizar a corporação.

Houve confronto entre manifestantes e policiais, e três pessoas ficaram feridas. Além das invasões em São Paulo, os sem-teto ocuparam prédios em Recife, Pernambuco, e fizeram atos em Minas Gerais, Goiânia, Rio de Janeiro e na Baixada Santista.

JORNAL DO BRASIL

Lula vai atender militares

Presidente diz que reivindicações são legítimas

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acenou ontem com a possibilidade de um reajuste salarial para as Forças Armadas, durante a solenidade de comemoração do Dia do Exército. Também prometeu a criação de um plano habitacional que vai contemplar praças e oficiais de patentes inferiores.

O discurso do presidente foi bem recebido pelos militares, mas tratado com cautela pelos ministros que estiveram no Setor Militar Urbano participando da solenidade. O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, entrou mudo e saiu calado, apesar da insistência da imprensa para que comentasse as palavras do presidente. Já o ministro do Planejamento, Guido Mantega – que nas últimas semanas tem reforçado a tese de que os militares já tiveram um reajuste de 28% em 2001 – não compareceu à cerimônia.

Lula disse que tem o compromisso de garantir um padrão de dignidade aos integrantes das Forças Armadas e às suas famílias.

– As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se de uma questão de justiça, que o meu Governo tem determinação de atender– prometeu o presidente.

Além da questão salarial, o presidente acenou com a possibilidade de reequipamento das Forças Armadas.

– Temos também o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas. E vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las – afirmou. (*L.Q.*)

CORREIO BRAZILIENSE

MILITARES

Durante cerimônia no Quartel General do Exército, Lula assume compromisso de aumentar os soldos, mas não fala em índices ou datas. Promessa é bem recebida pelos integrantes das Forças Armadas

Presidente garante reajuste

THEO SAAD E
LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Doze dias após ter acenado aos militares com um reajuste salarial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu ontem a liberar o aumento para os integrantes das Forças Armadas. Ele fez a promessa a centenas de militares, inclusive os de mais alta patente, reunidos no Quartel General da corporação, em Brasília, para as comemorações do Dia do Exército Brasileiro.

"Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias. As suas legítimas aspirações serão contempladas", garantiu Lula. Ele complementou que "oferecer condições dignas aos funcionários das Forças Armadas é uma questão de justiça".

Apesar de defender um padrão de vida melhor aos militares, o presidente não citou diretamente o percentual de aumento salarial a categoria deverá receber — os militares querem reajustes de 28,74% a 35,4% — nem quando deverá ser concedido.

Lula disse, no entanto, conhecer as dificuldades pelas quais passam os militares e afirmou, sem dar detalhes, que medidas serão tomadas para corrigir a distorção. "A sociedade brasileira tem orgulho dos senhores e das senhoras, e o estado brasileiro não deixará de traduzir em termos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem", discursou.

O compromisso do presidente é mais um episódio das negociações entre as Forças Armadas e o governo. No início do mês, os ministros da Defesa, José Viegas; da Secretaria-Geral, Luiz Dulci; e do Planejamento, Guido Mantega, deram declarações pouco otimistas sobre a perspectiva de aumento salarial.

Viegas e Mantega afirmaram, no último dia 7, que não havia orçamento previsto para esse fim e o ministro Dulci chegou a prever que o aumento não sairia em 2004. No dia seguinte, Lula acenou com a liberação de verbas, ao dizer que os militares teriam o mesmo tratamento que os servidores públicos, também em campanha salarial.

Ontem, Dulci recuou e afirmou que o discurso de Lula aos militares, de "respeito e valorização", pode até ser interpretado na forma de aumento para a categoria.

Na caserna

O discurso de Lula foi bem recebido na caserna. De acordo com o deputado federal Jair Bolsonaro (PTB-RJ), que é militar da reserva, os colegas que participaram do coquetel depois das solenidades oficiais se mostraram muito satisfeitos com a promessa presidencial. "O semblante dos comandantes era bastante bom. Não foi uma promessa de candidato, mas de presidente", defendeu Bolsonaro. Segundo ele, as tropas voltaram a acreditar no aumento. "A questão agora é saber se será no patamar pretendido por nós", ponderou.

Além dos percentuais de reajuste, o prazo de concessão também preocupa os militares. O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) disse acreditar que é possível haver aumento até 1º de maio. "Seria muito bom para o governo se conseguisse pagar junto dos servidores públicos", salientou. Bolsonaro afirmou que os militares têm urgência. "Primeiro de maio é a data-limite bastante receptiva para o reajuste", disse.

De acordo com ele, caso até lá nada esteja decidido, é possível que novas manifestações sejam organizadas. "Vamos ter uma reunião no dia 27 com o pessoal sobre o andamento das negociações", antecipou.

Os protestos devem ser feitos por parentes de militares, uma vez que o regimento interno das Forças Armadas não admite greves ou atos públicos dos oficiais. Diversas manifestações foram organizadas, principalmente, pelas mulheres de oficiais, que falam em defasagem de reajuste de nove anos.

Ajuda para a casa própria

O governo quer encontrar outras formas de beneficiar os militares sem necessariamente colocar a mão no bolso. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou já ter determinado ao ministro das Cidades, Olívio Dutra, e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, a elaboração de um estudo para viabilizar formas diferenciadas de financiamento habitacional para os militares.

"Já determinei ao Olívio Dutra e ao Jorge Mattoso que façam estudos para que possamos viabilizar um programa de financiamento habitacional dirigido diretamente às Forças Armadas. E tenho certeza de que teremos os resultados desse trabalho no mais breve tempo possível", afirmou Lula. O presidente, porém, não falou em prazos para o início do programa nem em valores.

De acordo com o deputado federal Jair Bolsonaro (PTB-RJ), ex-militar, a iniciativa é bem-vinda. Bolsonaro disse ainda que o governo poderia readotar alguns benefícios dados aos militares até 2001, como o auxílio-moradia. "Ele funcionava como uma complementação de renda. Para o governo é pouco, mas para o militar representa muito", defendeu. Militares com família recebiam de auxílio moradia o equivalente 30% do soldo. Os solteiros recebiam 10%. (LT e TS)

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 4A

Em discurso, um pedido de calma aos militar

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Em um pronunciamento inédito de um presidente na solenidade do Dia do Exército, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou acalmar a tropa. Mas limitou-se a afirmar que "o Estado brasileiro não deixará de traduzir em termos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem".

Sem citar quando os militares poderão ser contemplados ou não e com quê porcentual de reajuste, o presidente afirmou: "Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias. As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se de uma questão de Justiça, que o meu governo tem determinação de atender."

O presidente foi mais vago ainda, em seu discurso, ao se referir ao reaparelhamento também pleiteado pelos militares, dizendo que ele virá com o crescimento econômico. "Temos também o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas e vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las", observou ele, lembrando que assumiu esse compromisso publicamente em 15 de dezembro, por ocasião do almoço de fim de ano com os Oficiais-Generais das Forças Armadas. "Reitero-o hoje, aqui, antecipando-lhes que as condições para sua concretização estão ainda mais maduras."

No discurso, Lula afirmou que conhece bem, "como Comandante das Forças Armadas, os anseios pessoais e as dificuldades por que passam os militares". "No contato permanente com o Ministro da Defesa e com os Comandantes das Forças Singulares, mantenho-me informado sobre os problemas estruturais da Marinha, Exército e Força Aérea e por diversas vezes, já me manifestei no sentido de que um país só é forte e respeitado quando tem Forças Armadas compatíveis com a sua estatura econômica e com seu papel na comunidade internacional."

Moradia – Lula aproveitou a cerimônia para fazer o anúncio de um plano habita dirigido para os militare vindicação principalmen Polícias Militares estadu

"Quero também lhes que já determinei ao mi das Cidades, Olívio Du ao presi da Caixa E mica Fe Jorge Ma que façam dos para possamos lizar um pr ma de fina mento ha cional dir diretamen Forças Armadas e tenh teza de que teremos os tados desse trabalho no breve tempo possível", mou Lula. Mais tarde, nistro Olívio explicou q residências são para m res de baixas patentes.

CATEGORIA TERÁ PLANO HABITACIONAL

Ordem do dia exalta espírito pacifista

BRASÍLIA – A Ordem do Dia lida nos quartéis do Exército destacou heróis ligados à história da instituição. O general de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante da Força, ressaltou a importância de personalidades como Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros, Matias de Albuquerque, Antonio Dias Cardoso e muitos outros anônimos. "Gente que não identificamos, separadamente, pela cor da pele ou religião. Vindos de toda parte fizeram uma epopéia da Pátria. Cada qual contribuiu, com sua tarefa específica, para gestar sonhos nascidos realidade e construir, aqui nos trópicos, uma sociedade universalista", anota o general.

A ordem conclama os militares a observar " essa brava gente exemplificadora de luta constante, de trabalho intenso e de disposição corajosa para enfrentar e superar, na difícil época vivida, toda sorte de desafios".

Com esse povo, diz o general, o Exército Brasileiro se identifica. "Com essa Nação democrática, ele nasceu", continua a Ordem do Dia. "A essa sociedade livre, ele serve."

De acordo com o general, a partir de Guararapes, o Exército cresceu como uma força viva, não subordinada a qualquer individualismo, agremiação, interesse personalista ou corporativismo; uma Instituição Nacional não escudada em castas ou privilégios; uma farda não contaminada pela arrogância ou pretensão militarista hegemônica.

"Nunca desejou a guerra. Só desembainhou a espada quando chamado ou impelido a manter a paz. Jamais desejou ser facção ou vertente a separar irmãos da família brasileira. Essa Instituição armada é a própria sociedade pacífica que representa, que não conquista apenas pela força e que obtém a vitória também com a fé. Na consciência do cidadão que se faz soldado, pacificador acima de tudo, vibra o amor sem preço da gente que serve à Pátria Brasileira", diz o texto.

"Essa gente, representando todos os segmentos sociais, está empenhada na construção de uma mode de harmonizada com os valor dicionais, históricos, culturais rituais que conformam a alr nosso povo. Exército que deve permanentemente, à altura dos promissos geopolíticos e estrat do País", escreve o general.

Na Ordem do Dia, o genera clui: "Esse o seu Exército! E sua gente! Desde Guararapes, lhosos de participar com dedi disciplina, competência e muit silidade, da construção da gra da Pátria: livre a qualquer t unida em todas as instâncias, crática por vocação, igualmen senvolvida e, graças a Deus, ca, ordeira e feliz."

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 20/04/04 Página: 10

Mudança contábil reduz os gastos com aposentadorias do setor privado. Sobra garante recursos para aumento de R$ 5 no mínimo

Déficit do INSS sobe 38%

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentou um déficit de R$ 6,514 bilhões no primeiro trimestre de 2004, um aumento de 38% em relação ao mesmo período do ano passado. Entre janeiro e março de 2004, o déficit chegou a R$ 4,720 bilhões.

No mês de março, a diferença entre arrecadação e desembolso chegou a R$ 1,490 bilhão — 25,1% inferior ao verificado no mês de fevereiro, que foi de R$ 1,988 bilhão. O secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, diz que o principal motivo da redução do déficit foi a alteração feita pelo INSS no sistema de pagamento das aposentadorias e pensões.

Até o mês de fevereiro, o INSS provisionava no próprio mês um dia do pagamento do benefício do mês seguinte. Desde o início de março, no entanto, com a antecipação do calendário, isso não mais foi feito. Ou seja, a ordem de pagamento do dia 1º de janeiro de 2005 sairá no dia 1º mesmo, e não no dia 30 de dezembro de 2004. Foi essa alteração que resultou no ganho contábil da ordem de R$ 500 milhões em 2004. O secretário da Previdência fez a ressalva: "A despesa com benefícios não diminuiu. A mudança foi contábil".

Essa mudança no caixa da Previdência poderá reduzir o déficit do INSS em R$ 500 milhões neste ano, o que abriria, em tese, espaço orçamentário para o governo conceder um reajuste maior para o salário mínimo no próximo Dia do Trabalho. Pelas contas do secretário da Previdência, esse total permite um aumento de R$ 5,00 para o salário mínimo. Segundo Schwarzer, a despesa da Previdência, para cada real de aumento no mínimo, crescerá R$ 101 milhões de junho a dezembro, incluído nesse cálculo a despesa com o 13º salário.

Nos estudos técnicos, há várias simulações, desde o aumento de R$ 240 para R$ 270 até R$ 300. Além disso, o governo pretende reajustar de R$ 13,48 para até R$ 25 o salário-família como forma de compensar um aumento real modesto para o salário mínimo. Schwarzer explicou que, no mês passado, o INSS mudou a forma de contabilizar os gastos com benefícios. O governo, porém, ainda não se manifestou sobre a possibilidade de utilização desse ganho contábil no aumento do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Advirto à taquigrafia que o Senador Arthur Virgílio pediu que fossem transcritos apenas os títulos e os subtítulos.

Concedo a palavra, para uma saudação à nossa capital, ao Senador Valmir Amaral.

Peço que V. Exªs levem em consideração que esta sessão já foi prorrogada por mais de 90 minutos – tempo superior ao de um jogo de futebol –, peço que não haja pênaltis, pois o nosso Secretário Geral, Raimundo Carreiro, poderá apitar o jogo.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, um cumprimento especial ao meu amigo Eurípedes Camargo.

Desde que sou Parlamentar, ocupo a tribuna nesta data para comemorar o dia 21 de abril, dia da inauguração da nova capital do Brasil, agora com 44 anos de existência.

O evento representa muito mais do que a construção de uma cidade; revela a capacidade de realização do povo brasileiro, porque Brasília é fruto do trabalho, da luta e do suor de milhares de brasileiros que se esforçaram para transferir a capital do litoral para o interior do País.

Pelo caráter arrojado do seu feito, foi a maior obra brasileira do século XX. E acredito que não haja obra contemporânea igual no mundo, pela forma que Brasília foi construída.

A esses trabalhadores, verdadeiros heróis, que foram inicialmente chamados candangos e hoje chamamos pioneiros, é que gostaria de dedicar o meu discurso.

Muitos foram os pioneiros: mulheres e homens, anônimos ou conhecidos, que conceberam e concretizaram o sonho de construir a nova Capital. Enfrentaram as adversidades com a força do trabalho e ajudaram a concretizar a maior vitória do povo brasileiro no século XX.

Não podemos esquecer que o desejo de construir, no Brasil central, a nova sede de governo tem origens remotas. Mas foi a força e a coragem do povo brasileiro o fator determinante que fez do sonho uma realidade.

O destino de Brasília era irreversível antes mesmo de sua criação. Existia na profecia de Dom Bosco, existia no desejo do povo, existia nos planos de governos anteriores. Brasília era sinônimo de esperança, hoje o seu nome representa sucesso e garra.

É inegável que foi uma das mais importantes iniciativas já tomadas pelo Estado brasileiro em toda nossa história, sendo o motor que permitiu a vinda de investimentos para o desconhecido Centro-Oeste e Norte do Brasil. Ainda hoje é um pólo de atração para milhares de brasileiros que buscam a esperança. Aqui há progresso e desenvolvimento social e econômico. E, mais do que isso, existe esperança e fé em um futuro melhor.

Se hoje o Brasil é uma potência no conjunto das nações, com certeza, a mudança da Capital para o interior foi uma das principais causas.

Muitos daqueles que aqui chegaram em busca de emprego pretendiam voltar a seus locais de origem, vinham com a intenção de ganhar dinheiro, mas foram contagiados pela energia do Planalto Central e aqui se fixaram, criaram suas famílias, foram os pais dos primeiros brasilienses e amam esta cidade como se ama a um filho.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não há melhor maneira de homenagear esta cidade e seus pioneiros senão a de continuarmos a missão de desbravar o futuro, garantindo, assim, que Brasília e o Centro-Oeste continuem a ser lugares em que todos possam trabalhar com dignidade, melhorando sua vida e ajudando a tornar o Brasil um país melhor e mais rico.

Parabéns a Brasília e a seu povo.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Com o maior prazer, Senador Heloísa Helena, Senador Ramez Tebet e Líder Arthur Virgílio.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Valmir Amaral, parabenizo V. Exª pelo pronunciamento, até porque Brasília é a segunda casa de todos nós, que saímos de nossos locais de origem. Sei que aqui há muitas imagens tristes, que certamente ficam na mente do povo brasileiro: a imagem dos jovens de classe média ateando fogo no índio Galdino, ou do desempregado brasileiro que, diante do desespero do desemprego, ateia fogo ao próprio corpo. Mas nunca me esqueço de uma entrevista minha no programa do Jô Soares, em que eu dizia que Brasília era a cidade dos corações de pedra.

Claro que eu estava falando dos corações de pedra por aqui ser o centro do poder político e, portanto, muitas vezes tão mesclado de poucos sentimentos nobres. Sabemos todos nós que, infelizmente, no mundo da política, às vezes não cabem sentimentos nobres como amizade, afeto, carinho, companheirismo. Às vezes, cabem poder, ambição, interesses. Quando cheguei aqui, meu filho mais novo estava completando treze anos; na semana passada, meu filho fez dezoito anos. E foi Brasília a cidade que nos acolheu com afeto, com carinho, com solidariedade. Lembro-me também de quando meu filho foi atropelado. Se existiam correntes de orações no Brasil todo – na minha querida Alagoas também –, o povo de Brasília, igualmente, foi extremamente generoso com todos nós. Portanto, quero saudar V. Exª, como também ao nosso querido Senador Eurípedes Camargo, aqui presente. E, ao saudar V. Exª pelo pronunciamento, quero agradecer, de todo o coração, ao povo de Brasília, da nossa segunda casa, que acolhe a cada um de nós, acolhe nossos filhos a cada dia, em todos os espaços. Às vezes, vamos passando, o motorista do ônibus dá uma buzinadinha, conversa, pergunta sobre alguma coisa. As pessoas mais simples nas ruas ou as pessoas mais sofisticadas em um restaurante estão sempre interagindo conosco. Então, ao saudar V. Exª, ao saudar os Senadores de Brasília, quero, de forma muito especial, agradecer ao povo desta cidade, que nos acolheu com tanta generosidade, afeto e carinho nesta que é a nossa segunda casa: Brasília.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Senadora Heloísa Helena, fico muito honrado com o aparte de V. Exª, que é muito estimada em Alagoas. V. Exª representa muito bem o seu Estado e é uma das Senadoras mais atuantes nesta Casa, sempre fiscalizando, sempre trabalhando muito.

Mas quero dizer a V. Exª que Brasília a ama, os brasilienses adoram V. Exª. Recebo a visita de dezenas de brasilienses em meu gabinete, e a primeira pergunta deles é: "Como vai a Senadora Heloísa Helena?" Eu sempre lhes respondo que V. Exª está trabalhando sempre, pois V. Exª é trabalhadeira, uma das primeiras a chegar e uma das últimas a sair.

Admiro o seu trabalho, a sua competência, o seu caminho nobre, correto, que não muda. É o caminho da honestidade, da sinceridade e da luta.

Senadora Heloísa Helena, V. Exª está de parabéns. Tenho certeza de que, se se candidatasse a Governadora ou a Senadora por Brasília, estaria eleita, porque o povo de Brasília adora, ama V. Exª. Andando pelas ruas da cidade, perguntam sempre por V. Exª. Eu sempre respondo: atuante e trabalhadeira.

Parabéns e muito obrigado pelo aparte.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet, meu grande amigo e companheiro de Partido, o PMDB.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Valmir Amaral, fico feliz por ver que a sessão de hoje se encerrará com V. Exª na tribuna, saudando a cidade que o elegeu e é símbolo da nacionalidade brasileira; saudando a Brasília de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que precisa ser lembrado. Juscelino foi um homem que, em praça pública, em um comício – é bom lembrar esta lição –, ao responder à indagação de um eleitor, disse que, se fosse eleito Presidente da República, cumpriria a Constituição Brasileira e construiria a Capital da República no Planalto Central. E assim ele fez. Cumpriu a palavra empenhada e desbravou este interior do nosso Brasil. Portanto, ele merece as nossas homenagens, e V. Exª retratou muito bem isso. A Senadora Heloísa Helena falou aqui, e eu quero imitá-la. Senadora, permita-me. É bom estarmos em Brasília. Esse carinho do povo de Brasília é muito importante para nós, que passamos quase a semana inteira aqui e depois é que vamos para os nossos Estados. No meu caso, retorno para meu Mato Grosso do Sul, ali permanecendo 48 horas com a família, às vezes 24 horas; depois retorno a esta acolhedora Brasília. V. Exª fez bem, ocupou esta tribuna, prestou justa homenagem a Brasília. E nós não poderíamos, repito, o Senado não poderia encerrar esta sessão sem prestar uma homenagem a esta cidade. Se não fosse V. Exª, iríamos encerrar esta sessão sem prestar homenagem a Brasília, àqueles que a construíram, aos candangos. De fato, seria uma grande injustiça. Portanto, cumprimento V. Exª pelo discurso. E a abrilhantar esta sessão está também o companheiro Eurípedes Camargo, um dos primeiros a chegar a Brasília e com quem sempre mantive estreita relação. Sei como S. Exª fez sua vida. Portanto, parabéns a ambos! Parabéns a Brasília! Parabéns ao Governador de Brasília! Parabéns ao povo de Brasília! Parabéns ao Brasil, que tem como Capital esta extraordinária cidade que hoje estamos a homenagear pelas palavras de V. Exª!

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Agradeço-lhe o aparte, meu grande amigo, Senador Ramez Tebet. Fico muito honrado com as palavras de V. Exª.

Em discurso proferido em 1955, Juscelino Kubitschek disse: "Vou construir Brasília!" E, de fato, fez Brasília, a Capital de todos os brasileiros.

Concedo um aparte ao grande amigo e Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Valmir Amaral, esses dias de abril me lembram a perda de dois queridos amigos, Luís Eduardo Magalhães e Sérgio Mota, que me trazem a alegria de comemorar Brasília sempre, a cada ano e mais uma vez. V. Exª foi um intérprete exato com a cordialidade que é a marca do seu convívio na Casa e, ao mesmo tempo, a sua firmeza ainda há pouco demonstrada. V. Exª é um Parlamentar querido de todos seus colegas. Portanto, a homenagem a Brasília dá-se também por seu intermédio. Não posso deixar de citar esta figura que tanto brilhou aqui no Senado, o Senador Eurípedes Camargo, que tanto dignificou a representação enquanto aqui esteve como primeiro suplente do Senador Cristovam Buarque, este também uma grande Liderança do Distrito Federal e, portanto, da Cidade de Brasília. Homenageando Cristovam Buarque, mando meu caloroso cumprimento ao Governador Joaquim Roriz, a minha companheira de Partido Maria de Lourdes Abadia, ao meu prezado amigo e ex-companheiro de Liderança do Governo, José Roberto Arruda, ao meu querido Paulo Octávio. Em outras palavras, V. Exª foi capaz de dar enorme paz ao Parlamento, ao Senado nesta hora em que homenageia a cidade que tem sido tão acolhedora em relação a todos que a procuram, que tem sido tão capaz de gerar uma civilização nova, diferente, com problemas de metrópole, uma cidade agradável que oferece serviços eficientes, oferece uma natureza absolutamente bonita, tem um sol que é aconchegante, tem uma lua que é absolutamente estonteante, ou seja, Brasília, que é amada por todos nós. Eu sei que ela é o maior amor do seu coração e por isso eu homenageio todas essas Lideranças querendo dizer, na verdade, que o que quero mesmo é homenagear o povo de Brasília, acrescentando que não há nada que nos divida, nem mesmo o ciúme que os amazonenses têm desse amor dos brasilienses pela Senadora Heloísa Helena. Muito obrigado, Senador.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Meu grande amigo, Líder Senador Arthur, primeiro eu queria dizer que nós temos um grande amigo em comum, o Sr. João Pimenta da Veiga, meu compadre, com quem conversamos sempre. Uma das coisas de que mais gosto neste plenário, Senador Arthur Virgílio, é ver V. Exª discursando. Como V. Exª desempenha um trabalho sério, competente e maravilhoso; como V. Exª deseja mostrar um novo caminho para este nosso País. Parabéns pelo seu trabalho e pela sua luta. O Brasil precisa de homens do seu nível. O Brasil está precisando de pessoas que lhe mostrem o caminho certo. Continue lutando sempre pelo nosso País. Parabéns, Senador Arthur Virgílio. Estou sempre me espelhando em V. Exª.

Era o que tinha a dizer, Presidente Mão Santa. Agradeço a todos.

Feliz aniversário, Brasília, pelos seus 44 anos! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, Deus escreve certo em linhas tortas. Essa é a maior homenagem que o Senado oferta a Brasília. De Brasília, não poderíamos nos esquecer. E quis Deus estivessem presentes o Senador Eurípedes Camargo – suplente – e o ex-senador Francisco Escórcio, que tem um projeto mostrando a sua preocupação com o Planalto Central, o novo Estado.

Mas não poderíamos nos esquecer, Senador Arthur Virgílio, do otimismo de Juscelino Kubitschek, que eu buscaria para encerrar, em uma mensagem que está na nossa mente e que levo para todo o Brasil. Diante das dificuldades, o ex-presidente disse que é melhor ser otimista; os otimistas podem errar, mas os pessimistas já nascem errados e continuam errando. Todavia, sua maior mensagem foi a do trabalho.

Senador Arthur Virgílio, aprendi muito com V. Exª hoje sobre a história russa, as lideranças russas; mostrei o que não sabia. V. Exª, pacientemente, como homem de muita cultura, membro do Itamaraty, ensinou-me. Gostaria de relembrar então, para devolver, um ensinamento de Juscelino. V. Exª sabe quantas vezes Juscelino Kubitschek veio a Brasília acompanhar essas obras em que vivemos, de que usufruímos, que plantou no coração do Brasil, Brasília? Duzentas e quatro vezes. Senador Arthur

Virgílio, o Presidente Lula deve também conhecer a história de Juscelino Kubitschek. O melhor exemplo está aqui no Brasil: é Juscelino, que veio 204 vezes. Trabalhava o dia todo no Rio de Janeiro e vinha à noite, em um avião velho, antigo, sem segurança. De madrugada, já estava a fiscalizar com o seu entusiasmo, fazendo nascer há 44 anos, em 21 de abril, a cidade de Brasília, que encanta todos nós. Pedimos que nossas palavras cheguem aos céus e a Deus para abençoar Brasília e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 461, DE 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado no "PARCUM" – Parlamento Cultural do Mercosul, em Assunção no Paraguai, nos dias 25, 26 e 27 de abril/2004, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 25 a 27 de abril/2004.

Sala das Sessão, 20 de abril de 2004. – Senador **Leonel Pavan,** PSDB/SC.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tendo em vista que a próxima sessão deliberativa ordinária ocorrerá somente no dia 27 próximo e que a pauta está sobrestada por medidas provisórias, a Presidência defere a licença solicitada nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tendo em vista que a próxima sessão deliberativa ordinária ocorrerá somente no dia 27 próximo e que a pauta está sobrestada por medidas provisórias, a Presidência defere a licença solicitada nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2004, encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para proferir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Sala das Sessões 20 de abril de 2004. – Senadora **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá e Valdir Raupp encaminharam discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, ambos do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo hoje esta Tribuna para registrar o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 de abril do corrente, intitulado "O inferno ofertado ao investidor".

O artigo, que solicito seja inserido nos Anais do Senado Federal, trata da invasão do MST à fazenda de propriedade da empresa Veracel, no sul do Bahia. A fazenda conta com um investimento - com participação de capital brasileiro, sueco e finlandês - da ordem de US$ 1,25 bilhão, com a perspectiva de produzir 900 mil toneladas de celulose e gerar 10 mil empregos diretos e indiretos.

O Governo do presidente Lula precisa sinalizar, para os investidores estrangeiros, que tem autoridade para fazer cumprir o ordenamento jurídico vigente e que tem condições de fazer funcionar a ordem pública, sob pena de ver os investidores estrangeiros se afastarem cada vez mais do País.

Conforme diz o texto, "... se o governo brasileiro não tem condições nem de garantir a integridade patrimonial dos que se disponham a acreditar no potencial econômico-produtivo do Brasil, o que se dizer a respeito de marcos regulatórios, de estabilidade contratual e de todos aqueles itens que consubstanciam a confiança de quem pretende investir seu capital ...?"

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	08	Abril/2004	NOTAS E INFORMAÇÕES	A	3

O inferno ofertado ao investidor

As fotos estampadas nas primeiras páginas dos jornais eram intimidadoras. Milhares de invasores levando ao alto, em eufórica comemoração, foices, facões, enxadas e pedaços de pau, muitos vestindo as camisetas vermelhas do MST, outros descamisados, alguns com os bonés da entidade, outros com suas bandeiras vermelhas, comemorando uma operação em que, em apenas 75 minutos, derrubaram 1 milhão e 300 mil pés de eucaliptos para armar barracas e preparar o plantio de feijão, mandioca e milho. O local era a fazenda de propriedade da empresa Veracel, no sul da Bahia – o maior investimento privado em curso no governo Lula, com participação de capitais brasileiro, sueco e finlandês, da ordem de US$ 1,25 bilhão, para produzir 900 mil toneladas de celulose e gerar 10 mil empregos diretos e indiretos. Nada poderia simbolizar melhor o "inferno" prometido pelo líder emessetista João Pedro Stédile – só que não apenas para o País, e para todos os brasileiros que trabalham, investem, pagam impostos e respeitam a lei, e que, sem que o governo faça a lei ser cumprida, não podem fugir dele, mas também para qualquer investidor estrangeiro que já esteja aqui ou que poderia vir para cá que, se nenhuma punição sofrerem os comemoradores de ontem, desse inferno fugirão como o diabo da cruz!

É irônico que os investidores da agora esbulhada Veracel tivessem conseguido entusiasmar (como entusiasmariam qualquer governo) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando lhe expuseram, em encontro realizado em 8 de maio de 2003, seus audaciosos planos de investimento, com previsão de faturamento anual de US$ 500 milhões já no próximo ano, empregando atualmente 2 mil pessoas na atividade florestal (e outras 6.500 na construção da fábrica), com área cultivada de 70 mil hectares e outra, de mesma extensão, mantida como reserva ambiental. Porque – dirão possíveis candidatos a investidores – se o governo brasileiro não tem condições nem de garantir a integridade patrimonial dos que se disponham a acreditar no potencial econômico-produtivo do Brasil, o que se dizer a respeito de marcos regulatórios, de estabilidade contratual e de todos aqueles itens que consubstanciam a confiança de quem pretende investir seu capital – especialmente a médio e longo prazos – em determinado país ou região?

Mais grave ainda é o fato de o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, ao acompanhar o presidente Lula na viagem ao Acre, dizer que no meio rural "o ambiente é de normalidade democrática". Ora, haverão de raciocinar os investidores estrangeiros – com certeza não tão burros quanto Rossetto acha que são os brasileiros a quem se dirigia –, se todas as invasões de propriedades rurais (só nos últimos dias, depois da promessa de "infernização" e do "abril vermelho" de Stédile), que beiram a 40, e situações como a da Fazenda da Veracel Celulose, no município baiano de Santa Cruz Cabrália, onde já estão 3 mil invasores e o MST pretende colocar mais mil, são o padrão de "normalidade democrática" do Brasil, certamente é preferível arriscar seus investimentos na "normalidade totalitária" chinesa, onde quem ousasse agir como o energúmeno Stédile e seus comandos terroristas seria ajoelhado no chão e receberia uma bala na nuca.

Independentemente da necessidade urgente de se fazer cumprir – dentro do rigor que a lei e a ordem do Estado democrático de Direito exigem, sem tergiversações ou tolerâncias – o devido mandado de reintegração de posse, que devolva a área invadida a seus legítimos proprietários, o governo brasileiro, sob pena de completa desmoralização, precisa sinalizar muito mais: que aqui o patrimônio particular ou empresarial é respeitado, que aqui o capital estrangeiro – transformado em terras ou outros ativos – não será expropriado por quaisquer "movimentos sociais", mesmo à revelia do governo. Em outras palavras, é necessário que o governo saiba demonstrar que ainda tem condições de fazer funcionar a ordem pública e o ordenamento jurídico vigente. E a única forma de fazer essa demonstração – para o País e o mundo – é aplicar, com o máximo rigor, a lei vigente (e ela existe, em muitos dispositivos no campo das legislações penal e civil) contra os líderes esbulhadores do MST e seus sequazes.

A única forma de evitar se desmoralizar é o governo aplicar todo o rigor da lei

Se não fizer isso, teremos de adiar o "espetáculo do crescimento" para um próximo governo.

A SRA.LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho neste momento a esta Tribuna para novamente lamentar o tratamento que o Governo Lula tem dado à reforma agrária e à ocupação de terras pelo MST.

Editorial de hoje, 20 de abril de 2004, do jornal **O Estado de S. Paulo**, ressalta que "poucas vezes se viu, na história da administração pública brasileira, 'uma guerra do governo contra os fatos' tão intensa como a que está em curso no campo da Reforma Agrária."

O artigo questiona a afirmação do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, de que o Governo não cederá à pressão do MST, em contraponto com a liberação por parte do Governo de uma verba adicional de R$1,7 bilhão para a reforma agrária e a pressa em duplicar – de R$ 7 mil para R$ 16 mil – os recursos alocados **per capita** para os assentados.

A matéria, de extrema atualidade, alerta-nos sobre os efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos Estados brasileiros. Por isso, peço sua inserção nos Anais do Senado, ressaltando mais uma vez a necessidade de uma providência por parte do Governo Lula para evitar

a situação de tensão permanente que permeia a questão agrária no Brasil.

O texto que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

O Estado de S. Paulo

Publicado em: 20/04/2004

O governo em guerra contra os fatos

Editorial

Poucas vezes se viu, na história da administração pública brasileira, uma "guerra do governo contra os fatos" tão intensa como a que está em curso no campo da Reforma Agrária. O choque entre o que é dito, o que é prometido e o que é "interpretado", por parte das autoridades responsáveis pelo setor – começando pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto -, e a realidade da produção rural, do agronegócio, bem como dos efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos Estados brasileiros, praticados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), dá a impressão de que, pelo menos nesse terreno, o governo Lula está padecendo de uma cegueira que não tem dado mostras de ser reversível.

Enquanto o ministro Rossetto "garante que o governo não cede à pressão do MST" – como a do "abril vermelho" do coordenador Stédile -, o governo libera uma verba adicional de R$1,7 bilhão para a Reforma Agrária e se apressa em mais do que dobrar (de R$ 7 mil para R$ 16 mil) os recursos alocados per capita para os assentados. Enquanto o ministro parece considerar a coisa mais natural do mundo a intensificação das ações do MST no País, afirmando que "faz parte do ambiente democrático" respeitar os movimentos e as atividades sindicais – como se se tratasse apenas disso! -, a insuspeita Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa, em seu relatório anual, que o primeiro ano do governo Lula foi marcado pela maior violência e volume de conflitos no campo nos últimos 18 anos – ou seja, desde 1985, quando a CPT começou a fazer esse levantamento. Em 2003 as ocupações dos sem-terra aumentaram 172% (em relação a 2002), foram registrados 1.690 casos, envolvendo cerca de 1,2 milhão de pessoas – quer dizer, quase o dobro do último ano da administração FHC. E com a duplicação dos subsídios a essa baderna pode-se imaginar que este ano a violência vai bater novos recordes.

Por outro lado, o ministro acredita firmemente que, com a verba atual, de R$ 3,1 bilhões (que em seu entender não será contigenciada), o programa de Reforma Agrária irá gerar 2 milhões de empregos "até o final do primeiro (?) mandato do presidente Lula", pois está convicto – mais uma vez, contra todas as evidências econômicas – de que "a reforma agrária é um instrumento de desenvolvimento econômico sustentável, e não uma política de assistência social". Ora, o que significa, para o País, o maior fulcro de desenvolvimento sustentável – e que tem sido atrapalhado, sistematicamente, pelo desrespeito às propriedades rurais produtivas, à lei e à ordem, por parte dos militantes do MST, que têm no esbulho possessório sua estratégia básica de operação – é justamente o agronegócio, que, gerando uma renda recorde de quase R$76 bilhões, acelera o ritmo de produção e vendas da indústria e do comércio – impulsionando a venda de máquinas agrícolas, veículos e imóveis -, o que se reflete na ampliação do emprego nas cidades do interior do País – como mostrava matéria do caderno Economia & Negócios do Estado de domingo.

É certo que há opinião discordante quanto aos benefícios para a sociedade brasileira do grande desenvolvimento do agronegócio no País: para o presidente da CPT – a mesma entidade que detectou o recorde de conflitos no campo ocorrido no primeiro ano do governo Lula -, bispo D. Tomás Balduino, "o agronegócio, que está salvando as finanças do País, está impedindo a democratização da terra". Não sabemos se na opinião de Balduino a democratização da terra significaria, necessariamente, a ruína financeira do País... Também não dá para saber se o religioso está levando em consideração os recentes dados divulgados, segundo os quais a Reforma Agrária se transformou numa das grandes especulações imobiliárias ilegais do País, na medida em que os assentados têm vendido (o que é proibido por lei) 40% de seus lotes – segundo o governo esse porcentual é de 25%, o que reduziria a quantidade, mas não a ilegalidade da alienação. E será que o bispo considera também "democratização da terra" as inva-

sões que os sem-terra começam a fazer de terrenos urbanos?

Ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que "este país tem lei" – que vale para o presidente da República e "para os sem-terra e com terra", mas esqueceu de dizer se o presidente da República, finalmente, vai fazer essa lei ser cumprida. Ontem, ele se limitou a dar um conselho aos "seus companheiros do movimento social": "Ajam com a maior responsabilidade possível (sic) porque todos nós somos vítimas de nossa palavras."

O conselho apropriado para os que estão violando a lei devia mencionar as vítimas dos seus atos (ilegais), como as de Eldorado dos Carajás. Vítimas das suas palavras são os governantes que não as traduzem em atos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista a relevância do assunto tratado pela eminente jornalista Tereza Cruvinel, em sua consagrada coluna de **O Globo,** "Panorama Político", sob o título de "Se não é Barbárie", no qual a articulista, com grande senso de responsabilidade e rara inteligência, chama a atenção das autoridades competentes para a onda de violência que toma conta do País, no que se refere principalmente aos massacres em aldeias indígenas, invasões do MST e a degola dos presos por seus próprios colegas de penitenciária.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

"Panorama Político" Se não é barbárie;

Pressão social aumenta e Lula pede bom senso;

O 'abril vermelho' dos sem-teto.

RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

JORNAL:	DIA:	MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
O GLOBO	20	Abril/04		A	1/2

PANORAMA POLÍTICO

TEREZA CRUVINEL • de Brasília

Se não é barbárie...

• Algo de profundamente errado deve estar acontecendo a um país onde o tráfico armado tem poderes territoriais, índios massacram brutalmente invasores de reservas desprotegidas, presos rebelados degolam e decapitam colegas e um desempregado ateia fogo às vestes em frente ao palácio presidencial, entre outros fatos deste abril que o MST ajuda a fazer mais negro que vermelho.

Rondônia era ontem a fronteira selvagem da civilização brasileira. Enquanto os amotinados do presídio Urso Branco exibiam no telhado a cabeça de um decapitado, a alguns quilômetros a Polícia Federal recolhia os corpos dos garimpeiros que os cintas-largas trucidaram com violência e crueldade assombrosas mesmo levando-se em conta a condição de índios de contato relativamente recente com a cultura branca. Foi em Rondônia mas muito perto da Rocinha, diz antropólogo Roberto da Matta:

— O Rio de Janeiro é o símbolo da civilização brasileira. Cidade Maravilhosa não apenas pela beleza mas também por seu grau civilizatório. E o que acontecido nesta cidade-símbolo passa uma mensagem perniciosa para o resto do Brasil, a de que tudo é permitido, porque a autoridade fraqueja e prevalece o vale-tudo.

Mas por que agora a mensagem se propaga e o mau exemplo se reproduz, de forma até mais bárbara?

— Por razões diversas mas principalmente porque se estabeleceu no país uma conjuntura de desalento, em que todas as mensagens são de pessimismo, ainda que ele não tenha razão de ser. As pessoas, e principalmente os que têm representação pública, estão brincando com o pessimismo. Ele é danoso ao tecido social. Por isso urge uma tomada de atitude do Estado, através do governo. Acho que é preciso reforçar a autoridade e ao mesmo tempo pôr a imaginação política para funcionar, em busca de soluções para tantos e urgentes problemas.

Quanto aos índios, que já foram seu objeto de estudo (os apinajés, especificamente), da Matta diz-se ainda mais preocupado:

— Já ouvi todo mundo falar sobre o ocorrido: governador, presidente da Funai, procuradores etc. Só não ouvi a voz de um índio. E percebo uma onda crescente de condenação que não leva em conta as circunstâncias deles.

E não só as culturais, mas também as objetivas, como por exemplo o fato de as reservas não serem protegidas. E sabem os governos, há tantos anos, da existência de conflitos em tornos das riquezas que elas guardam. Se a Funai não pode protegê-las, alguém tem que fazer isso. Urge, diz ele, discutir a sério a política indigenista, nesta hora em que os conflitos surgem tanto no plenário da Câmara, como ontem, como no Brasil distante, a exemplo da disputa pela demarcação de Raposa Serra do Sol, em Roraima. Mas está no ar a condenação aos cintas-largas, pedida ontem pelo deputado petista Eduardo Valverde (RO), alegando que já trocaram as danças pedindo chuva pelo uso do telefone celular.

Voltemos aos brancos e às barbaridades que andam praticando, inclusive contra a própria vida, como fez o desempregado que acabou morrendo no domingo. Aos presos que degolam e esquartejam, à guerra entre traficantes e policiais, aos sem-terra com suas invasões, aos acampados de todo dia na Esplanada pedindo algo. São as esperanças semeadas por Lula cobrando a conta. Tentemos a antropologia política:

— Cada sociedade rompe os limites do suportável a seu modo. A convulsão social tem muitos nomes e formas, inclusive a barbárie. Que não seja a nossa. Mas acho que o diagnóstico é simples. Está na hora de uma atitude. Para usar uma metáfora futebolística, ao gosto do presidente, está na hora de ele começar a apresentar cartões amarelos e vermelhos a alguns grupos e atores sociais, enquanto há tempo para se profissionalizar com o jogo.

Apoiar para mudar

• O PT finalmente assumiu que é governo e defendeu a política econômica. Mas coincide este movimento do partido com a crescente disposição do presidente Lula, apresentada nas reuniões da semana passada, de patrocinar alguma mudança. Não nos fundamentos da política econômica mas em acessórios que não afetem a credibilidade. Não será na meta do superávit mas pode ser na da inflação para o ano que vem. Em vez de 4,5%, os mesmos 5,5% deste ano. E disso sabiam os dirigentes do PT que garantiram a moção de apoio.

CHICO

SUCATA DE PENSATA

— Se o professor repetir a lição pela terceira vez e o aluno não entender... pobre professor, o aluno pode ser presidente da República!

Menos mal

• "Estão procurando chifres em cabeça de cavalo", diz o presidente do PSDB e ex-ministro da Saúde, José Serra, a propósito dos temores do ministério e da bancada da Saúde de que o PIB negativo resulte agora em perda de recursos, isso porque a emenda 29 garante à pasta recursos iguais aos do ano anterior sempre acrescidos da variação do PIB nominal, o que segundo Serra não imporá encolhimento orçamentário.

Da área econômica vêm informações de que, ao pé da letra, haveria redução, mas que o governo garantirá os recursos previstos.

■■■■■■

• **O QUE FALTAVA:** O senador Mão Santa quer fazer uma sessão de bingo no café do Senado. Quem ganhar leva uma viagem ao Delta do Parnaíba. Joga-se bingo até nas igrejas, diz ele. Mas nelas, não será votada uma MP proibindo a jogatina.

• **O PMDB** será responsável pela indicações que fizer, disse Lula. O partido escapou de boa ao não emplacar o nome de Alexandre Caxias para um cargo na Previdência. Vem a ser um dos presos pela Operação Matusalém, que desbaratou uma quadrilha de fraudadores do INSS em Manaus.

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1925) RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2004 • ANO LXXIX • Nº 25.824 • www.oglobo.com.br ROBERTO MARINHO (1925-2003)

Pressão social aumenta e Lula pede bom senso

Presidente faz alerta a radicais: 'Todos seremos vítimas de nossas palavras'

• Em meio ao "abril vermelho" marcado por mais de 70 invasões de terra, sem-teto voltaram a fazer ocupações ontem, invadindo cinco prédios em São Paulo, inclusive um quartel desativado, e dois terrenos públicos em Recife. No Paraná, a empresa Klabin recorreu à Justiça para tentar garantir a retirada do MST de sua fazenda, que é produtiva. Em seu programa de rádio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que também enfrenta greve de servidores como os da Polícia Federal, perdeu bom senso e responsabilidade aos manifestantes. Apesar de dizer que ninguém deve ficar preocupado com as manifestações, pois elas fazem parte do exercício pleno da democracia, Lula disse que sempre perdia quando optava pelo radicalismo. "Ajam com a maior responsabilidade, porque todos seremos vítimas das nossas palavras", aconselhou. **Página 3 e Miriam Leitão**

Congresso quer manter mais de 3 mil vereadores

• O Congresso deve aprovar um projeto de emenda constitucional e mudar a decisão do TSE que elimina 8.528 vagas nas câmaras municipais. Hoje, uma comissão especial na Câmara deve aprovar o relatório do deputado Jefferson Campos (PMDB-SP), mantendo 3.466 vagas que seriam extintas. O projeto precisará ainda ser aprovado nos plenários da Câmara e do Senado.

Página 13 e editorial "Alvos múltiplos"

Iraque: xiitas dão trégua a espanhóis

• Em reação ao anúncio da Espanha de retirar imediatamente suas tropas do Iraque, o clérigo radical Moqtada al-Sadr ordenou que seus seguidores não ataquem os espanhóis durante a saída do país. O presidente Bush lamentou a decisão da Espanha e disse que pode parecer uma concessão ao terror. **Página 38 e editorial "Efeito Bush"**

Preço do leite já subiu até 15% no atacado

• O consumidor começa a sentir no bolso a crise da Parmalat. A cotação do leite no atacado subiu este mês até 15%, que poderão ser repassados nos próximos dias. Nas lojas, o produto já aumentou 1,38%. Segundo analistas, a concordata da empresa italiana antecipou a alta de preços da entressafra, que acontece em maio. **Página 33**

Argentina se comove por Maradona

• Desde domingo, a Argentina parou por Maradona. A saúde do ídolo é o assunto de jornais, rádios e TVs. Fãs rezam e fazem vigília em frente à clínica em que está internado. Vítima de crise de hipertensão, ele continua em estado crítico, mas teve leve melhora. **Página 42**

SEGUNDO CADERNO

• Paço Imperial abre exposição de Ivan Serpa, artista que foi pioneiro da pintura geométrica.

RS 2,00

Barbárie em rebelião de Rondônia

Presos cortam cabeças de três internos e exibem corpos; governo confirma seis mortes

• Num motim que já dura quatro dias, presos da Penitenciária Urso Branco, em Porto Velho, mataram ontem mais três detentos, esquartejando seus corpos. A Secretaria de Segurança do Estado confirma seis mortes, mas os 1.400 presos, que tomaram o controle da unidade, falam em nove. "Cortavam como se corta uma galinha", disse a mulher de um dos detentos. O procurador-geral de Justiça do estado, José Carlos Vitachi, quase foi linchado por 300 parentes e amigos dos presos. Os rebelados querem mudanças no regime disciplinar do presídio e ameaçam matar mais gente se o governo não atender aos pedidos. As negociações foram interrompidas ontem à noite. **Páginas 8 e 9 e Tereza Cruvinel**

A GUERRA DO RIO

Rocinha: um plano para virar bairro

Associações de moradores querem urbanizar a favela

• Associações de moradores de São Conrado, Gávea, Barra, Leblon e Rocinha decidiram criar um plano de intervenção urbanística que transforme a favela num bairro. Para isso, vão pedir alterações na lei de uso e ocupação do solo. Ontem, a polícia prendeu mais nove integrantes da quadrilha do traficante Elias Maluco. **Páginas 14 e 15**

Jovens de favelas e de Israel comparam as suas guerras

• O medo e o denominador comum na vida de jovens israelenses e das favelas da Rocinha e da Maré, que se encontraram a convite da Viegazine. Eles trocam suas guerras, de tiros e atentados, por

RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O GLOBO	20	Abril/04	O País	A	3

TENSÃO E PRESSÃO

O 'abril vermelho' dos sem-teto

Até quartel desativado da PM é invadido em SP e confronto deixa quatro feridos

Gio Mendes* e Letícia Lins

SÃO PAULO E RECIFE

Pelo menos quatro mil sem-teto invadiram ontem de madrugada cinco terrenos e prédios públicos na cidade de São Paulo. No quartel desativado da Polícia Militar no Parque Dom Pedro I, no centro da capital paulista, ocupado por cerca de 1.200 pessoas, houve confronto entre os sem-teto e a tropa de choque. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, quatro pessoas ficaram feridas e oito foram detidas acusadas de jogar pedras contra os policiais, que revidaram com bombas de efeito moral e tiros com balas de borracha.

As ações são parte de uma ação realizada ontem em 16 estados para pressionar o governo federal a aprovar o Fundo Nacional de Habitação Popular. Em São Paulo, cerca de dez mil pessoas participaram da mobilização, que ainda teve atos e passeatas na capital, na Baixada Santista, em Piracicaba e em Campinas.

Os sem-teto também ocuparam terrenos e prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Segundo a coordenadora do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Ivaneti Araújo, cerca de mil pessoas ocuparam o prédio do quartel no início da madrugada. Outras 200 chegaram após a polícia e ficaram do lado de fora.

Dez soldados da 1ª Companhia do 7º Batalhão fizeram um cordão de isolamento na frente do imóvel, mas alguns sem-teto conseguiram entrar no quartel pulando o muro. O capitão Leandro Pavani, do 2º Batalhão de Choque da PM, chegou por volta das 0h40m e tentou negociar a saída dos invasores com líderes e advogados do MSTC. Como não obteve sucesso na negociação, Pavani acionou a tropa de choque, que chegou no local à 1h. Os policiais entraram pelos fundos do quartel e começaram a retirar os invasores às 1h30m. Os sem-teto que já que estavam fora do quartel atacaram os policiais, dando início ao tumulto. Algumas pessoas atiraram pedras e garrafas plásticas com água contra os PMs.

Os policiais da tropa de choque jogaram cerca de dez bombas de efeito moral para dispersar a multidão. Eles também atiraram contra os manifestantes com balas de borracha. Uma delas perfurou a perna esquerda de um fotógrafo.

— O que estamos vendo é que o "abril vermelho" não é só na zona rural. Agora, também é urbano. Só nesta última noite tivemos cinco tentativas de invasões de prédios em São Paulo, uma delas consumada. Atacaram terrenos privados, prédios em obras e um prédio do governo — disse o governador.

Em Recife, os sem-teto invadiram dois terrenos da União em Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana. O MTST, versão urbana do MST, deflagrou a "Jornada por moradia" e também invadiu dois prédios da Caixa Econômica Federal no centro de Recife, desocupados no fim da tarde. Na última quarta-feira o MTST já havia invadido em Recife um terreno da Conab. De acordo com a coordenação do MTST, há 41 ocupações de sem-teto na região metropolitana de Recife reunindo oito mil famílias, o equivalente a cerca de 40 mil pessoas. ■

(*) *do Diário de S Paulo*

Alckmin diz que vai desocupar áreas

• O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), reafirmou que não será condescendente com as invasões de terras no estado e que, cumprindo as decisões da Justiça, vai desocupar todas as áreas invadidas. Para Alckmin, o prometido "abril vermelho", expressão cunhada pelo líder do MST João Pedro Stédile, não se limitou ao campo.

Klabin pede reintegração de fazenda invadida

Já MST reivindica desapropriação de 10%

Giuliano Ventura

Especial para O GLOBO

• FLORIANÓPOLIS. A Klabin, grande fabricante de papel e celulose, pediu ontem à Justiça a reintegração da Fazenda Faxinal do Paulista, em São Cristóvão do Sul (SC), invadida no fim de semana por famílias de sem-terra.

— Só queremos que a Klabin possa retomar um área que é legalmente de sua propriedade — disse Wilberto Lima Jr., diretor de Assuntos Corporativos da empresa. Segundo ele, a Klabin espera que a Justiça conceda a reintegração de posse ainda hoje.

— A área invadida é considerada produtiva — disse João Paulo Strapazzon, superintendente estadual do Incra, acrescentando que uma decisão do juiz agrário sobre a questão deve sair nos próximos 15 dias.

Já os representantes dos sem-terra pediram a retirada da polícia dos acessos à fazenda. Eles foram recebidos em Florianópo-

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este ano, o Banco Central do Brasil vai comemorar, em dezembro, 40 anos de sua criação, e creio que em nenhum outro momento de sua história sua atuação esteve tão em evidência quanto está hoje. Antes vistas de forma difusa e distante pela maioria das pessoas, agora algumas ações da instituição têm uma visibilidade tal que as transformaram em temas recorrentes de nossas conversas cotidianas. A criação do Comitê de Política Monetária, o Copom, por exemplo, foi um passo importante na direção da maior transparência dos processos decisórios do Banco. Hoje o acompanhamento das decisões do Copom e, mesmo, o exercício de tentar antecipá-las deixaram de ser prerrogativas de alguns poucos especialistas e ocupam cada vez mais espaço na mídia não-especializada.

Em 2001, o Banco Central definia, como visão de seu próprio futuro, que a instituição seria, nos cinco anos subseqüentes, reconhecida pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional, por sua eficácia na manutenção da estabilidade do poder de compra da moeda e da solidez do Sistema Financeiro Nacional. Três anos depois, mesmo aqueles que são mais críticos das políticas patrocinadas pelo Banco Central têm que reconhecer essa eficácia.

No ano passado, essa eficácia foi duramente posta à prova. No primeiro semestre do ano, a ameaça de retomada da inflação e as incertezas que cercaram o início do novo Governo impuseram a adoção de medidas restritivas fortes, no âmbito das políticas fiscal e monetária, com os reflexos que todos conhecemos sobre o dinamismo da economia. Seja como for, o perigo de desestabilização do poder de compra da moeda foi contido, cumprindo o Banco Central, desse modo, sua missão institucional precípua.

Além da estabilidade da moeda, é missão do Banco Central garantir, ainda, a solidez do Sistema Financeiro Nacional. São mais de 3 mil instituições que integram esse sistema, cuidando, segundo dados do final de 2003, de cerca de U$S1,2 trilhão, de milhões de clientes. Sua solidez é atestada pelo fato de que, em 2003, a capitalização dos bancos chegou a ser o dobro da mínima recomendada pelo acordo internacional de Basiléia e acima do requerido pelo Banco Central.

Ainda no seu papel de garantidor do bom funcionamento do sistema financeiro, o Banco Central, como supervisor do Sistema de Pagamentos Brasileiro, vem, sobretudo por meio do Sistema de Transferência de Reservas – STR, contribuindo efetivamente para a redução do risco sistêmico. Esse sistema, que liquida as operações em tempo real, diminui os riscos envolvidos no processo de liquidação, e tem beneficiado um número cada vez maior de clientes dos bancos. O giro total do STR em 2003 foi da ordem de R$65 trilhões, o que equivale a cerca de 46 vezes o PIB brasileiro. A quantidade média de Transferências Eletrônicas Disponíveis – TED, cresceu de 16 mil, em 2002, para 43 mil, em 2003, girando quase R$2 trilhões.

A segurança e os custos das operações de crédito devem ser, ainda, otimizados com a implantação do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central – SCR, que deve substituir o Sistema Central de Risco de Crédito – CRC. Esse sistema tornará disponíveis informações mais detalhadas sobre as operações de crédito, tornando possível que se tenha um cadastro positivo dos correntistas. Com isso, as instituições financeiras poderão tomar decisões mais acertadas, reduzindo a inadimplência; contribuindo, assim, para reduzir os custos.

Em 2003 se deu também prosseguimento à modernização do marco regulatório, no sentido de garantir a solidez do sistema e, em especial, de promover um maior acesso aos serviços bancários. Merece destaque a norma que regulamenta a criação de contas especiais de depósitos à vista, o que permite que a população de renda mais baixa possa, também, vir a ter uma conta bancária. Esse amplo programa de inclusão bancária deve atingir 40 milhões de pessoas de baixa renda. São milhões de pessoas que passam a contar, agora, com melhor acesso ao crédito e melhores condições de poupança, com tudo o que isso pode representar em termos de novas oportunidades.

Inscreve-se ainda, nesse processo de inclusão, o fortalecimento das cooperativas de crédito, que podem, agora, admitir associados livremente, e a ampliação da rede de correspondentes bancários, que congrega hoje quase 15 mil participantes, estendendo o atendimento do sistema financeiro a áreas carentes dos serviços oferecidos pela rede bancária convencional.

No que diz respeito à atuação do Banco Central na fiscalização, destacam-se os acordos fechados com três autoridades supervisoras do sistema financeiro nos Estados Unidos (o *Federal Reserve Board,* o *Office of the Comptroller of the Currency* e o Departamento de Supervisão Bancária de Nova Iorque), além da Superintendência de Bancos do Banco Central do Paraguai, para troca de informações. Com isso, a atuação do Banco Central, na detecção e na prevenção de ilícitos, deve tornar-se mais eficaz.

Por fim, Sr, Presidente, é preciso destacar os esforços do Banco Central no sentido de aprimorar seu relacionamento com a sociedade civil. Hoje, graças à Internet, qualquer pessoa pode ter acesso aos relatórios mensais divulgados pelo banco, com informa-

ções sobre o desempenho da economia, das contas externas, dos gastos governamentais e da concessão de créditos pelos bancos. Estão disponíveis também os relatórios de inflação, as atas mensais do Copom, o relatório de estabilidade financeira e as resenhas e relatórios semanais de acompanhamento das expectativas de mercado. Tudo isso, além de satisfazer a exigência legítima de transparência e de prestação de contas aos cidadãos, serve como instrumento privilegiado para todos os que precisam de informações atualizadas e confiáveis sobre a economia brasileira, desde os jornalistas até os pesquisadores, passando pelos investidores e operadores de mercado.

Há ainda a preocupação de levar essa política de relacionamento com os cidadãos a um passo além do que se espera minimamente de uma instituição transparente. O Banco criou um programa de educação financeira com o objetivo de unificar suas ações nessa área. Com isso, cumpre um papel fundamental de intermediário entre o às vezes complexo e hermético mundo da economia, com seus aspectos técnicos e seu jargão próprios, e o universo da cidadania. Dado o impacto que a maneira como é conduzida a economia tem sobre a vida das pessoas, esse esforço de aumentar a compreensão do cidadão sobre esses temas cumpre um dever democrático essencial.

Todas essas iniciativas constam do Relatório da Administração do Banco Central do Brasil relativo ao ano de 2003. Quero aqui, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, para terminar, louvar mais essa iniciativa do Banco de divulgar esse relatório, cumprindo seu dever de prestar contas de suas ações à sociedade.

Dada a importância e o alcance que têm as decisões tomadas pelo Banco Central na condução da política monetária, e dado o interesse que, por isso mesmo, essas tomadas de decisão despertam, são sempre bem-vindos os esforços que visam a promover a transparência e a prestação de contas. Esperemos que esses esforços se multipliquem, proporcionalmente à importância que tem esta instituição que é o Banco Central.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho através deste manifesto, em meu nome e de toda a Bancada do meu Partido, chamar a atenção de meus nobres colegas e de toda a sociedade para mais esta má decisão, tomada pelos diretores da Eletronorte, em Brasília, e que só vem penalizar mais uma vez nosso Estado e toda a nossa sociedade rondoniense.

Para que todos saibam, a diretoria da Eletronorte determinou a remoção (retirada) de três máquinas (turbinas) da Usina Termelétrica Rio Madeira, a única usina térmica de propriedade da Eletronorte, e que está instalada em Porto Velho, no Bairro Nacional.

Uma das turbinas, a ser transferida para Manaus e duas a serem transferidas para Macapá.

E estas transferências, devem ser realizadas imediatamente.

É importante lembrar nosso passado recente, quando nosso Estado foi duramente penalizado pelos constantes racionamentos de energia elétrica.

Tal transferência, que está sendo justificada como instalação de reserva para aqueles Estados, aqui em Rondônia fará falta, uma vez que nossa configuração de transmissão conta com a geração das máquinas da UTE Rio Madeira, para manter o fornecimento, principalmente para a capital, inclusive com atuação neste final de semana.

Ainda hoje, estes reflexos são sentidos e assustam eventuais investidores e empreendedores, que hesitam em trazer seus capitais para o Estado, temendo a falta de energia para expansão de seus negócios.

E lembro ainda da importância de termos energia confiável e abundante, para ofertar aos empreendedores, pois ela é a base de todos ou quase todos os processos produtivos.

Assim, nós como representantes de nosso povo, não podemos concordar e muito menos permitir, que esta decisão venha a desfalcar o parque gerador de energia elétrica de nosso Estado, que foi conquistado a duras penas, fruto de muito trabalho e muito sofrimento de nosso povo rondoniense, que até recentemente sofreu duros racionamentos de energia, principalmente no interior de nosso Estado.

Estamos surpresos e por isto, nos recusamos a acreditar em tal decisão, que só faz retirar de nosso Estado de Rondônia, nossas conquistas.

Lembro ainda, que o prometido gás de Urucu, a interligação elétrica ao Sistema Nacional e outros grandes projetos, durante tanto tempo anunciados e apregoados, até hoje não chegaram ou não aconteceram.

Lembro também, que o consumo de energia elétrica é sempre crescente, e estas máquinas que hoje estão nos tirando, amanhã vão fazer falta.

Finalmente, chamamos a atenção de todos, para a necessidade de nos posicionarmos em relação à diretoria da Eletronorte, em Brasília, para que interrompa de imediato, esta retirada, que só penalizará o Estado de Rondônia, sua economia e todo seu penalizado e sofrido povo.

Temos a plena convicção que existem outras alternativas para solucionar os atendimentos emergenciais de Manaus e Macapá, que podem ser adotadas, sem que se venha mais uma vez a penalizar o Estado e o povo de Rondônia.

Era o que eu tinha dizer,

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a 40ª sessão não-deliberativa de terça-feira, 20 de abril de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 26 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte do mês de abril de dois mil e quatro, terça-feira, às onze horas, na sala nº 6 (seis), Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 181, adotada em 12 de abril de 2004 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que "autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e altera a alínea **a** do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002", com a presença dos Senadores Paulo Elifas e Mozarildo Cavalcanti, a reunião não foi realizada por falta de **quorum**.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1.017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Sala das Comissões, 20 de abril de 2004. – **Sérgio da Fonseca Braga**, Serviço de Apoio às Comissões Mistas.

PARECER Nº 7, DE 2004-CN

Parecer sobre o Ofício nº 9/2001-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, § 4º da Lei nº 7.827, de 1989, as demonstrações contábeis de 30-06-2001, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO" e sobre o Aviso nº 115/2002-CN que "encaminha ao Congresso Nacional as demonstrações contábeis de 30-06-2002, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO".

Relator: Deputado **Anivaldo Vale**

I – Relatório

Por meio dos Ofícios nºs P-42 e P-43/2003 – CMO, de 26 de fevereiro de 2003, da Presidência desta Comissão, foi-me delegada a função de relator do Ofício nº 9/2001-CN e do Aviso 115/2002-CN. Os documentos em tela encaminham ao Congresso Nacional, por determinação do disposto no art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, administrado pelo Banco do Brasil S/A, abrangendo os períodos findos em 30 de junho de 2001 e de 30 de junho de 2002, respectivamente. Acompanham as demonstrações contábeis as notas explicativas a elas pertinentes, bem como o parecer dos auditores independentes, assinado pela **Price Water House Coopers**.

As demonstrações contábeis, enviadas pelo ofício n° 9/2001, constituem-se no balanço patrimonial, apurado em 30-06-2001, a demonstração do resultado, a demonstração das origens e aplicações de recursos do semestre findo em 30-06-2001, a demonstração das mutações do patrimônio social, além das notas explicativas. Para efeito de comparação, também foram informados os resultados apurados ao final de 30-06-2000. As enviadas pelo Aviso n° 115/2002-CN trazem essas informações para o período findo em 30-06-2002.

O parecer dos auditores independentes, relativo às demonstrações contábeis do período findo em 30-06-2001, opinou no sentido de que "as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30 de junho de 2001 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio social e as origens e aplicações dos recursos do semestre findo nessa data, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos". Ressaltam, ainda, os auditores, de acordo com o contido na Nota Explicativa n° 10 às demonstrações contábeis, que a Medida Provisória nº 2.196-1, de 28 de junho de 2001, estabeleceu que as operações de crédito contratadas com recursos do Fundo até 30-11-1998 devem ser de risco integral do Fundo. Assim, no período em questão houve lançamento do montante de R$145.520 mil em créditos de liquidação duvidosa. Em conseqüência, também as receitas decorrentes dessas operações deverão ser registradas a crédito do Fundo nos exercícios posteriores.

Além disso, outra medida legislativa, a Lei nº 10.177, de 12-01-2001, alterada pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24-08-2001, estabeleceu o prazo limite de 30-09-2001 para a renegociação de créditos dos tomadores junto ao FCO. Ressalta a auditoria independente que não foi possível mensurar os impactos futuros desse evento nas demonstrações contábeis.

No que se refere ao período findo em 30-6-2002, os mesmos auditores concluem que "as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) em 30 de junho de 2002 e 2001 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio social e as origens e aplicações de recursos dos semestres findos nessas datas, de acordo com os princípios contàbeis geralmente aceitos no Brasil". Faz, ainda, idêntica ressalva a do semestre anterior no tocante aos impactos decorrentes das alterações introduzidas pela Lei nº 10.177, de 12-1-2001, alterada pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24-8-2001.

É o relatório,

II – Voto do Relator

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região por ele abrangida, mediante programa de financiamento aos setores produtivos, conforme Plano Regional de Desenvolvimento.

As diretrizes para aplicação dos recursos do FCO são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo desse Fundo, que deve ser elaborado em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento, considerando as sugestões apresentadas pelas unidades federadas da Região Centro-Oeste.

Diante do mandamento legal contido no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827/89, vê-se que o administrador do Fundo – Banco do Brasil S/A – deu cumprimento regular a tal dispositivo de lei, mediante encaminhamento ao Congresso Nacional dos balanços, devidamente auditados, para efeito de fiscalização e controle pelo Congresso Nacional.

É importante ressaltar que inexistem dispositivos regimentais específicos atinentes á ação de fiscalização e controle nesta Comissão Mista. Necessário se faz essa regulamentação para disciplinar a tramitação dessas matérias. Por outro lado, os dados constantes do relatório em exame não nos permitem avaliar os resultados obtidos pela aplicação desses recursos em termos de benefícios para a população da Região.

Em vista disso, tenho a sugerir:

I – seja nomeada uma subcomissão para propor a criação das normas que nortearão a tramitação de matérias dessa natureza;

II – sejam encaminhados a esta Comissão os pareceres do Tribunal de Contas da União acerca dessas demonstrações;

III – por entender ser da maior importância a avaliação dos resultados alcançados, em termos de beneficias econômicos e sociais para a população das Regiões atendidas por esses Fundos, será de bom alvitre que os gestores dos Fundos Constitucionais incluam nesses relatórios, informações adicionais que permitam essa análise, tais como:

a) informações relativas à geração de empregos e renda;

b) as prioridades estabelecidas nas concessões de financiamento no tocante àincorporação de seguimentos promissores que incorporem novas possibilidades de exploração econômica;

c) as exigências relativas ao impacto ambiental dos empreendimentos financiados, de modo a verificar-se se esses não estão a comprometer os recursos naturais ou promovendo a deterioração do meio ambiente;

d) interação dos projetos financiados com os investimentos realizados pelo órgãos governamentais que atuam na região, de forma que esses empreendimentos tenham garantido a infra-estrutura necessária: pois nada adianta, por exemplo, produzir-se sem ter a garantia do escoamento.

Por fim, deve-se ressaltar que esses fundos visam a promoção do desenvolvimento das regiões mais carentes, desse modo os juros fixados para os financiamentos, não podem seguir unicamente razões de política monetária, mas serem compatíveis com a realidade econômica dessas regiões, de modo a permitir uma maior inclusão social com as ações por eles desenvolvidas.

Diante do exposto, voto no sentido de que seja conhecida a matéria, e considerada cumprida a determinação contida no art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, devendo os documentos encaminhados pelo Banco do Brasil ficar à disposição dos senhores parlamentares na Secretaria desta Comissão até 15 (quinze) de dezembro de 2003.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2003. _ Deputado **Anivaldo Vale,** Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Nona Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada no dia 14 de abril de 2004, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado ANIVALDO VALE, pelo **ARQUIVAMENTO** do **Ofício nº 09/2001-CN**, *que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 20, § 4º, da Lei nº 7827, de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30.06.2001, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO)"* e do **Aviso nº 115/2002-CN**, *que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2002, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - (FCO)"*.

Compareceram os Senhores Senadores João Ribeiro, Segundo Vice-presidente, Aelton Freitas, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Elifas, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Rosinha, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Hamilton Casara, Helenildo Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Batista, João Correia, João Grandão, João Leão, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Rodrigo Maia, Rose de Freitas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Tarcísio Zimmermann, Telma de Souza, Vignatti, Virgílio Guimarães, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 14 de abril de 2004.

Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente

Deputado ANIVALDO VALE
Relator

PARECER Nº 8, DE 2004-CN

Parecer sobre o Ofício nº 2/2002-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para efeito de fiscalização e controle, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) alusivo aos exercícios de 2001 e 2002, onde se encontram entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados".

Relator: Deputado **Anivaldo Vale**

I – Relatório

Por meio dos Ofícios nº P-79/2003 – CMO, de 26 de abril de 2003, da Presidência desta Comissão, foi-me delegada a função de relator do Ofício nº 02-2002 – CN. O documento em tela encaminha ao Congresso Nacional, por determinação do disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) alusivo ao exercício de 2001, onde se encontram entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados.

As demonstrações contábeis, enviadas pelo Banco da Amazônia, Gestor do Fundo, constituem-se no Balanço Patrimonial, apurado em 30-12-2002 e 2001, nas Demonstrações do Resultado, da Evolução do Patrimônio Líquido, da Movimentação dos Recursos. Acompanham as demonstrações contábeis, também, as notas explicativas a elas pertinentes, bem como parecer dos auditores independentes, assinado pela Ernest & Young – Auditores Independentes.

O parecer dos auditores independentes, relativo às demonstrações levantadas em 31 de dezembro de 2001 e 2002, conclui que "exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam resultar do desfecho do assunto mencionado no terceiro parágrafo as demonstrações financeiras apresentadas" pelo Banco da Amazônia, "representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a composição das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO em 31 de dezembro de 2002 e 2001, as rendas e despesas, a evolução do patrimônio líquido e a movimentação dos recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2". A referida ressalva deveu-se à falta de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em razão da inexistência de norma regulamentadora sobre a matéria.

De acordo com o contido na nota explicativa o risco pela concessão dos créditos é partilhado entre o Banco da Amazônia S/A e o Fundo, na proporção de 50% para cada um, nas operações contratadas a partir de 1º-12-1998 e que com a divulgação, pelo Governo Federal, do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, através da Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, e suas reedições, foi eliminado o risco operacional do Banco sobre as operações de crédito contratadas até 30 de novembro de 1998, com recursos do FNO, cujo montante, em 31 de dezembro de 2002, corresponde a R$1.867.809 mil (R$1.621.220 mil em 31-12-2001).

Além disso, as leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.464, de 24 de maio de 2002 admitem a concessão de bônus de adimplência ao tomador do crédito, desde que as quitações das parcelas sejam efetivadas até a data do respectivo vencimento. Com relação a esse beneficio foi registrado, no exercício de 2002, o valor de R$97.827 mil sendo 20.083 mil pela concessão e R$77.754 mil pela constituição da provisão.

Nesse mesmo exercício, foram repassados pelo Tesouro Nacional R$565.100 mil reais ao Fundo, tendo, no período, sido contratadas operações totalizando R$604.962,5 mil.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Diante do mandamento legal contido no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827/89, vê-se que o administrador do Fundo – Banco da Amazônia S/A – deu cumprimento regular a tal dispositivo de lei, mediante encaminhamento ao Congresso Nacional dos balanços, devidamente auditados, para efeito de fiscalização e controle.

É importante ressaltar que inexistem dispositivos regimentais específicos atinentes à ação de fiscalização e controle nesta Comissão Mista. Necessário se faz essa regulamentação para disciplinar a tramitação dessas matérias. Por outro lado, os balanços dos fundos constitucionais não nos permitem avaliar os resultados obtidos pela aplicação desses recursos em termos de benefícios para a população da Região.

Em vista disso, tenho a sugerir:

I – seja nomeada uma subcomissão para propor a criação das normas que nortearão a tramitação de matérias dessa natureza;

II – sejam encaminhados a esta Comissão os pareceres do Tribunal de Contas da União acerca dessas demonstrações;

III – por entender ser da maior importância a avaliação dos resultados alcançados, em termos de benefícios econômicos e sociais para a população das Regiões atendidas por esses Fundos, será de bom alvitre que os gestores dos Fundos Constitucionais incluam

nesses relatórios informações adicionais que permitam essa análise, tais como:

a) informações relativas à geração de empregos e renda, especificando os setores beneficiados, em especial o rural, a pesca, o agronegócio e setor de serviços;

b) as prioridades estabelecidas nas concessões de financiamento no tocante à incorporação de seguimentos promissores que incorporem novas possibilidades de exploração econômica

c) interação dos projetos financiados com os investimentos realizados pelo órgãos governamentais que atuam na região, de forma que esses empreendimentos tenham

d) as exigências relativas ao impacto ambiental dos empreendimentos financiados, de modo a verificar se esses não estão a comprometer os recursos naturais ou promovendo a deterioração do meio ambiente;

e) o atendimento a critérios de zoneamento econômico-ecológico.

Por fim, deve-se ressaltar que esses fundos visam a promoção do desenvolvimento das regiões mais carentes, desse modo os juros fixados para os financiamentos não podem seguir unicamente razões de política monetária, mas serem compatíveis com a realidade econômica dessas regiões, a fim de permitir uma maior inclusão social com as ações por eles desenvolvidas. E, no caso específico da Amazônia, deve-se voltar as atenções para a recuperação de áreas alteradas e degradadas que estão a comprometer o futuro dessa região.

Diante do exposto, voto no sentido de que seja conhecida a matéria, e considerada cumprida a determinação contida no art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, devendo os documentos encaminhados pelo Banco da Amazônia ficar à disposição dos senhores parlamentares na Secretaria desta Comissão até 15 (quinze) de dezembro de 2003.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003 – Deputado **Anivaldo Vale,** Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Nona Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada no dia 14 de abril de 2004, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado ANIVALDO VALE, pelo **ARQUIVAMENTO** do **Ofício nº 02/2002-CN**, *que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, para efeito de fiscalização e controle, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2001, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados)"*.

Compareceram os Senhores Senadores João Ribeiro, Segundo Vice-presidente, Aelton Freitas, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Elifas, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Rosinha, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Hamilton Casara, Helenildo Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Batista, João Correia, João Grandão, João Leão, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Rodrigo Maia, Rose de Freitas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Tarcisio Zimmermann, Telma de Souza, Vignatti, Virgílio Guimarães, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 14 de abril de 2004.

Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente

Deputado ANIVALDO VALE
Relator

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 065 de 2004

Institui e regulamenta o serviço voluntário no âmbito do Senado Federal.

O DIRETOR GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de cooperação voluntária de cidadãos comuns, a fim de que o SENADO possa implementar sua função legislativa;

Considerando a conveniência de se instituir, no âmbito de SENADO FEDERAL serviço voluntário nos termos da Lei nº 9.608, de 18/02/1998:

RESOLVE:

Art.1º – Instituir o serviço voluntário no âmbito do SENADO.

Art. 2º – Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada por pessoa física ao SENADO, com finalidades assistencial, educacional, científica, cívica, cultural, ou recreativa sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza civil, trabalhista, previdenciária ou afim.

Parágrafo Único. O prestador do serviço voluntário não será ressarcido pelas despesas que realizar, exceto aquelas realizadas no desempenho das atividades voluntárias e desde que autorizadas previamente pelo SENADO.

Art. 3º – O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre o SENADO e o prestador do serviço voluntário, conforme anexos I e II desta Portaria.

Parágrafo Primeiro. O acordo poderá ser rescindido unilateralmente a qualquer tempo.

Parágrafo Segundo. Constarão no termo de adesão as atribuições, proibições e os deveres inerentes ao serviço voluntário, que poderão ser alterados de comum acordo entre as partes, mediante termo aditivo.

Parágrafo Terceiro. A designação e a dispensa do prestador de serviço voluntário será publicada no Boletim Administrativo de Pessoal.

Art. 4º – A inscrição dos interessados na prestação de serviço voluntário no SENADO será realizada perante a Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Único. A Subsecretaria de Pessoal Ativo manterá cadastro atualizados dos voluntários.

Art. 5º – As unidades Administrativas do SENADO interessadas em contar com a colaboração do serviço voluntário deverão encaminhar solicitação, em formulário próprio à Diretoria-Geral.

Parágrafo Primeiro. A unidade solicitante deverá indicar membro ou servidor para supervisionar a atuação do prestador de serviço voluntário.

Parágrafo Segundo. A Diretoria-Geral definirá o quantitativo máximo de voluntários por Unidade Administrativa.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de eventos ou projetos específicos, poderá ser definido um quantitativo extra de prestadores de serviços voluntários para a Unidade Administrativa solicitante, admitindo-se ainda, nesse caso, a redução do prazo da vigência do Termo de Adesão, bem como realização de convênios com entidades de Serviços Voluntários.

Art. 6º – Poderão ser admitidos como prestador de serviço voluntário, qualquer cidadão que atenda as seguintes exigências:

a) idade mínima de dezoito anos;
b) prova de estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar, no caso de candidato do sexo masculino;
c) prova de ter cumprido com seus deveres eleitorais;

Parágrafo Único. Será permitida a prestação do serviço voluntário de jovens com idade entre 16 e 24 anos, integrantes de família com renda *per capita* de até meio salário mínimo, na forma do disposto na Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003.

Art. 7º – A prestação de serviço voluntário terá duração de 1 (um) ano, podendo ser renovada por iguais ou sucessivos períodos, a critério do SENADO, mediante ajuste prévio entre as partes.

Parágrafo Primeiro. O serviço voluntário de jovens entre 16 e 24 anos será executado mediante auxílio financeiro no valor de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), e pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, vedada sua renovação.

Parágrafo Segundo. Os dias e horários da prestação do serviço voluntário constarão do Termo de Adesão e serão combinados entre as partes envolvidas.

Parágrafo Terceiro. O prestador de serviço voluntário usará crachá expedido pelo SENADO, do qual constarão seus dados pessoais e foto.

Art. 8º – A adesão do prestador de serviço voluntário será precedida de entrevista pessoal, realizada pela unidade solicitante.

Parágrafo Único. É vedada nova adesão de candidato a prestador de serviço voluntário que tiver sido desligado anteriormente, por violação às proibições e aos deveres definidos nesta Portaria.

Art. 9º – Ao prestador de serviço voluntário é proibido:

I - praticar atos privativos de membros ou servidores do SENADO;
II - identificar-se invocando sua qualidade de prestador de serviço voluntário quando não estiver no pleno exercício das atividades voluntárias desenvolvidas neste órgão; e
III - receber, a qualquer título, remuneração pela prestação de serviço voluntário, exceto para os voluntários jovens entre 16 a 24 anos, que prestem serviços na forma do art. 3º-A da Lei nº 9.068 98, incluído pela Lei nº 10.748/03.

Art. 10 – São deveres do prestador de serviço voluntário, dentre outros, sob pena de desligamento:

I - manter comportamento compatível com o decoro da Instituição;

II - zelar pelo prestigio do SENADO e pela dignidade de seus serviços;

III- guardar sigilo sobre assuntos relativos a instituição;

IV - observar a assiduidade no desempenho das suas atividades, atuando com presteza nos trabalhos que lhe forem incumbidos;

V - usar traje conveniente ao serviço;

VI - identificar-se, mediante uso do crachá, nas instalações de trabalho ou externamente quando o serviço do órgão;

VII - tratar com urbanidade os servidores do quadro efetivo e terceirizado do SENADO e os Senhores Senadores, além do público em geral;

VIII - executar as atribuições constantes do Termo de Adesão, sob orientação e supervisão de membro ou servidor na unidade administrativa a que esteja subordinado;

IX - respeitar as normas legais e regulamentares;

X - justificar as ausências nos dias em que estiver escalado para a prestação de serviço voluntário;

XI - reparar danos que causar a Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução dos serviços voluntários.

Art. 11 – O prestador de serviços voluntário é responsável por todos os atos que praticar no exercício de seu serviço, respondendo civil e penalmente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 12 – Ao término da vigência do Termo de Adesão será emitido certificado de prestação de serviço voluntário pela Secretaria de Recursos Humanos, assinado pelo Diretor-Geral.

Art. 13 – As demais Secretarias e Subsecretarias do SENADO deverão prestar o apoio necessário à Secretaria de Recursos Humanos para o êxito deste Serviço de Voluntários.

Art. 14 – Os casos omissos serão decididos pelo Diretor-Geral.

Art. 15 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos do dispositivo que trata o serviço voluntário prestado por jovens entre 16 e 24 anos, nos termos do art. 3º-A da Lei nº 9.068/98, condicionado à existência de recursos para pagamento do auxílio financeiro, bem como à assinatura de convênios com entidades de recrutamento.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão que entre si celebram o **SENADO** e o **PRESTADOR DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO** abaixo qualificado.

O SENADO, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, com sede na Praça dos Três Poderes, SENADO, Brasília-DF, por seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e o senhor (a):
Nome do Voluntário----------
-
Documento de Identidade----------
-
CPF Nº ----------
Endereço----------
Telefone----------

Aqui denominado **PRESTADOR DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO** ou **VOLUNTÁRIO**, com fundamento na Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, e Portaria nº _____/, de _____/_____/_____, resolvem firmar o presente intrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O serviço voluntário será exercido pelo prestador junto ao SENADO, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza civil, trabalhista, previdenciária ou afim, nos seguintes termos:

- Trabalho voluntário na área/setor de:

_____

_____

- Tarefas específicas:

_____

_____

- Período de atividade (diária, semanal ou mensal e horários):

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações do SENADO

São obrigações do SENADO:

a) manter supervisor para acompanhar os serviços realizados pelo voluntário;
b) controlar e avaliar a execução do serviço voluntário;
c) oferecer as condições necessárias para o bom desempenho das atribuições conferidas ao prestador do serviço voluntário;
d) emitir certificado de prestação de serviço voluntário, ao término da vigência do presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Proibições do Prestador de Serviço Voluntário

São proibidos ao prestador de serviço voluntário:

a) praticar atos privativos de servidores do SENADO;
b) identificar-se invocando sua qualidade de prestador de serviço voluntário quando não estiver no pleno exercício das atividades voluntárias desenvolvidas neste Órgão;
c) receber, a qualquer título, remuneração pela prestação do serviço voluntário.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Deveres do Prestador de Serviço Voluntário

São deveres do prestador de serviço voluntário:

a) manter comportamento compatível com o decoro da instituição;
b) zelar pelo prestígio do SENADO e pela dignidade de seu serviço;
c) guardar sigilo sobre assuntos relativos à instituição;
d) observar a assiduidade no desempenho das suas atividades, atuando com presteza nos trabalhos que lhe forem incumbidos;
e) usar traje conveniente ao serviço;
f) identificar-se, mediante uso de crachá, nas instalações de trabalho ou externamente quando a serviço do Órgão;
g) tratar com urbanidade os servidores do quadro efetivo e ao terceirizado do SENADO e os Senhores Senadores, além do público em geral;
h) executar as atribuições constantes do Termo de Adesão, sob orientação e supervisão de membro ou servidor da unidade administrativa a que esteja subordinado;
i) respeitar as normas legais e regulamentares;
j) justificar as ausências nos dias em que estiver escalado para a prestação de serviço voluntário;
k) reparar danos que causar a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do serviço voluntário.

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão que entre si celebram o **SENADO** e o **PRESTADOR DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO JOVEM** abaixo qualificado.

O SENADO, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, com sede na Praça dos Três Poderes, SENADO, Brasília-DF, por seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e o senhor (a):
Nome do Voluntário----------
-
Documento de Identidade----------
-
CPF Nº ----------
Endereço----------
Telefone----------

Aqui denominado **PRESTADOR DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO JOVEM** ou **VOLUNTÁRIO**, com fundamento na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e na Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, e a Portaria nº _____/, de _____/_____/_____, resolvem firmar o presente intrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O serviço voluntário jovem será exercido pelo prestador jovem junto ao SENADO, com idade entre 16 e 24 anos, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza civil, trabalhista, previdenciária ou afim, nos seguintes termos:

- Trabalho voluntário na área/setor de:

_____ _____

_____ _____

- Tarefas específicas:

_____ _____

Período de atividade (diária, semanal ou mensal e horários):

CLÁUSULA QUINTA – Dos Serviços Prestados à Rádio e à TV SENADO

Parágrafo Primeiro. Quando a prestação de serviço voluntário implicar produção de programas, cessão de programas prontos e participação do voluntário na preparação de vinhetas ou jingles destinados à Rádio ou à TV Senado, fica estabelecido que o VOLUNTARIO cederá os direitos autorais de sua participação no evento pelo preço avençado, podendo o SENADO gravar, divulgar, reproduzir ou difundir o evento descrito, eximindo-se de quaisquer ônus financeiros futuros.

Parágrafo Segundo. No caso de cessão por parte do VOLUNTÁRIO, de programas ou músicas prontas para apresentanção na Rádio ou TV Senado, fica estabelecido que a obra de sua autoria é cedida ao SENADO a título de colaboração voluntária e gratuita, nos termos da Lei nº 9.608/98, para uso e divulgação na Rádio e TV Senado.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

VOLUNTÁRIO

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações do SENADO

São obrigações do SENADO:

e) manter supervisor para acompanhar os serviços realizados pelo voluntário;
f) controlar e avaliar a execução do serviço voluntário;
g) oferecer as condições necessárias para o bom desempenho das atribuições conferidas ao prestador do serviço voluntário;
h) emitir certificado de prestação de serviço voluntário, ao término da vigência do presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Proibições do Prestador de Serviço Voluntário Jovem

São proibidos ao prestador de serviço voluntário jovem:

a) praticar atos privativos de servidores do SENADO;
b) identificar-se invocando sua qualidade de prestador de serviço voluntário quando não estiver no pleno exercício das atividades voluntárias desenvolvidas neste Órgão;
c) receber, a qualquer título, remuneração pela prestação do serviço voluntário;
d) receber auxílio financeiro de entidade pública na qual trabalhe parente até o terceiro grau, ainda que por afinidade, de acordo com o art. 3º da Lei nº 9.068/98, incluído pela Lei nº 10.748/03.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Deveres do Prestador de Serviço Voluntário

São deveres do prestador de serviço voluntário:

l) manter comportamento compatível com o decoro da instituição;
m) zelar pelo prestígio do SENADO e pela dignidade de seu serviço;
n) guardar sigilo sobre assuntos relativos à instituição;
o) observar a assiduidade no desempenho das suas atividades, atuando com presteza nos trabalhos que lhe forem incumbidos;
p) usar traje conveniente ao serviço;
q) identificar-se, mediante uso de crachá, nas instalações de trabalho ou externamente quando a serviço do Órgão;
r) tratar com urbanidade os servidores do quadro efetivo e ao terceirizado do SENADO e os Senhores Senadores, além do público em geral;
s) executar as atribuições constantes do Termo de Adesão, sob orientação e supervisão de membro ou servidor da unidade administrativa a que esteja subordinado;
t) respeitar as normas legais e regulamentares;
u) justificar as ausências nos dias em que estiver escalado para a prestação de serviço voluntário;

v) reparar danos que causar a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do serviço voluntário.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Serviços Prestados à Rádio e à TV SENADO

Parágrafo Primeiro. Quando a prestação de serviço voluntário jovem implicar produção de programas, cessão de programas prontos e participação do voluntário na preparação de vinhetas ou jingles destinados à Rádio ou à TV Senado, fica estabelecido que o VOLUNTARIO cederá os direitos autorais de sua participação no evento pelo preço avencado, podendo o SENADO gravar, divulgar, reproduzir ou difundir o evento descrito, eximindo-se de quaisquer ônus financeiros futuros.

Parágrafo Segundo. No caso de cessão por parte do VOLUNTÁRIO, de programas ou músicas prontas para apresentação na Rádio ou TV Senado, fica estabelecido que a obra de sua autoria é cedida ao SENADO a título de colaboração voluntária e gratuita, nos termos da Lei nº 9.608/98, para uso e divulgação na Rádio e TV Senado.

CLÁUSULA SEXTA – Do Auxílio Financeiro

O valor do auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário para jovens é de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – Prazo de Prestação dos Serviços

O período da prestação do serviço voluntário para jovens é de 6 (seis) meses, não se admitindo sua prorrogação.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

VOLUNTÁRIO JOVEM

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 066 , DE 2004

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor SILVÉRIO ROSENTHAL, matrícula 482 - PD, para integrar como membro a Comissão Especial de *Software Livre*, instituída pela Portaria Diretor-Geral nº 18, de 2004, desta Diretoria-Geral, alterada pelas Portarias nºs 29 e 41, ambas de 2004, em substituição ao servidor MARCELO ANDRADE DE JESUS, matricula 532 - PD.

II – Designar para integrar a referida Comissão, como membro, o servidor FRANCISCO JOSÉ FIÚZA LIMA, matrícula 452 – PD.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*)ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 461, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003299/04-0,

RESOLVE designar o servidor VILMAR BOMFIM AYRES DA FONSECA, matrícula 5170, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 04 de março de 2004.

Senado Federal, 19 de março de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreções.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 707 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 005539/04-8,

RESOLVE dispensar a servidora DENISE MARIA VASCONCELLOS IUNES PEREIRA, matrícula 4780, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 19 de abril de 2004.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 708 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005414/04-0,

RESOLVE dispensar a servidora DEUSALENE MILHOMEM LEITE SILVA, matrícula 1627, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Cesar Borges, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 15 de abril de 2004.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 709 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005465/04-4,

RESOLVE dispensar a servidora LENA MARCIA BAHIA DE MENEZES, matrícula 2924, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Supervisor Taquigráfico, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Supervisão Taquigráfica do mesmo Órgão, a partir de 15 de abril de 2004.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 710 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005507/04-9,

RESOLVE designar o servidor JAIME CARVALHO DE AGUIAR, matrícula 1466, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 01 de abril de 2004.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 711 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 005074/04-5,

RESOLVE designar a servidora MÁRCIA MARIA CORRÊA DE AZEVEDO, matrícula 4302, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino Braga, a partir de 12 de abril de 2004.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 712 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ADRIANO BEZERRA DE FARIA, matrícula nº 2438 e, TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, matrícula nº 2577, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 005220/04-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 713 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, matrícula nº 2577 e, ADRIANO BEZERRA DE FARIAS, matrícula nº 2438, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 001258/04-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 714 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005560/04-7,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANIEL PEREIRA DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 20 de abril de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA
PFL	Rodolpho Tourinho
PFL	Antonio Carlos Magalhães
PFL	César Borges
	RIO DE JANEIRO
PT	Roberto Saturnino
PL	Marcelo Crivella
PMDB	Sérgio Cabral
	MARANHÃO
PMDB	João Alberto Souza
PFL	Edison Lobão
PFL	Roseana Sarney
	PARÁ
PMDB	Luiz Otávio
PT	Ana Júlia Carepa
PTB	Duciomar Costa
	PERNAMBUCO
PFL	José Jorge
PFL	Marco Maciel
PSDB	Sérgio Guerra
	SÃO PAULO
PT	Eduardo Suplicy
PT	Aloizio Mercadante
PFL	Romeu Tuma
	MINAS GERAIS
PL	Aelton Freitas
PSDB	Eduardo Azeredo
PMDB	Hélio Costa
	GOIÁS
PMDB	Maguito Vilela
PFL	Demóstenes Torres
PSDB	Lúcia Vânia
	MATO GROSSO
PSDB	Antero Paes de Barros
PFL	Jonas Pinheiro
PT	Serys Slhessarenko
	RIO GRANDE DO SUL
PMDB	Pedro Simon
PT	Paulo Paim
PTB	Sérgio Zambiasi
	CEARÁ
PSDB	Reginaldo Duarte
PPS	Patrícia Saboya Gomes
PSDB	Tasso Jereissati
	PARAÍBA
PMDB	Ney Suassuna
PFL	Efraim Morais
PMDB	José Maranhão
	ESPÍRITO SANTO
PPS	João Batista Motta
PSDB	Marcos Guerra
PL	Magno Malta
	PIAUÍ
PMDB	Alberto Silva
PFL	Heráclito Fortes
PMDB	Mão Santa
	RIO GRANDE DO NORTE
PTB	Fernando Bezerra
PMDB	Garibaldi Alves Filho
PFL	José Agripino
	SANTA CATARINA
PFL	Jorge Bornhausen
PT	Ideli Salvatti
PSDB	Leonel Pavan
	ALAGOAS
	Heloísa Helena
PMDB	Renan Calheiros
PSDB	Teotônio Vilela Filho
	SERGIPE
PFL	Maria do Carmo Alves
PDT	Almeida Lima
PSB	Antonio Carlos Valadares
	AMAZONAS
PMDB	Gilberto Mestrinho
PSDB	Arthur Virgílio
PDT	Jefferson Peres
	PARANÁ
PSDB	Alvaro Dias
PT	Flávio Arns
PDT	Osmar Dias
	ACRE
PT	Tião Viana
PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PT	Sibá Machado
	MATO GROSSO DO SUL
PDT	Juvêncio da Fonseca
PT	Delcídio Amaral
PMDB	Ramez Tebet
	DISTRITO FEDERAL
PMDB	Valmir Amaral
PT	Cristovam Buarque
PFL	Paulo Octávio
	TOCANTINS
PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PFL	João Ribeiro
PFL	Leomar Quintanilha
	AMAPÁ
PMDB	José Sarney
PSB	João Capiberibe
PMDB	Papaléo Paes
	RONDÔNIA
PMDB	- Paulo Elifas
PT	- Fátima Cleide
PMDB	- Valdir Raupp
	RORAIMA
PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL
**Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1.Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: (vago)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)

Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL [5]					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT [1]					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB [5]					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB [1]					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo [1]	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres [1]	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:
[1] Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB[5]
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	**1º SECRETÁRIO** Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	**3º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	**4º SECRETÁRIO** Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	**LÍDER DA MINORIA** Senador Efraim Morais (PFL-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Carlos Melles (PFL-MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 19.04.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO **Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO)	(VAGO)
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 19.01.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação
(constituída na Reunião de 26/06/2002)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital
(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
(constituída na Reunião de 02/09/2002)
- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo
(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia
(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	**Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON**
Secretário-Geral: **Senador RODOLPHO TOURINHO**	**Secretário-Geral Adjunto:** **Deputado ROBERTO JEFFERSON**

MEMBROS NATOS (1)	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	**Deputada ZULAIÊ COBRA** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA **Deputado ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP)	**LÍDER DA MAIORIA** **Senador RENAN CALHEIROS** (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA **Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL-BA)	**LÍDER DA MINORIA** **Senador EFRAIM MORAIS** (PFL -PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL **Deputado CARLOS MELLES** (PFL-MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** **Senador EDUARDO SUPLICY** (PT -SP)

Atualizado em 19.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	**R$ 31,00**
Porte de Correio	**R$ 96,00**
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	**R$ 127,60**
Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	**R$ 62,00**
Porte de Correio	**R$ 193,00**
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	**R$ 255,20**
Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

Ug 020055

Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	**02005500001001-0**
Assinaturas DCN	**02005500001002-9**
Venda de Editais	**02005500001003-7**
Orçamento/Cobrança	**02005500001004-5**
Aparas de Papel	**02005500001005-3**
Leilão	**02005500001006-1**
Aluguéis	**02005500001007-X**
Cópias Reprográficas	**02005500001008-8**

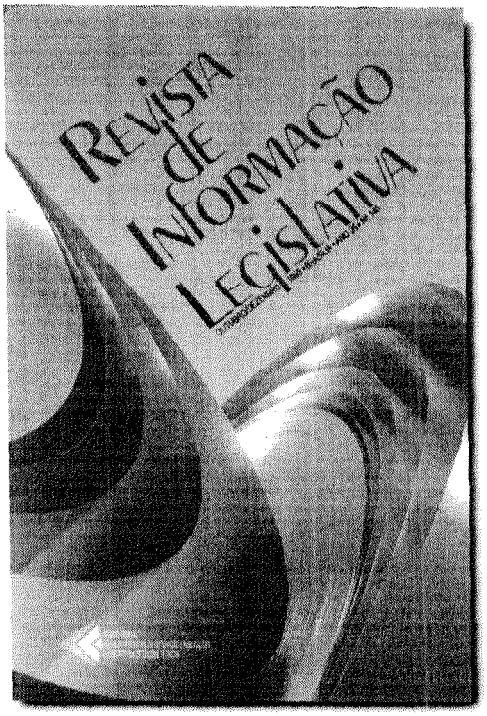
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Revista de Informação Legislativa



Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R$ 10,00

Edições anteriores: R$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R$ 40,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 240 PÁGINAS